

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JONATHA FARIAS CARNEIRO

**Inserção camponesa na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz-MA:
entre a autonomia e a subordinação**

São Luís-MA

2022

JONATHA FARIAS CARNEIRO

**Inserção camponesa na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz-MA:
entre a autonomia e a subordinação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro.

São Luís-MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Farias Carneiro, Jonatha.

Inserção camponesa na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz-MA: entre a autonomia e a subordinação / Jonatha Farias Carneiro. - 2022.

241 f.

Orientador(a): Marcelo Carneiro.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luis-MA, 2022.

1. Autonomia. 2. Cadeia produtiva leiteira. 3. Economia camponesa. 4. Subordinação. I. Carneiro, Marcelo. II. Título.

**Inserção camponesa na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz-
MA: entre a autonomia e a subordinação**

Jonatha Farias Carneiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro.

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Benedito Souza Filho
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Abel Perinazzo Cassol
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos
Universidade Estadual do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Elaborar uma tese de doutorado é um longo processo que envolve a contribuição, direta ou indireta, de diversas pessoas e instituições. Tenho clareza de que este trabalho não poderia ser realizado sem a participação daqueles por quais gostaria de expressar minha inteira gratidão.

À Universidade Federal do Maranhão e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA), por me ter possibilitado cursar o doutorado. Agradeço, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituições que foram fundamentais no financiamento de várias atividades realizadas durante o doutoramento.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro, agradeço imensamente por ter-me oportunizado experimentar e vivenciar o desafio de realizar uma pesquisa sociológica. Pela dedicação de sua orientação, o enorme respeito demonstrado em relação às minhas escolhas quanto ao objeto de análise e aos caminhos teórico-metodológicos traçados durante a pesquisa, e a sabedoria e cuidado nos momentos de necessária intervenção através de críticas e sugestões que, sem dúvida, contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho. Se há algum mérito nos resultados alcançados nesta tese, certamente, deve ser compartilhado com você.

Aos professores Benedito Souza Filho (UFMA) e Abel Perinazzo Cassol (UFMA), pelas diversas sugestões levantadas durante a banca de qualificação do texto preliminar desta tese, uma vez que foram fundamentais para o aperfeiçoamento do trabalho e para a elaboração da versão aqui apresentada. Agradeço imensamente a todos os professores do PPGCSOC/UFMA, especialmente aqueles com quem tive oportunidade de cursar diferentes créditos durante a realização do doutorado: Prof. Dr. Marcelo Carneiro, Prof. Dr. Paulo Keller e Profa. Dra. Elisabeth Coelho.

A todos os companheiros de GEPTS/UFMA, pelas amizades construídas ao longo dos anos. Agradeço em especial ao Prof. Dr. Evaristo de Lima Neto, pelas parcerias nas viagens, através das quais muito aprendi a respeito da pesquisa de campo. À Lidielze Dourado, pela companhia e parceria nas idas ao assentamento e pelo auxílio nas aplicações dos questionários. Ao Clenilson Borges Trindade, pela supervisão e operacionalização do software utilizado no tratamento dos dados quantitativos.

Aos camponeses do assentamento São Jorge, por sempre nos receber com muito carinho e respeito. Agradeço pela oportunidade de acompanhar a rotina interna de produção nos estabelecimentos pecuários, pelas informações concedidas durante a aplicação dos questionários e nas longas conversas sobre a rotina de trabalho na pecuária e agricultura. Agradeço imensamente ao Gonzaga, liderança camponesa que sempre nos deu suporte nos diferentes momentos do trabalho de campo. Ao querido Arão e sua esposa Lucinha, pelo carinho e amizade construída nos últimos anos. Ao Paulo (Paulin) pelas longas conversas a qualquer hora, e pelas preciosas informações concedidas sobre as práticas dos pecuaristas leiteiros. Ao Jonas, por compartilhar conosco importantes informações a respeito da história social de luta do assentamento, e sobre as condições que favoreceram a constituição e consolidação da pecuária leiteira local.

Agradeço à minha querida mãe, Doralete Farias Carneiro, pelos ensinamentos a mim dispensados ao longo de toda uma vida. Pelo exemplo de mulher forte, lutadora, incansável e vencedora que és para mim. Por me fazer acreditar sempre, através de suas palavras de motivação, carinho e amor. Ao meu pai, Manoel Oliveira Carneiro, pelo processo de des-romantização da vida e por fazer-me compreender que a educação e a dedicação aos estudos seriam a única via possível para conseguir superar os desafios e obstáculos impostos pela nossa posição dentro da estrutura social. Aos meus pais, agradeço pela constante demonstração de apoio, e por compartilhar comigo cada conquista ao longo desta trajetória.

Agradeço à minha esposa, Erica Roberta, por compartilhar comigo todo o processo de realização deste curso de doutoramento. Pela paciência, compreensão, sabedoria, companheirismo e amizade. Por emprestar-me seus ouvidos sempre que precisava falar sobre teorias, abordagens, metodologias, hipóteses e dados de campo. Por demonstrar confiança na minha capacidade de finalizar o doutorado até nos momentos em que pensei em desistir.

RESUMO

Esta tese discute o processo de inserção da economia camponesa na cadeia produtiva leiteira na microrregião de Imperatriz-MA. O incremento da atividade pecuária nas propriedades camponesas da região é um processo recente, intensificado no início do presente século, que teve como principais consequências o desenvolvimento de novas disposições sociais por esses trabalhadores e o estabelecimento de relações entre as unidades familiares e diferentes agentes da cadeia produtiva leiteira regional. A tese se inspira numa abordagem orientada aos atores sociais. Para compreender esse processo, utilizamos uma abordagem que analisa os camponeses como sujeitos com capacidade de agência, capazes de elaborar estratégias visando diminuir os efeitos negativos da inserção nessa nova atividade econômica, limitando, por exemplo, o uso de insumos externos à propriedade (adubos, medicamentos), e procurando negociar relações mais vantajosas de venda de leite com os agentes da cadeia produtiva na região: os laticínios e as chamadas queijeiras. A pesquisa de campo baseou-se na realização de entrevistas, na observação direta e na aplicação de questionários com produtores de leite. A partir da análise realizada, foi possível concluir que os camponeses vêm conseguindo se inserir, com graus variados de sucesso, na cadeia produtiva do leite regional, a partir do desenvolvimento de modelos mais dependentes e/ou mais autônomos em relação aos mercados de insumos e produtos.

Palavras-chave: Economia camponesa. Cadeia produtiva leiteira. Autonomia. Subordinação.

ABSTRACT

This thesis treats about the process of insertion of the peasant economy in the dairy productive chain in the micro-region of Imperatriz-MA. The increase of the livestock activity in peasant properties in the region is a recent process, intensified at the beginning of the present century, and brought as main results the development of new social arrangements by these workers and the establishment of relationships between family units and different agents of the regional dairy production chain. The thesis is inspired by a directed approach of social actors. To understand this process, we used an approach that analyses peasants as protagonists with agency capacity, capable of elaborating strategies with the aim of reducing the negative effects of insertion in this new economic activity, limiting, for example, the use of inputs external to the property (fertilizers, medicines) and seeking to trade more advantageous relations for the sale of milk with the agents of the production chain in the region, the dairies and the so-called cheese makers. The field research was based on interviews, direct observation and the application of questionnaires to milk producers. Based on the analysis carried out, it was possible to conclude that peasants have managed to insert themselves, with varying degrees of success, into the regional milk production chain, from the development of models that are more dependent and/or more autonomous in relation to the input and output markets.

Key-words: Peasant economy. Milk production chain. Autonomy. Subordination.

RESUMÉ

Cette thèse traite du processus d'insertion de l'économie paysanne dans la chaîne de Production (filiale) laitière dans la micro-région d'Imperatriz-MA. L'augmentation de l'activité d'élevage dans les propriétés paysannes de la région est un processus récent, amplifié au début du siècle actuel, dont les principales conséquences ont été le développement de nouveaux arrangements sociaux par ces travailleurs et l'établissement de relations entre les unités familiales de Production et les différents agents de la filière laitière régionale. La thèse s'inspire d'une approche orientée vers les acteurs sociaux. Pour comprendre ce processus, nous utilisons une approche qui analyse les paysans comme des sujets ayant une capacité d'agence, capables de concevoir des stratégies pour réduire les effets négatifs de l'insertion dans cette nouvelle activité économique, en limitant par exemple l'utilisation d'intrants externes à la propriété (engrais, médicaments), et cherchant à négocier des relations plus avantageuses pour la vente du lait avec les agents de la chaîne de production de la région : l'industrie laitière et les soi-disant "queijeiras". La recherche sur le terrain était basée sur des entretiens, l'observation directe et l'application de questionnaires auprès des producteurs de lait. Sur la base de l'analyse effectuée, il a été possible de conclure que les paysans ont pu s'insérer, avec plus ou moins de succès, dans la filière laitière régionale, en s'appuyant sur le développement de modèles plus dépendants et/ou plus autonomes par rapport aux marchés des intrants et des extrants produits.

Mots-Clé: Économie Paysanne; Filière Laitière; Autonomie; Subordination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da microrregião de Imperatriz no Estado do Maranhão	15
Figura 2 – Principais agentes presentes no arranjo produtivo do leite da microrregião de Imperatriz.....	121
Figura 3 – Assentamento São Jorge, Cidelândia-MA, com divisão espacial e identificação dos lotes	126
Figura 4 – Ciclo produtivo do rebanho camponês do assentamento São Jorge	152
Figura 5 – Camponeses do assentamento São Jorge ordenhando vacas	157
Figura 6 – Participação das crianças na atividade leiteira do assentamento São Jorge	158
Figura 7 – Variações climáticas, pecuária leiteira e mercado	170
Figura 8 – Modelos de economia camponesa identificados no assentamento São Jorge (2019).....	173
Figura 9 – Calendário anual dos cultivos agrícolas e fabricação do suplemento alimentar das vacas em lactação (2019)	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução populacional do município de Imperatriz entre os anos 1950, 1960 e 1970.....	86
Gráfico 2 – Número de assentamentos de reforma agrária criados no Maranhão entre as décadas de 1980 e 1990	93
Gráfico 3 – Evolução dos rebanhos bovinos da microrregião de Imperatriz (em número de cabeças) (1990 a 2012)	96
Gráfico 4 – Evolução da produção de leite (em mil l.) na microrregião de Imperatriz e no estado do Maranhão (1990 a 2020).....	97
Gráfico 5 – Produção de leite em (%) de acordo com as Microrregiões Homogêneas (MRH) do estado do Maranhão.....	98
Gráfico 6 – Produção de arroz e mandioca na microrregião de Imperatriz: 2000-2020..	100
Gráfico 7 – Investimos do Pronaf no Nordeste por atividade econômica.....	102
Gráfico 8 – Produção de leite segundo o tamanho do rebanho bovino na microrregião de Imperatriz	105
Gráfico 9 – Camponeses do assentamento São Jorge por estado de origem (%) (2019)..	132
Gráfico 10 – Área dos estabelecimentos do assentamento São Jorge por hectare (2019)..	135
Gráfico 11 – Produção agrícola em percentual por tipo de cultivo do assentamento São Jorge (2019)	138
Gráfico 12 – Período de descanso das áreas de pousio do assentamento São Jorge (2019)..	139
Gráfico 13 – Volume de recursos do Pronaf (em R\$) investidos na pecuária leiteira do assentamento São Jorge (2019).....	143
Gráfico 14 – Quantidade de reses comercializadas pelos camponeses do assentamento São Jorge (2019)	155
Gráfico 15 – Gêneros de capim utilizados nas pastagens do assentamento São Jorge (2019).....	162
Gráfico 16 – Variação da quantidade de leite produzida de acordo com as diferentes escalas de produção, segundo as estações do ano no assentamento São Jorge (2019)	171
Gráfico 17 – Alternativas de inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira do assentamento São Jorge (2019)	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos trabalhos de campo realizados e da atividade realizada.....	25
Quadro 2 – Relação dos produtores entrevistados durante aplicação dos questionários no assentamento São Jorge-2019.....	26
Quadro 3 – Descrição das operações de crédito no meio rural contratadas no Banco do Nordeste/Imperatriz-1976-2004	101
Quadro 4 – Relação dos laticínios localizados na microrregião de Imperatriz	116
Quadro 5 – Calendário vacinal anual dos rebanhos leiteiros do assentamento São Jorge (2019).....	148
Quadro 6 – Diversificação dos gêneros de capim nas pastagens camponesas	163
Quadro 7 – Estratégias camponesas no manejo rotativo das pastagens	164
Quadro 8 – Descrição das principais atividades do ano agrícola e a fabricação de complemento alimentar bovino	180
Quadro 9 – Mecanismos orientadores das relações comerciais na cadeia de leite no assentamento São Jorge (2019)	200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aquisição alimentar domiciliar per capita anual (em quilogramas), segundo o grupo de produtos lácteos – Região Nordeste -2002 e 2008	99
Tabela 2 – Número de estabelecimentos com produção de leite, de vacas ordenhadas e produção de leite de vaca, segundo o tipo de pecuária, microrregião de Imperatriz – 2017.....	103
Tabela 3 – Quantidade de leite produzida por estabelecimentos, por tipo de agricultura, e Grupos de Área Total na microrregião de Imperatriz – 2017.....	104
Tabela 4 – Chefes de família do assentamento São Jorge por faixa etária (%) (2019)	133
Tabela 5 – Nível de instrução dos camponeses do assentamento São Jorge (2019)	134
Tabela 6 – Área das pastagens do assentamento São Jorge (2019).....	136
Tabela 7 – Tamanho dos rebanhos dos assentados do PA São Jorge (2019).....	137
Tabela 8 – Quantidade diária de leite produzida pelos rebanhos bovinos do assentamento São Jorge de acordo com as variações climáticas anuais (2019)	172
Tabela 9 – Número de fornecedores de leite aos laticínios e queijarias em diferentes momentos da pesquisa de campo.....	198

LISTA DE SIGLAS

AGED – Agência Estadual de Defesa Agropecuária
ASPRAJORGE – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento São Jorge
ATAM – Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
BNB – Banco do Nordeste
CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE – Federal de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEPTS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN – Instrução Normativa
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEB – Movimento de Educação de Base
MERCOSUL – Comércio Comum do Sul
MPE – Ministério Público Estadual
MRH – Microrregião Homogênea
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNQL – Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIISPOA – Regulamento e Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal
SEBRAE – Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas
SIE – Serviço de Inspeção Estadual
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIM – Serviço de Inspeção Municipal
SINDILEITE – Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados
SISBI-POA – Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
STTRI – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	A pesquisa de campo.....	22
1.2	A estrutura da tese.....	29
2	O MERCADO AGROALIMENTAR E A INSERÇÃO CAMPONESA.....	31
2.1	Campesinato e capitalismo.....	33
2.2	A inserção camponesa nos mercados agroalimentares.....	38
2.2.1	Integração agroindustrial e campesinato.....	39
2.2.2	A convergência entre agricultura e indústria no capitalismo avançado.....	44
2.2.3	Agricultura familiar como categoria analítica e seus problemas.....	49
2.2.4	A heterogeneidade da agricultura familiar e camponesa.....	51
2.3	O camponês como ator social.....	57
2.3.1	A contribuição do conceito de estilos de agricultura.....	61
2.4	A condição camponesa e a luta por autonomia.....	65
2.4.1	Construção de uma base de recursos autocontrolada.....	68
2.4.2	A alternatividade da agricultura camponesa.....	71
2.4.3	Agricultura camponesa e coprodução.....	73
2.4.4	Os equilíbrios internos e externos e a economia camponesa.....	76
3	FORMAÇÃO DO CAMPESINATO E ORGANIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ-MA.....	79
3.1	O processo de constituição do campesinato na pré-amazônia maranhense e na microrregião de Imperatriz.....	82
3.1.1	Construção da rodovia Belém-Brasília e migração.....	84
3.1.2	A grande propriedade rural, desapropriação camponesa e conflito fundiário na microrregião de Imperatriz.....	88
3.1.3	Mobilização camponesa e a ocupação de terras no Maranhão: consolidação de uma agricultura camponesa autônoma?.....	92
3.2	A evolução recente da atividade pecuária na microrregião de imperatriz-ma.....	95
3.2.1	Produção leiteira e campesinato na microrregião de Imperatriz.....	99
3.3	Transformações político-econômicas e reorganização da cadeia de produção leiteira.....	106
3.3.1	Qualidade, confiança e produção alimentar: valorização da produção tradicional?.....	110
3.4	Organização da cadeia produtiva leiteira regional.....	112
3.4.1	Legislação sanitária e pecuária familiar na microrregião de Imperatriz.....	117
3.4.2	Estruturação do arranjo produtivo local do setor lácteo na microrregião de Imperatriz.....	119
4	AGRICULTURA CAMPONESA E PECUÁRIA LEITEIRA: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE.....	124
4.1	O assentamento São Jorge: processo de constituição e características dos produtores e dos estabelecimentos agropecuários.....	125
4.1.1	A luta pela terra.....	127
4.1.2	Características dos produtores e dos estabelecimentos.....	132
4.1.3	A articulação entre a agricultura camponesa e a pecuária leiteira no assentamento São Jorge.....	140
4.2	Pecuarização camponesa: necessidade de incorporação de novas disposições sociais.....	144
4.2.1	Desenvolvimento biológico bovino e produção leiteira.....	144
4.2.2	Composição racial dos rebanhos: mestiçagem e diversificação.....	146
4.2.3	Cuidados veterinários: combate e prevenção de doenças e parasitas.....	147

4.2.4	Ciclo produtivo do rebanho bovino camponês.....	150
4.2.5	Produção leiteira e divisão familiar do trabalho.....	156
4.2.6	Manejo das pastagens: equilíbrio entre a composição do rebanho bovino e disponibilidade de capim	160
5	INSERÇÃO CAMPONESA NOS MERCADOS DE INSUMOS E PRODUTOS: MODELOS ESPECIALIZADOS E DIVERSIFICADOS DE AGRICULTURA ...	166
5.1	Condições climáticas, alimentação animal e mercado leiteiro	169
5.1.1	Natureza, sazonalidade e pecuária leiteira.....	169
5.2	Economia camponesa e pecuária leiteira: entre a diversidade e a especialização	173
5.2.1	Mercados de insumos	174
5.2.2	Mercados de produtos.....	176
5.3	A relação dos camponeses com os mercados de insumos e seus efeitos.....	177
5.3.1	Modelo diversificado de agricultura: trajetória de autonomia camponesa..	177
5.3.2	Modelo agrícola especializado: trajetória de dependência camponesa	188
5.4	A relação dos camponeses com os mercados de produtos e seus efeitos	192
5.4.1	Dinâmica da cadeia produtiva leiteira e fiscalização sanitária	196
5.5	Alternativas de comercialização e inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira local	199
5.5.1	Comercialização com os atravessadores	200
5.5.2	Comercialização com os laticínios	201
5.5.3	Comercialização com as queijarias	202
5.5.4	Dinâmica produtiva leiteira e fabricação de queijos	204
5.6	Comercialização leiteira e criação suína	206
5.6.1	Criação suína camponesa	207
5.7	Transporte e armazenamento do leite.....	209
5.7.1	Sistema de transporte dos laticínios e criação suína.....	210
5.7.2	Sistema de transporte das queijarias e criação suína	212
	CONCLUSÕES	215
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICE	233

1 INTRODUÇÃO

Esta tese analisa os efeitos e transformações impulsionadas pelo processo de pecuarização da agricultura camponesa (WOOD, 2015) na microrregião de Imperatriz-MA¹ (Figura 1). Para tanto, foi observado o comportamento de pequenos criadores do assentamento São Jorge, localizado no município de Cidelândia-MA, com o objetivo de compreender as principais consequências do investimento realizado por esses produtores na atividade de criação animal, voltada para a produção de leite, e sua inserção na cadeia produtiva leiteira regional.

Figura 1 – Localização da microrregião de Imperatriz no Estado do Maranhão



Fonte: SIDRA - IBGE

¹ A microrregião Homogênea de Imperatriz corresponde a uma faixa territorial composta por 16 municípios: Açilândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edson Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, Lageado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque e Vila Nova dos Martírios. Ela ocupa uma área total de 28.908 km², abrangendo uma população aproximada de 600 mil habitantes.

O incremento e importância da criação bovina, voltada principalmente para a produção e comercialização do leite, no interior dos estabelecimentos camponeses, é um processo recente, ligado a transformações de nível macro ocorridas no final do século XX e início do século XXI. Trata-se da luta camponesa pela terra e da desconcentração fundiária e concessão de terras a pequenos posseiros, ligadas a iniciativas de incentivo e garantia de permanência no campo, tais como: a) a estruturação das áreas rurais através do melhoramento das estradas, garantia de acesso à água e energia elétrica; e b) o acesso a créditos fundiários voltados ao melhoramento dos processos de produção e inserção mais eficiente nos mercados de alimentos (CARNEIRO, 2013b).

De modo geral, entendemos que a pecuarização da agricultura camponesa local foi impulsionada por políticas de crédito do governo brasileiro para a agricultura familiar, mas que, como destacam outros trabalhos (CARNEIRO, M., 2015a; CARNEIRO J., 2016), não tem levado necessariamente a um processo de especialização camponesa. Tentaremos demonstrar que, apesar desse campesinato estar “imerso” numa sociedade abrangente, tendo suas práticas influenciadas por aspectos políticos, econômicos e de mercado, sua capacidade de agência não pode ser desconsiderada (LONG; PLOEG, 2011), num contexto de resistências de múltiplas dimensões, seja de caráter político (no caso da luta pela terra) ou econômico (no caso da inserção mercantil).

Por conta disso, o esforço na construção deste trabalho se concentrou numa análise de duas dimensões. A primeira, refere-se à necessidade de fazer uma reconstituição dos processos histórico-políticos que permitiram a formação do campesinato regional, bem como as lutas e mobilizações em torno do direito pela propriedade da terra. A outra dimensão em análise, tem relação com as condições de reprodução socioeconômica dos grupos sociais da região. Neste sentido, as práticas produtivas, o modo peculiar de organizar os processos de trabalho, a imprecisão e inconstância da relação travada com os mercados, são elementos percebidos como uma estratégia de promover resistência e aumentar a autonomia do grupo familiar (PLOEG, 2006).

O crescimento da atividade pecuária se intensificou, no estado do Maranhão, a partir do início do século XXI (SANTOS et al., 2020). Concomitantemente a esse processo, verificou-se um sensível aumento dos rebanhos e produção leiteira na microrregião de Imperatriz, favorecendo a consolidação desta região como a maior produtora de leite estadual. Estas transformações foram fundamentais para o

desenvolvimento de uma cadeia de produção que envolve diferentes atores nos setores de produção (pecuaristas familiares e patronais), de transporte (atravessadores e freiteiros) e de transformação (laticínios e queijarias) (CARNEIRO, 2015a).

Em relação à participação da agricultura camponesa no setor de produtos lácteos, observou-se um importante movimento de ampliação dos rebanhos bovinos voltados à produção de leite nos estabelecimentos familiares. Esse crescimento pode ser explicado pelo processo de declínio das principais atividades econômicas dos grupos familiares até o início do presente século, e pela importante participação do Estado, através de políticas públicas de concessão de crédito voltado à atividade pecuária na região, a partir das quais estes trabalhadores puderam compor pequenos rebanhos bovinos.

O incremento da pecuária leiteira, no interior das propriedades camponesas, promoveu um conjunto de transformações na estrutura econômica das unidades familiares, e impulsionou a necessidade de incorporação de novas disposições sociais (BOURDIEU, 2000) relacionadas aos cuidados sanitários e veterinários dos animais, manejo dos rebanhos, manejo das áreas de pastagens, suplementação alimentar, entre outras.

Os cuidados relacionados às vacinas semestrais e anuais, a prevenção e remediação de doenças comuns nos animais leiteiros, como verminoses e infecções intestinais, bem como os cuidados necessários para diminuir os riscos de infestação de pragas, são necessários para garantir a manutenção de um rebanho saudável e produtivo. Enquanto pecuarista, o camponês deve conhecer seu rebanho, mantê-lo bem alimentado, realizar todos os cuidados veterinários, identificar possíveis problemas de saúde e conhecer, minimamente, as técnicas de prevenção e remediação.

O incremento da pecuária leiteira camponesa possibilitou também a inserção desses trabalhadores na cadeia produtiva leiteira através, particularmente de sua participação como fornecedores da matéria-prima às indústrias de transformação e beneficiamento dos produtos derivados do leite. A relação das famílias camponesas com as indústrias agroalimentares suscita um conjunto de debates relacionados às possibilidades de subordinação desse segmento econômico, e sua capacidade de promover estratégias de resistência ampliando a autonomia do grupo familiar.

Os diferentes modos de se relacionar com os demais agentes da cadeia produtiva leiteira regional e as estratégias promovidas pelos camponeses, suas adaptações e possibilidades de estabelecer sinergias entre a pecuária e atividades agrícolas,

contribuem para a constituição de um campesinato diversificado, com a presença de modelos produtivos mais dependentes dos mercados ou mais autônomos em relação às influências externas.

A inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira regional se coloca, portanto, como um desafio e, ao mesmo tempo, como uma oportunidade. A partir da consolidação dessa relação mercantil, os trabalhadores foram imersos dentro de um arranjo produtivo local (KELLER, 2006b) que envolve diferentes agentes, como laticínios, queijarias, e especialmente as agências de regulação e fiscalização sanitária do leite. A forte atuação dos órgãos de fiscalização da produção leiteira regional, particularmente a partir da segunda década do presente século, contribuiu para a construção de um cenário hostil e inseguro em relação às possibilidades de reprodução dos camponeses na cadeia, uma vez que seus produtos e processos de trabalho são colocados à margem, e denominados “clandestinos” (LIMA NETO, 2017).

Mesmo com essas dificuldades, a pecuária camponesa da região vem conseguindo elaborar estratégias individuais e coletivas capazes de assegurar sua reprodução enquanto fornecedores de leite às indústrias de laticínios e produtores de derivados do leite, como os queijos artesanais. A primeira estratégia colocada em discussão neste trabalho, envolve a instrumentalização das redes de trocas localizadas. Esse tipo de arranjo coletivo viabiliza a formação de um mercado local, baseado na confiança construída entre produtores e consumidores, e assegura o atendimento às exigências sanitárias vigentes para o setor.

Outra estratégia observada durante o trabalho de campo, envolve a constituição de uma estrutura local que viabilize a instalação e utilização coletiva de tanques de resfriamento, capazes de armazenar e transportar a produção leiteira local, garantindo assim a manutenção dos níveis de temperatura do leite, conforme prevê a legislação sanitária vigente.

O incremento da produção leiteira no interior das propriedades camponesas, favorece ainda a intensificação da relação deste segmento econômico com os mercados de insumos e de produtos. Desse modo, como salientam alguns autores, a família camponesa fica mais exposta às influências externas, o que contribui para o aumento das possibilidades de sua subordinação. Outros autores, no entanto, argumentam que a capacidade de agência desses trabalhadores permite a construção de estratégias capazes de promover uma inserção mais eficiente nesses mercados, a partir dos quais a família

camponesa consegue diminuir os níveis de subordinação e ampliar a autonomia do grupo familiar.

Nesta tese, serão colocadas em evidência as diferentes estratégias de incursão nos mercados de insumos e produtos. Os mecanismos que sustentam os distintos modos de inserção permitem o desenvolvimento de modelos de produção camponesa em: a) diversificados, onde a atividade pecuária é reproduzida em sinergia com diferentes gêneros de lavouras anuais; ou b) especializados, modelo em que a atividade pecuária se torna majoritária em detrimento do declínio de outras atividades agrícolas.

No caso da inserção nos mercados de insumos, foi possível perceber que a manutenção de atividades agrícolas anuais como a produção de milho, cana de açúcar, mandioca e capiaçu², e as possíveis sinergias estabelecidas com a criação animal, através da fabricação de suplemento alimentar nos períodos mais secos do ano, serão determinantes para o fortalecimento da base de recursos da família camponesa, e para a estratégia de afastamento, mais ou menos duradoura, em relação aos mercados externos de insumos. Essa postura tem a capacidade de diminuir a pressão que os mercados exercem sobre a produção familiar, e garantir uma inserção mais eficiente nos mercados de produtos, pois essas propriedades desenvolvem a habilidade de produzir, internamente, parte dos insumos necessários à reprodução de suas principais atividades econômicas.

No modelo agrícola camponês especializado, onde a presença e reprodução de lavouras anuais é menor ou inexistente, a dependência em relação aos mercados externos se intensifica, uma vez que a unidade familiar não reúne as condições de produzir, internamente, os principais fatores de produção utilizados. Esse modelo é baseado, portanto, na intensificação da relação e dependência desses mercados de insumos, o que deixa o camponês sujeito às suas condições e variações.

A inserção nos mercados de produtos, na condição de fornecedor de leite aos estabelecimentos transformadores (laticínios e/ou queijarias), pode encorajar ou dificultar a criação suína camponesa. O sistema de comercialização, transporte e beneficiamento adotado pelos laticínios, uma vez que pressupõe a separação física do local de coleta e armazenamento do leite, do local de transformação, vai impossibilitar a disponibilidade do soro do leite ao produtor. Este subproduto, retirado do leite no

² Também conhecido como capim elefante, o capiaçu é um plantio de grande porte, resultado de um cruzamento realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e é utilizado na composição de complemento alimentar bovino.

momento de sua pasteurização, é largamente utilizado na região para a complementação alimentar suína. A prática de utilização do soro do leite como suplementação alimentar animal, permite a diminuição da dependência dos mercados de insumos e favorece a autonomia familiar.

A comercialização junto às queijarias locais, por sua vez, vai tornar possível a apropriação por parte do produtor deste subproduto utilizado para alimentação animal, uma vez que há uma unificação dos locais de coleta, armazenamento e transformação do produto. Esta prática local viabiliza uma reprodução mais eficiente da criação suína pelos camponeses, e diminui a pressão dos mercados de insumos no momento da composição alimentar desses animais.

O problema analisado nesta tese, refere-se à identificação e discussão das relações estabelecidas entre camponeses e indústrias produtoras de alimentos, baseadas em acordos verbais, sem a necessidade do fornecimento exclusivo por parte dos criadores, da matéria-prima leite para as queijeiras e/ou laticínios.

Os mecanismos informais que darão sustentação a essa relação comercial são importantes para o estudo, pois a ausência da obrigatoriedade de um fornecimento exclusivo e permanente permite aos fornecedores (produtores de leite) trabalhar com certa margem de escolha, uma vez que, neste cenário, é possível selecionar o comprador com as melhores condições e, até mesmo, circular entre diferentes alternativas de comercialização disponíveis, de acordo com as necessidades da propriedade familiar.

Trata-se, portanto, de um campesinato que, embora relativamente envolvido nos mercados agroalimentares, possui importante capacidade de agência, dentro de um cenário que oferece margem de ação e escolha. Cabe destacar, no entanto, a importância das estruturas externas e das alternativas de comercialização na ação camponesa. Isto quer dizer que as estruturas de mercado possuem importante influência na própria dinâmica do trabalho camponês. Essas estruturas oferecem o contexto e as possibilidades de agência, mas não possuem a capacidade de determinar, de maneira plena, os processos internos de trabalho.

A questão central que orienta esta pesquisa refere-se, então, à possibilidade de verificar os efeitos da inserção camponesa no mercado leiteiro regional e, particularmente, observar as possíveis estratégias colocadas em curso internamente pelos camponeses, no sentido de promover uma inserção mais eficiente nos mercados externos. Dentro dessa perspectiva, a busca por respostas para as questões, a seguir, será central: de que modo a família camponesa responde aos estímulos externos? Que

estratégias são elaboradas no sentido de manter a autonomia familiar? Que inovações são produzidas no interior dos estabelecimentos familiares, no sentido de promover sua reprodução enquanto segmento econômico diferenciado?

Do ponto de vista teórico metodológico, este trabalho se aproxima de uma perspectiva orientada aos atores (LONG; PLOEG, 2011). A partir desta inspiração teórica, entendemos que a família camponesa, considerando todas as suas especificidades econômica e social, é um segmento econômico-social portador de uma capacidade de agência a partir da qual ela constrói estratégias de resistência, no sentido de produzir mais autonomia e diminuir a dependência em relação aos agentes externos, especialmente os mercados alimentares.

É relevante salientar, no entanto, como será colocado em discussão com mais profundidade no primeiro capítulo desta tese, que reconhecer a capacidade de agência dos camponeses não implica em negar a importância e o peso das estruturas e influências externas na compreensão de sua conduta. O que diferencia este tipo de abordagem das demais, é que ela parte da preocupação em compreender de que modo o camponês se relaciona com as estruturas, que respostas ele elabora aos estímulos externos, e que estratégias constrói nesse campo incessante de lutas.

Nesse cenário, é fundamental também compreender que o camponês é uma categoria econômica, social e histórica. Isto implica dizer que as disposições incorporadas historicamente (WANDERLEY, 2009) por esses sujeitos, são elementos fundamentais para o entendimento de suas condições mais imediatas e para as tomadas de posição no cenário atual.

Esta é uma pesquisa que se esforça em combinar as abordagens qualitativa e quantitativa (PAUGAM, 2015), através da qual foi possível fazer uso do método etnográfico (FLICK, 2013) aliado às técnicas de entrevista, observação direta (BEAUD, 2007) e aplicação de questionários (PAUGAM, 2015) para coleta de informações. O caderno de campo foi uma importante ferramenta para registro das informações coletadas durante a pesquisa, além das entrevistas registradas com gravador de voz e as conversas informais com os camponeses das áreas pesquisadas. O tratamento dos dados coletados nos questionários foi realizado com o auxílio do software Sphinx³.

³ A aquisição da licença do software foi possível através do apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), dentro do projeto de pesquisa: “A organização da cadeia produtiva da pecuária de leite na MRH de Imperatriz e o desafio da inserção da agricultura familiar” coordenado pelo orientador desta tese Prof. Dr. Marcelo Carneiro. O

Com a finalidade de compreender os efeitos da inserção camponesa na cadeia de produção leiteira da microrregião de Imperatriz, e as estratégias elaboradas pela família camponesa no sentido de diminuir os níveis de dependência e favorecer a autonomia, delimitamos como campo empírico de análise o assentamento de reforma agrária São Jorge, localizado no município de Cidelândia-MA.

O argumento central (hipótese) defendido e que orientou a pesquisa, é o de que as estratégias de inserção camponesa, no mercado leiteiro regional, resultam na conformação de diferentes modelos (ou estilos) de agricultura que podem favorecer uma maior especialização ou diversificação produtiva no interior dos estabelecimentos familiares. Nesse cenário, os estabelecimentos familiares mais diversificados possuem maior “margem de manobra” na relação com os mercados (e seus diferentes atores), e, por isso, maior autonomia diante da possibilidade de subordinação camponesa.

Acreditamos que as conclusões elaboradas neste estudo de caso (YIN, 2010), podem ser generalizadas para a situação da pecuária familiar da microrregião, uma vez que parte majoritária das informações discutidas neste estudo, delimitado empiricamente, pode ser confirmada em estudos mais gerais sobre a cadeia leiteira regional (CARNEIRO, 2015a; LIMA NETO, 2017; LIMA NETO, et al., 2021)

1.1 A pesquisa de campo

Esta seção trata de apresentar os processos e condições em que foram coletadas as informações, através do investimento em trabalhos de campo, a partir dos quais esta pesquisa está ancorada. A delimitação empírica, os atores selecionados e as principais informações coletadas por ocasião da observação direta, entrevistas e questionários, estão relacionados a experiências precedentes do autor na condição de pesquisador na região.

Embora os resultados aqui apresentados sejam produto das interpretações do autor desta tese sobre a relação travada entre pecuaristas familiares e agroindústria leiteira, todas as nossas conclusões são, ao mesmo tempo, resultado de um projeto coletivo, construído no âmbito do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GEPTS), sob a coordenação do Prof. Marcelo Carneiro, e a contribuição de uma equipe de

pesquisa⁴ interessada em compreender a organização da cadeia produtiva leiteira na microrregião de Imperatriz.

As discussões no interior do grupo de pesquisa, o compartilhamento de informações entre seus membros, e as parcerias nos trabalhos de campo foram fundamentais para a construção deste trabalho. Sem tais contribuições, esta tese, certamente não seria possível. Deste modo, foram utilizadas diversas informações e trechos de entrevistas coletadas e produzidas pela equipe da pesquisa.

É importante dizer, ainda, que as conclusões inferidas nesta tese resultam de um processo longínquo de construção de conhecimento, tanto empírico como teórico, e que tem sua gênese na trajetória do autor nos cursos de graduação e de mestrado em Ciências Sociais, este último realizado entre os anos de 2014 e 2016⁵. Durante este período, o autor desta tese concentrou-se no estudo a respeito das formas de inserção econômica camponesa, e as experiências coletivas vivenciadas pelos trabalhadores do assentamento São Jorge.

Neste sentido, embora os principais resultados apresentados neste texto sejam provenientes do período de pesquisa voltado à tese de doutoramento, foram utilizadas informações coletadas em períodos anteriores, especialmente no momento de construção da dissertação de mestrado do autor. Estes dados (trechos de entrevistas registradas com gravador de voz no ano de 2015) aparecem majoritariamente nos momentos de apresentação das informações a respeito da reconstituição histórica de ocupação da microrregião e assentamento de reforma agrária em estudo.

O processo integral de constituição desta tese, portanto, não foi, de maneira alguma, uniforme ou linear. Este foi marcado por mudanças de percurso, inscrições de novas abordagens e leituras sobre o tema central estudado, reorientação de questões centrais da pesquisa, e reinterpretções de dados coletados e analisados em diversos momentos⁶.

⁴ A equipe de pesquisa envolveu também o prof. Evaristo de Lima Neto que desenvolveu sua tese de doutoramento intitulada “A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na microrregião de Imperatriz-MA” (LIMA NETO, 2017). E a estudante Lidielze Dourado que desenvolveu um estudo denominado “Dinâmica espaço temporal do desmatamento na Amazônia maranhense: o caso do projeto de assentamento São Jorge em Cidelândia-MA” (DOURADO, 2019).

⁵ Parte majoritária das entrevistas registradas com gravador de voz, realizada junto aos camponeses do assentamento São Jorge no ano de 2015, foi feita no período de construção da dissertação de mestrado do autor.

⁶ Os processos de reorientação da pesquisa estão também descritos na dissertação de mestrado do autor, defendida no ano de 2016, intitulada “A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de Imperatriz-MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?”

Durante a pesquisa direcionada à construção da dissertação de mestrado, foi possível realizar um trabalho de observação direta dos processos de trabalho dos camponeses do assentamento São Jorge. Na oportunidade, foi possível colocar em evidência o caráter parcial da inserção desses trabalhadores na cadeia de produção leiteira. O modelo de inserção mercantil no mercado leiteiro regional, oferecia lacunas para a reprodução de uma agricultura polivalente e dava às unidades familiares certa margem de autonomia. Observamos também, que as características de alternatividade da agricultura camponesa (GARCIA JUNIOR, 1989) permitiam utilizar, de maneira variada, a produção leiteira no interior das propriedades familiares. Isto impedia um processo de subordinação integral em relação às indústrias de laticínios.

As conclusões da dissertação nos deram a percepção de que a tese da subordinação completa da agricultura camponesa em relação às agroindústrias alimentares, devia ser questionada. No entanto, durante esta etapa do estudo não foi possível colocar em evidência, com mais profundidade, as estratégias colocadas em prática pelos camponeses locais – no sentido de fortalecer os processos de resistência e diminuição da dependência econômica –, e as formas heterógenas de inserção nos mercados que permitiam a reprodução de condutas mais especializadas e dependentes dos mercados.

Durante a construção da dissertação de mestrado, nossa maneira de abordar o tema das relações entre a agricultura camponesa e a indústria leiteira estava fortemente marcada por uma perspectiva que privilegia a análise dos efeitos das estruturas externas (mercados, tecnologias, políticas públicas) sobre o funcionamento e reprodução camponesa.

No período de realização do doutorado e dentro do grupo de pesquisa, tivemos oportunidade de ter contato com uma literatura que orientava a análise para capacidade de agência dos camponeses. Essa perspectiva teórica nos permitiu, durante a pesquisa para construção desta tese, colocar em discussão as estratégias colocadas em curso por esses trabalhadores, para a promoção de uma inserção mais eficiente nos mercados de insumos e produtos, e também aprofundar as principais modificações produzidos pela intensificação dessa relação econômica.

Como já havíamos feito uma pesquisa qualitativa na região, por ocasião da elaboração de nossa dissertação de mestrado, sentimos a necessidade de investir na construção de dados quantitativos, capazes de nos fornecer informações mais objetivas a respeito da economia camponesa local. Por conta disso, foi elaborado, no interior do

Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GEPTS), um questionário composto de perguntas que envolviam a composição dos rebanhos, as práticas de higiene e cuidados sanitários, a relação com os diferentes compradores regionais, o manejo das pastagens, entre outras.

Com a finalidade de compreender de que modo os camponeses se relacionavam com outros agentes da cadeia produtiva leiteira regional, nos deslocamos ao assentamento São Jorge em três oportunidades. A primeira viagem ocorreu no mês de março de 2019, a segunda em junho do mesmo ano, e a terceira viagem entre os meses de setembro e outubro de 2021. Essas pesquisas de campo foram realizadas a partir da instrumentalização de um método quali/quantitativo, uma vez que buscamos combinar a aplicação dos questionários com a técnica da observação direta (Quadro 1).

Quadro 1 – Descrição dos trabalhos de campo realizados e da atividade realizada

Localidade	Período	Atividade realizada
Assentamento São Jorge	09 a 13 de março de 2019	Observação direta e aplicação de questionário com 10 produtores
Assentamento São Jorge	02 a 05 de junho de 2019	Observação direta e aplicação de questionários com 20 produtores
Assentamento São Jorge	29 de setembro a 01 de outubro de 2021	Observação direta

Fonte: pesquisa de campo.

No primeiro trabalho de campo, tivemos a oportunidade de realizar um primeiro levantamento através da técnica de observação direta e aplicação de questionários com dez produtores, a respeito das modificações impulsionadas na gestão das propriedades camponesas a partir do processo de incorporação da pecuária. Na ocasião, foi possível ter uma compreensão a respeito dos modos camponeses de manejo das pastagens e rebanhos bovinos, e ao mesmo tempo acompanharmos o processo de inserção desses trabalhadores como fornecedores de leite junto às indústrias de laticínios e a queijaria local.

Quadro 2 – Relação dos produtores entrevistados durante aplicação dos questionários⁷ no assentamento São Jorge-2019

Camponês entrevistado	Local de nascimento	Idade	Tamanho da propriedade	Rebanho bovino
Camponês 01	Santana do Cariri-CE	50 anos	50 hectares	30 cabeças
Camponês 02	Imperatriz-MA	27 anos	50 hectares	80 cabeças
Camponês 03	São Domingos do Maranhão-MA	40 anos	35 hectares	20 cabeças
Camponês 04	Açailândia-MA	30 anos	85 hectares	22 cabeças
Camponês 05	Paulo Ramos-MA	68 anos	30 hectares	60 cabeças
Camponês 06	Urbano Santos-MA	53 anos	30 hectares	30 cabeças
Camponês 07	Presidente Dutra-MA	41 anos	50 hectares	40 cabeças
Camponês 08	Poço Redondo-SE	34 anos	30 hectares	09 cabeças
Camponês 09	Paraibano-MA	50 anos	50 hectares	30 cabeças
Camponês 10	Juazeiro do Norte-CE	69 anos	50 hectares	51 cabeças
Camponês 11	Paulo Ramos-MA	35 anos	50 hectares	37 cabeças
Camponês 12	Jacinto-MG	66 anos	75 hectares	35 cabeças
Camponês 13	Aquidabã-SE	44 anos	45 hectares	80 cabeças
Camponês 14	Imperatriz-MA	29 anos	70 hectares	65 cabeças
Camponês 15	Porto Franco-MA	58 anos	50 hectares	20 cabeças
Camponês 16	Gonçalves Dias-MA	52 anos	15 hectares	16 cabeças
Camponês 17	Vitorino Freire-MA	64 anos	12,5 hectares	30 cabeças
Camponês 18	Canhoba-SE	57 anos	25 hectares	30 cabeças
Camponês 19	Propriá-SE	33 anos	15 hectares	41 cabeças
Camponês 20	Caxias-MA	60 anos	45 hectares	46 cabeças
Camponês 21	Canhoba-SE	35 anos	30 hectares	40 cabeças
Camponês 22	Barra do Corda-MA	41 anos	25 hectares	75 cabeças
Camponês 23	Nossa Senhora das Dores-SE	67 anos	70 hectares	30 cabeças
Camponês 24	Canhoba-SE	48 anos	100 hectares	300 cabeças
Camponês 25	Canapi-AL	62 anos	25 hectares	15 cabeças
Camponês 26	Canhoba-SE	44 anos	25 hectares	40 cabeças
Camponês 27	Cidelândia-MA	40 anos	50 hectares	15 cabeças
Camponês 28	Dom Pedro-MA	34 anos	50 hectares	24 cabeças
Camponês 29	Capinzal do Norte-MA	46 anos	50 hectares	70 cabeças
Camponês 30	Cidelândia-MA	36 anos	15 hectares	11 cabeças

Fonte: trabalho de campo.

Após o tratamento e análise dessas informações quantitativas e etnográficas, sentimos a necessidade de retornar à região, com a finalidade de fazer a aplicação dos questionários com mais vinte produtores, totalizando trinta questionários aplicados (Quadro 2). Nesta etapa da pesquisa, tivemos o auxílio da estudante de Geografia, Lidielze Oliveira Dourado, que estava realizando uma pesquisa sobre a evolução do desmatamento na região. A seleção dos agentes entrevistados levou em conta distintos critérios que envolviam a composição familiar, o modelo de inserção mercantil

⁷ Os camponeses 03, 06, 07, 13 e 15 foram entrevistados em oportunidade anterior, momento em que foi possível registrar, com a utilização de um gravador de voz, seus depoimentos. A coleta destas informações foi realizada no ano de 2015 durante trabalho de campo voltado a elaboração da dissertação de mestrado do autor. Estes depoimentos serão utilizados, principalmente, nos capítulos 3 e 4, nos momentos das análises da história coletiva do campesinato regional e local.

(fornecedores de leite aos laticínios e queijarias), e os níveis de especialização e diversificação produtiva no interior das propriedades familiares.

Durante a aplicação dos questionários, priorizamos entrevistar os chefes de família, ou seja, aquelas pessoas responsáveis por dirigir e organizar os processos de produção e trabalho da unidade familiar. Nossa proximidade com muitos produtores, e o relativo conhecimento produzido a partir das pesquisas anteriores, sobre as diversas formas de produzir e comercializar alimentos na região, nos possibilitou estruturar, a partir do modelo do questionário, um conjunto de questões abrangentes sobre muitos aspectos da economia camponesa local.

A normatividade do questionário, com questões majoritariamente fechadas e relativamente arbitrárias em sua organização, fez com que em diversos momentos de sua aplicação eu tivesse que fugir de sua estrutura, da ordem das questões a serem apresentadas a meus interlocutores. Foi difícil manter-me “fiel” ao cronograma planejado quando outras questões iam surgindo no decorrer da conversa com os agentes sociais em estudo, e a partir das quais o pesquisador espera obter informações que irão fundamentar seus argumentos e conclusões. Desse modo, em diversas oportunidades durante a aplicação de questionário, foi necessário abandonar ou dar uma pausa na estrutura das questões previstas, para buscar estimular os informantes a falar sobre questões que não cabiam nessa metodologia, mas que para as questões da pesquisa nos pareciam fundamentais.

Por isso, durante a aplicação dos questionários, foi utilizado o caderno de campo para anotações de informações adicionais, mais “abertas” e “espontâneas”, através das quais foi possível ter uma visão mais abrangente e enriquecedora de aspectos já levantados na forma dos questionários. Dependendo da estrutura das perguntas previstas no questionário, e da disponibilidade do informante, esse tipo de técnica *híbrida* de coleta de dados pareceu-nos muito enriquecedora. Em alguns momentos, no entanto, essa alternativa se tornou cansativa e improdutiva. Desse modo, quando percebíamos que a aquisição de informações pelo pesquisador era prejudicada por esse “cansaço”, buscávamos “controlar” qualquer pretensão em fazer questões adicionais.

É fundamental destacar nosso esforço em combinar a aplicação dos questionários com a técnica da observação direta. Assim, buscamos acompanhar a rotina de trabalho dos camponeses desde as primeiras horas da manhã, momento em que a ordenha é realizada, até sua finalização, com a soltura dos rebanhos nas áreas de pastagem. Durante o período da ordenha, que poderia se estender até metade da manhã,

era possível fazer um levantamento de informações centrais a respeito das práticas, saberes locais, manejo dos rebanhos e das pastagens.

Nesse contexto, a aplicação dos questionários poderia ser realizada após o momento da ordenha, na segunda parte da manhã, no horário da tarde após o almoço, ou em horário posterior, no período da noite. Essa técnica de pesquisa nos pareceu muito exitosa, uma vez que viabilizava o estreitamento da relação com os entrevistados antes da aplicação dos questionários, e facilitava o trabalho de coleta das principais informações de nossa investigação, pois possibilitou o que Bourdieu (1997) chama de aproximação social e familiaridade entre o pesquisador e seus informantes em potencial, que é uma das condições principais para estabelecer uma comunicação não violenta, e reduzir a violência simbólica que se pode exercer através da pesquisa e das entrevistas.

A última visita ao campo empírico de pesquisa se deu entre os meses de setembro de outubro de 2021. O longo período que separa esta viagem das anteriores (26 meses), se deve à ocorrência da pandemia do coronavírus (COVID-2019) no Brasil, a partir do início de 2020. Esta última visita ao assentamento, em setembro de 2021, foi realizada após a vacinação, em duas doses, do pesquisador, e depois da verificação de uma queda importante no índice de pessoas contaminadas no estado do Maranhão. Além disso, durante toda a atividade de pesquisa de campo, tive o cuidado de utilizar os meios de controle de uma possível disseminação do vírus, como a utilização de máscaras de proteção e uso de álcool em gel para limpeza das mãos e superfícies.

Nessa última viagem ao assentamento São Jorge, foram realizadas observações diretas dos processos de trabalho no interior dos estabelecimentos dos camponeses que tinham nos concedido entrevistas. As longas conversas realizadas com os produtores, nos permitiu compreender a lógica camponesa relacionada aos cuidados com os rebanhos, o entendimento da evolução biológica dos animais, descrever, de maneira detalhada, o calendário agrícola da região, e estabelecer as sinergias entre a atividade leiteira e os plantios anuais utilizados para fabricação de complemento alimentar das vacas em lactação nos períodos mais secos do ano.

A situação de crise sanitária vivenciada no país, mais particularmente no estado do Maranhão, se colocou como um obstáculo bastante importante na limitação da realização desta pesquisa, uma vez que impossibilitou a presença do pesquisador por um período de tempo mais prolongado no principal local de realização da investigação. Mesmo assim, acreditamos que as informações coletadas junto aos camponeses estudados nos permitem sustentar as principais conclusões inferidas nesta tese.

1.2 A estrutura da tese

Esta tese, além da introdução e de sua conclusão, está organizada em quatro capítulos. No segundo capítulo, intitulado “O mercado agroalimentar e a inserção camponesa”, são discutidos os aportes teóricos metodológicos que orientaram a construção das principais questões de nosso estudo. É colocado em evidência, um conjunto de abordagens centradas na análise das implicações da inserção camponesa nos mercados alimentares, sobretudo a perspectiva teórica orientada aos atores, através da qual é possível estudar a ação camponesa levando em conta sua capacidade de agência e de elaborar estratégias na busca de diminuir os níveis de subordinação e dependência em relação aos mercados.

O terceiro capítulo, “Relações de trabalho e estrutura agrária: heterogeneidade e diversidade econômica”, tem o objetivo de apresentar uma reconstituição histórica das condições em que se reproduziram o campesinato da região em estudo, e os mecanismos que favorecem o intenso processo de incremento da atividade pecuária no interior dos estabelecimentos familiares, no início do presente século. Isso é possível, a partir da combinação de processos que envolvem o declínio das produções de arroz e mandioca, e dos incentivos estatais, através da disponibilização de crédito, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado à pecuária familiar na região.

A inserção desses pecuaristas na cadeia produtiva leiteira regional, foi possível ainda devido à abertura recente de laticínios e queijarias de pequeno e médio porte que buscavam na produção familiar o abastecimento de seus mercados. Os camponeses, no entanto, encontram dificuldades em reproduzirem-se neste cenário, por conta das recentes exigências de caráter sanitário, voltadas à produção leiteira. Estas exigências e o forte trabalho de fiscalização na região, podem inibir o desenvolvimento da atividade pelos agricultores familiares e camponeses.

O quarto capítulo “Formação do campesinato e organização da cadeia produtiva leiteira da microrregião de Imperatriz” apresenta uma análise dos principais efeitos do processo de pecuarização camponesa regional, a partir da observação das experiências vivenciadas pelos trabalhadores do assentamento São Jorge, em Cidelândia-MA. O incremento da pecuária bovina nas propriedades familiares, teve como efeito a necessidade de incorporação de um conjunto de novas habilidades relacionadas a esta

nova atividade econômica. Neste sentido, a correlação entre o homem e a natureza, a compreensão dos ciclos biológicos dos animais leiteiros, os cuidados sanitários e veterinários, e as formas de manejo das pastagens, aparecem como elementos centrais do estudo.

O quinto e último capítulo, “Inserção camponesa nos mercados de insumos e produtos: modelos especializados e diversificados de agricultura”, discute as implicações da inserção camponesa no mercado leiteiro regional, e particularmente descreve as diferentes estratégias colocadas em prática pelas unidades familiares, no estabelecimento das relações comerciais com os mercados de insumos agrícolas e com os diferentes atores dos mercados de produtos. Coloca-se destaque sobre as implicações das diferentes estratégias adotadas por esses trabalhadores, no sentido de diminuir os níveis de dependência camponesa em relação aos mercados, ampliando a autonomia familiar ou favorecendo sua subordinação econômica.

2 O MERCADO AGROALIMENTAR E A INSERÇÃO CAMPONESA

Toda construção científica é permeada pela trajetória do pesquisador, sua posição no interior de uma estrutura social, e sua imersão na bibliografia especializada a respeito do tema e dos agentes sociais pesquisados. Deste modo, durante o percurso de construção deste trabalho, procurei selecionar os instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados para refletir a respeito da reprodução do campesinato, suas especificidades, mecanismos internos de funcionamento e sua relação com os agentes externos, principalmente os mercados.

Envolvido nessa problemática mais geral, desenvolvi pesquisas sobre trabalhadores rurais no oeste do estado do Maranhão, mais precisamente na microrregião de Imperatriz. Durante a pesquisa de campo, observei que as relações econômicas travadas no âmbito da atividade leiteira na região não podiam ser caracterizadas como “puramente econômicas”, mas que as relações pessoais, as condições ecológicas locais, a base de recursos da unidade familiar, e as disposições incorporadas historicamente pelos camponeses, cumpriam papel fundamental na conformação das relações econômicas ali presentes.

A escolha e utilização da categoria “camponês” se justifica pela compreensão de que esses trabalhadores possuem uma herança histórica (WANDERLEY, 2009), um passado acumulado que orienta suas escolhas e ações dando sustentação para a constituição de relações econômicas diferenciadas, no interior das unidades familiares e nas relações mercantis.

A condição camponesa (PLOEG, 2006), elaborada e estruturada historicamente, tem reflexo no desenvolvimento de um modo particular de organizar o processo de produção e de se relacionar com os mercados. As especificidades da organização econômica camponesa são compreendidas, dessa forma, como um conjunto de respostas, construídas ativamente pelos camponeses (PLOEG, 1994; LONG; PLOEG, 2011), frente aos estímulos externos e riscos representados pela subordinação e marginalização desses trabalhadores.

É certo que o mundo rural, em especial no caso brasileiro (GRISA; SCHNEIDER; 2014; SCHNEIDER; CASSOL, 2014; WANDERLEY, 2014), passou por importantes transformações, no último século, tais como: garantia do acesso e exploração de terras (com a intensificação da luta pela terra e a criação de assentamentos de reforma agrária); criação de programas de créditos voltados aos

pequenos produtores (como no caso do PRONAF-Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar), e o desenvolvimento de mercados exclusivos à agricultura familiar (caso do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE). É certo também, que motivou a elaboração de diversos estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar no Brasil, que dão ênfase aos processos de modernização dos espaços agrários, ruptura com a invisibilidade dos camponeses historicamente excluídos das políticas públicas no país, e protagonismo da agricultura familiar nos cenários político e econômico.

Na compreensão de muitos autores, a utilização do conceito de agricultura familiar contribui para pensar os processos de desenvolvimento e modernização do campo. Esse novo rural produziu uma nova agricultura familiar, rompendo com as estruturas e condições do velho campesinato (ABRAMOVAY, 2012; VEIGA, 2012). Nesse sentido, o novo rural brasileiro produziu as condições para a constituição de um segmento econômico específico que se diferencia do antigo e tradicional camponês. O novo agricultor familiar seria, então, diferente do camponês, tornando a última categoria intimamente relacionado a condições socioeconômicas anteriores.

Os pensadores que compreendem este movimento de transformações no campo brasileiro, tendo como fundamento os processos de ruptura que envolve o desenvolvimento de uma agricultura familiar moderna em detrimento da tradicional família camponesa, sugerem que as novas condições econômicas e sociais limitam as possibilidades de sobrevivência do campesinato, dificultam a reprodução de suas tradições e promovem uma aproximação duradoura da agricultura com os mercados agroalimentares (ABRAMOVAY, 2012; VEIGA, 2012).

Para essa abordagem, a categoria de agricultor familiar auxilia na análise dos processos mais recentes de transformação da agricultura mundial, e ajuda a romper com a ideia de que a produção de base familiar é necessariamente incompatível com o desenvolvimento do capitalismo agrário. A moderna agricultura familiar, nessa perspectiva, é produto das condições modernas de estruturação e modernização da agricultura no plano nacional e internacional.

Neste cenário, especialmente no Brasil, se desenvolveu uma postura crítica em relação ao uso sistemático do conceito de agricultura familiar para pensar os processos mais recentes de desenvolvimento e modernização agrícola, sem a devida reflexão de suas implicações para a análise (GARCIA JUNIOR; HEREDIA, 2009). Essa perspectiva não nega as importantes transformações no campo ocasionadas pela

intervenção estatal, incremento de tecnologias e integração mercadológica, no entanto, destaca que o caráter parcial destas mudanças e a capacidade dos camponeses de elaborar estratégias de resistência, frente aos estímulos externos, permite a esses agricultores, a reprodução de formas tradicionais de vida e trabalho (WANDERLEY, 2009).

Uma abordagem que sublinha a heterogeneidade da agricultura, os diferentes níveis de inserção nos mercados (LAMARCHE, 1993), e a simbiose entre o passado incorporado e os desafios impostos pelas transformações mais recentes (WANDERLEY, 2009), permitem lançar um olhar diferenciado sobre os processos de modernização no campo e os efeitos da intervenção do Estado. As influências externas, sem dúvida, impõem mudanças significativas aos agricultores, como também a capacidade de agência, adaptação e resistência desses trabalhadores permitem a produção de resultados diferenciados, mesmo em contextos e estruturas econômicas e sociais pretensamente homogeneizantes (LONG; PLOEG, 2011; CONTERATO et al., 2011).

Neste sentido, esta tese se aproxima de uma abordagem dos estudos agrários orientada aos atores (LONG; PLOEG, 2011). Através desta proposta metodológica, o estudo sobre o campesinato considera as possibilidades dos camponeses em resistir, elaborar estratégias e desenvolver inovações. A relação do camponês com os agentes externos (mercados, Estado, tecnologias...) não se dá de modo determinista. As estruturas econômicas do desenvolvimento rural, aqui não serão compreendidas como elementos superiores que organizariam a economia camponesa. A organização da economia camponesa e a maneira como essa economia se liga aos mercados, se fundamenta, portanto, no modo como os agricultores incorporam as estruturas externas e se relacionam ativamente com elas.

2.1 Campesinato e capitalismo

As possibilidades de reprodução do campesinato, e as repercussões da penetração das estruturas capitalistas de produção em sua organização social e econômica, demandam um conjunto de questões e debates que envolvem diferentes pesquisadores e abordagens teóricas. Um dos aspectos que aparece com mais frequência nesses debates tem relação direta com perspectivas preocupadas em entender os processos de penetração capitalista no campo, e sua capacidade de transformar e

subordinar, a seu modo, as formas camponesas de vida e trabalho. Nesse cenário, ganharam destaque no debate acadêmico abordagens clássicas do marxismo.

A perspectiva geral desses estudos considera que os modos camponeses de produção não resistiriam à força expansiva do capital. Seus efeitos sobre a economia camponesa poderiam ser sentidos através de processos de diferenciação interna do campesinato (LENIN, 1982), ou através da penetração da indústria na agricultura, subordinando e proletarizando trabalhadores rurais (KAUTSKY, 1968). Apesar das diferenças no tratamento dado ao objeto, ambas as perspectivas sinalizam para um processo necessário e eminente de desaparecimento desse segmento econômico, num cenário inevitável de proletarização dos trabalhadores rurais.

Esta abordagem clássica está amplamente relacionada com discussões a respeito dos processos de transformação nos planos histórico e econômico, considerados pelos autores de linha marxista como etapas necessárias para a consolidação das forças produtivas do sistema capitalista de produção, e posterior emergência de um modelo político-econômico superior. Desse modo, a modernização e as transformações das relações econômicas e do trabalho no campo são condições fundamentais para o avanço político e social.

A persistente reprodução do campesinato, mesmo em países de capitalismo avançado significaria, do ponto de vista dos autores, a existência de resquícios do sistema anterior (feudalismo) no interior das estruturas capitalistas de produção. O campesinato seria, então, um segmento econômico que limitaria as possibilidades de desenvolvimento pleno das forças produtivas e a necessária transformação social no meio rural. Daí a necessidade de consolidar as formas capitalistas de produção no campo, processo que passaria, necessariamente, pela transformação das relações de trabalho proletarizando a força de trabalho do camponês.

As transformações nas estruturas do campo e as pesquisas agrárias em diferentes contextos sociais, demonstraram que as previsões de decomposição do campesinato não lograram êxito. Pelo contrário, as formas econômicas camponesas persistem em se reproduzir, ajustando-se e coexistindo junto às estruturas econômicas capitalistas em diferentes contextos, e sobre distintos mecanismos. Essa “teimosia” e persistência camponesa chamou atenção de diversos pesquisadores que buscaram compreender os processos que permitiram sua reprodução, suas relações com as estruturas econômicas do capitalismo e os efeitos que essa relação pode produzir para as famílias camponesas, mesmo em contextos em que sua sobrevivência é considerada difícil.

Em contraponto às abordagens marxistas clássicas, Chayanov (1981) elabora um esquema teórico-metodológico que permite lançar um olhar diferente sobre o funcionamento e reprodução da economia camponesa. O autor elege o funcionamento do grupo familiar como objeto central de pesquisa no mundo rural. Assim, a composição da família camponesa, sua demanda de consumo, e a quantidade de trabalho necessário para a satisfação das necessidades familiares, são elementos que estão intimamente relacionados e, somente a partir deles, é possível elaborar esquemas teórico-metodológicos que permitam um melhor entendimento da organização econômica camponesa.

É na organização interna das famílias de trabalhadores camponeses que se deve buscar as explicações para sua manutenção e reprodução, em diferentes contextos e sobre distintas condições estruturais. As transformações da organização econômica e da divisão do trabalho camponês têm correlação direta, na perspectiva de Chayanov, com a demografia familiar. Dessa forma, a organização econômica da família camponesa depende diretamente do equilíbrio entre as necessidades de consumo interno familiar e a capacidade de mobilização da força de trabalho no interior da unidade familiar de produção.

A elaboração teórica de Chayanov (1981) contribuiu, de maneira significativa, para o entendimento da organização econômica camponesa, pois possibilitou ampliar a análise da relação entre campesinato e capitalismo, privilegiando a capacidade de autonomia e resistência das formas camponesas de produção. Portanto, é possível explicar a manutenção e reprodução do campesinato tendo como elementos explicativos centrais as motivações mais imediatas do trabalhador rural, suas condições locais, a disponibilidade de mão de obra nos lotes familiares, e as necessidades de consumo do agrupamento familiar.

A perspectiva chayanoviana, desse modo, possibilita ao pesquisador a aplicação de um modelo teórico que permite superar os limites das determinações macro/micro, minimizando o risco de tomar as relações sociais com base em formulações teórico-metodológicas rígidas, que diminuem a capacidade de autonomia dos camponeses e os percebem como resultado direto das influências e determinações dos mercados externos e das estruturas capitalistas de produção.

É importante destacar que Chayanov (2017) em outro trabalho, discute as possibilidades de correlação entre a economia camponesa e o capitalismo. Na oportunidade, o autor reconhece a capacidade das estruturas econômicas capitalistas em

influenciar e modificar o modo econômico camponês. No entanto, essa influência não é percebida pelo autor de maneira determinista e uniforme. Considerando a capacidade de resistência e sobrevivência do campesinato, Chayanov reconhece que esse segmento econômico “não permanece intocado pelo capitalismo”. Pelo contrário, a relação entre campesinato e capitalismo permitiria transformações relevantes no funcionamento da unidade familiar, que passa a sofrer influência da monetarização do consumo e produção.

Mas o que o autor destaca, e que é fundamental, é que os efeitos dessa relação (ou da penetração do capitalismo no campo) são muito específicos, e se diferenciam das transformações observadas no setor industrial.

Contudo, o fato de a economia camponesa ter demonstrado essa grande capacidade de sobrevivência na luta econômica universal pela existência, por si só, não significa que ela permaneceria intocada pelo desenvolvimento capitalista. O capitalismo, em razão das condições técnicas que descrevemos, foi incapaz de organizar a agricultura segundo os princípios de concentração horizontal e, invariavelmente, buscou outras formas de ganhar controle sobre a configuração anárquica da agricultura e de organizá-la segundo princípios capitalistas. Em lugar das formas não muito adequadas de concentração horizontal, a conquista do controle tomou a forma de concentração vertical. (CHAYANOV, 2017, p. 44).

Os camponeses, como resposta às ameaças externas, adotam estratégias de resistência através da cooperação econômica entre diversas unidades produtivas familiares. A formação das cooperativas camponesas seria, na visão do autor, uma garantia de produção alimentar em larga escala, e um mecanismo de organização coletiva capaz de viabilizar a inserção das famílias nos mercados agroalimentares, de maneira competitiva. O autor chama atenção para o desenvolvimento e inserção de diversas cooperativas camponesas no mercado agroalimentar da Rússia, no início do século XX.

Dessa forma, a cooperação é percebida pelo autor como uma estratégia acionada pelos camponeses que permite uma inserção nos mercados agroalimentares, ao mesmo tempo em que possibilita a manutenção da autonomia e características fundamentais das unidades familiares.

Portanto, para a agricultura camponesa, há apenas uma saída segura da situação, e essa começa a assumir excepcional importância. Essa saída reside na possibilidade – através da organização, segundo princípios cooperativos, de milhares de unidades – de capacitar os camponeses para criarem organizações fortes e especializadas que possam coordenar os orçamentos monetários das famílias através de mecanismos de comercialização em larga escala, que os atendam e sejam gerenciadas pelos próprios camponeses. Dessa forma, os camponeses poderão resistir à exploração capitalista com

suas próprias armas: empresas fortes, larga escala de volume de vendas e técnicas de gestão aprimoradas (CHAYANOV, 2017, p. 141-142).

Chayanov (2017) constrói, portanto, um argumento que permite perceber de que modo os efeitos dos processos de penetração do capitalismo na economia camponesa são marcados por uma diversidade de situações. O autor chama atenção para a existência de diferentes níveis de inserção camponesa no mercado. Quanto mais próximos de uma economia monetária, menor será a necessidade de se produzir, no interior do estabelecimento agrícola, as condições para a reprodução do grupo familiar (pois os bens de consumo serão adquiridos no mercado), e maior a possibilidade de dependência e ajustamento das necessidades familiares às flutuações de mercado e preço dos produtos e insumos agrícolas. No caso do movimento contrário (maior distância da economia monetária), a organização produtiva no interior da unidade camponesa será dotada de significativa complexidade, pois esta deverá ser suficiente para o sustento e reprodução da família.

A perspectiva construída por Chayanov exerceu influência significativa nos debates e estudos sobre a produção camponesa no mundo. Um dos seus grandes expoentes no século XXI, Ploeg (2016a), na tentativa de atualizar as contribuições da abordagem chayanoviana para os estudos agrários, conclui que a economia camponesa, mesmo sendo afetada e condicionada pelo capitalismo, não é diretamente governada por ele. Essa afirmação é de grande importância, pois a partir dela o autor reconhece a capacidade de influência e penetração do capital na agricultura, mas a considera limitada e parcial.

As características da economia camponesa e os equilíbrios (externos e internos) sobre os quais ela se ajusta serão determinantes para sua conduta, transformação e possibilidade de resistência. Serão esses equilíbrios (ou princípios), os mecanismos que tornarão possível aos camponeses, dependendo das condições e necessidades, se aproximarem ou se esquivarem dos mercados externos, em diferentes momentos e conjunturas (falaremos disso mais adiante).

Dentro dessa mesma perspectiva, Shanin (1980) afirma ser inegável a capacidade de penetração e influência das estruturas econômicas do capitalismo no campo. Para o autor, a expansão capitalista no campo viabiliza transformações na estrutura e organização econômica camponesa. No entanto, acreditar que o “capitalismo transforma em capitalismo tudo o que toca”, parece ser um grande exagero.

Na perspectiva de Shanin (1980), a confluência entre um modo de produção dominante (capitalismo) e as formas camponesas de produção possibilitam transformações complexas no mundo rural, resultando em mudanças significativas nas formas de viver e produzir no campo. No entanto, as abordagens que consideram que essas relações promoveriam, necessariamente, um processo de metamorfose que permitiria a transformação de unidades camponesas, num processo eminente de proletarianização desses trabalhadores, são imprecisas e limitadas em sua premissa.

As transformações observadas no mundo rural, deste modo, são dotadas de uma complexidade que produz resultados heterogêneos e dinâmicos. Os métodos de pesquisa a respeito das correlações entre mercados capitalistas e economia camponesa, não podem ser balizadas em esquemas teóricos “prontos” que determinam o futuro da agricultura e dos camponeses (ou o não futuro, como acreditavam aqueles que previam seu desaparecimento).

Por conta disso, é fundamental que a pesquisa sobre a relação entre o campesinato e o capitalismo seja permeada por uma cuidadosa vigilância epistemológica (SHANIN, 1980). Somente através de investimentos em pesquisas empíricas, como destacam Shanin (1980) e Ploeg (2016), e como fez Chayanov (2017), que tinha grande conhecimento sobre a agricultura russa, é possível desenvolver modelos teórico-metodológicos capazes de descrever a complexidade e a diversidade resultante das relações entre capitalismo e campesinato.

2.2. A inserção camponesa nos mercados agroalimentares

O impacto das transformações mercadológicas e tecnológicas na agricultura, nos processos internos de trabalho e nos meios necessários para a produção de alimentos, tem efeito determinante sobre a relação do produtor primário, particularmente os pequenos estabelecimentos (familiares ou camponeses), com a indústria produtora de insumos, fertilizantes, ferramentas, rações, etc., e com as agroindústrias de beneficiamento.

Envolvida nessa estrutura mais ampla de produção agroalimentar, a família camponesa se torna parte de uma rede complexa de atores setorizados ficando, com isso, exposta a influências dos setores industriais, ampliando os níveis de dependência e subordinação camponesa (GUIMARÃES, 1975). A imersão da agricultura nessa estrutura econômica, foi denominada por vários autores de “complexo agroindustrial”.

Este conceito, desenvolvido no Brasil por Guimarães (1975, 1982), e posteriormente reelaborado com mais profundidade por Muller (1989), pressupõe a inserção da agricultura produtiva e sua interligação para trás (com a indústria produtora de insumos agrícolas), e para frente (com a agroindústria beneficiadora e processadora de alimentos).

O modelo teórico do complexo agroindustrial coloca ênfase sobre os processos de transformação e modernização da produção agrícola, a partir da segunda metade do século XX no Brasil. As mudanças ocasionadas por uma profunda influência da tecnologia e da ciência agrária nos processos de trabalho e nas ferramentas de produção, promoveriam a unificação entre agricultura e indústria e ampliariam a interdependência e articulações entre os dois segmentos.

As diversas pesquisas a respeito deste tema permitiram a elaboração de diferentes abordagens, a partir das quais é possível colocar ênfase sobre distintos processos e implicações da intensificação da relação entre indústria e agricultura, sobretudo no favorecimento ou retração das formas camponesas de produção.

2.2.1 Integração agroindustrial e campesinato

Na tentativa de compreender os processos históricos e econômicos que tornaram possível a estruturação dos complexos agroindustriais no Brasil, Graziano da Silva (1996) desenvolveu um esquema de análise que permite sublinhar as etapas de transformação da agricultura nacional e a ampliação da tecnologia nos processos de produção agrícola. Dessa forma, o autor sugere pensar o processo de construção dos complexos agroindustriais brasileiros, em termos de uma periodização socio-histórica, dando destaque para a transição de uma agricultura baseada no complexo rural (sistema reproduzido até metade do século XIX) e na constituição dos complexos agroindustriais (consolidado no final da década de 1960).

A proposta lançada por Silva (1996) pressupõe a reprodução no Brasil, até o ano de 1850 – momento em que a lei de terras é promulgada no país e o tráfico negreiro é proibido pela legislação –, de um tipo de agricultura tradicional onde os meios de produção, os insumos necessários, os animais e a força de trabalho eram unificados às estruturas internas de produção. Este modelo de produção, a plantation, era essencialmente monocultor e voltado, principalmente, para o mercado internacional.

Silva (1996) acredita que as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, permitiram o desenvolvimento de um processo de modernização da produção e das relações de trabalho no interior das estruturas agrícolas. O autor, no entanto, focaliza sua análise no processo de transformações verificadas na região sudeste do país, uma vez que reconhece a permanente reprodução das formas de trabalho e produção anteriores, como o sistema de morada, nas regiões açucareiras (nordeste brasileiro).

A modernização do modelo de agricultura verificado permanece na passagem para o século XX, e se intensifica profundamente no período pós-guerra, momento em que o incremento de máquinas agrícolas, insumos industriais e fertilizantes apresentam um crescimento significativo no interior das propriedades rurais⁸. Mas seria somente a partir do final da década de 1960, que esse processo se consolidaria no país, uma vez que a indústria, nesse momento, estaria exercendo papel preponderante no fornecimento dos meios necessários à atividade rural, e como transformadora e beneficiadora dos alimentos. Neste cenário, a agricultura deixaria de produzir internamente os meios necessários à produção, e passaria a ter que estabelecer um conjunto de relações com agentes externos (a montante e a jusante) para garantir a continuidade da atividade.

Os estudos a respeito dos efeitos da unificação entre agricultura e indústria se desenvolveram amplamente no final do século XX (GUIMARÃES, 1975; BELATO, 1985; MULLER, 1989). Como pano de fundo, havia a compreensão de que os processos de modernização, tecnificação e industrialização minavam as unidades de produção agrícola por todos os lados. Seus efeitos poderiam ser sentidos na ampla dependência da agricultura em relação à indústria de insumos e aos mercados de produtos agrícolas, de modo que não seria mais possível produzir alimentos de maneira independente.

O principal efeito sobre o entendimento teórico metodológico da reprodução das atividades agrícolas no país, refere-se ao estabelecimento de uma compreensão de que os aspectos internos à produção rural (em especial, a produção camponesa) não seriam mais suficientes para os estudos a respeito desse tema, uma vez que o desenvolvimento dos complexos agroindustriais e o aumento da dependência camponesa deslocariam a centralidade das questões em análise para os processos de industrialização e

⁸ É importante sublinhar a importância da participação do Estado, através da concessão subsidiada de crédito para o setor, no processo de consolidação da aproximação e interdependência entre agricultura e indústria.

modernização agrícola – estes, vistos como os principais setores impulsionadores e com capacidade de determinar e controlar o desenvolvimento agrícola.

Neste sentido, as transformações tecnológicas no âmbito da agricultura produziram um aumento sensível dos níveis de dependência em relação à produção e comercialização. O produtor familiar se tornaria, nesse contexto, mais dependente da produção externa dos insumos industriais, fertilizantes, maquinários, defensivos, sementes, rações, combustíveis e medicamentos. Ao mesmo tempo, no âmbito da produção de mercadorias, intensificou-se a integração com as indústrias produtoras de alimentos, o que contribuiu para a consolidação da atividade como fornecedora de matéria-prima, diminuindo cada vez mais sua capacidade de produção de bens destinados ao consumo final. (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

O desenvolvimento desse tipo de recurso metodológico, produziu efeitos heterogêneos sobre as análises a respeito da reprodução e sobrevivência das unidades familiares e camponesas, nas diversas cadeias de alimentos. Nesse cenário, é possível pontuar duas abordagens centrais. A primeira, sublinha a possibilidade de aumento da dependência da produção agrícola em relação às estruturas econômicas e industriais circundantes. A segunda abordagem, questiona os níveis de subordinação e apontam para a necessidade de verificação das possibilidades de resistência e aumento da autonomia camponesa.

As possibilidades de aumento nos níveis de dependência e subordinação camponesa foram analisadas sob diversas perspectivas e condições. Belato (1985) levou em conta a capacidade de penetração da indústria no campo e a integração, a montante e jusante, concluindo que ambas promoveram um processo irreversível de modificação nos modelos de organização do trabalho agrícola reinventando os modos camponeses de produção, uma vez que viabilizaram sua subordinação à lógica de reprodução do capital.

A produção e intensificação da dependência camponesa foram analisadas por outros autores. Esses estudos colocavam em destaque as análises sobre a situação dos agricultores frente ao poder das empresas. Iório (1994) desenvolveu um estudo a respeito dos mecanismos que organizariam a integração camponesa a empresas agroindustriais. De acordo com a autora, essa integração pressupõe a transformação das unidades camponesas de produção em simples fornecedores de matérias primas de produtos de origem animal e vegetal como o fumo, uva, aves, leite e suínos.

Iório (1994) sublinha, ainda, a possibilidade de esta integração promover uma dependência quase integral das propriedades familiares de produção. Esta situação pode

ser percebida quando a relação comercial entre os agricultores e agroindústrias é regulada por um contrato formal ou verbal, através do qual é garantido o fornecimento exclusivo de determinada matéria prima à empresa contratante. Neste tipo de contrato, a agroindústria fica encarregada de disponibilizar os insumos, assistência técnica e, em última instância, o financiamento das instalações produtivas. Esta situação implica num controle pleno dos processos de produção no interior das propriedades camponesas. O modelo de integração dessa natureza significa, portanto, a perda integral da autonomia e capacidade de decisão camponesa, uma vez que coloca os agricultores numa posição desvantajosa e extremamente dependente.

É importante notar o caráter determinista dos trabalhos que evidenciam a subordinação camponesa. Nestes, é possível perceber grande preocupação em compreender de que modo os mecanismos mais gerais, como a modernização, incremento tecnológico e industrialização dos processos de produção, conformam as formas camponesas de produção, de modo a torná-las totalmente dependentes. Os camponeses, vistos como elo mais fraco dos complexos, cadeias, sistemas, etc., são percebidos como atores passivos, sem capacidade de resistir e elaborar respostas com potencial de diminuir os níveis de subordinação.

A excessiva ênfase nos processos de subordinação camponesa frente às suas relações com a indústria, motivaram a construção de novas pesquisas que tinham como finalidade principal colocar em questão as possibilidades e limitações da tese de uma completa subordinação da pequena produção. Por outro lado, chamava-se atenção para o problema do uso generalizado do conceito (RAMOS, 2007) e para a necessidade de se discutir formas heterogêneas (KAGEYAMA et al., 1990), a partir das quais as relações entre agricultura e a indústria poderiam se assentar.

Esses trabalhos foram, em sua maioria, balizados na análise de informação coletada em trabalhos de campo, em distintas realidades empíricas, e possuem o mérito de colocar em evidência os processos de resistência dos camponeses em relação ao cenário desfavorável construído a partir da intensificação de sua relação com a indústria (mercado de insumos e produtos). A perspectiva teórica metodológica proposta por esses autores sugere pensar de que modo os agricultores camponeses se integram às agroindústrias, e os percebe como agentes capazes de elaborar estratégias que favoreçam a autonomia dos grupos familiares.

Assim, foi possível perceber que os agricultores podem utilizar dois tipos de estratégias de resistência. A primeira estratégia, implica no desenvolvimento coletivo de

alternativas de diálogo e comercialização, através, particularmente da criação das associações, sindicatos e cooperativas (MIOR, 2003), como forma de ampliar a capacidade de negociação com as agroindústrias. Portanto, é possível criar modelos autônomos e considerados mais justos de comercialização, e fugir das armadilhas da integração exclusiva com as grandes empresas beneficiadoras de alimentos.

Outras estratégias foram observadas por Paulilo (1992), e consistem na reprodução de modelos policultores, no interior das propriedades familiares, e de estratégias que podem ser assimiladas aos processos de resistência cotidiana (SCOTT, 2002). A autora chamou atenção para a importância das práticas das vendas “por fora” – através das quais o camponês tem a possibilidade de comercializar com outros compradores, nos momentos em que os preços oferecidos pela agroindústria são considerados injustos –, e das práticas de “desvio de ração”, por meio da qual é possível utilizar o excedente dos insumos fornecidos pela empresa para alimentar outros animais da família, fortalecendo o caráter de diversidade da produção interna⁹.

Esse tipo de enfoque contribuiu para a compreensão de que a tese de perda integral da autonomia precisa ser questionada. O que ficou claro, ao longo do tempo, através dos estudos empíricos e etnográficos sobre o tema, foi a reprodução de uma convivência, mesmo que conflituosa, entre a agroindústria e a agricultura de base familiar diversificada.

Através desses estudos, é possível colocar em discussão o caráter dinâmico da relação entre campesinato e agroindústria, e questionar a suposta hegemonia da indústria sobre a agricultura. Nesta perspectiva, os agricultores são percebidos como sujeitos capazes de elaborar estratégias coletivas e individuais de resistência, que tornam possível a promoção da autonomia desses grupos familiares.

No entanto, é necessário levar em conta o contexto amplamente desfavorável aos agricultores familiares, e perceber o jogo de forças entre indústria e campesinato como um complexo e recorrente conflito. Wilkinson (1999) chama atenção para as situações em que o caráter diversificado da agricultura camponesa e sua capacidade de manter diferentes cultivos e criações, no interior dos seus estabelecimentos, representavam a possibilidade de pressionar para baixo o preço dos produtos integrados.

⁹ É importante destacar o caráter sigiloso das estratégias cotidianas e a noção local de justiça nas práticas de venda por fora e de desvio dos insumos, uma vez que as empresas lucram com o trabalho camponês rebaixando os preços.

Neste sentido, desenvolveu-se uma linha de pesquisa que argumentava que, ao invés de promover subordinação e especialização camponesa, a agroindústria convivia harmoniosamente com a integração parcial das unidades familiares, uma vez que poderia ter mais flexibilidade para praticar preços considerados muito baixos, pois o produtor diversificado tem a capacidade de sobreviver através de rendas alternativas.

A abordagem da coexistência demonstra a necessidade de se desenvolver estudos através de um enfoque teórico-metodológico, que coloque em evidência os processos de negociação, conflitos e intercessões entre a agricultura camponesa e as indústrias processadoras de alimentos. Esta perspectiva de análise sugere que os aspectos tradicionais da agricultura camponesa, os conhecimentos locais, os processos de trabalho, as tradições convivem, se ajustam e coexistem com os modelos mais modernos, produtos das inovações tecnológicas e das influências dos mercados de produtos e de insumos (CRAVIOTTI, 2017).

2.2.2 A convergência entre agricultura e indústria no capitalismo avançado

As limitações decorrentes de uma abordagem, que privilegia os mecanismos econômicos mais amplos e suas determinações sobre a reprodução de unidades camponesas de produção, e de uma abordagem alternativa que, por sua vez, toma a família camponesa, suas necessidades e condições locais como instrumento metodológico para entender a racionalidade do trabalhador rural, estimula a elaboração de pesquisas interessadas em avançar nesse debate. Estes estudos têm, em sua essência, a finalidade de entender os mecanismos que permitiram o desenvolvimento de formas familiares de produção, no interior das estruturas capitalistas, e enxergam na formulação do conceito de agricultura familiar, um caminho precursor.

Dentre essas pesquisas, destacamos os trabalhos de Abramovay (2012) e Veiga (2012) que demonstram de que modo a agricultura, nos países de capitalismo avançado, se estruturaram em ampla correlação com a agricultura baseada no trabalho familiar. Essa agricultura moderna está amplamente inserida nos mercados alimentares globais atendendo a exigências de produção e distribuição alimentar global.

Para pensar a inserção da produção agrícola familiar e os mercados alimentares capitalistas, Abramovay (2012) e Veiga (2012) sugerem a utilização da categoria agricultura familiar, em detrimento da de camponês. Para eles, não é possível designar a moderna agricultura de caráter familiar imersa nos mercados capitalistas alimentares de

campesinato, pois esta responde a um conjunto de características próprias dos processos de intervenção estatal, modernização agrícola, e um alto nível de inserção no mercado.

A construção dos sistemas agroalimentares dos países de economia central, vai se constituir tendo como base a produção agrícola baseada no trabalho familiar. Essas unidades produtivas são definidas através de seu alto nível de inserção mercantil, aquilo que Abramovay (2012) denomina de inserção completa nos mercados alimentares. A agricultura capitalista, especialmente nos países de capitalismo avançado, produziu um conjunto de transformações nas unidades de produção baseadas no trabalho familiar, que tiveram como consequência o desmantelamento do campesinato e a ascensão da agricultura familiar como segmento econômico, completamente imerso nos mercados agroalimentares.

A questão da inserção completa ou parcial nos mercados é elemento central na elaboração teórica dos autores, e vai determinar as possibilidades de reprodução da produção familiar no mundo. O campesinato pensado como uma unidade produtiva familiar que se insere de maneira parcial ou incompleta nos mercados, terá dificuldades de sobreviver frente às crescentes exigências das sociedades industriais.

Na visão dos autores, portanto, pensar o campesinato como uma unidade autônoma e a partir de seus equilíbrios internos, sem levar em conta o ambiente social onde a família camponesa se reproduz, impõe limites decisivos à análise. O comportamento econômico do camponês é definido e influenciado, continuamente, por critérios de ordem social que agem como elementos inibidores e limitadores de sua relação com outros agentes econômicos, o que tem efeitos significativos sobre sua inserção nos mercados alimentares.

As relações locais e os códigos sociais das sociedades camponesas (MENDRAS, 1978) conformam a racionalidade do produtor familiar e suas possibilidades de ação, limitando sua inserção plena nos mercados. Esta inserção parcial nos mercados alimentares se expressaria, segundo Abramovay (2012), nos mecanismos de alternatividade da produção camponesa. Esse conceito elaborado por Garcia Junior (1989), sugere que a produção oriunda da propriedade camponesa é caracterizada por uma flexibilidade no sentido de poder ser consumida dentro do próprio estabelecimento familiar, ou comercializada no mercado.

Para Abramovay, a possibilidade de levar ao mercado somente parte da produção familiar, ou de retirar seus produtos do mercado e deslocá-los para o consumo doméstico em distintas conjunturas, diferente de permitir uma maior autonomia

camponesa frente ao mercado, como sugerem Garcia Junior (1983, 1989) e Garcia Junior e Heredia (2009), é reflexo da condição de sujeição e dependência pessoal existente nas relações econômicas no campo, mais particularmente no contexto rural brasileiro.

O que determinaria a capacidade de inserção ou retração dos mercados, ou seja, o caráter parcial da integração econômica camponesa, é a formação localizada de monopólios na compra e venda de produtos. Isso quer dizer que a integração econômica dos camponeses se conformaria, de tal forma, que incorreria na influência individual de certos agentes econômicos sobre a formação dos preços. Nesse sentido, a produção camponesa não entraria livre no mercado, mas regulada por intermediadores típicos de uma estrutura agrária de patronagem, clientelismo e dependência.

A situação de elevada subordinação camponesa é possível, ainda, por conta de algumas características que atravessam a situação do campesinato brasileiro, assim pontuadas por Abramovay (2012):

1. O mercado de crédito é frágil ou inexistente. O crédito é obtido através de fontes locais e reafirmam as relações pessoalizadas de dominação no campo.
2. A compra de insumos industriais não passa por uma estrutura de livre mercado, mas é obtida pelos mesmos canais de comercialização balizados em relações pessoais e de dominação.
3. O camponês não dispõe de informações de mercado precisas e confiáveis, estas são confusas e erráticas, o que também reforça a dominação.
4. As dificuldades de transporte e comunicação reforçam o papel desempenhado pelas relações comerciais pessoalizadas no campo.

Envolto numa estrutura social extremamente desigual, a integração do camponês ao mercado não se dá de maneira plena. Tais relações econômicas sempre se conformam a partir de relações pessoais, que reforçam a situação de miséria e o distanciamento parcial do produtor rural em relação aos mercados agroalimentares. Por isso, o campesinato, em última análise, pode ser compreendido como um segmento do meio rural parcialmente inserido no mercado, tendo sua própria integração mercantil intermediada e limitada por relações pessoais assimétricas de caráter local.

No entanto, salienta o autor, os efeitos dos processos mais gerais de modernização da agricultura e da participação ativa do Estado, como organizador dos espaços agrários, terão como consequência o aumento dos níveis de influência da

sociedade envolvente e dos mercados sobre a agricultura, incidindo na destruição gradativa das formas camponesas de produção e na promoção e desenvolvimento de uma nova agricultura de base familiar.

A moderna agricultura familiar, resultante desse processo, estaria plenamente integrada nos mercados, e teria a capacidade de se adaptar aos novos patamares e exigências da sociedade e dos mercados alimentares, como também salienta Eli Veiga:

As grandes diferenças são basicamente duas: o grau de integração aos mercados e a própria limitação desses mercados. Os camponeses frequentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses. Os agricultores familiares operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos. (VEIGA, 2012, p. 205-206).

A completa integração da agricultura aos mercados agroalimentares vai, dessa forma, permitir o esvaziamento das condições sociais mais locais, em que o camponês se reproduzia enquanto segmento econômico, e promover a elaboração de estruturas de mercado duradouras sobre as quais a agricultura familiar vai se desenvolver. Tais estruturas de mercado foram descritas por Veiga (2012), a partir das seguintes características:

1. O crédito é abundante, disponível em mercados financeiros;
2. Os insumos podem ser adquiridos em qualquer quantidade, por preços razoavelmente competitivos;
3. As informações sobre tecnologias são amplamente acessíveis;
4. As informações sobre preços de insumos e produtos podem ser obtidas em nível nacional, refletindo o alto grau de integração dos mercados e das comunicações.

Schneider e Cassol (2014) se aproximam dessa perspectiva quando propõem pensar a agricultura camponesa e familiar, tendo como parâmetro as profundas diferenças existentes entre essas duas categorias. Para eles, seria um equívoco reducionista afirmar que a agricultura familiar não representa nada de novo em relação às denominações anteriores, que eram atribuídas em um nível conceitual e político ao campesinato.

O camponês, para os autores, deve ser entendido como uma categoria social e econômica ligada a processos históricos e políticos anteriores, onde o afastamento das áreas rurais, as informações imprecisas e as precárias condições de sobrevivência e produção limitavam sua reprodução e aproximação com agentes externos:

De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época. (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p. 231).

Ainda segundo Schneider e Cassol (2014), os agricultores familiares modernos não podem ser considerados camponeses, na medida em que sua reprodução social e econômica deixou de ser determinada pelas relações mais locais da comunidade rural, ou do povoado isolado. As transformações da agricultura, a aproximação rural-urbano e a interferência estatal no campo, possibilitaram uma integração mais duradoura entre a agricultura e o capitalismo. Atualmente, os agricultores recebem influências de diferentes níveis (sejam elas dos mercados, do estado ou das tecnologias), que cada vez mais determinam a reprodução das unidades familiares de produção.

As possibilidades de distinguir camponeses de agricultores familiares se impõem, de acordo com Guanziroli e Di Sabbato (2014), como elemento norteador, em última análise, para a construção das políticas públicas voltadas à pequena produção. Segundo os autores, os camponeses brasileiros:

[...] não tem todos os fatores de produção em linha e em condições de se integrar aos mercados: faltar-lhes infraestrutura (não tem estábulos, galpões, cercas, maquinários), falta-lhes educação básica para entender, por exemplo, as bulas dos defensivos, faltam-lhes saúde física para poder trabalhar, faltam-lhes calorias para desenvolver as atividades com energia suficiente. (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014. p. 101).

Os trabalhos de Abramovay (2012) e Veiga (2012), sem dúvida, contribuíram para romper com um conjunto de preconceitos vigentes, especialmente no Brasil, em relação à questão agrária e o papel desempenhado pela agricultura de base familiar na produção de alimentos. Uma agricultura estruturada na grande propriedade da terra e na subordinação da produção familiar, ao longo de séculos, ajudou a produzir uma imagem de atraso e descompasso entre a agricultura familiar e o desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira.

A demonstração de que a agricultura dos países centrais se desenvolveu através da fundamental intervenção estatal e participação dos estabelecimentos com base no trabalho familiar, produziu, ao mesmo tempo, um conjunto de transformações no campo, o que acabou por minar a reprodução do campesinato tradicional e permitiu o aparecimento de uma agricultura familiar altamente incorporada aos mercados agroalimentares.

Nesse sentido, na visão de Abramovay (2012) e Veiga (2012), o contexto econômico e político, em que o campesinato está inserido, acaba por impor uma série de transformações internas nas próprias comunidades camponesas, destruindo os mecanismos, baseados nas relações pessoais e de dominação, que determinavam as trocas econômicas e distanciavam, ao menos parcialmente, a produção camponesa dos mercados externos.

A destruição dessas estruturas de relações mais locais¹⁰ (a relação do camponês com o comerciante local, o proprietário de terras...) e sua substituição pelas relações impessoais de mercado, vão possibilitar uma relação duradoura da agricultura com os mercados. Portanto, é somente quando se rompe com uma das características centrais do campesinato, que está ligada à influência das relações pessoais nas trocas econômicas e que estas mesmas relações são, na visão dos autores, necessariamente assimétricas, é possível conceber a entrada livre e completa da agricultura de base familiar nos mercados agroalimentares.

2.2.3 Agricultura familiar como categoria analítica e seus problemas

É importante notar que as abordagens que privilegiam as transformações mais gerais da agricultura moderna, e sua influência em relação à reprodução das unidades familiares de produção, nos levam a um entendimento de que o capitalismo e suas consequências na agricultura agem de tal forma, que destrói as condições microssociais de existência do campesinato tradicional, e substitui os mecanismos locais de integração aos mercados agroalimentares pela informalidade e racionalidade econômica orientada pelos mecanismos de mercado.

Essa orientação teórica incide na compreensão de que a agricultura familiar moderna deve ser entendida como um segmento econômico novo, ligado aos processos mais recentes de modernização da agricultura, distinto do camponês. Não serão mais os elementos tradicionais do campesinato, as tradições, o peso da história, a sociedade de interconhecimento, a luta por autonomia, o peso das relações locais no comportamento econômico, e uma integração variável e imprecisa aos mercados agroalimentares, que

¹⁰ Essas estruturas mais locais de relações reproduzidas no campo brasileiro são consideradas, necessariamente, como relações assimétricas de dominação, conforme Abramovay (2012). De modo distinto, outras perspectivas (RADOMSKY, 2006; SABOURIN, 2009) sublinham que a existência de relações de solidariedade, parentesco, vizinhança ou reciprocidade, podem contribuir para o aumento da autonomia desses grupos em relação à sociedade envolvente.

definirão sua reprodução. Os agricultores familiares modernos se inserem, de maneira completa, nos mercados, e sua integração mercantil se dará sem qualquer intermediação sociocultural. Os mecanismos de mercado, por isso, terão peso significativo na reprodução desse segmento econômico.

Estruturado na demonstração que a moderna agricultura dos países de capitalismo avançado se estrutura, tendo como base as unidades produtivas apoiadas na mão de obra familiar, o argumento teórico de Abramovay (2012) e Veiga (2012) implica, portanto, na necessidade de produzir as condições necessárias para promover o reconhecimento do caráter estratégico da agricultura familiar e a modernização no campo brasileiro, através da participação decisiva do Estado.

A elaboração de perspectivas em defesa da incorporação da produção familiar, nos processos mais gerais de desenvolvimento da agricultura moderna, teve ampla influência na construção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil, a partir do final do século XX e início do século XXI. A criação do PRONAF- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, ainda nos anos 1990, que favoreceu a construção de uma política de créditos a juros reduzidos que privilegiava uma faixa de agricultores com menos recursos econômicos, e a promulgação da lei da agricultura familiar de nº 11.326 do ano de 2006, representaram importantes iniciativas que deram sustentação institucional para elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e incorporação da agricultura familiar nos mercados e na sociedade global (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A aderência dos interesses dos agricultores camponeses na formulação de políticas públicas voltadas à produção de alimentos no Brasil, e à própria participação ativa dos representantes dos trabalhadores rurais na construção dessas políticas, contribui para romper com uma tradição do Estado brasileiro em privilegiar a grande propriedade, confiando na nossa “vocação agrícola” e no desenvolvimento de uma moderniza o conservadora na agricultura (SILVA, 1982).

O reconhecimento legal e institucional de um conjunto de agricultores espalhados pelo país, sem d vida, contribuiu para a tipifica o e quantifica o da agricultura de pequeno porte, mas, ao mesmo tempo, favoreceu o que Niederle, Fialho e Conterato (2014) denominaram de engessamento dos estudos sobre a agricultura familiar brasileira. Esse engessamento limitaria o olhar dos pesquisadores a respeito dos diversos parâmetros que podem ser utilizados para pensar a heterogeneidade da agricultura familiar e camponesa.

Os processos de reconhecimento da importância da agricultura de “pequeno porte” para o desenvolvimento agrícola e produção de alimentos, levou ao uso generalizado da categoria “agricultura familiar” não somente nas políticas e debates no âmbito do Estado, mas, notadamente, nos estudos e pesquisas sobre a “pequena produção”. A larga utilização deste conceito, sem a necessária reflexão de seu valor metodológico para pensar as múltiplas realidades e iniciativas no campo brasileiro, pode nos levar ao erro, como destacado por Garcia Junior e Heredia (2009), de percebermos os agentes sociais somente quando estes são reconhecidos e nomeados pelo Estado, desse modo:

Perde-se de vista que o debate intelectual, ou a sequência de mobilizações políticas, pode constituir instâncias decisivas de crítica das classificações do mundo social em vigor, de nomeação de novas possibilidades. Por que aceitar que apenas o exercício do poder de Estado dotaria um conjunto de indivíduos e agentes econômicos de existência legitimada? Para abrir o espaço à mobilidade de grupos dominados não há nada de pior, pois toda atividade intelectual parece só ter validade quando voltada para a competição pelo exercício de mando de Estado. (GARCIA JUNIOR; HEREDIA, 2009, p. 215).

Deste modo, é importante assumir uma postura de vigilância epistemológica na construção do conhecimento a respeito da agricultura (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Para isso, é importante, a nosso ver, concentrar esforços no sentido de correlacionar as contribuições analíticas construídas até aqui, com as transformações empíricas possivelmente observáveis nos planos macro e microssocial. Assim, será possível perceber a diversidade interna da agricultura familiar e camponesa existente e reproduzida nos diferentes espaços sociais.

2.2.4 A heterogeneidade da agricultura familiar e camponesa

O entendimento recorrente de que as transformações e condições sociais que permitiram o desenvolvimento da moderna agricultura familiar, expurgam e minam as possibilidades de reprodução do campesinato e suas raízes histórico-sociais, e estimula a elaboração de abordagens alternativas que se fundamentam no entendimento de que as transformações mais gerais do capitalismo devem implicar em distintas consequências sobre a reprodução da agricultura. No entanto, tais transformações devem ser analisadas levando em conta o peso dos mecanismos constitutivos do campesinato enquanto segmento econômico e social.

Diante desses desafios, se destacam perspectivas que buscam acentuar as possibilidades de reprodução diversificada no interior das formas familiares de produção, (LAMARCHE, 1993) e a observação dos processos de rupturas, especialmente de continuidades no mundo rural a partir das mudanças mais gerais oriundas da modernização da agricultura (WANDERLEY, 2009).

Lamarche (1993) pensa a agricultura tendo como parâmetro o nível de inserção da unidade produtiva nos mercados agroalimentares. Considerando as amplas possibilidades e as heterogeneidades da produção agrícola de base familiar no mundo, o autor propõe trabalhar com uma definição teórico-metodológica ampla que permita, ao mesmo tempo, envolver as distintas possibilidades de reprodução dessa agricultura em diferentes contextos. Portanto, define produção familiar como “*uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família*”. (LAMARCHE, 1993, p. 15, itálico do autor.).

A elaboração conceitual e a definição da categoria “produção familiar” como conceito orientador, em vez de “agricultura familiar” ou “campesinato”, revela a preocupação do autor em construir um instrumento metodológico que dê conta da diversidade das agriculturas no mundo. Desse modo, Lamarche (1993) está tentando se afastar de uma abordagem, que compreende os efeitos da modernização da agricultura e produz resultados homogêneos, sugerindo, por exemplo, que as transformações mais gerais do capitalismo agrário produziriam, necessariamente, a transformação dos camponeses em uma agricultura familiar altamente integrada aos mercados.

A definição teórica do autor permite, ainda, considerar casos limites que envolvem: a) os processos de modernização da agricultura e seus efeitos sobre o funcionamento da exploração familiar, no caso dos estudos sobre a intensa inserção mercantil dos agricultores familiares; e b) as análises que privilegiam a autonomia e a inserção parcial dos camponeses nos mercados de alimentos, dando destaque para a capacidade de resistência desse segmento econômico. Os casos limites representariam a expressão de distintas formas familiares de produção, e não um processo linear de transformação de uma agricultura camponesa em um novo segmento econômico (agricultura familiar).

O cuidado metodológico de Lamarche (1993) se expressa, também, no esforço de trabalhar com uma ampla equipe de pesquisadores de diferentes regiões do mundo. Isso permitiu a elaboração de uma obra capaz de sublinhar as particularidades mais

locais dessas agriculturas, ao mesmo tempo em que viabilizou o desenvolvimento de um olhar mais amplo a respeito da heterogeneidade das formas familiares de produção.

Nesse sentido, estabelece como critério de análise os possíveis mecanismos que serviriam de eixo condutor para reprodução das unidades familiares de produção. O patrimônio sociocultural, o passado incorporado e a tradição (que ele denomina Modelo Original) são elementos que influenciarão as decisões e os caminhos traçados pelo grupo familiar, bem como um futuro materializado e os projetos familiares que virão (Modelo Ideal).

Pensar o comportamento da produção familiar na elaboração teórica de Lamarche (1993), é tentar entender de que modo o conhecimento acumulado, as perspectivas para o futuro e as condições políticas impostas pela sociedade global definirão as possibilidades de reprodução e, em última análise, a extinção dos agrupamentos familiares.

Embora o esforço em buscar construir uma abordagem adequada para a compreensão da heterogeneidade da agricultura familiar, e suas possíveis variações nos distintos contextos econômicos e políticos, o autor entende que nos países industrializados muitas unidades desapareceram (ou desaparecerão) pelo fato de não terem a capacidade de se adaptar e modificar seu sistema de produção quando as exigências de mercado assim determinam:

As explorações que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado. Nos países industrializados, muitos dos exploradores desapareceram por que não puderam, quando foi preciso, modificar seu sistema de produção a adaptá-lo às novas exigências de mercado, sem dúvida por serem muito dependentes do seu “Modelo Original”. (LAMARCHE, 1993, p. 21).

Os produtores mais resistentes à mudança e com maior risco de desaparecimento seriam aqueles mais próximos do modelo camponês, onde a história e as tradições têm um peso significativo na formulação e reprodução desse segmento econômico. No entanto, o autor demonstra igual preocupação com os casos de estabelecimentos altamente integrados no mercado. Essas explorações, geralmente mais capitalizadas e com maior capacidade de adaptação às exigências de mercado, se distanciariam de tal forma do seu patrimônio sociocultural constitutivo, que perderiam a capacidade de encontrar soluções alternativas frente às intempéries de natureza mercadológica.

Nesse contexto de análise, o autor conclui que:

Tudo isso nos leva a formar a hipótese de que, nas sociedades dominadas pela economia de mercado, quanto mais à exploração estiver próxima dos

modelos extremos (**Modelo Original e Modelo Ideal**) menos ela poderá acomodar as restrições que se apresentem a essas sociedades e, por isso, mais dificuldades terá de assegurar sua reprodução. (LAMARCHE, 1993, p. 21, **negrito nosso**).

No pano de fundo da construção metodológica, está a necessidade de se compreender a reprodução da produção familiar tendo, como eixo norteador, a ideia de que o passado incorporado e as influências externas mais recentes (como a industrialização agrícola e a intervenção estatal) agem conjuntamente no sentido de estruturar a produção familiar e as decisões do agricultor. Nesse sentido, as tradições camponesas e as inovações da moderna agricultura familiar devem ser percebidas não como antagônicas, mas relacionais, numa simbiose onde o passado e o futuro cumprem papel determinante.

De modo semelhante, Wanderley (2009) não nega os efeitos das transformações mais gerais do capitalismo na agricultura. A autora, por um lado, reconhece o papel dos processos de modernização agrícola sobre as unidades camponesas de produção, no sentido criar um novo patamar para o meio rural definido pela sua inserção na economia global. Por outro lado, entende que essas transformações não devem ser compreendidas de modo linear e unilateral.

A integração global da agricultura não produziu, no entendimento da autora, as condições para a reprodução de uma forma social de produção única e homogeneizada. Nesse sentido, lança importantes críticas a abordagens que consideram o agricultor familiar como um segmento econômico novo, produto das condições modernas de agricultura, descolado de seu ancestral camponês.

A abordagem de Wanderley (2009) se estrutura, desse modo, a partir de importantes críticas a perspectivas que consideram a reprodução da agricultura familiar, necessariamente como produto das condições de desenvolvimento de um capitalismo avançado na agricultura. Para esta autora, estas perspectivas se aproximam de uma abordagem evolucionista quando consideram o campesinato como uma forma social de produção intimamente ligado a condições histórico-sociais anteriores, incompatível, portanto, com as estruturas modernas de produção e com as exigências de natureza mercadológica.

Tais perspectivas nos levam, ainda, a perceber os efeitos da modernização da agricultura e suas consequências sobre a produção agrícola de base familiar, tendo como base a ênfase nos processos de ruptura que opõem as categorias de camponês

(tradicional) e agricultor familiar (moderno). Na tentativa de fugir dessa oposição, a autora sugere que os estudos sobre o campesinato devam levar em conta as implicações e as transformações impostas pelas mudanças mais gerais do capitalismo agrário, e observar, ao mesmo tempo, a capacidade da unidade familiar de produção em oferecer resistência, mantendo elementos tradicionais ligados à tradição camponesa.

Para Wanderley (2009), a incorporação da produção familiar nos processos mais gerais de modernização da agricultura não produziu, certamente, um novo agente econômico, distinto do camponês. No entanto, segundo a autora, não é mais possível pensar a agricultura moderna tendo como base as formulações clássicas do campesinato. As condições globais de produção impõem a esses trabalhadores um conjunto de mudanças que afetam a forma de produzir e a vida social dos agricultores.

Nesse cenário, Wanderley (2009) desenvolve uma proposta teórico-metodológica que busca sublinhar a) os processos de ruptura, ou seja, as mudanças impostas pela economia envolvente; e b) os processos de continuidade, dando destaque para a sobrevivência de elementos ligados à tradição camponesa e o funcionamento da unidade familiar de produção.

A proposta teórica da autora auxilia na construção de um olhar diferenciado dos processos de transformação da agricultura. Através dela, é possível reconhecer a inserção do campesinato nos mercados agroalimentares e sua influência sobre a reprodução dessas unidades familiares. No entanto, isso não abole a tradição camponesa que existe e se reproduz dentro da própria agricultura familiar moderna.

Observando as possibilidades de mudança e manutenção, Wanderley (2009) propõe pensar a agricultura familiar como uma categoria, necessariamente genérica e portadora de grande diversidade interna. Desse modo, a autora nega as perspectivas que fazem uma distinção conceitual bilateral de agricultura familiar e campesinato, e sugere que a agricultura camponesa pode ser compreendida como uma variante da própria agricultura familiar. Neste sentido, os próprios agricultores familiares devem ser pensados como uma categoria portadora de um passado camponês:

De fato, grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir, sobre outros moldes o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros. (WALDERLEY, 2015, p. 31).

Dessa maneira, a autora se aproxima da abordagem proposta por Lamarche (1993), quando busca desenvolver um esquema de análise que permite a observação da

diversidade das formas familiares de produção, os diferentes níveis de inserção desse segmento econômico no mercado envolvente, e as possibilidades de resistência e manutenção de formas mais próximas do campesinato tradicional.

A economia de mercado, deste modo, tem a capacidade de impor limites à reprodução do campesinato. Isso não quer dizer, no entanto, que as possibilidades de elaborar resistência e de manter formas tradicionais de produzir e viver não sejam mais possíveis:

Considerar o camponês como um ator social específico significa afirmar que sua reprodução não se explica apenas pela subordinação ao capital, mas também pela sua própria capacidade de adaptação e resistência. Três conceitos são acentuados nessas análises: o cálculo econômico específico do camponês, o modo de vida e a economia moral, isto é, os valores que orientam o modo de vida e a forma de produzir do campesinato. (WANDERLEY, 2011, p. 83).

Um dos elementos que distingue a produção teórica de Wanderley (2009) com relação a Lamarche (1993), todavia, é o peso que a autora imputa ao patrimônio sociocultural dos camponeses para conformação desse segmento econômico, as possibilidades de reprodução, e o caráter de sua relação com o mercado. Especialmente nos estudos sobre o campesinato brasileiro, a autora defende que não é possível ter uma compreensão adequada dos efeitos da modernização no campo, sem levar em conta a influência do passado incorporado, das tradições e da história social do campesinato nacional¹¹:

Pensando mais concretamente na realidade brasileira, creio ser necessário sublinhar alguns dos aspectos específicos de sua História, que estão diretamente associados às questões que estamos tratando. A este respeito, proponho a hipótese de que os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, têm uma história camponesa. Não correspondem, portanto, a nenhuma invenção moderna, produzida exclusivamente pela ação do Estado. Porém, estes mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses – é profundamente afetada por este processo de integração econômico-social. (WANDERLEY, 2009, p. 196).

Nessa perspectiva, a análise diacrônica da constituição histórica dos camponeses se impõe como etapa fundamental nos estudos sobre o campesinato e suas transformações. É, portanto, na correlação entre as experiências acumuladas historicamente e os novos desafios impostos pelas transformações mais gerais da

¹¹ A construção de uma abordagem que toma as raízes histórico-sociais dos grupos camponeses como elemento central motivou a construção do Capítulo 3 desta tese que faz uma discussão a respeito da trajetória camponesa na microrregião de Imperatriz.

agricultura, que o campesinato vai se constituir como um segmento diferenciado; e são também estes elementos (passado e presente) que definirão os mecanismos de integração dos camponeses aos mercados agroalimentares.

A abordagem proposta por Wanderley (2009) e Lamarche (1993), sugere pensar a agricultura a partir da correlação entre o patrimônio sociocultural e as condições econômicas e políticas em que os agricultores estão inseridos. Levar em conta as condições mais locais, em que essa agricultura é posta em curso, é fundamental para elaboração de uma compreensão mais detalhada das heterogeneidades da agricultura camponesa e familiar. No centro da elaboração teórica dos autores, está a necessidade de investimento na pesquisa empírica, nos estudos mais locais e globais a respeito da agricultura.

2.3 O camponês como ator social

Os diferentes estudos sobre o comportamento da agricultura camponesa e sua relação com as transformações mais gerais da economia, oferecem distintas perspectivas e modelos metodológicos. Conterato et al. (2011) sugerem que essas diferentes abordagens podem ser sumarizadas entre uma perspectiva mais liberal, e outra mais próxima do neo-marxismo. Ambas reúnem esforços na tentativa de compreender os efeitos da expansão capitalista no campo, embora haja profundas divergências quando se trata da análise a respeito de seus resultados para a atividade e vida do trabalhador rural.

Enquanto os liberais colocam a ênfase sobre os benefícios relacionados às possibilidades de aumento nos níveis de escala, incremento tecnológico e produção de um bem estar no campo, trazido, necessariamente, pelos processos de modernização, incremento tecnológico e mercantilização da agricultura, os autores de linha neo-marxista se esforçam em sublinhar o lado perverso desse processo, demonstrando que o aumento dos níveis de integração camponesa não produz, necessariamente, desenvolvimento no campo e melhorias na vida dos trabalhadores, mas, em última análise, intensificaria a subordinação e exploração do trabalhador rural.

O que demarca as principais diferenças das perspectivas apresentadas, são os diferentes entendimentos a respeito dos efeitos, ou seja, dos resultados da expansão e inserção camponesa em relação aos mercados agroalimentares. No entanto, ambos os modelos metodológicos possuem semelhanças no momento em que tomam, como

elemento privilegiado de análise o que Norman e Ploeg (2011) denominaram de “forças externas”, ou seja, os mercados, as tecnologias e a intervenção estatal, etc. Essas forças externas segundo os autores:

[...] restringem a vida das pessoas, reduzindo sua autonomia e, no final, subestimando formas nativas ou locais de cooperação e solidariedade, resultando em uma crescente diferenciação econômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e empresas econômicas e políticas poderosas. Nesse sentido, não parece importar muito se a hegemonia do estado é baseada na ideologia capitalista ou na ideologia socialista: a verdade é que sempre ocorrem tendências similares em busca de uma crescente incorporação e centralização. (LONG; PLOEG, 2011, p. 23).

As conclusões oferecidas pelas abordagens estruturais, são limitadas no momento em que tomam as condições mais gerais da economia como elemento determinante para o desenvolvimento da agricultura. Essa perspectiva limita as possibilidades de reprodução das heterogeneidades no mundo rural, e concebe o camponês como um grupo social necessariamente homogêneo, resultado dos estímulos externos e dos processos de modernização através das iniciativas de incremento tecnológico, intervenção estatal e integração mercadológica. Essas estruturas externas limitariam a reprodução da agricultura camponesa, reduzindo sua autonomia e, em última análise, subordinando formas locais de vida e produção.

Uma das principais vantagens de uma perspectiva orientada aos atores (LONG, 1982; LONG; PLOEG, 2011) é que ela parte de um interesse central em explicar a elaboração de respostas diferenciadas a estruturas macroeconômicas semelhantes. Tal perspectiva surge da tentativa de explicar os mecanismos que dão sustentação para existência e reprodução de formas diversas de agricultura mesmo em contextos e estruturas pretensamente homogeneizantes. A própria heterogeneidade como característica da agricultura camponesa é explicada, nesse contexto, como produto da capacidade de agência dos agricultores. Os camponeses se relacionam ativamente com as estruturas macroeconômicas, elaborando estratégias através das quais sua sobrevivência e resistência são possíveis, mesmo em contextos que, à primeira vista, favorecem sua marginalização.

É fundamental destacar que a proposta metodológica orientada aos atores, elaborada por Long e Ploeg, reconhece a importância das influências externas para a conformação das condições locais e possibilidade de agência dos camponeses. Para estes autores, as perspectivas que dão ênfase às estruturas e também àquelas que privilegiam o ator social, têm limitações no momento em que não são capazes de

capturar as inter-relações entre as condições macroeconômicas e as iniciativas mais locais de organização.

Na intenção de elaborar uma abordagem capaz de perceber a dinâmica das relações no campo, os autores lançam mão do conceito de agência nos seguintes termos:

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo em condições sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são detentores de conhecimento e capazes. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas. (LONG; PLOEG, 2011, p. 25).

A noção de agência implica na capacidade que o indivíduo tem de provocar uma mudança em relação ao curso ordinário das coisas, ou das relações reproduzidas e institucionalizadas no seio de uma determinada sociedade. Isso quer dizer que os agentes sociais são capazes de exercer influência sobre suas condições de reprodução mesmo em situação de extrema dependência e subordinação. (LONG; PLOEG, 2011).

A capacidade de agência, no entanto, não pode ser entendida como um simples atributo individual. Ela não diz respeito somente às intenções que as pessoas têm de realizar alguma coisa. A utilização da noção de agência como conceito sociológico suscita, deste modo, o estabelecimento de relações sociais entre diferentes indivíduos ou grupos. Em última análise, a capacidade depende da construção e manipulação de uma rede de relações sociais.

Long (2007) faz questão de estabelecer uma distinção entre a abordagem centrada nos atores sociais de um conjunto de trabalhos, ligados ao que ele denomina de extremo individualismo metodológico, que coloca ênfase nas capacidades individuais, nas motivações, nos interesses, em última análise, inatas do homem. Esse tipo de abordagem possui limitações, pois oferece a construção de um modelo ocidental etnocêntrico da ação econômica, uma vez que a conduta humana é baseada em um utilitarismo que nega a importância das condições históricas, sociais e culturais.

As ações e iniciativas elaboradas pelos atores sociais são resultado da sua condição de agência, e a escolha das estratégias adotadas pelos mesmos atores depende do uso implícito ou explícito de meios discursivos disponíveis. Esses meios discursivos não são compreendidos como características inerentes aos próprios atores, mas devem ser entendidos como parte de um estoque de conhecimentos e recursos à disposição dos diferentes atores. Esta noção de que as ações e estratégias adotadas pelos atores sociais

se encontram disponíveis na sociedade, contribui para romper com a compreensão de que esses conhecimentos não devem ser entendidos como inerentes às pessoas, mas como construídos e partilhados por diferentes indivíduos e grupos sociais.

Embora essa perspectiva possibilite colocar em evidência a capacidade de agir, resistir, produzir e inovar dos camponeses, ela pouco oferece no que diz respeito à consideração do papel do conhecimento incorporado e que, a nosso ver, tem importante influência na organização da vida no campo e nas decisões mais imediatas do camponês. Nesse sentido, consideramos a abordagem teórico-metodológica de Bourdieu (2000) mais adequada quando este considera o agente social a partir do processo de interiorização e exteriorização de saberes, e disposições sociais construídas e partilhadas entre indivíduos de uma sociedade, como destacado por Long (2007, p. 43-44):

Muitos desses estudos foram insuficientes devido à sua tendência em adotar uma visão voluntarista dos processos de tomada de decisão e das estratégias transacionais que davam um peso insuficiente à análise de como as escolhas individuais eram formadas por estruturas maiores de significado e ação (isto é, por disposições culturais, ou pelo que Bourdieu chamou de *habitus* ou “história incorporada”, e pela distribuição de poder e recursos num plano mais vasto).

O conjunto das disposições interiorizadas resulta da posição do agente social em determinada estrutura, e é colocado em prática no contexto da ação e enfrentamento de situações cotidianas. O reconhecimento da importância do papel das disposições sociais, incorporadas para o sentido da ação camponesa, contribui para contrapor perspectivas que consideram a capacidade de agir como resultado da razão estratégica e racional inata do homem. Nesse sentido, a própria disposição para agir é elaborada e reelaborada no bojo das relações sociais.

O que queremos dizer é que os camponeses não devem ser vistos como atores sociais esvaziados de conteúdo sócio-histórico. Nesse sentido, as próprias estratégias ativamente elaboradas pelos camponeses devem ser compreendidas como resultado da inter-relação entre as propriedades dos agentes sociais e as condições sociais mais imediatas. As decisões do camponês, seu processo de produção e sua relação com os mercados são produto das disposições historicamente incorporadas e dos desafios e obstáculos estruturais colocados.

A lógica de produção e reprodução do camponês e agricultor familiar não pode se dar, *a priori*. O estudo sobre a produção agrícola não pode se dar, considerando os processos de transformação mais gerais da agricultura capitalista como elemento determinante. Isso não quer dizer que os estímulos externos não sejam importantes na

análise da reprodução das unidades agrícolas familiares. Entretanto, apesar das estruturas agrárias exercerem uma significativa influência sobre o funcionamento da produção familiar, tais estruturas não determinam seu funcionamento como um todo.

O desafio colocado por esta abordagem refere-se, fundamentalmente, à necessidade de se verificar as implicações das inter-relações estabelecidas entre as condições estruturais, os contextos de ação, os preços dos insumos, as de inserção nos mercados de produtos, e as respostas elaboradas pelos atores sociais, levando-se em conta sua capacidade de agência e de elaborar estratégias. Por isso mesmo, uma abordagem centrada no ator deve inspirar-se em estudos baseados nas experiências locais, através de um esforço etnográfico de entendimento da vida social e das implicações das mudanças mais gerais sobre os atores:

A vantagem de uma abordagem centrada no ator é que se pretende capturar com precisão os temas mediante um entendimento etnográfico sistemático da vida social e dos projetos de desenvolvimento – desde sua concepção até sua realização –, assim como as respostas e experiências vividas pelos atores sociais localizados e afetados distintamente. (LONG, 2007, p. 45).

A consideração de que os agricultores possuem a capacidade de resistir, de elaborar estratégias e de produzir inovações frente aos estímulos externos (seja de mercado ou institucionais), que venham a favorecer ou marginalizar suas possibilidades de reprodução significa, em última análise, fazer uma escolha metodológica. Essa escolha metodológica implica na instrumentalização de uma perspectiva teórica que privilegie a unidade familiar, sua racionalidade, suas condições locais (e isso implica nas condições ecológicas), seu patrimônio sociocultural e suas perspectivas para o futuro, sem perder de vista a importante influência das condições estruturais e mercado para suas possibilidades de ação.

2.3.1 A contribuição do conceito de estilos de agricultura

Ploeg (2008), em determinada oportunidade, argumentou que os pesquisadores sobre o mundo rural, especialmente os estudos a respeito da agricultura camponesa e familiar, centraram suas preocupações, por um longo período, na análise dos mecanismos que permitiram as metamorfoses da atividade agrícola¹². O interesse desses pesquisadores era o de entender o caráter dessas transformações, dando ênfase à

¹² Sobre este aspecto, Ploeg (2008), parafraseando Silvia Pérez Vítoria, afirma que *personne ne voulait les entendre; on était trop occupés à se modernizer*.

capacidade do capitalismo agrário em impor um conjunto de parâmetros pelos quais o trabalhador rural deveria seguir em seu lote.

Ainda nesses estudos, as mudanças orientadas pelos processos agrários mais gerais aparecem como dado incontestável. Não há nesta perspectiva, qualquer consideração em relação à possibilidade da família camponesa em produzir resistência ou respostas, de acordo com seus interesses e necessidades. Os camponeses, neste cenário, são dotados de um caráter passivo, como simples receptores de estímulos externos que determinarão os caminhos e condições de sua reprodução, enquanto um setor estratégico da economia global.

Esses estudos se filiam a uma abordagem que centra seus interesses nas transformações mais amplas do capitalismo agrário global. A abordagem dos regimes alimentares (McMICHAEL, 2016) sugere correlacionar os processos mais gerais de desenvolvimento do capitalismo e as relações sociais de produção ligadas ao mercado agroalimentar. O interesse principal desses estudos é entender o modo como a agricultura se organiza, e está submetida a um conjunto amplo de iniciativas de ordem política e econômica do mundo globalizado.

A abordagem dos regimes alimentares, portanto, se baseia no argumento de que a produção e a circulação de alimentos são determinadas por uma sucessão de estruturas regulatórias de caráter global:

O projeto de regime alimentar surgiu, assim, como uma iniciativa metodológica para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar. Segundo ele, episódios de reestruturação e transição são delimitados, por períodos de padrões estáveis de acumulação. Trata-se de uma abordagem intrinsecamente comparativa da recente história mundial, pois os regimes alimentares oscilam em função do reordenamento político, em uma dinâmica mutuamente condicionante. (McMICHAEL, 2016, p. 15).

A agricultura deve ser pensada tendo como fundamento os períodos ou estágios, mais ou menos estáveis, de organização capitalista da produção alimentar, e também os processos de transição que permitem as transformações estruturais do sistema global de produção agrícola. De acordo com Niederle e Wesz Junior (2018), apesar das distintas abordagens, é possível identificar três grandes períodos históricos que organizam esse sistema alimentar mundial.

O primeiro regime alimentar, denominado “imperial-colonial”, ocorreu entre os anos 1870 e 1920. Este regime se caracteriza pela hegemonia do Império Britânico, e se estruturou pela incorporação dos países periféricos como economias exportadoras de matéria-prima e alimentos. O segundo regime, denominado “mercantil-industrial”, se

consolida a partir dos anos 1940, no contexto do pós-guerra, e se caracteriza pela constituição de um novo padrão de organização político-econômica, controlada pelos estados nacionais, e sobre a hegemonia norte-americana. O terceiro e último regime alimentar, denominado “neoliberal-financeiro”, teve início nos anos 1980, e perdura até os dias de hoje. Este regime, tem como principal característica a significativa influência do setor financeiro e das corporações transnacionais, na organização da agricultura mundial, e a predominância de países como a China e os Estados Unidos como centros de poder político-econômico (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Uma das principais críticas feitas a essa abordagem, está ligada à consideração de sua excessiva generalização, o que levaria à construção de imagem predominantemente unitária do sistema agroalimentar (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). A instrumentalização metodológica dessa abordagem oferece, pois, a possibilidade de se compreender os processos mais gerais de reprodução e transformação da agricultura a nível mundial.

No entanto, essa mesma abordagem oferece poucas alternativas aos estudos interessados em compreender o universo microssocial e as variedades espaciais, onde as atividades agrícolas são postas em prática e a partir das quais elas se reproduzem. Isso quer dizer que a perspectiva dos regimes alimentares não consegue oferecer respostas satisfatórias quando tenta compreender a heterogeneidade da produção agrícola.

Em contraponto, e na tentativa de elaborar uma abordagem centrada na heterogeneidade das formas localizadas de agricultura, Ploeg (1994) propõe a instrumentalização do conceito de “estilos de agricultura” que ele designa como:

[...] um complexo integrado de noções, normas, elementos de conhecimento, experiências etc., realizadas por um grupo de agricultores em uma região específica que descreve o caminho e como a práxis agrícola deve ser realizada [...] os estilos de agricultura implicam uma estruturação específica do processo de trabalho, da organização do tempo e do espaço como dimensões concretas, e conseqüentemente, os estilos de cultivo resultam de uma organização e estruturação particular do processo no nível da empresa agrícola. (PLOEG, 1994, p. 17).

Trabalhando com uma definição estreita, Ploeg (1994) tenta fugir de uma abordagem ampla dos processos de produção agrícola. Para o autor, os estudos a respeito da agricultura devem centrar seus interesses sobre as experiências localizadas e o saber fazer agrícola, específico de um determinado grupo social. Portanto, na construção metodológica do autor, as dimensões da “localidade” e da “cultura” são centrais para a análise das variedades dos estilos de agricultura.

As práticas e experiências realizadas por um grupo de agricultores, dentro de uma localidade específica, constituem os padrões culturais locais. É através deste conhecimento, produto da prática camponesa cotidiana e incorporado nas formas locais de fazer agricultura, que a família camponesa se relaciona com os agentes externos a ela. Esses padrões vão se estruturar como elementos constitutivos dos processos de elaboração de respostas, ativamente construídas pelos trabalhadores em relação aos desafios impostos pelas condições ecológicas locais, relações comerciais mais amplas e pelas políticas agrárias.

Nessa perspectiva, a abordagem dos estilos de agricultura lança o olhar sobre os processos e as relações sociais de produção no campo, tomando a família camponesa, as condições e os saberes locais como elemento metodológico central. As estruturas externas e seus efeitos sobre a unidade familiar não são entendidas como elemento determinante na análise. Aqui, as posições se invertem, pois são as respostas elaboradas pelos camponeses, o modo como a unidade familiar se relaciona com os mercados, e o Estado, que são determinantes.

Por conta disso, esta abordagem sofre importantes críticas, por ter dificuldades de considerar os efeitos das estruturas sobre a reprodução e ação da família camponesa. No entanto, é importante destacar, que não nega o peso dessas estruturas na elaboração da prática camponesa. Os estímulos externos continuam tendo fundamental importância na análise, mas, não podem ser vistas como estruturas que determinam a prática camponesa.

Neste sentido, o interesse central das pesquisas que se filiam a esta abordagem, deve ser o de compreender as respostas elaboradas pelos camponeses frente às condições oferecidas pelas políticas e pelos mercados. Por isso, os mercados não são determinantes, mas oferecem o contexto para a reprodução da economia camponesa (PLOEG, 1994).

Os agricultores, antes de qualquer coisa, são atores sociais (LONG; PLOEG, 2011). Eles têm a capacidade de fazer uma leitura crítica das condições internas e externas e, a partir disso, tomam decisões e elaboraram estratégias. As distintas expressões e os diferentes modos de se fazer agricultura, são reflexo da capacidade de agir de camponeses, elaborar estratégias e promover inovações frente às condições e estímulos externos:

Mercados e tecnologia, portanto, não determinam como a agricultura será realizada, mas fornecem o contexto em que diferentes posições são possíveis. Juntos, eles constituem espaços de manobra. Os próprios agricultores, como

atores sociais, são capazes de definir e influenciar a forma como relacionam sua atividade agrícola aos mercados e a tecnologia. Distanciamento e/ou integração em mercados e tecnologias não é uma questão de decisão caprichosa. É objeto do raciocínio estratégico incorporado na história local, ecologia e política econômica. É por meio desse raciocínio estratégico que posições particulares e relações sociais de produção específicas são produzidas e reproduzidas. (PLOEG, 1994, p. 9).

Eleger a família camponesa como locus privilegiado de análise, implica na operacionalização metodológica de uma teoria que orienta a análise da relação entre o mercado e a agricultura, de dentro para fora. A proposta dessa perspectiva se consolida na tentativa de entender de que modo a família camponesa se liga e se relaciona com os agentes externos.

2.4 A condição camponesa e a luta por autonomia

Os estudos sobre o campesinato, de maneira genérica, colocam em evidência um conjunto de elementos característicos desse segmento social. Nas distintas abordagens, desde aqueles que o consideram tendo como parâmetro uma ótica política, social ou econômica, a incessante luta por autonomia e diminuição dos níveis de subordinação aparecem como elemento central nas análises.

Nesse cenário, destacam-se pesquisas sobre as lutas abertas dos camponeses por melhores condições de vida e produção, por uma política agrícola mais justa, e até mesmo as lutas em torno do acesso aos meios de produção como a terra, créditos, etc... (LYNCH, 2013). Outros estudos chamam atenção para o caráter oculto das mobilizações camponesas (SCOTT, 2013), dando destaque para a resistência silenciosa desses trabalhadores rurais frente às condições e situações que favorecem sua marginalização (SCOTT, 2002).

Na perspectiva teórica de Ploeg (2006, 2008, 2009) os estudos sobre o campesinato devem sempre levar em conta, por um lado, a busca incessante pela diminuição dos níveis de subordinação aos mercados e, por outro, a luta por autonomia do agrupamento familiar. Essa luta não se dá, necessariamente, de maneira aberta ou nas iniciativas silenciosas das famílias camponesas. Para o autor, o modo particular de organizar o processo de trabalho pode, por si só, ser considerado uma luta social do campesinato.

Ploeg (2006, 2008, 2009) denomina de condição camponesa a insistente postura de elaborar resistência em meio a um ambiente hostil, e às possibilidades de

subordinação e marginalização camponesa. Os mecanismos que fundamentam uma organização particular do processo de trabalho, através da criação de uma base de recursos elaborada e controlada pela unidade familiar, se apresentam como instrumento capaz de limitar os níveis de subordinação, e favorecer a autonomia dos camponeses em relação aos mercados de insumos e de produtos.

Portanto, a luta camponesa não se constitui somente no interior das iniciativas de ocupação de terras, na luta por uma política de preços mais justos, nas organizações de representação ou nas reivindicações frente ao Estado. Ela se constitui no interior e cotidiano do próprio estabelecimento familiar, no modo de fazer e organizar o processo agrícola, nas pequenas adaptações, nos processos de construção de inovações, e nas respostas produzidas pelos camponeses em relação aos estímulos externos dos mercados, da tecnologia e do próprio Estado.

As contribuições dos diferentes autores sobre o debate que envolve a diversidade da agricultura familiar, são importantes quando estes reconhecem as variações, pensadas como produto de distintos níveis de inserção nos mercados, (ABRAMOVAY, 2012; VEIGA, 2012) e o peso das tradições e do patrimônio sociocultural da família camponesa (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2009). O modelo de análise desses autores permite, assim, a construção de uma visão geral do conceito de agricultura familiar e camponesa no sentido de tentar perceber as diversidades existentes e reproduzidas no âmbito da agricultura.

Neste sentido, os níveis de inserção nos mercados são colocados como um elemento norteador para capturar os distintos graus de subordinação camponesa e as possibilidades de desenvolver resistência, favorecendo uma maior autonomia dos grupos familiares. A predominância do trabalho familiar no processo produtivo, é o principal elemento que caracteriza a agricultura familiar como categoria genérica. No entanto, os diferentes níveis de mercantilização dos processos de produção e comercialização podem ser vistos como mecanismos determinantes para a constituição de um modelo mais autônomo ou subordinado.

Aquilo que Ploeg (2006) denomina de “agricultura familiar moderna” se caracterizaria pela completa integração nos mercados. Isso quer dizer que, além de levar a produção familiar, neste caso, os produtos finais, para serem comercializados nos mercados externos, o próprio processo produtivo é condicionado e orientado por relações mercantis. Neste modelo de produção, os insumos utilizados na propriedade são, em sua maioria, adquiridos no mercado. Ou seja, o modelo altamente inserido no

mercado tem seu próprio processo de produção dependente e organizado pelas condições oferecidas pelos mercados externos.

O mesmo não acontece com o modelo camponês. O resultado da produção, neste caso, é parcialmente comercializado e os demais recursos como a terra, animais, força de trabalho e insumos não entram no processo de produção como mercadorias. Isso quer dizer que eles podem ser produzidos e reproduzidos dentro do próprio estabelecimento familiar, e contribuem para a construção de uma base de recursos elaborada e autocontrolada pela família camponesa (PLOEG, 2006, 2008, 2009). Essa base de recursos vai se apresentar como elemento central na diminuição dos níveis de subordinação do camponês em relação aos mercados, e na luta por autonomia.

A mobilização do conceito de autonomia, nesse contexto, será importante para a observação da reprodução do campesinato enquanto segmento econômico diferenciado e inserido nos mercados. A autonomia pensada por Ploeg e Schneider (2022) é um conjunto de práticas desenvolvidas pelos agricultores, através das quais são criados recursos que permitem a elaboração de condutas distintas daquelas esperadas dentro de um determinado contexto. O modo particular de fazer agricultura pode resultar, pois, em formas particulares de inserção nos mercados de insumos e de produtos alimentares.

Os autores, nesse cenário, elaboram uma esclarecedora tipologia das possíveis formas em que a autonomia pode ser apresentada do ponto de vista da agricultura familiar e camponesa. O primeiro tipo, denominado “autonomia política”, faz referência à capacidade organizativa dos trabalhadores rurais, no sentido de lutar e reivindicar por direitos individuais e coletivos, no interior de um campo político onde podem emergir relações conflituosas ou de cooperação.

O segundo tipo pode ser denominado de “autonomia cooperativa”, pois ocorre através do desenvolvimento de um ambiente social de reciprocidade e ajuda mútua que podem se refletir na partilha de ferramentas, no compartilhamento de conhecimentos sobre técnicas de plantio, manejo de rebanhos, etc. O próximo tipo de autonomia discutido pelos autores pode ser construído ao nível dos mercados alimentares, e coloca evidência sobre a capacidade dos agricultores em construir distintos mercados, baseados em mecanismos muito particulares. Neste cenário, a polivalência dos atores que operam em tais mercados e suas estratégias de inserção devem ser sublinhadas. Desenvolver tais mercados é, por si só, um ato individual e coletivo de resistência, uma vez que a autonomia individual, social e política da unidade familiar deve ser fortalecida.

O último tipo de autonomia, denominada “autonomia de nível micro”, se constitui através da elaboração de práticas agrícolas internas à unidade familiar, no sentido de promover a diminuição dos níveis de mercantilização dos processos de produção camponesa. As estratégias observadas neste tipo de conduta, são fortemente baseadas nas possibilidades de ampliar uma base de recursos interna à família, como estratégia de fugir da intensificação da dependência em relação aos mercados de insumos e de produtos, e produzir maiores níveis de autonomia econômica.

As lutas pela autonomia colocadas em discussão nesta tese, a partir da observação das experiências dos camponeses leiteiros do assentamento São Jorge, se aproximam das duas últimas descritas por Ploeg e Schneider (2002). Neste sentido, serão analisadas as implicações da inserção camponesa quanto: aos mercados de insumos, e sua capacidade de promover melhoramentos internos nos processos trabalho (autonomia de nível micro); e aos mercados de produtos, através do estabelecimento de relações comerciais baseadas em mecanismos distintos de troca (autonomia no nível dos mercados).

Por conta disso, será fundamental considerar os efeitos da capacidade camponesa em construir e fortalecer a base de recursos autocontrolada pela família, uma vez que esta viabilizará uma inserção mais eficiente e autônoma nos mercados. No nível dos mercados externos, por sua vez, chamaremos atenção para o caráter flexível de inserção, no momento em que a família camponesa é capaz de se aproximar e se retirar destes mercados, deslocando totalmente ou parcialmente a produção interna, para um consumo familiar ou produtivo.

2.4.1 Construção de uma base de recursos autocontrolada

Essa luta pela autonomia familiar resulta na elaboração de uma base de recursos, produzida e controlada pela família camponesa (PLOEG, 2006, 2008). Essa base de recursos envolve o desenvolvimento da capacidade de produzir dentro do próprio lote familiar, não somente produtos finais que podem ser levados ao mercado, mas, fundamentalmente, insumos que alimentam a produção interna e podem ser alocados nos próximos ciclos produtivos.

Por conta da produção e reprodução da base de recursos, os camponeses se aproximam dos mercados externos, levando parte dos produtos finais para serem comercializados, ao mesmo tempo em que conseguem manter certo distanciamento do

mercado de insumos, visto que a base de recursos da família camponesa possibilita a reprodução e reutilização de um conjunto de fatores e produtos finais construídos internamente:

A unidade camponesa de produção é precisamente a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos). (PLOEG, 2006, p. 21).

Do mesmo modo, os produtos finais podem ser, ao menos em parte consumidos pelos membros da unidade familiar, ao mesmo tempo em que, podem vir a ser reutilizados nos próximos ciclos produtivos. É o que Tepicht (1973) chamou de consumo produtivo da família camponesa, que está ligado à necessidade de manter as condições internas e os meios de produção utilizados na propriedade, fruto da rotina de trabalho estabelecida.

No entanto, Ploeg (2006) argumenta que a construção de uma base de recursos, capaz de promover a autossuficiência da unidade familiar e aumentar os níveis de autonomia, é constantemente limitada por distintas razões que podem envolver: a) a demografia familiar, quando as necessidades de consumo ultrapassam em muito a força de trabalho disponível; b) as condições ecológicas locais, no caso do enfretamento de longos períodos de seca ou infestação de alguma nova praga que podem comprometer o ciclo agrícola, a produção interna de insumos e dos produtos finais; e c) a dinâmica de mercado, com a queda brusca de preços nos mercados agroalimentares.

Por conta deste cenário impreciso e da dependência camponesa, das condições mercadológicas e de natureza ambiental, os camponeses buscam insistentemente diminuir a subordinação aos mercados promovendo, assim, uma integração parcial a eles. Por isso mesmo, o campesinato é um segmento econômico que se caracteriza pela capacidade de gerar um maior nível de renda possível considerando a escassez de recursos e as limitações relacionadas à elaboração de uma base de recursos autocontrolada.

É nesse sentido que, segundo Ploeg (2006), a agricultura camponesa é sempre intensiva em trabalho, pois para o autor:

Assim, a relativa escassez de recursos disponíveis faz com que a chamada “eficiência técnica” e a mudança técnica não-material tornem-se centrais: no modo de produção camponês, os produtores precisam obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos – e sem que haja uma deterioração da qualidade destes recursos.

...

[...] o trabalho será relativamente abundante, ao passo que os objetos de trabalho (terra, animais etc.) serão relativamente escassos. [...] a produção camponesa tende a ser intensiva (ou seja, a produção por objeto será relativamente alta) e a trajetória de desenvolvimento será moldada como um contínuo processo de intensificação. (PLOEG, 2006, p. 23, 24).

A estratégia de intensificar a produção, através da ampliação do uso da força de trabalho familiar e do aumento da própria penosidade das atividades produtivas, faz com que o campesinato se caracterize pela criação de valor agregado e de empregos produtivos no campo. As unidades camponesas tendem a coexistir próximas umas das outras (PLOEG, 2006; 2008). Esta coexistência possibilita a construção de comunidades, povoados e assentamentos de camponeses que se fundamentam nas relações de solidariedade, reciprocidade, parentesco e amizade. Os processos de produção camponesa devem ser pensados levando em consideração, assim, o peso dessas relações sociais (GRANOVETTER, 2009).

As redes de relações pessoais que orientam a vida econômica no campo são importantes para o entendimento das trocas camponesas, na medida em que contribuem para a estruturação de uma economia enraizada na sociedade local. As relações de parentesco, vizinhança e as repetidas transações entre os mesmos atores ajudam a consolidar reputações e relações de confiança nos produtos e nos produtores. O forte enraizamento social dessas transações econômicas viabiliza uma maior autonomia dos mercados locais, e serve como uma espécie de imunizante em relação às pressões externas (WILKINSON, 2008).

A produção de mercadorias no âmbito da família camponesa está, portanto, imersa nas redes de relações que as fundamentam. Isso quer dizer que todo valor agregado produzido no interior da comunidade camponesa como um todo é consumido pela própria comunidade num ciclo que se retroalimenta e contribui para o aumento da autonomia camponesa (PLOEG, 2006). O modelo capitalista de agricultura, por sua vez, opera no sentido de apropriação dos recursos locais e destruição das pequenas propriedades. Ela faz uso predatório dos recursos naturais, e se apropria das riquezas produzidas pela sociedade como um todo (PLOEG, 2008). Isso implica num aumento dos níveis de renda no plano da empresa individual, mas produz, ao mesmo tempo, uma redução do valor agregado produzido e consumido pela economia regional.

Por conta desses processos, Ploeg (2006, 2008) argumenta que a economia camponesa tem a capacidade de produzir maior valor agregado e empregos produtivos. Em última análise, o campesinato seria um modelo de produção mais eficiente em

relação ao modelo capitalista, pois consegue produzir mais renda sendo apropriada pela economia regional, mesmo com uma menor quantidade e disponibilidade de recursos.

Portanto, o afastamento do camponês em relação aos mercados, especialmente do mercado de insumos, deve ser entendido como uma estratégia ativamente elaborada pela unidade camponesa de produção, no sentido de garantir uma inserção mais eficiente nos mercados de produtos, diminuindo os níveis de subordinação e garantindo maiores níveis de renda e valor agregado.

O interessante é que essa relação impressiva dos camponeses com o mercado, tem sido explicada por muitos estudiosos como reflexo do atraso, tradicionalismo e incapacidade para a mudança. Abramovay (2012) e Veiga (2012), por exemplo, entendiam que a integração parcial dos camponeses, particularmente os camponeses brasileiros, ao mercado agroalimentar, tinha relação direta com o peso das relações de dominação (relação com o fazendeiro, comerciante local, etc.) que caracterizavam o meio rural.

Segundo esses autores, havia a necessidade de destruir essas relações mais locais, no sentido de promover uma relação plena da agricultura com os mercados, garantindo, dessa forma, trocas baseadas em relações impessoais e leis de mercado mais o menos estáveis. Uma perspectiva que privilegia a capacidade de agência dos camponeses, permite pensar essa inserção parcial como uma estratégia elaborada ativamente pelos camponeses, no sentido de diminuir a subordinação e promover a autonomia dos processos de produção no interior dos estabelecimentos familiares.

2.4.2 A alternatividade da agricultura camponesa

Embora Ploeg (2006) tenha sublinhado a importância das estratégias de afastamento dos mercados de insumos e, ao mesmo tempo, a inserção camponesa nos mercados de produtos, outras pesquisas demonstram que a própria relação com os últimos é, também, parcial e imprecisa. Garcia Junior (1989), por exemplo, evidência em seus trabalhos, a respeito dos camponeses do nordeste brasileiro, que a relação da família camponesa com os mercados de produtos é orientada pelo princípio da alternatividade.

Através deste conceito, o autor permite pensar que parte dos bens produzidos no interior de um estabelecimento familiar, possui uma dupla função: podem ser consumidos pela família ou comercializados nos mercados externos. A decisão de levá-

los ao mercado de vendas ou de utilizá-los para consumo da família vai depender de um conjunto de circunstâncias que podem estar ligadas às necessidades da família, às condições de mercado, às mudanças ambientais, etc.

O que é mais importante para nosso estudo, é que a possibilidade de poder escolher entre comercializar ou consumir determinados produtos confere à família camponesa certo grau de autonomia em relação às influências e agentes externos unidade familiar, sobretudo, a dinâmica dos preços no âmbito dos mercados agroalimentares.

As estratégias de organização do processo produtivo camponês, e a busca incessante pelo aumento dos níveis de autonomia, favorecem o estabelecimento de uma relação muito particular desse segmento econômico com os agentes externos. Deste modo, a relação com o mercado é estruturada pelos camponeses de modo a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle (PLOEG, 2008). Esta relação incerta, dinâmica e flexível, oferece à família camponesa a capacidade de se afastar, quando as condições oferecidas pelos mercados não são favoráveis, e de estabelecer uma aproximação em relação aos mercados agroalimentares, nos momentos em que as trocas mercantis são consideradas satisfatórias.

O duplo movimento que se efetiva no afastamento/aproximação do processo de produção camponês com os mercados de alimentos permite, desse modo, a construção de uma relação imprecisa e incompleta com os mercados e possibilita, ao mesmo tempo, a ampliação da autonomia da unidade familiar, diminuindo os níveis de subordinação da família camponesa com relação aos agentes externos.

As pesquisas que se filiam a esta abordagem, portanto, explicam os diferentes níveis de inserção da agricultura camponesa e familiar nos mercados, tendo como fundamento a própria organização interna da atividade agropecuária da unidade familiar. Não seriam, neste caso, as condições macroeconômicas ou as relações pessoais assimétricas reproduzidas no campo que determinariam os mecanismos orientadores das transações econômicas na agricultura e sua inserção inconstante/flexível/mutável.

A aproximação e/ou o afastamento do mercado são escolhas do próprio camponês: uma escolha que envolve suas condições locais, sua base interna de recursos, sua capacidade de produzir insumos dentro do próprio estabelecimento familiar e as condições externas de mercado. Neste sentido, esta tese se aproxima de uma abordagem proposta por Long e Ploeg (2011), no momento em que centra seu interesse na maneira

como o camponês, pensado como um agente com capacidade de agir e elaborar estratégias, se relaciona com as estruturas externas e as transformações mais gerais da agricultura.

Baseados nessas premissas metodológicas, elaboramos as questões mais centrais de nossa tese. Nossos interesses se fundamentam na busca por saber que tipo de resposta os camponeses produzem, de que modo esses trabalhadores criam estratégias para fugir e, ao mesmo tempo, se ligar aos mercados agroalimentares. Por conta disso, elegemos a família camponesa como lócus privilegiado de análise. Acreditamos que é somente através da análise de suas condições mais imediatas, das necessidades da unidade familiar e das condições ecológicas locais, que será possível compreender a relação deste segmento econômico com a sociedade envolvente.

2.4.3 Agricultura camponesa e coprodução

A coprodução da agricultura camponesa é descrita por Van der Ploeg como:

[...] o incessante encontro e interação mútua entre o homem e a natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material. Na co-produção e através dela, o social e o material são mutuamente transformados. Eles são configurados e reconfigurados de forma a se tornarem recursos úteis, adequados e promissores, que compõe um padrão coerente: o modo de produção camponês. (PLOEG, 2006, p. 22).

A família produtora de alimentos mantém uma relação íntima e direta com os ambientes naturais, sejam eles a terra, os pastos ou os animais do rebanho. É na construção da relação entre o homem e a natureza que a produção de bens, produtos e insumos, que serão consumidos pela unidade familiar ou levados para serem comercializados nos mercados externos, é realizada. Portanto, a coprodução é uma das condições sobre as quais o campesinato se reproduz. As próprias condições ambientais mais locais vão impor limites às possibilidades de produção e ampliação da base de recursos familiar.

Nesse sentido, compreender os mecanismos que permitem a interação do camponês com os recursos naturais, se configura como etapa fundamental para o entendimento, o desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada, as possibilidades de afastamento dos mercados como estratégia de promoção da autonomia familiar, e a diminuição da dependência em relação aos agentes externos.

Os estudos a respeito do trabalho camponês e sua relação com os recursos da natureza, se estruturam em duas perspectivas distintas. A primeira, refere-se a uma abordagem materialista do processo de trabalho. Nesta abordagem, colocam-se em evidência as condições materiais de existência e as próprias relações econômicas de produção e seus efeitos sobre a organização da vida social. Uma segunda abordagem, de caráter simbólico, põe ênfase sobre os processos de construção dos modelos ideais de percepção da realidade concreta. Seriam as representações sobre o processo de trabalho e a natureza, os elementos definidores das estratégias dos camponeses nos distintos contextos.

A análise a respeito da interação entre o homem e a natureza deve levar em conta, como destacam Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997), as dimensões concretas e materiais bem como os aspectos simbólicos e de percepção da prática agrícola:

Tal processo é visto como organização de espaços e combinação de espécies e variedades vegetais, formando ecossistemas construídos com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza. [...] Esse saber, contudo, é mais do que um conhecimento especializado para construir roçados: ele é parte de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens. [...] o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero, e essas formas de simbolizar são outro objetivo de nossa análise. (WOORTMANN, 1997, p. 7).

As condições concretas e as representações dos camponeses a respeito da natureza, dos solos, dos rebanhos, etc., devem ser tomadas como dimensões importantes no estudo a respeito da atividade camponesa e da coprodução. Os mecanismos que dão sustentação à relação entre a família camponesa e os recursos naturais são distintas, por exemplo, daqueles que permitem a produção agrícola capitalista. Para o capitalismo agrário, a natureza é simplesmente uma mercadoria, sua relação e os níveis de intensidade sobre os recursos naturais são orientados pelas possibilidades de diminuição dos custos de transação e ampliação de mais valor. A relação homem e natureza, nesse cenário, é uma relação puramente econômica e fortemente intermediada pelos instrumentos tecnológicos.

A relação entre o camponês e a natureza não pode ser entendida desse modo. Antes de qualquer coisa, do ponto de vista da família camponesa, a natureza é um ser vivo que possui limitações, opera num tempo particular e oferece obstáculos à própria atividade agrícola. Neste modelo, a relação com a natureza é uma troca respeitosa (WOORTMANN, 1997).

Por conta disso, é comum observar os camponeses desenvolverem estratégias que permitam um uso consciente dos recursos naturais, com o objetivo de garantir uma reprodução mais equilibrada dos meios de produção necessários à própria atividade e reprodução familiar. A utilização, por exemplo, dos sistemas de rotação de áreas agricultáveis e não agricultáveis, o pousio, que garante que a terra descanse por longos períodos, permite que as áreas recuperem os nutrientes necessários a uma produção mais ecológica e equilibrada.

No caso da pecuária leiteira, os camponeses do estado do Rio Grande do Sul (NORDER, 2006) reproduzem estratégias semelhantes às observadas em estabelecimentos agrícolas dos camponeses maranhenses. Esses trabalhadores elaboram formas de manejo do pasto, através de sua divisão em *piquetes* ou *mangas*, que permitem um uso rotativo de diferentes áreas de capim e possibilitam a recuperação das condições das pastagens e da fertilidade do solo. Ao mesmo tempo, esses camponeses fazem uso de um pasto diversificado, combinando distintas variedades de gramíneas. Esta estratégia contribui para a formação de uma pastagem mais resistente às mudanças climáticas e às intempéries da natureza.

O envolvimento na coprodução envolve a possibilidade, ainda, de enfrentar incertezas e caprichos (PLOEG, 2016). Os camponeses precisam lidar com questões relacionadas aos ciclos naturais que envolvem: a) as condições ambientais mais locais (períodos secos e úmidos, por exemplo); b) o aparecimento de pragas com a capacidade de comprometer a produção e as colheitas; e c) os ciclos de reprodução dos animais¹³ (o crescimento dos bezerros até se tornarem vacas leiteiras). Deste modo, o campesinato se reproduz adaptando-se de diversas formas às condições naturais, o que implica na necessidade de modificar, quando necessário, o processo de trabalho e os projetos para o futuro.

A íntima relação entre o homem e a natureza promoveu um conjunto de transformações estruturais nos estabelecimentos dos camponeses da microrregião de Imperatriz-MA, em meados da década de 2000, por exemplo. Esses trabalhadores mantinham uma estrutura econômica baseada nos plantios do arroz e na fabricação de farinha de mandioca¹⁴. No caso da produção de arroz, houve uma queda significativa da sua produção após o aparecimento de uma praga, a cigarrinha das pastagens, e de uma

¹³ Os entendimentos camponeses a respeito dos ciclos produtivos dos animais na microrregião de Imperatriz serão descritos com mais profundidade no capítulo 4 desta tese.

¹⁴ O declínio da fabricação de farinha na região pode ser explicado por questões de natureza mercadológica, no momento em que os preços do produto sofreram uma queda significativa.

epidemia de beribéri, que foi associada à comercialização de arroz e, portanto, provocou limites na sua comercialização (COUTO, 2015)¹⁵.

As transformações de natureza ecológica ocorridas na microrregião de Imperatriz-MA, implicaram num processo de desestruturação da economia camponesa e reorganização dos processos produtivos nos estabelecimentos agropecuários. Esse cenário, combinado com a disponibilidade de linhas de crédito de bancos públicos, possibilitou o incremento da criação animal na região, num processo que Wood, Tourrand e Toni (2015) denominaram de pecuarização da agricultura camponesa.

Este exemplo demonstra a importância da coprodução na estruturação da atividade agrícola camponesa e, em última análise, coloca em evidência sua capacidade de promover mudanças e desestruturações no âmbito dos processos de trabalho agrícola.

A centralidade da coprodução para a reprodução camponesa realça, ainda, a capacidade dos camponeses de produzir desenvolvimento agrícola endogenamente. Isso quer dizer que a reprodução agrícola não pode ser pensada como resultado de estímulos externos, ou como desdobramento mais ou menos perfeito de leis físicas que supostamente governariam a natureza e determinariam os processos internos de produção. Uma parte significativa da ação e produção camponesa é resultante, portanto, do modo como homem e natureza se conectam mutuamente.

2.4.4 Os equilíbrios internos e externos e a economia camponesa

A capacidade da agricultura camponesa em desenvolver um conjunto de recursos e insumos internos, com a finalidade de produzir maiores níveis de autonomia e diminuir as possibilidades de subordinação aos mercados externos, permite colocar ênfase sobre os processos de resistência da família camponesa em relação à sociedade envolvente. Contudo, é fundamental observar que a agricultura camponesa é continuamente influenciada pelas condições externas, em geral pelos mercados.

A dependência camponesa em relação às condições externas de mercado se expressa na necessidade de comprar insumos – quando não é possível produzi-los no próprio estabelecimento familiar –, e na formação dos próprios preços dos produtos agroalimentares, pois estes determinarão os ganhos relativos àqueles alimentos

¹⁵ Falaremos de modo mais aprofundado a respeito das transformações de natureza ambiental e econômica dos camponeses da microrregião de Imperatriz, nos capítulos 4 e 5.

direcionados aos mercados de produtos. Portanto, é importante colocar ênfase sobre o modo como a família camponesa se equilibra diante desses estímulos.

A decisão entre promover uma maior aproximação com os mercados ou afastar-se dele, deve levar em conta um conjunto de fatores conjugados. Estes fatores podem ser de natureza ambiental, familiar ou mercadológica. As possibilidades de produzir insumos, de maneira autônoma, dependerão essencialmente das condições oferecidas pela natureza, da fertilidade da terra e das mudanças climáticas. A importância da produção interna de insumos depende, intimamente, das limitações impostas pela natureza. A infestação de uma nova praga não controlada pode, por exemplo, comprometer a colheita de um ano inteiro, colocando em risco a autonomia do grupo familiar.

As condições sobre as quais as unidades familiares se inserem nos mercados de produtos, também terão efeito sobre seu funcionamento e podem levar a um aumento nos níveis de subordinação e dependência econômica. Isso quer dizer que as estruturas externas à família camponesa exercem importante papel na dinâmica interna familiar, uma vez que podem se apresentar como elementos capazes de promover ou limitar a autonomia familiar.

O que queremos argumentar é que os camponeses, mesmo considerados como atores sociais, não podem ser pensados como unidades econômicas plenamente independentes dos mercados externos. A relação, duradoura ou não, destas unidades familiares com mercados de insumos e de produtos é condição necessária para reprodução camponesa no presente século. Esta inserção mercantil pode produzir diferentes efeitos, desde a ampla subordinação até os distintos níveis de autonomia, produzidos pela capacidade de agência e resistência deste grupo social.

O que é importante sublinhar é a capacidade incessante do campesinato em produzir essas resistências, ampliando as possibilidades de ação, através da diversificação interna, inserção nos mercados convencionais e construção de mercados locais. A elaboração de um contexto heterogêneo, seja interna ou externamente, permite as unidades de produção construir um conjunto de alternativas que podem ser acionadas de acordo com as necessidades internas da família e as condições oferecidas nos mercados.

Por tudo isto, é importante destacar que a ação camponesa deve levar em conta os diferentes equilíbrios (PLOEG, 2016), sejam eles internos (composição familiar, terras, ferramentas de trabalho, conhecimentos tradicionais, rebanhos, etc.) ou externos

(mercado de produtos e insumos). Serão estas diferentes influências que determinarão a conduta camponesa e sua capacidade de mobilização.

3 FORMAÇÃO DO CAMPESINATO E ORGANIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ-MA

Este capítulo está organizado a partir de dois eixos centrais. O primeiro, refere-se a um esforço no sentido de fazer uma descrição dos processos históricos de ocupação da microrregião de Imperatriz, colocando ênfase sobre as condições em que o campesinato regional se constituiu. O segundo eixo, analisa a estruturação da cadeia de produção leiteira na região, dando destaque para a participação da agricultura camponesa e as implicações desta inserção para a reprodução desses grupos familiares.

A necessidade de fazer uma análise mais ampla a respeito do patrimônio sócio-histórico do campesinato regional e as condições sobre as quais esse grupo social se constituiu historicamente, enquanto um setor político e econômico, foi se impondo como etapa fundamental na elaboração desta tese, na medida em que a herança histórica e as disposições sociais se apresentavam como elementos centrais no estudo.

Os grupos sociais que nos propomos a estudar são históricos, carregam uma herança acumulada nas experiências vivenciadas ao longo do tempo. Esse acúmulo de experiências permite a constituição e incorporação das principais disposições sociais, que serão fundamentais para as formas de mobilização e inserção deste grupo social na sociedade como um todo, e nos mercados agroalimentares.

Neste cenário, o argumento apresentado é marcado por uma perspectiva amplamente descritiva dos processos históricos de formação da agricultura, a nível regional, no esforço de compreender os caminhos traçados pelos camponeses, ao longo do tempo, suas limitações estruturais e sua capacidade de resistir, de se reproduzir e sobreviver em meio a ambientes políticos e econômicos caracterizados pela hostilidade e marginalização.

O argumento se estrutura na análise dos processos históricos de constituição e consolidação do campesinato regional, especialmente na metade do século passado. Esses processos viabilizaram o deslocamento de grupos sociais distintos, desde agricultores com grande acúmulo de capital econômico e social, até grupos de camponeses em busca de terra para reprodução de suas famílias.

Um segundo aspecto a ser colocado em evidência, refere-se à importante participação da agricultura camponesa na produção leiteira regional. O incremento da pecuária leiteira no interior das propriedades camponesas, é um processo recente, iniciado no século XXI. São estas propriedades as maiores responsáveis pelo fornecimento do leite

in natura, destinado a diferentes estabelecimentos produtores dos alimentos derivados deste produto.

O crescimento da atividade pecuária na região e a importante participação da agricultura camponesa, contribuíram para o desenvolvimento de uma cadeia de produção diversificada em seu interior. A cadeia produtiva leiteira regional, nesse cenário, envolve a participação de diferentes agentes no setor de produção, transporte, transformação e beneficiamento dos produtos derivados do leite, e promove a inserção desses camponeses na condição de fornecedores do produto *in natura*, nas queijarias e laticínios locais.

Um terceiro e último aspecto a ser considerado, tem relação com a estruturação de um ambiente institucional, através da elaboração das normativas 51 e 62 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na tentativa de regular a produção leiteira, impondo mecanismos legais de controle, com a finalidade de garantir os aspectos sanitários e de qualidade do leite.

A elaboração desses critérios sanitários, se deu em um contexto de profundas mudanças de caráter político-econômica a nível nacional. Tais transformações promoveram um processo de abertura comercial, a intensificação da concorrência no setor leiteiro, a entrada de grandes empresas no mercado interno, a industrialização do setor, e uma possível exclusão dos produtores tradicionais.

A construção de um aparato legislativo regulador da produção, armazenamento, transporte e transformação do leite, motivou o desenvolvimento, na microrregião de Imperatriz, de um conjunto de ações empreendidas por múltiplas instituições sociais, com a finalidade de produzir uma conscientização coletiva em torno do consumo de produtos informais, e intensificar as operações de fiscalização em torno das propriedades sem as condições sanitárias mínimas para o seu funcionamento, de acordo com a legislação vigente.

O impacto das novas exigências sanitárias na regulamentação do setor leiteiro, permitiu um processo de intensas modificações incidindo na necessidade de reestruturar a cadeia produtiva local, através da ampliação do poder concentrado nas indústrias de laticínios formalizadas, em detrimento das queijarias artesanais. Este processo, em última análise, apresenta-se com potencial para promover a exclusão de parte majoritária dos estabelecimentos produtores de leite que operam sob o regime familiar de trabalho.

Por conta disso, foi necessário mobilizar o conceito de arranjo produtivo local (KELLER, 2006b), uma vez que esta categoria permite colocar em discussão além dos agentes envolvidos na cadeia de produção (como o setor produtivo, de transporte e de transformação), aquelas instituições públicas ou privadas (como os órgãos de fiscalização e apoio técnico) que exercem influência significativa para conformação da exclusão ou inserção camponesa nesses mercados.

Neste capítulo, portanto, tentaremos demonstrar a importância da agricultura camponesa para produção leiteira maranhense, descrevendo as relações travadas entre os diferentes agentes envolvidos no arranjo produtivo do setor de leite, de forma a compreender as principais repercussões das mudanças nas exigências de comercialização do leite e derivados para a organização da economia camponesa.

O argumento está organizado em três seções. Será apresentado em um primeiro momento, o processo de crescimento da atividade pecuária na microrregião de Imperatriz e o concomitante aumento da produção leiteira, a partir do início da década de 2000. Na oportunidade, será analisado o importante incremento da pecuária leiteira no interior dos estabelecimentos camponeses e o papel desempenhado pela política de liberalização de crédito para este segmento, particularmente através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Na segunda seção, será discutido o processo de construção de um novo aparato legal, que passa a regulamentar a atividade leiteira no Brasil, impulsionado por mudanças de caráter político-econômicas do final do século XX. Estas transformações macroeconômicas favoreceram a diminuição da interferência do Estado, a abertura comercial e a entrada de multinacionais no setor. A estruturação desse novo cenário implicará numa profunda reestruturação da cadeia, e pode significar a exclusão dos produtores de pequeno porte.

Na terceira seção, será apresentada uma análise da organização da cadeia de produção de leite da microrregião de Imperatriz. Para isso, serão mobilizados elementos que permitam entender o processo de construção de um ambiente socioeconômico favorável seja para conformação de uma cadeia produtiva diversificada em prol do desenvolvimento da atividade pecuária, seja para a inserção da agricultura camponesa. Na oportunidade, será também discutido o papel desempenhado pelas instituições de fiscalização e apoio técnico na organização do arranjo produtivo local da pecuária leiteira regional.

3.1 O processo de constituição do campesinato na pré-amazônia maranhense e na microrregião de Imperatriz

As pesquisas que se preocupam em entender o processo de constituição e formação do território maranhense, costumam colocar em evidência os diferentes eventos históricos que impulsionaram a ocupação no início do século XVII da região Norte, ligada ao litoral do Maranhão, em especial a capital São Luís, e mais tardiamente, somente no século posterior, da porção sul do estado, notadamente para o nosso estudo –a microrregião de Imperatriz.

Os estudos sobre a ocupação da última região se concentram no entendimento de importantes fluxos migratórios, protagonizados em grande parte por nordestinos de diferentes estados, ocorridos no início século XVIII e metade do século XX. Os primeiros fluxos que permitiram a ocupação da região se fizeram a partir do deslocamento de pecuaristas baianos, vindos do litoral nordestino, região em que se localizavam as grandes propriedades produtoras de açúcar. De acordo com Guimarães (1968) os pecuaristas desenvolveram suas atividades no interior do Nordeste, nos campos livres, para atender a demanda por carne da população localizada no litoral, que vivia envolvida nas atividades da economia açucareira.

As regiões de açúcar experimentavam, nesse contexto, importantes modificações em sua dinâmica interna promovida, sobretudo pela separação entre a pecuária e agricultura¹⁶ (GUIMARÃES, 1968). Isto permitiu o deslocamento, que penetra o interior e sertão nordestino. Nesse cenário, os rebanhos bovinos foram sendo descolados para o interior do Nordeste, adentrando as regiões do sertão, chegando algumas vezes até o estado do Tocantins e parte do Maranhão (FURTADO, 2007).

Os pecuaristas baianos se deslocavam através das margens do Rio São Francisco, atravessando o estado do Piauí, penetrando o leste do Maranhão, em direção à região central e, posteriormente, as terras mais a oeste do estado. Estabelecidos na porção sul, as famílias baianas formavam grandes fazendas de gado (CABRAL, 1992). As condições ecológicas locais contribuíram para o estabelecimento desses grupos sociais na região, uma vez que era fácil a adaptação dos rebanhos aos pastos naturais de

¹⁶ A atividade pecuária sempre esteve ligada ao engenho. Os animais de grande porte eram utilizados como fonte de energia, como animal de trabalho, auxiliando nas tarefas de moagem da cana. Em alguns engenhos, destaca Guimarães (1968), o rebanho bovino se tornara tão disputado quanto a mão de obra escrava, dada a sua importância na dinâmica da produção açucareira.

grande extensão, disponíveis¹⁷. Isto também facilitava o manejo dos animais, dispensando a contratação de força de trabalho em maiores quantidades. De acordo com Andrade (1986) e Cabral (1992), a presença de trabalhadores escravos na região era pequena. As principais atividades econômicas estavam ligadas aos cuidados e deslocamentos dos rebanhos bovinos e eram feitas por vaqueiros que, em determinadas circunstâncias, poderia se tornar também o proprietário de um pequeno rebanho bovino, no caso em que seu pagamento era realizado por um sistema que envolvia a obtenção de um bezerro a partir de cada três ou quatro que nasciam sob sua responsabilidade.

Por conta desses fatores, esta foi uma região, até metade do século XX, fracamente habitada, e os mecanismos de sustentação das relações de trabalho colocadas em curso durante este período, eram muito particulares, pois envolviam, como destacado por Andrade (1986) e Cabral (1992), o pagamento em espécie, através da partilha de $\frac{1}{4}$ dos animais nascidos após quatro anos de trabalho. A estruturação das relações de trabalho na região, se assemelhava, assim, às condições de vida e trabalho, observadas por Guimarães (1968) e Furtado (2007), em outras regiões do sertão nordestino, uma vez que nestas áreas não se observava a reprodução de modelos de trabalho próprios às regiões açucareiras, baseados na dominação e sujeição de uma classe social em relação a outra. Isto permitia a reprodução do trabalho livre e de formas de vida mais democráticas no campo (ANDRADE, 1986).

Os vaqueiros cuidavam das grandes fazendas de gado, retiravam o leite das vacas para o consumo, e costumavam investir no plantio de lavouras anuais e na criação de pequenos animais, como cabras e carneiros, voltados à subsistência familiar. As áreas destinadas aos plantios agrícolas, eram cercadas com a finalidade de impedir possíveis invasões dos animais de grande porte, e riscos de comprometer as colheitas agrícolas (ANDRADE, 1986).

Na porção sul do Maranhão, se reproduzia um estilo de vida rude e distante dos grandes centros exportadores (ANDRADE, 1986), como a capital São Luís e as demais regiões açucareiras do litoral nordestino. No entanto, através da criação pecuária era possível fornecer os animais necessários aos processos de trabalho também das regiões litorâneas, particularmente dos estados da Bahia e Pernambuco (CABRAL, 1992), além de couro para exportação e carne voltada ao consumo. Por conta disso, eram necessárias

¹⁷ As condições favoráveis à criação animal levaram os primeiros imigrantes e chamarem a porção sul do Maranhão, no início da ocupação, de pastos bons, fazendo referência as grandes pastagens naturais disponíveis.

longas viagens, que poderiam durar meses, para que os rebanhos fossem deslocados das áreas de produção em direção às áreas de consumo (ANDRADE, 1986).

Deste modo, embora distantes dos grandes centros produtores, pode-se afirmar que esta era uma região dependente e altamente ligada às necessidades e processos de trabalho colocados em prática nas regiões açucareiras. Todavia, devido ao distanciamento físico entre os proprietários e os trabalhadores, constata-se haver, paralelamente, reprodução de formas de vida e relações de trabalho diferenciadas nestas regiões, onde os trabalhadores (vaqueiros) possuem relativa liberdade e possibilidade de conseguir autonomia através da conquista de um pequeno rebanho bovino, por meio dos mecanismos de pagamento reproduzidos.

As condições de ocupação, as características fundiárias e as relações de trabalho na microrregião de Imperatriz permaneceram mais ou menos estáveis até a primeira metade do século XVIII. A respeito da segunda metade desse século, se tem poucas informações (CABRAL, 1992). Durante todo o século XIX, no entanto, esta região permanece fracamente ocupada, embora tenha sido fundada a vila de Santa Teresa de Imperatriz no ano de 1852, e a cidade de Imperatriz quatro anos depois, em 1856. Ainda sobre seu isolamento, Franklin (2008) afirma que Imperatriz era a única, dentre as cidades maranhenses da região “que não possuía estradas e aonde nem sequer chegara um caminhão” (FRANKLIN, 2008, p. 101). Para Keller (1975), Imperatriz permaneceu um simples povoado com somente três ruas e uma população de 1.000 habitantes até metade do século XX.

Essa região, especialmente a cidade de Imperatriz, permaneceu fracamente ocupada até a década de 1950, quando nela encontravam-se vastas extensões de floresta amazônica (KELLER, 1975). De acordo com Asselin (2009), neste período, Imperatriz era conhecida como a “Sibéria Maranhense” por causa do seu isolamento. O único meio de acesso a cidade se dava pelas frentes do rio Tocantins, por onde se escoavam os produtos comercializáveis: “Os barcos levavam produto exportado e traziam querosene, tecidos e outros produtos” (ASSELIN, 2009, p. 32).

3.1.1 Construção da rodovia Belém-Brasília e migração

A partir da segunda metade do século XX, com a construção de uma estrada que ligava Imperatriz a Grajaú (1950), e a rodovia Belém-Brasília (1958) que faz ligação entre os eixos sul (Brasília) e norte do país (Amazônia), a região de Imperatriz assistiu a um acentuado processo de ocupação de seu território. Os principais protagonistas desse

processo de ocupação, foram grupos camponeses que tinham, desde o início, o plantio do arroz como principal produto comercial, ao lado da produção de milho, fava, mandioca e feijão que eram destinados ao consumo da unidade familiar.

Em 1950, foi construída a estrada carroçável que liga Imperatriz a Grajaú¹⁸, permitindo com isso, a fuga do isolamento imposto à cidade pelas condições anteriores e a abertura de relações com o restante do estado e parte da região Nordeste. Com isso, a prefeitura municipal de Imperatriz logo articulou a compra de um veículo motorizado para trafegar na região. (KELLER, 1975, p. 671).

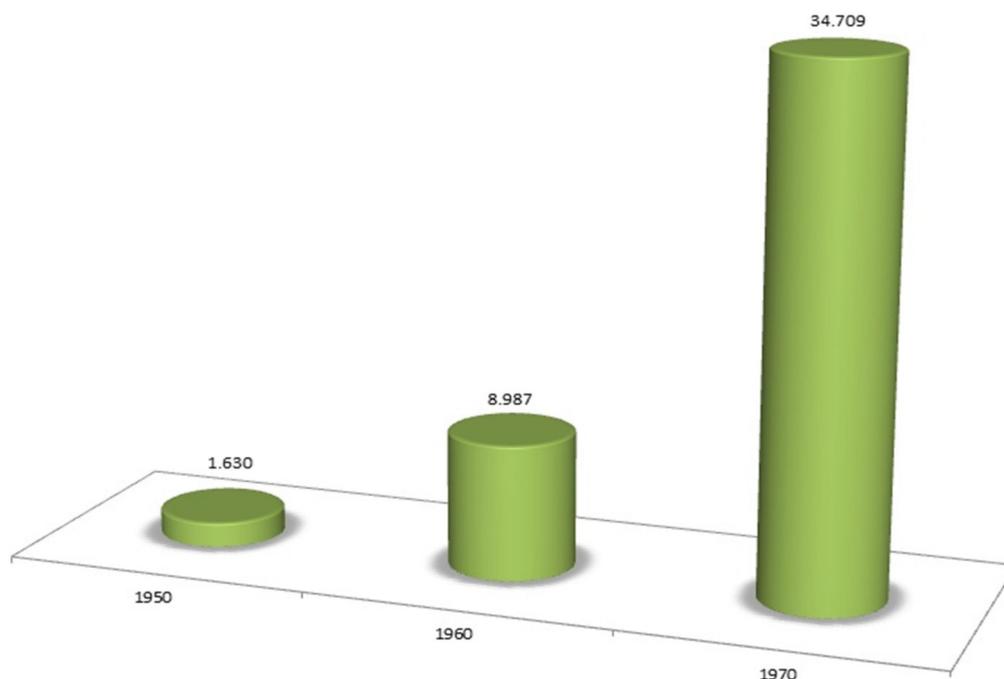
A construção da nova estrada possibilitou a penetração de maranhenses e nordestinos de outros estados num movimento migratório de camponeses que, fugindo da seca, dos conflitos agrários e das dificuldades de colocação de mão de obra no litoral nordestino (VELHO, 1976), chegavam à região com a esperança de encontrar “terra boa” e “sem dono” (KELLER, 1975). Esse processo de intensificação das relações entre a microrregião de Imperatriz e outras regiões, possibilitou não somente uma profunda ocupação desse território, mas permitiu também a penetração mais efetiva de grupos camponeses que foram ocupando as áreas da Amazônia maranhense. Estes começaram a formar pequenos aglomerados, tendo no plantio do arroz sua principal fonte de subsistência.

Contudo, foi com a construção da rodovia Belém-Brasília, em 1958, estrada que pretendia ligar o Distrito Federal à região amazônica, que o fluxo migratório em direção à Amazônia Oriental e ao município de Imperatriz sofreu um aumento considerável, intensificando a ocupação das áreas de floresta, e multiplicando os aglomerados camponeses. Nesse processo, começam a chegar à cidade de Imperatriz camponeses vindos da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, que interessados em fugir da “sujeição¹⁹”, buscavam terras devolutas suscetíveis de serem utilizadas para plantio, o que garantia, ao mesmo tempo, a reprodução desse grupo social. Com o processo de ocupação da região, o município de Imperatriz passou por um aumento populacional considerável, como demonstra o Gráfico 1.

¹⁸ Cidade as margens do Rio Grajaú, polo comercial, centro de navegação ligada a cidade de Barra do Corda e ao estado do Piauí. (KELLER, 1975)

¹⁹ Para uma discussão das condições sociais para reprodução da sujeição camponesa na grande propriedade, ver Garcia Junior, 1989.

Gráfico 1 – Evolução populacional do município de Imperatriz entre os anos 1950, 1960 e 1970



Fonte: KELLER, 1975.

Os migrantes baianos, mineiros, capixabas e de outras regiões do Maranhão, começaram a penetrar a mata amazônica, próxima à rodovia Belém-Brasília, abrindo roças inicialmente muito próximas, e formando conglomerados de unidades camponesas chamadas de “centros²⁰”. Entretanto, com o passar do tempo, as áreas ocupadas pelos camponeses foi sendo desgastada, e após duas ou três colheitas não apresentava a mesma produtividade, o que os obrigava a deslocarem as roças para mais longe, penetrando ainda mais a mata amazônica e levando a criação de novos aglomerados para onde se deslocavam parte dos habitantes dos antigos centros, e se estabeleciam os novos migrantes. Os centros foram se constituindo como grupos sociais organizados, com hierarquias, funções e regras, por exemplo, para chegada de novos membros. Keller (1975, p. 677) descreve seu funcionamento com riqueza de detalhes:

Todo centro tem seu fundador reconhecido, o primeiro que se situou no local e cuja família se relaciona, como já mencionamos, por parentesco, compadrio e amizade com um grande número de famílias do centro. As primeiras famílias que chegam após a abertura do centro dirigem-se ao fundador, participando que desejam ficar e abrir roça. As roças são abertas logo atrás das casas construídas

²⁰ Um centro surge quando um indivíduo ou vários indivíduos, ligados por laços de parentesco, amizade ou compadrio, entrando pela mata adentro encontram um sítio que lhes agrada e resolvem “situar” ali. Trazem suas famílias e iniciam a abertura de roças. Logo a notícia corre, e novas famílias vêm juntar-se, aumentando o número das casas (KELLER, 1975).

em alinhamento. Só muito mais tarde é possível a “compra de terrenos”, isto é, a posse de benfeitorias realizadas, uma vez que as terras não são tituladas.

A notícia de que em Imperatriz havia “terra boa”, “terra de comum”, “terra liberta”, “terra sem dono”, matas boas para lavoura, atraía cada vez mais camponeses do Nordeste, ao passo que, além dos que chegavam por “convite” dos familiares já estabelecidos, se assistiu a um profundo deslocamento de lavradores impelidos pelo desejo de romper com as relações de sujeição, onde deviam pagar a renda aos proprietários de terra (fazendeiros) e, em algumas ocasiões, oferecer força de trabalho para terem o direito de cultivar a terra e garantir a reprodução de seu grupo social²¹, como relata um entrevistado:

Camponês 15: *Meus pais trabalhavam na roça. Fazendo a rocinha deles, e trabalhando pro patrão. Por que lá [estado do Ceará] não tem esse negócio, você trabalha de roça e tem que trabalhar pro patrão ao mesmo tempo. Dois dias na tua roça, três, quatro dias na roça do patrão. [...] o patrão sustentava a família, a nossa família. Meu pai gostava muito dele, né? Era compadre dele e era morador dele há muito tempo, morou uns 25 anos na terra dele lá. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).*

A relação estabelecida entre patrão e camponeses, respondia a uma situação de dominação marcada pelo que Garcia Junior (1989) denominou de “dons generosos”, numa situação que toma a forma de “troca de favores”, possibilitada pela criação de uma dívida entre o *morador* e o *patrão* que não podia ser saldada, como destaca um camponês entrevistado:

Camponês 15: *Aí ele [pai] trabalhava pra ele, dois, três dias na semana, por que durante o ano, antes da safra, ele [patrão] sustentava com farinha, arroz, feijão, rapadura, carne, essas coisas. Quer dizer, ele mantinha a família. Aí, por isso, ele teve que trabalhar mais pro patrão do que pra ele. Mas nunca o que ele tirava, dava pra comer até chegar o outro ano. Assim, coisa da roça, feijão, arroz, não dava. E o “cabra” lá [patrão] é quem continuava sustentando. Aí no final do ano, eles ajustavam tudo direitinho. O patrão dele somava tudo direitinho: você deve tanto compadre. Agora a gente desconta aqui. E o resto, se não desse pra pagar ficava já pro próximo ano. E assim, foram 25 anos. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).*

Observa-se neste relato, que a constituição da dívida pelo camponês criava as condições para a manutenção da situação de dominação, pois quem estava em posição de devedor permanente se via despossuído dos meios de saber o valor exato que devia ao *patrão*, e não tinha outra alternativa senão a de se submeter aos interesses de outrem.

²¹ Para uma discussão mais aprofundada das relações de sujeição nas propriedades rurais ver Garcia Junior, 1989.

Com a intensificação dos deslocamentos em direção a essa região, especialmente a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, os centros iam ganhando importância com um elevado crescimento demográfico. Neles, era possível se desenvolver um pequeno comércio e se construir estradas carroçáveis. Estas modificações diferenciavam o centro em expansão, que passará a ser denominado “povoado”, dos outros centros menores, mais distantes. Neste cenário, se estabelecia nesta região, como descrito por Keller (1975) e Velho (1976), uma distinção social entre as áreas de centro e de povoado.

Os centros eram regiões mais isoladas, ocupadas por pequenos agricultores, com a presença da mata fechada, bruta e não controlada pelo homem (VELHO, 1976). Com predomínio da agricultura, do trabalho duro, essas eram regiões onde se desenvolviam estruturas sociais mais homogêneas, com população majoritariamente de pequenos agricultores (KELLER, 1975). Nas regiões de povoado (KELLER, 1975), também denominadas *beira* (VELHO, 1976), por conta do estabelecimento nas proximidades de cursos d’água, era possível observar o desenvolvimento de um pequeno comércio, uma estrada carroçável, e combinação da lavoura, criação animal e criação de peixes. Estas eram áreas de mata mais limpa (capoeiras), e seu crescimento demográfico favorecia uma maior heterogeneidade social com a presença de pequenos e médios produtores (KELLER, 1975).

Dessa maneira, o processo de ocupação e colonização da microrregião de Imperatriz se deu por volta dos anos 1950. No entanto, os intensos fluxos migratórios impulsionados pela construção da rodovia Belém-Brasília, favoreceram também os deslocamentos de grupos sociais diferenciados (CARNEIRO, 1994), principalmente de grandes e médios fazendeiros, com algum acúmulo de capitais econômico e social, interessados na propriedade de grandes extensões de terra por um menor preço, voltadas à pecuária bovina.

3.1.2 A grande propriedade rural, desapropriação camponesa e conflito fundiário na microrregião de Imperatriz

Não somente camponeses com poucos recursos se deslocaram à região de Imperatriz, após a construção da rodovia Belém-Brasília, nos fluxos migratórios citados anteriormente. Além dos pequenos lavradores que se estabeleciam nos centros e

povoados, chegavam à região outros agentes sociais: fazendeiros, grileiros e madeireiros oriundos dos estados da Bahia, Minas e Espírito Santo (KELLER, 1975).

Esses migrantes detinham certo capital econômico, social e escolar, e tinham conhecimento referente à legalização da posse da terra. Além disso, muitos desses fazendeiros, principalmente os baianos, já haviam exercido cargo público e político e tinham laços de parentesco e amizade com políticos do estado de origem. Segundo Asselin (1985), esses fazendeiros ocupavam cada um, cerca de 200, 300 e até 500 hectares de terras, formando um tipo de classe média rural (ASSELIN, 1985, p. 33).

As principais razões que impulsionavam os deslocamentos dos baianos, mineiros e capixabas em direção à microrregião de Imperatriz estavam ligadas à oportunidade de adquirir grandes extensões de terra agricultáveis em áreas ligadas por estrada federal a grandes centros consumidores, como a cidade de Belém e outras cidades ao sudoeste do país. Além disso, as condições do mercado de terras na região eram favoráveis aos fazendeiros, uma vez que os preços praticados em suas regiões de origem e os impostos estaduais eram considerados elevados. Deste modo, o deslocamento para o Maranhão significava comprar terras maiores e mais produtivas, com o capital obtido na venda das suas terras valorizadas. Segundo Keller (1975), quem tinha 150, 200 hectares nas regiões de origem, no Maranhão conseguia adquirir até 3.000 hectares de terra.

Uma terceira e última razão que ajuda a entender as motivações dos deslocamentos, tem relação com os sistemas de herança familiar. Segundo Keller (1975), na grande maioria dos casos as famílias que migravam eram numerosas, compostas por cerca de dez ou mais filhos, e na microrregião de Imperatriz era possível garantir pedaços de terra razoáveis a todos os filhos, sem a necessidade de retalhar por herança a fazenda em trechos ínfimos.

Assim que se estabeleceram na região de Imperatriz, esses fazendeiros procuraram obter a legalização de suas terras, através da articulação com elites locais e funcionários públicos que ocupavam posições importantes nos órgãos fundiários do estado. O resultado desse processo, foi o confronto entre fazendeiros e camponeses, um movimento que foi definido por José de Sousa Martins (1975) como o conflito entre a frente de expansão (camponesa) com a frente pioneira capitalista, ou, em termos mais empíricos, como um processo de transformação de “terras livres” em “terras de dono”.

É importante destacar, que nas ocasiões em que as terras foram tituladas, a região vivia uma situação de intensa luta política, onde o prefeito da cidade de

Imperatriz, João Menezes de Santana, apoiado pelo então presidente João Goulart, fazia oposição ao governador do estado do Maranhão, Newton Bello:

Em 1960, João Menezes de Santana, contador formado no Rio de Janeiro, foi eleito prefeito. Desencadeou-se, então, um processo político em que o migrante passou a ter oportunidade de participar do destino político da região. Apoiado pelo governo de João Goulart, João Menezes insurgiu-se abertamente contra os fazendeiros baianos, a tal ponto que a família Vaz – (...) – que representava os interesses dos fazendeiros baianos, aliou-se então ao governador Newton Bello contra o prefeito local, com o objetivo de conseguir a titulação de 30 fazendas, em nome dos baianos. Conseguiram. (ASSELIN, 1985, p. 35).

Em 1968, o então governador do Maranhão, José Sarney, implantou a Delegacia de Terras com o objetivo de regularizar o processo de ocupação e titulação das áreas, transferindo terras que pertenciam ao domínio público para o domínio privado. O principal resultado da Delegacia de Terras foi à criação da Lei das Terras, nº 2.949, de 17.6.69, do Estado do Maranhão, promulgada pelo decreto 4.028, de 28.11.69, que manifestava o propósito de incentivar a grande propriedade.

De um ponto de vista legal, os fazendeiros encontravam-se na mesma situação dos camponeses, uma vez que não eram proprietários das terras devolutas. Mas como destaca Keller (1975), a orientação dada pela Delegacia de Terras de Imperatriz fora determinante para o posterior processo de concentração fundiária e expropriação camponesa na região. Os direitos de propriedade eram concedidos desde que o terreno estivesse cercado. Neste caso, o fazendeiro era favorecido, pois somente ele possuía as condições para arcar com os custos dos rolos de arame necessários ao cercado das áreas e, além disto, conhecia os trâmites legais necessários ao andamento do processo de obtenção dos títulos de propriedade.

Ainda de acordo com Keller (1975), os primeiros títulos de terra na microrregião de Imperatriz foram expedidos em fevereiro de 1961, abrangendo uma área de 3.000 hectares. Outros três títulos foram expedidos em dezembro de 1965, relativos a áreas de cerca de 1.000 hectares. Posteriormente, mais 20 títulos foram expedidos em janeiro de 1966, todos abrangendo áreas que variavam em torno de 500 a 1000 hectares.

Foi neste cenário, e através de articulações políticas, que os fazendeiros, em sua maioria baianos, conseguiram a titulação de grandes áreas na região mais próxima à rodovia Belém-Brasília, estabelecendo ali grandes fazendas. Para os camponeses que procuraram se manter nessas áreas, agora tituladas, restou a alternativa de resistir ao processo de expropriação, sendo, por isso, considerados como “invasores”.

Este período, em âmbito estadual, foi marcado, como destaca Carneiro (2013), pela expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada por política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira (SILVA, 1982). Essa política de financiamento público da grande propriedade, favoreceu o aparecimento, na região de Imperatriz, de uma indústria da grilagem²², como demonstrado no livro do padre Asselin (1989), e o progressivo processo de desapropriação e expulsão dos camponeses estabelecidos neste território.

Os fazendeiros, agora proprietários titulados das terras da Amazônia maranhense, iniciaram o processo de expulsão dos camponeses das áreas ocupadas por volta dos anos 1972, processo pelo qual foi denominado por Asselin (1989) de “operação de limpeza da área”:

Os pretensos proprietários, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paraenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região e, de posse de títulos “frios” – adquiridos e providenciados nos seus Estados de origem e trazidos ao Maranhão apenas para o registro o Cartório de Imóveis – iniciaram o serviço de “limpeza” da área adquirida. Tudo se conseguiu com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Posseiros, muitos deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos, antes mesmo de se pensar nas rodovias Belém-Brasília ou Açailândia-Santa Luzia, foram forçados por jagunços fortemente armados a abandonarem, e, quando procuravam um entendimento para proteção do que lhes pertencia por direito, foram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas. (ASSELIN, 1989, p. 121).

Os camponeses expulsos das terras foram obrigados a se deslocarem para outros locais. Muitos deles, foram para bairros periféricos em Imperatriz, constituindo-se como reserva de mão de obra urbana, pois a cidade de Imperatriz não possuía, nesse período, um desenvolvimento industrial que pudesse absorver essa mão de obra. Porém, como destaca Keller (1975), grande parcela de camponeses continuou ligada a atividades agrícolas na região denominada Trecho Seco, para onde se deslocavam nos períodos de plantio e colheita. Esses foram anos de crescente expropriação de terras e conflitos fundiários no campo maranhense, marcados pela violência, grilagem de terras e expropriação camponesa no Maranhão e mais especificamente na microrregião de Imperatriz.

²² Denominam -se “grileiros” os indivíduos que, usando de documentação forjada e recorrendo a artifícios, consegue apossar-se “legalmente” de grandes áreas de terra, com o objetivo de vendê-las.

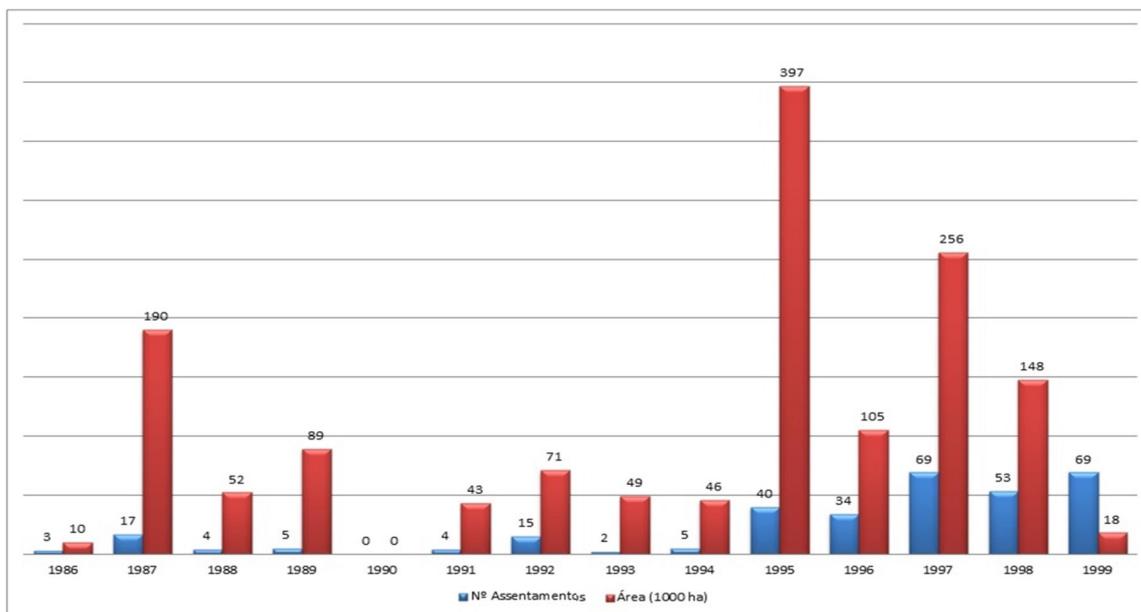
3.1.3 Mobilização camponesa e a ocupação de terras no Maranhão: consolidação de uma agricultura camponesa autônoma?

Vimos nos tópicos anteriores, que a trajetória dos grupos familiares da microrregião de Imperatriz é marcada pelo conflito entre a grande propriedade e a pequena produção. Esse período demarca um cenário de ampla concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, violência no campo e subordinação camponesa. Muitos desses camponeses, depois de conflitos com grandes fazendeiros e com a estrutura política fundiária maranhense, se “viram” numa situação de terem suas terras tomadas por processos, muitas vezes violentos, de desocupação e desapropriação de terras.

No entanto, a partir dos anos 1980, com a consolidação de uma política de reforma agrária e criação em 1985 do I Plano Nacional de Reforma Agrária, a luta pela terra no estado sofre profundas mudanças. Estes foram anos marcados por um intenso movimento de trabalhadores rurais, na ocupação de terras em todo estado do Maranhão, e pela criação de um número expressivo de projetos de assentamento (CARNEIRO, 2013). Para esse autor, a mobilização camponesa para ocupação de terras e a criação de assentamentos rurais continuaram se fortalecendo nos anos 1990, atingindo assim, todas as regiões do estado. De acordo com as informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) coligidas por Carneiro (2013), no período entre 1986 e 2009, a microrregião de Imperatriz respondeu por aproximadamente 48 assentamentos criados.

Em todo o estado do Maranhão, esse cenário não é diferente. A partir dos dados apresentados no Gráfico 2, podemos observar que a criação de assentamentos de reforma agrária, que se inicia no ano de 1986, sofre uma queda significativa no final da década de 1980, tomando novo fôlego no início da década de 1990. Os períodos mais expressivos correspondem à soma dos extratos de 1997, 1998 e 1999, quando no Maranhão foram registrados 161 novos assentamentos.

Gráfico 2 – Número de assentamentos de reforma agrária criados no Maranhão entre as décadas de 1980 e 1990



Fonte: Mattos Junior, 2007.

Este gráfico demonstra também que o número de assentamentos criados não corresponde ao tamanho das áreas ocupadas, pois na maioria dos casos as famílias já haviam se estabelecido no território, o que dá à ação de desapropriação pelo INCRA um caráter de regularização fundiária. Ao mesmo tempo, isso não quer dizer que as desapropriações foram pacíficas e sem conflitos.

Em geral, os projetos de assentamentos devem contemplar projetos de infraestrutura básica local como a construção de estradas, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água, construção de escolas e postos de saúde. Mas fundamentalmente camponeses incluídos em projetos de assentamento, passam a ter prioridade nas instituições financeiras, no acesso a crédito rural para programas de reforma agrária. Essa política de incentivos fiscais, passou a ser mais efetiva com o lançamento do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), implementado no final da década de 1980, e com o Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1995, quando os incentivos fundiários voltados à agricultura camponesa passam a ser mais expressivos.

Os créditos fundiários para agricultura camponesa eram destinados, em sua maioria, no caso do oeste maranhense, para desenvolvimento da atividade pecuária. Segundo Porro, Mesquita e Santos (2004), fatores como a forte ocorrência de pastagens nas áreas desapropriadas, e a percepção dos agentes de extensão rural de que a atividade

atenderia às expectativas dos camponeses, contribuíram para esse cenário. No entanto, é importante destacar as dificuldades de diálogo das instituições de fomento com os trabalhadores rurais, na decisão de investimento nas propriedades rurais camponesas. Como destacou a liderança camponesa Maria Querubina:

Naquela época os técnicos não tinham política nenhuma. Dizia pra gente “só quem paga projeto é gado”. Ou vocês plantam capim ou não pega projetos. E o povo enlouqueceu. Quase todo. E pra plantar capim tinha que fazer o que? Desmatar tudo. Era o que a gente recebia dos técnicos. Eles empurravam de goela abaixo... (SILVA NETA, 2018, p. 48).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas no processo de concessão de créditos fundiários rurais, e a resistência de muitos camponeses em incorporar uma nova atividade produtiva, a formação de pastagens e criação de rebanhos bovinos, principalmente para produção de leite, obteve crescimento importante nos estabelecimentos pertencentes a grupos de camponeses no oeste maranhense, a partir dos anos de 1990 (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004).

De um ponto de vista mais micro, esse processo de pecuarização da agricultura camponesa (WOOD; TOURRAND; TONI, 2015) vai impulsionar um conjunto de transformações na economia dos trabalhadores rurais, induzindo à necessidade de se ajustar a novas exigências e habilidades ligadas aos cuidados com o rebanho bovino, ao manejo de pastagens, e à reelaboração dos espaços produtivos dos camponeses, que passarão a ter a maior parte de suas terras ocupadas com pastagem.

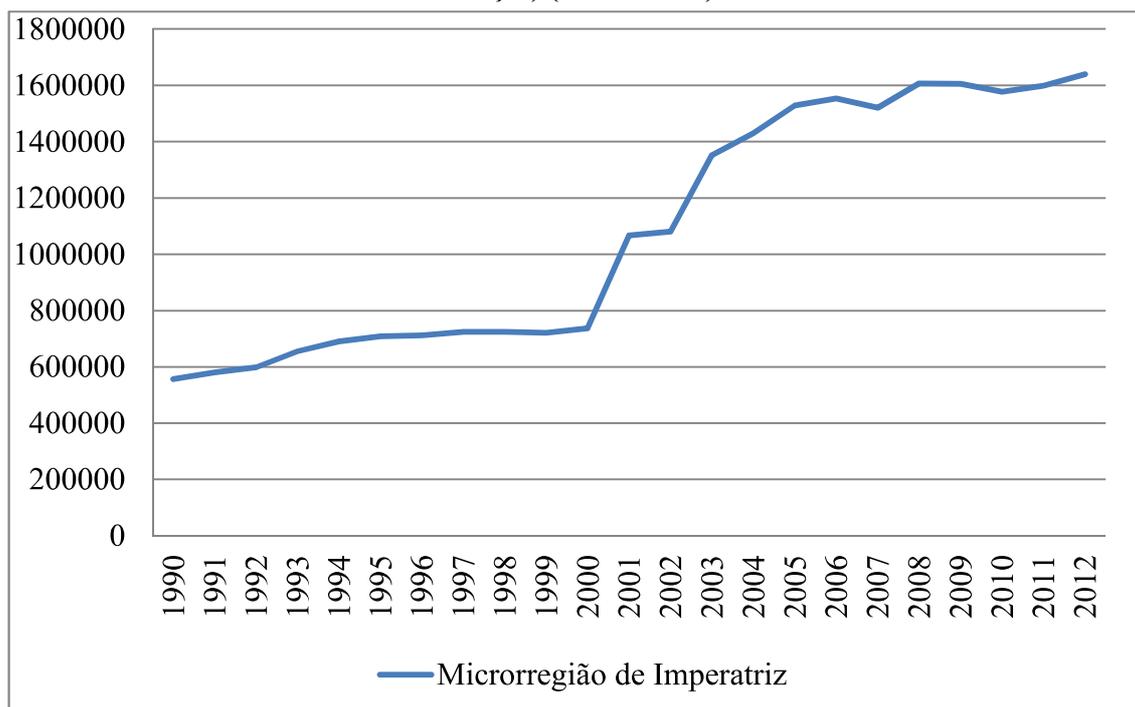
Nesse cenário, a construção de uma complexa cadeia de produção leiteira, que envolve médios e pequenos laticínios, na microrregião de Imperatriz, permite a estruturação de uma rede de coleta do leite indo até as propriedades, ou nos pontos de resfriamento instalados em locais estratégicos, ampliando as possibilidades de mercado leiteiro para produtores camponeses, e diminuindo as dificuldades impostas pela distância entre as áreas rurais e os contingentes urbanos de consumo. Essa cadeia de produção leiteira funciona como uma alternativa de comercialização diária de leite, garantindo uma renda familiar quinzenal, importante para reprodução dos grupos locais (CARNEIRO M., 2015a; CARNEIRO J., 2016 ; CARNEIRO M.; CARNEIRO J.; LIMA NETO, 2020).

3.2 A evolução recente da atividade pecuária na microrregião de Imperatriz-MA

Desde a segunda metade do século XX, a atividade pecuária tem sido um dos principais vetores da ocupação territorial da microrregião de Imperatriz. O forte incremento desta atividade na região deveu-se, em primeiro lugar, ao importante papel dos governos militares, através do incentivo fiscal destinado a implantação de empresas na região da Amazônia brasileira (CARNEIRO, 2013), por meio de programas como o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), operado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (CARNEIRO M.; CARNEIRO J.; LIMA NETO, 2020).

Outro elemento importante para o crescimento e consolidação da atividade pecuária, tem relação com os intensos fluxos migratórios de trabalhadores de outras regiões do Nordeste para a região de Imperatriz (CARNEIRO, 1994; KELLER, 1975). Esses fluxos migratórios foram incentivados, particularmente, pela abertura da rodovia Belém-Brasília e permitiram o estabelecimento de diferentes grupos sociais, entre eles fazendeiros e camponeses com alguma experiência na atividade pecuária. Contudo, foi em período mais recente que a atividade teve um crescimento substancial na microrregião. Como demonstra o Gráfico 3, os efetivos dos rebanhos bovinos tiveram um salto significativo a partir do início da década dos anos 2000.

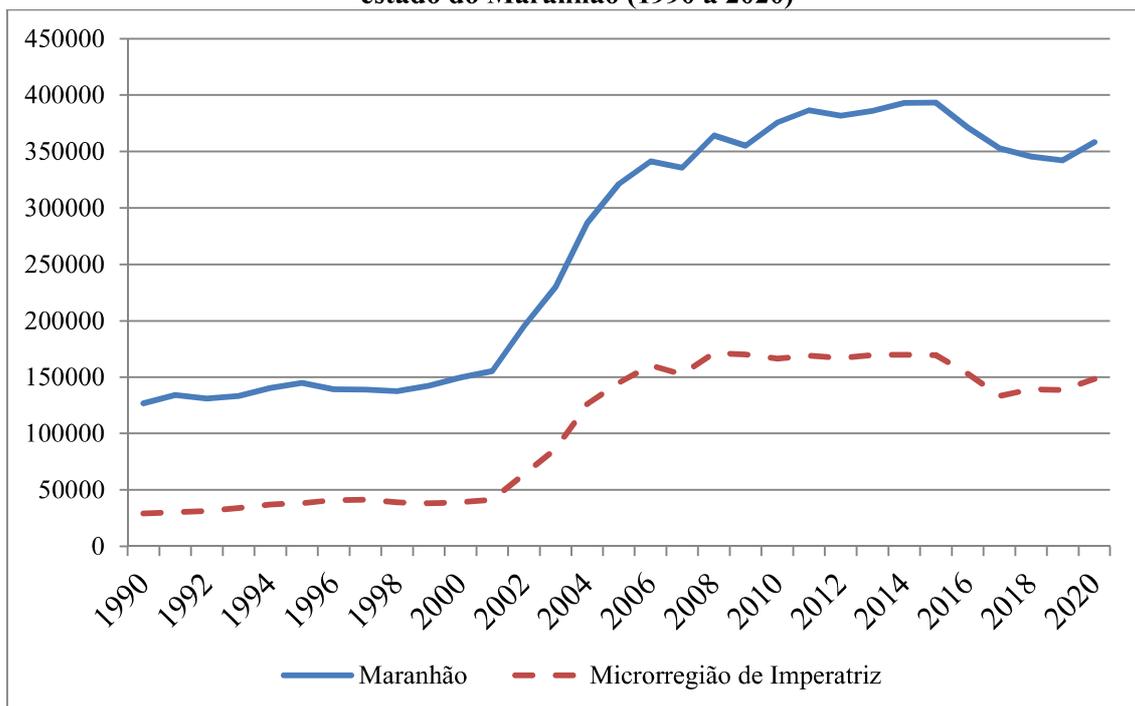
Gráfico 3 – Evolução dos rebanhos bovinos da microrregião de Imperatriz (em número de cabeças) (1990 a 2012)



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE).

Outro aspecto que chama atenção na análise da evolução da atividade pecuária na microrregião em estudo, é o forte crescimento da produção leiteira, notadamente a partir do início do presente século. O significativo incremento desta atividade leiteira na microrregião de Imperatriz, tem efeito correspondente nos níveis de produtividade a nível estadual, como pode ser observado no Gráfico 4, que demonstra o amplo aumento da produção de leite na microrregião de Imperatriz e também no estado do Maranhão, a partir do início da década de 2000.

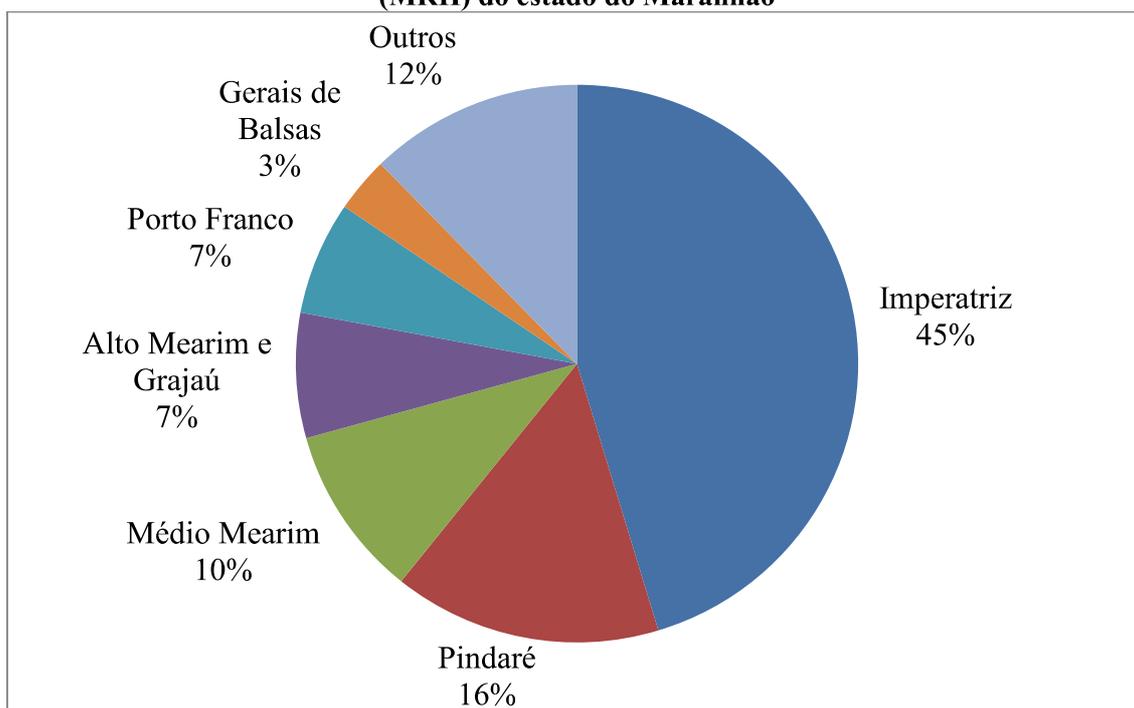
Gráfico 4 – Evolução da produção de leite (em mil l.) na microrregião de Imperatriz e no estado do Maranhão (1990 a 2020)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE).

A importante participação da microrregião de Imperatriz para o crescimento e consolidação da atividade leiteira no estado, pode ser confirmada através das informações apresentadas no Gráfico 5. Através deste, é possível fazer uma análise comparativa a respeito da capacidade produtiva leiteira de acordo com as microrregiões do estado. Os dados demonstram uma forte concentração da produção de leite na região de Imperatriz. Esta corresponde a quase 50% do total produzido em todo território estadual, seguida das microrregiões do Médio Mearim e Pindaré, que juntas somam 26% da produção.

Gráfico 5 – Produção de leite em (%) de acordo com as Microrregiões Homogêneas (MRH) do estado do Maranhão



Fonte: Censo agropecuário do IBGE (2017).

O crescimento da produção leiteira na microrregião, veio acompanhado de importantes modificações nos hábitos alimentares de consumo no Brasil, especialmente nos estados da região Nordeste do país. Os centros urbanos desses estados, segundo Lima Neto, Carneiro M, e Carneiro J. (2021), se configuraram como importantes polos de consumo abastecidos pelos laticínios dessa microrregião.

Na Tabela 1, a seguir, apresentamos a evolução do consumo de produtos lácteos na região Nordeste, de acordo com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, entre 2002 e 2008. A partir dos seus dados, é possível verificar um significativo aumento no consumo de produtos derivados do leite, com destaque para os segmentos de “queijos e requeijão” e “outros produtos lácteos”. Embora tenha ocorrido uma redução na quantidade de produtos lácteos consumidos por habitante (passou de 29,02 para 27,47 kg/pessoa/ano), esta diminuição reflete a queda de consumo verificada somente no segmento de “Leite e Creme de leite”.

Tabela 1 – Aquisição alimentar domiciliar per capita anual (em quilogramas), no grupo de produtos lácteos – Região Nordeste -2002 e 2008

Tipo de produtos	2002	2008	Variação
Leite e creme de leite	26,362	23,537	- 2,82
Queijos e requeijão	1,14	1,549	+ 0,40
Outros produtos lácteos	1,59	2,391	+ 0,80
Total	29,092	27,477	- 1,62

Fonte: IBGE (2004; 2010)

O crescimento da produção e consumo de produtos lácteos na microrregião de Imperatriz, chamou a atenção de diversos pesquisadores que buscaram entender como estava organizada a atividade do ponto de vista do funcionamento de sua cadeia de produção (CARNEIRO, 2015a); das diferentes convenções de qualidade que atravessam sua estrutura (LIMA NETO, 2017); dos fatores que limitam a reprodução e melhoramento da atividade regional (ZINALDO, 2012); e das relações de trabalho que envolvem os diferentes atores da cadeia (FERREIRA, 2019).

A delimitação de nossa pesquisa, conforma nossos interesses para compreensão dos efeitos da inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira regional, buscando entender seus respectivos impactos para a organização econômica familiar. Portanto, é necessário fazer um levantamento da situação da agricultura camponesa e familiar, dentro da cadeia produtiva que envolve a produção de leite e derivados na região.

Para isso, apresentaremos uma breve análise da participação da agricultura familiar e camponesa dentro da produção leiteira regional, colocando ênfase a respeito de sua importância enquanto atividade econômica desses grupos familiares. Em seguida, será colocado em discussão o modo de funcionamento da cadeia produtiva, os diversos laços empreendidos pelos agricultores familiares e camponeses com outros agentes da cadeia e suas implicações para a organização econômica interna das famílias.

3.2.1 Produção leiteira e campesinato na microrregião de Imperatriz

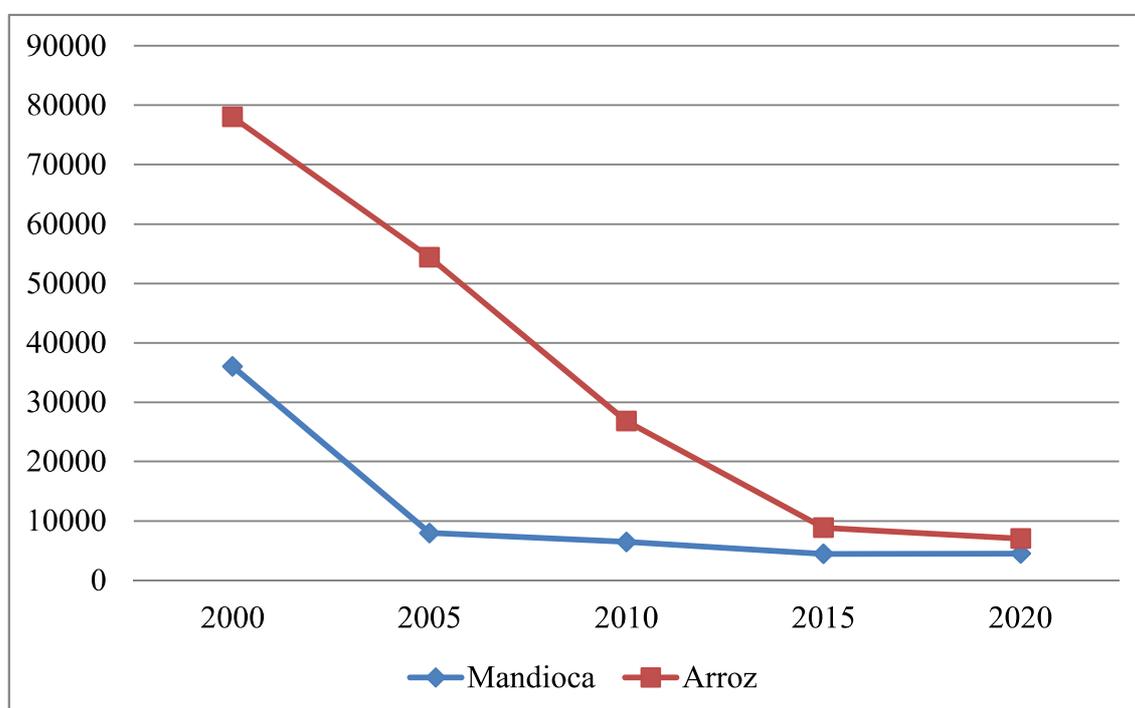
O crescimento em importância da atividade leiteira camponesa nas regiões da Amazônia maranhense (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004), de outros estados da federação (VEIGA, et al., 2004) e de regiões de outros países (WOOD; TOURRAND; TONI, 2015), é um processo amplo que envolve transformações no âmbito fundiário, político e social que marcaram a passagem do século XX para o século XXI.

Deste modo, o importante incremento da atividade pecuária nos estabelecimentos familiares e camponeses na região de Imperatriz, no presente século,

pode ser compreendido a partir de distintos eventos impulsionadores. Neste cenário, é importante sublinhar os efeitos dos processos de deslocamento, estabelecimento e consolidação de grupos familiares na região, no final do século XX: o processo de declínio das principais atividades econômicas (produção de farinha e arroz) desses trabalhadores, no final da década de 1990; e o importante trabalho de facilitação de acesso a recursos através, especialmente do PRONAF, pelas propriedades de pequeno porte, no início do século XXI, que promoveram uma evolução significativa da atividade pecuária, particularmente a pecuária leiteira, no interior das propriedades camponesas da microrregião de Imperatriz.

As principais atividades econômicas dos camponeses da microrregião em estudo (arroz e mandioca) entraram em um sensível processo de declínio, a partir do início da década dos anos 2000. Com base nas informações do Gráfico 6, a seguir, é possível observar que a tendência de queda da produção de arroz se mantém até o ano de 2015, momento em que se estabiliza. Para o caso da mandioca, esta estabilização se dá nos primeiros cinco anos da década de 2000.

Gráfico 6 – Produção de arroz e mandioca na microrregião de Imperatriz: 2000-2020



Fonte: Produção Agrícola Municipal.

O significativo declínio dessas lavouras pode ser explicado por fatores de ordem econômica, no caso da produção de mandioca; e ambiental, para o caso do plantio de arroz. Os preços praticados no mercado de farinha na região, sofreram uma queda importante no início do presente século, tornando inviável o investimento na atividade. Foi possível durante pesquisa de campo, observar a presença, no interior dos estabelecimentos familiares, de estruturas apropriadas à fabricação de farinha, em condição de abandono, devido à desistência de reproduzir este tipo de alimento.

A queda da produção de arroz, por sua vez, pode ser explicada por um processo de perda da fertilidade da terra, e infestação de pragas e fungos nas áreas de plantio (COUTO, 2015). Segundo os camponeses entrevistados durante pesquisa de campo, a “doença” do arroz prejudicava os níveis de escala das colheitas e provocava uma mudança na coloração do grão, inviabilizando, assim, sua comercialização.

De modo concomitante à queda em importância das principais atividades econômicas dos camponeses da região, houve um investimento considerável por parte do Estado brasileiro nos estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar. As iniciativas perpetradas pelo Banco do Nordeste (BNB), dentro do PRONAF, neste cenário, ganham destaque.

Em levantamento realizado por Alves (2005), que analisou a atuação do Banco do Nordeste (BNB) no financiamento de atividades rurais, 58% do total dos investimentos da instituição financeira, entre 1976 e 2004, foram destinados à atividade pecuária, e alocados principalmente no Maranhão (Quadro 3). Percentual relevante deste montante, cerca de 48%, foi destinado a estabelecimentos de pequeno porte, seguidos daqueles estabelecimentos considerados de médio e grande porte, que corresponderam a quase 52% dos valores investidos.

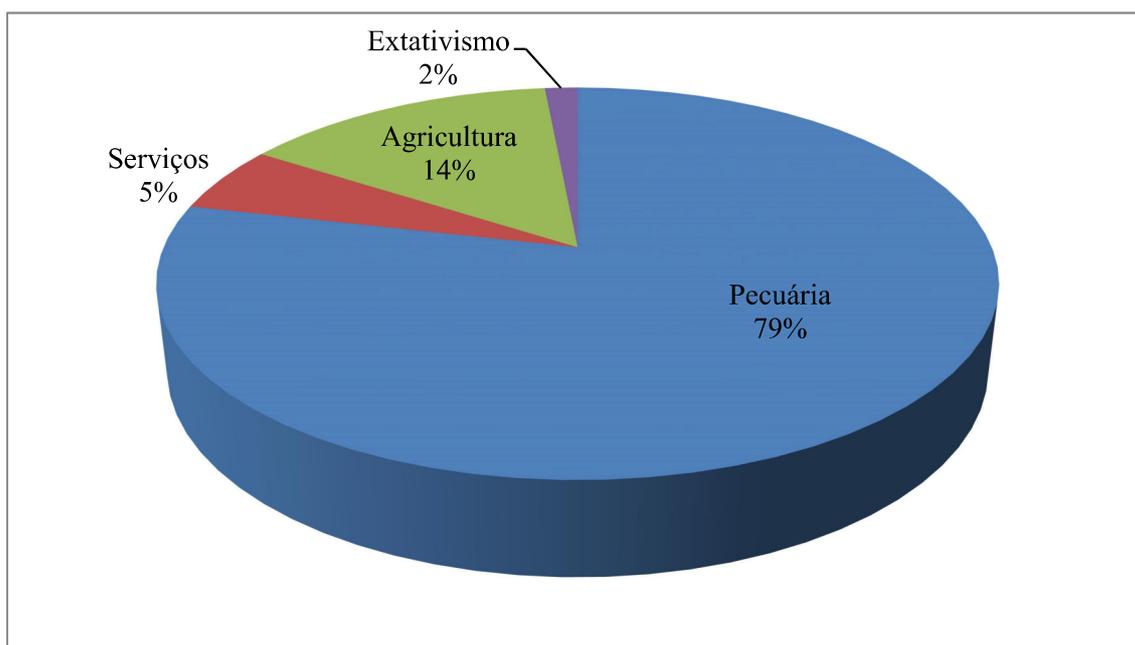
Quadro 3 – Descrição das operações de crédito no meio rural contratadas no Banco do Nordeste/Imperatriz-1976-2004

Porte do contratante	Quantidade de operações	Percentual em relação ao total investido
<i>Micro e pequeno</i>	14.684	48,11%
<i>Médio e grande</i>	484	51,89%
Ramo de atividade	Quantidade de operações	Percentual em relação ao total investido
<i>Bovinocultura</i>	8.512	58,22%
<i>Grãos</i>	695	9,55%
<i>Outros</i>	5981	32,23%

Fonte: BNB agência Imperatriz, elaborado a partir de Alves (2005) e Lima Neto (2017).

De modo semelhante, os recursos acessados por meio do PRONAF impulsionaram o desenvolvimento da atividade nos estabelecimentos camponeses. O Gráfico 7, a seguir, mostra os recursos deste programa investidos na região Nordeste do país, por setor de atividade. Nele, é possível perceber uma considerável concentração na atividade pecuária, que recebeu 79% dos investimentos, seguido da agricultura com 14%, serviços 5% e extrativismo 2%.

Gráfico 7 – Investimos do Pronaf no Nordeste por atividade econômica



Fonte: Relatório BNB, 2013.

Os recursos destinados à reprodução da pecuária familiar no Nordeste, promoveram uma importante modificação na organização econômica da agricultura camponesa e familiar, na microrregião de Imperatriz, uma vez que favoreceu o incremento de uma nova atividade no interior dos estabelecimentos familiares, e impulsionou uma reestruturação dos setores produtivos, colocando a criação bovina voltada à produção leiteira como atividade majoritária.

Esta reestruturação não somente levou a uma reorganização dos espaços produtivos, com o plantio e ampliação das áreas voltadas às pastagens dos animais e a diminuição dos espaços destinados às lavouras temporárias tradicionais (como a mandioca, o milho, arroz e feijão), mas promoveu a necessidade de se incorporar novos

conhecimentos relacionados ao manejo dos rebanhos, cuidados veterinários, práticas de ordenha, suplemento alimentar, etc²³.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário do IBGE, os estabelecimentos classificados como pertencentes à agricultura familiar responderam, em 2017, por 55,51% do leite produzido, por 56,02% do número de vacas ordenhadas, e por 74,22% do número de estabelecimentos com produção de leite de vaca, na microrregião de Imperatriz (Tabela 2). A agricultura de grande porte, considerada aqui como agricultura não familiar, teve participação com 44,39% do leite produzido, 43,98% das vacas ordenhadas e 25,78% do número de estabelecimentos.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos com produção de leite, de vacas ordenhadas e produção de leite de vaca, segundo o tipo de pecuária, microrregião de Imperatriz – 2017

	Nº de estabelecimentos com produção de leite		Nº de vacas ordenhadas		Produção de leite (mil l)	
	Nº	Em %	Nº	Em %	Nº	Em %
Agricultura familiar	6.052	74,22	38.073	56,02	47.459	55,51
Agricultura não-familiar	2.102	25,78	29.889	43,98	37.871	44,39
Total	8.154	100,00	67.962	100,00	85.330	100,00

Fonte: Censo Agropecuário. (2017)

Ou seja, de acordo com esses dados, é possível verificar que a estrutura de produção de leite na microrregião de Imperatriz envolve produtores familiares e não familiares, com uma pequena predominância da agricultura familiar e camponesa. Vale destacar, contudo, que em termos de rebanho bovino total, que considera também o gado criado para a atividade de produção de carne (gado de corte), a agricultura não-familiar é amplamente majoritária, com um total de 840.069 cabeças, contra 342.254 da agricultura familiar²⁴.

Na Tabela 3, a seguir, apresentamos a produção de leite por estabelecimentos agropecuários, de acordo com a tipologia agricultura familiar e não-familiar, seguida pelo IBGE²⁵. Em termos de distribuição por tamanho da área dos estabelecimentos

²³ Falaremos com mais profundidade a respeito desses novos conhecimentos, no capítulo 4 desta tese.

²⁴ Até o início dos anos 2000, existiam dois grandes frigoríficos na região: o Frigorífico Vale do Tocantins localizado em Imperatriz-MA, e o Frigorífico Equatorial Alimentos (Grupo JBS/Friboi) localizado em Açailândia-MA. Atualmente, somente o primeiro continua em operação.

²⁵ O IBGE considera a agricultura familiar, de acordo com a definição legal estabelecida pela Lei nº 11.326/2006 e o decreto presidencial nº 9.064/2017, como: os estabelecimentos da agricultura familiar são aqueles que seguem os seguintes critérios: (i) não deter área maior que quatro módulos fiscais; (ii) utilizar, no mínimo, metade do trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda do estabelecimento agropecuário; (iii) ter, no mínimo, metade da renda familiar originada do próprio estabelecimento; e (iv) que o estabelecimento seja dirigido pelo agricultor com sua família.

agropecuários, a produção de leite da pecuária familiar na microrregião de Imperatriz concentra-se em áreas de 5 a menos de 50 hectares (35,80%), de 50 a menos de 100 hectares (26,96%) e de 100 a menos de 200 hectares (26,67%). No que concerne à agricultura não-familiar, a maior parte da produção de leite se concentra nos estratos de 200 a menos de 500 hectares (40,40%).

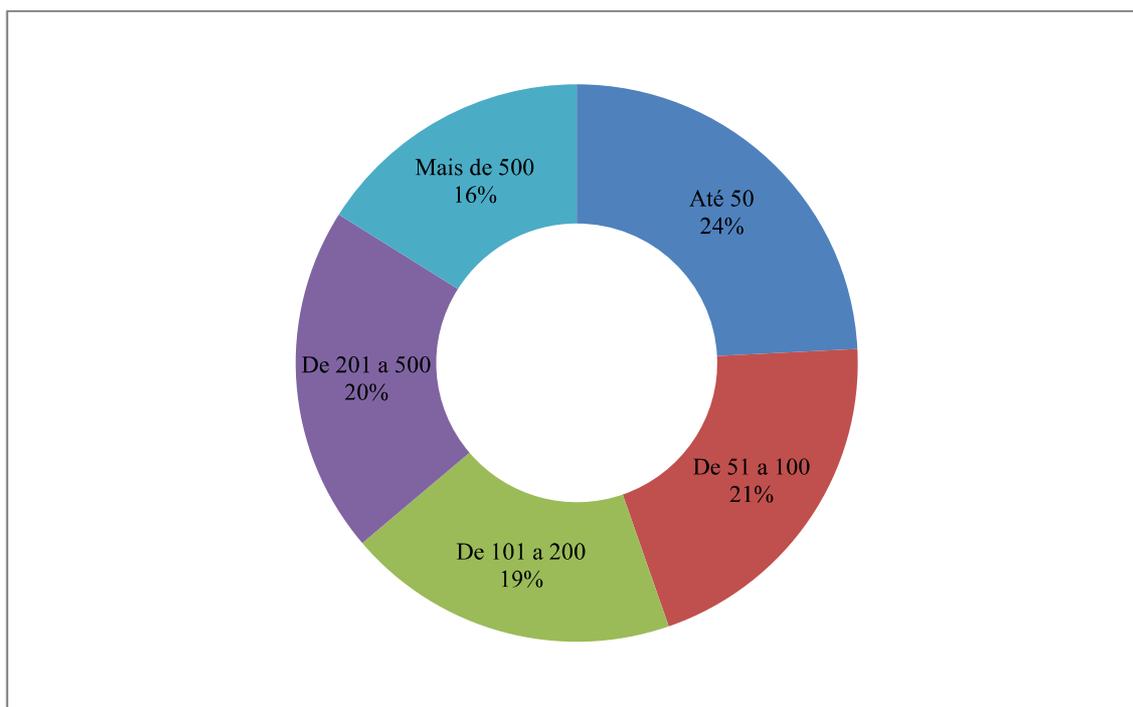
Tabela 3 – Quantidade de leite produzida por estabelecimentos, por tipo de agricultura, e Grupos de Área Total na microrregião de Imperatriz – 2017

	Agricultura familiar		Agricultura não-familiar	
	Quantidade	Em %	Quantidade	Em %
Produtor sem área	0	0	0	0
Mais de 0 a menos de 5 hectares	213	0,44	51	0,13
De 5 a menos de 50 hectares	16.992	35,80	1.817	4,79
De 50 a menos de 100 hectares	12.798	26,96	2.797	7,38
De 100 a menos de 200 hectares	12.662	26,67	4.330	11,43
De 200 a menos de 500 hectares	4.794	10,10	15.302	40,40
De 500 hectares ou mais	0	0,00	13.574	35,84
Total	47.459	100,00	37.871	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

A importante participação da agricultura familiar e camponesa na produção leiteira regional pode ser percebida, ainda, através da análise das informações referentes à quantidade de leite produzida, em relação à composição dos rebanhos bovinos. No Gráfico 8, é possível perceber que a produção leiteira está amplamente concentrada nos estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar e camponesa (que responde 64% do total). Os pecuaristas leiteiros de grande porte (aqueles com rebanhos acima de 200 cabeças), por sua vez, correspondem a cerca de 36% do total.

Gráfico 8 – Produção de leite segundo o tamanho do rebanho bovino na microrregião de Imperatriz



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2017).

Esses pequenos criadores, com exploração normalmente baseada na unidade familiar, constituem entidades complexas em seu interior, sendo que seus agentes combinam atividades econômicas executadas fora e dentro da própria unidade familiar (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004). Essas unidades de produção são caracterizadas, segundo apontam estudos de Zinaldo da Silva (2012), e de Carneiro e Lima Neto (2021), pelo uso de práticas agrícolas extensivas de baixo teor tecnológico e técnicas tradicionais de produção, como a ordenha manual com a presença do bezerro ao pé da vaca.

A constituição da pequena criação bovina, voltada principalmente à produção leiteira e ao desenvolvimento de uma cadeia produtiva complexa com a presença majoritária de laticínios, mas também de queijarias e atravessadores, vai possibilitar a inserção dos camponeses regionais em diferentes circuitos de comercialização através da comercialização desse tipo de matéria-prima.

É importante destacar, por fim, que a pecuária familiar da microrregião também realiza a comercialização de bovinos para engorda, e participa do circuito de recria e engorda, ainda que de forma menos acentuada em relação à produção leiteira. Esta atividade pode representar importante complemento na economia dos agricultores, pois garante uma renda anual proveniente dos ciclos produtivos dos rebanhos, tendo em vista

os valores pagos por um bezerro na região, considerado satisfatório do ponto de vista dos criadores.

3.3 Transformações político-econômicas e reorganização da cadeia de produção leiteira

A produção, distribuição, importação e consumo do leite no Brasil, até o início da década de 1990, era amplamente marcada pelo intervencionismo do Estado. Nesse período, conforme Marcia Mazon (2016), o leite era considerado como um importante alimento nutricional com potencial para auxiliar o país na luta contra a fome. Ainda segundo a autora, desde o ano de 1945, todas as etapas que envolviam a cadeia leiteira eram coordenadas por mecanismos estatais.

Os preços praticados eram determinados a partir dos custos de produção nas diferentes regiões do país, e os valores pagos pelos consumidores finais eram do mesmo modo estabelecidos pelo Estado numa prática denominada “tabelamento”. Em relação às condições do mercado interno, o leite era comercializado em pequenos estabelecimentos locais como padarias, armazéns, mercearias, entre outros. Somente uma pequena quantidade era colocada à venda nos supermercados.

Somente a partir do início da década de 1990, esse cenário apresentou sinais de mudança. Nesse momento, o país estava passando por profundas transformações impulsionadas, especialmente, por uma reavaliação do papel do Estado como agente interventor na economia, e pelo favorecimento de uma postura mais liberalizante em relação aos setores econômicos.

O entendimento estratégico de que o crescimento econômico poderia ser conseguido através de uma política mais liberal levou, no início dos anos 1990, ao fim do controle estatal sobre o setor leiteiro e a uma conseqüente abertura da economia nacional favorecendo, com isso, a intensificação da concorrência no setor produtivo leiteiro, com a entrada de empresas multinacionais no país e no setor de distribuição – com destaque para a participação dos supermercados (JANK; FARINA; GALAN, 1999).

A integração regional do Brasil ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) favoreceu, especialmente, a redução das tarifas de importação dos países sul-americanos e permitiu a entrada de produtores fortemente competitivos no setor lácteo, de países como a Argentina e o Uruguai, no mercado leiteiro nacional. Estes países tiveram,

então, condições de exportar o produto a preços inferiores ao praticado no mercado interno (WILKINSON, 2008; SOUZA, 2011).

Esses processos foram acompanhados de mudanças importantes nos hábitos de consumo da população brasileira. A internacionalização dos mercados permitiu o aparecimento de novos padrões de consumo ligados a uma ampla população urbana assalariada, com uma renda monetária em ascensão e necessidade de adquirir alimentos mensal ou semanalmente, com prazos de validade alongados e prontos para serem consumidos (MAZON, 2016).

Essa nova estruturação da organização econômica brasileira implica em profundas transformações no âmbito da produção leiteira nacional, e aponta para uma profissionalização e readequação da cadeia produtiva nos moldes previstos no mercado internacional, o que cria as condições sociais e econômicas para uma “reformulação” de competência industrial e sanitária na pecuária leiteira, que está ligada principalmente à “qualidade do leite” (CARVALHO, 2010).

A abertura comercial, a ampliação da concorrência, e as mudanças nos hábitos alimentares, portanto, concorreram para um conjunto sensível de transformação nos processos de produção, armazenamento, transporte, transformação e beneficiamento dos produtos lácteos no país. Nesse contexto, foi criado, em 1997, o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNQL) que desencadeou uma profunda discussão a respeito da questão da qualidade do leite no país.

A proposta mais objetiva de tais discussões foi a implantação das Instruções Normativas (IN) 51 de 2002, e 61 de 2011, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Estas regulamentações estabeleceram um conjunto de exigências relacionadas à produção de leite no Brasil, que dizem respeito aos procedimentos de ordenha do leite nas propriedades rurais, às condições de sua refrigeração e armazenamento, e ao transporte do produto até a indústria, como nos explicou um representante de laticínio:

A ideia é o primeiro tratamento que o leite vai receber lá na fazenda é o resfriamento. Na verdade não era – com dez anos da Instrução Normativa – não era para ter um litro de leite em latões, mas era pra nós termos isso tudo em tanques instalados nas propriedades ou em pontos chamados de comunitários, esses produtores se unem lá na fazenda e reúne esse leite todo lá, isso não superior a um tempo de duas horas após a ordenha, (depois coloca) no tanque num tempo não superior a 3 horas, (passando com) o resfriamento de uma temperatura de 35 para 4 graus Celsius, para manter a característica qualitativa do leite e microbiológica para, posteriormente, num prazo não superior a 48 horas ser transferido para dentro da indústria processadora. (Entrevista realizada em 14 de fevereiro de 2012).

A maior mudança nos critérios de qualidade do leite, depois da edição das Instruções Normativas 51 e 62, se refere à garantia da correta e mais adequada – tendo em vista os parâmetros do mercado internacional –, coleta do leite. A Instrução Normativa nº 51 determina que a qualidade da produção de cada propriedade seja verificada já a partir da ordenha, para que se identifiquem os problemas na “origem”, ao contrário do que se fazia antes de sua instauração, quando a qualidade do leite era inspecionada no momento do recebimento do leite pela indústria, diminuindo a capacidade de correção das possíveis falhas:

As tetas do animal a ser ordenhado devem sofrer prévia lavagem com água corrente, seguindo-se secagem com toalhas descartáveis e início imediato da ordenha, com descarte dos jatos iniciais de leite em caneca de fundo escuro ou em outro recipiente específico para essa finalidade; o controle da qualidade do Leite Cru Refrigerado na propriedade rural ou em tanques comunitários, nos termos do presente Regulamento e dos demais instrumentos legais pertinentes ao assunto, somente será reconhecido pelo sistema oficial de inspeção sanitária a que estiver ligado o estabelecimento, quando realizado exclusivamente em unidade operacional da Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite – RBQL (MAPA, 2011). Devem dispor de equipamentos em aço inoxidável, de bom acabamento, para realização das operações de beneficiamento e envase do leite, em sistema automático de circuito fechado, constituído de refrigerador a placas para o leite proveniente da ordenha, tanque regulador de nível constante provido de tampa, bombas sanitárias, filtro-padronizadora centrífuga, pasteurizador, tanque isotérmico para leite pasteurizado e máquinas de envase. Não deve ser aceito pelo SIF (Selo de Inspeção Federal) o resfriamento do leite pasteurizado pelo sistema de tanque de expansão (MAPA, 2011).

Para que o produto mantenha a temperatura exigida pelos parâmetros de qualidade previstos, além de readequar as técnicas de coleta do leite, o produtor precisa garantir a chegada do produto in natura até o tanque de resfriamento, dentro de 2 horas após a ordenha. De acordo com Dürr (2012, p. 11), as principais medidas que devem ser adotadas pelo produtor para que o leite não sofra uma contaminação que poderá comprometer sua qualidade envolvem:

1. Manter a sala ou local de ordenha sempre limpos;
2. Usar roupas limpas para ordenhar as vacas;
3. Utilizar água de boa qualidade (potável);
4. Lavar as mãos e mantê-las limpas durante a ordenha (de preferência, usar luvas de borracha);
5. Imergir as tetas em solução desinfetante antes e após a ordenha;
6. Secar as tetas com papel toalha descartável;
7. Lavar os equipamentos e utensílios após cada ordenha com água aquecida, usando os detergentes de acordo com o manual do fabricante dos mesmos;

8. Trocar borrachas e mangueiras do equipamento de ordenha na frequência recomendada pelo fabricante ou quando ocorrerem rachaduras;
9. Lavar os tanques de refrigeração, usando água aquecida e detergentes adequados cada vez que o leite for recolhido pelo transportador.

Para que os produtores de leite se mantenham nesse novo mercado, ancorado sobre exigências sanitárias, precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Como considerado por Wilkinson (2008, p; 15), “isto exige novas inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas”.

Estas mudanças significaram, ao mesmo tempo, uma readequação dos agentes envolvidos na produção, de forma que os setores primários foram estimulados a deixarem de ser provedores de alimentos in natura, e consumidores dos próprios produtos, pressionando o produtor rural a assumir um status competitivo no mercado lácteo (SOUZA, 2011) tornando-se, portanto, um produtor profissionalizado e especializado.

As propriedades pertencentes à agricultura familiar e camponesa encontram, neste contexto de mudanças, e de dificuldades de se reproduzir dentro do setor, uma vez que suas formas tradicionais de produção e comercialização, relacionadas a práticas locais de venda do produto in natura, de porta em porta (CRUZ; SCHNEIDER, 2010), e da fabricação de queijos caseiros com base no leite cru (CRUZ; MENASCHE, 2014), são considerados, do ponto de vista do Estado, inadequadas.

Tendo como parâmetro de produção as novas exigências de caráter industrial e sanitário, a estruturação da indústria do leite no Brasil pode significar, segundo aponta Wilkinson (2003), mais uma barreira para inserção da agricultura camponesa nos mercados agroalimentares:

Novos patamares de qualidade tornam-se pré-requisitos de participação nos mercados alimentares, quer domésticos quer de exportação, e a reorganização desses mercados passa pela crescente transnacionalização das empresas líderes sob o domínio da grande distribuição. Esse quadro sugere a continuação de tendências a concentração e consolidação, hoje aceleradas pelas exigências de qualidade que criam barreiras cada vez mais intransponíveis para a pequena produção tradicional, seja na agricultura, seja na indústria. (WILKINSON, 2003, p. 63)

Todas as transformações e exigências provindas da cadeia de leite no Brasil, a partir dos anos 1990, com a abertura do país à economia global e às exigências de

qualidade ligadas à sanidade do leite, representam, para a produção familiar, a necessidade de reajustamento a esse novo contexto, o que significa a necessidade da incorporação de novas habilidades, de construção de soluções no plano individual e coletivo, e de um apoio mais efetivo dos serviços de assistência técnica.

3.3.1 Qualidade, confiança e produção alimentar: valorização da produção tradicional?

O conjunto de transformações sobre as quais toda a cadeia de produção leiteira nacional foi submetida, a partir do final do século XX, recebeu distintos tratamentos da literatura especializada sobre este tema. Autores como Carvalho (2010) e Jank, Farina e Galan (1999), argumentaram que tais mudanças permitiriam um processo de homogeneização do setor produtivo e uma forte concentração industrial, através da entrada das grandes empresas multinacionais com capacidade de monopolizar o setor por meio da compra dos pequenos e médios laticínios locais, e das possíveis fusões entre estas empresas de menor porte.

A possibilidade de concentração agroindustrial no setor leiteiro, teria como consequências principais um rápido impulso no sentido de modernizar e profissionalizar a produção, especialmente, pelo alto nível de exigência dessas empresas com a qualidade dos produtos e dos processos de produção e transporte. Neste sentido, só teriam condições de permanecer na cadeia produtiva aqueles produtores com altos níveis de escala, incremento tecnológico, especializados no setor, e com potencial de adequar as rotinas e práticas aos critérios exigidos pela legislação vigente. Segundo Carvalho (2010) e Jank et al. (1999), esse processo teria a capacidade de promover a exclusão daqueles produtores com baixo nível tecnológico, escalas de produção insatisfatória, com rebanhos geneticamente inadequados e práticas consideradas defasadas.

Os argumentos desenvolvidos por esses autores, sofreram importantes críticas relacionadas à sua excessiva ênfase nos processos de industrialização, profissionalização e especialização dos produtores leiteiros, principalmente os criadores familiares. Um conjunto de outros trabalhos foi então elaborado, com a finalidade de testar a tese da homogeneização e concentração industrial no setor, e seus efeitos sobre os estabelecimentos camponeses.

Estas pesquisas buscaram colocar ênfase sobre os conflitos e tensões que emergem nos setores produtivos a partir dos processos de modernização e da regulação sanitária vigente no país. As formas heterogêneas de inserção agroindustrial e a reprodução de práticas tradicionais de produção ancoradas em redes de comercialização regionais e locais, densamente estruturadas nas relações de proximidade e confiança, demonstram a capacidade do setor (produtores e consumidores) em elaborar respostas e promover importantes questionamentos sobre a validade universal destes critérios produtivos e sanitários (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; CRUZ; MENASCHE, 2014; SGARBI et al., 2016; BRANDÃO et al., 2015).

Estes autores argumentam que as recentes transformações econômicas, e no âmbito da legislação sanitária, não teriam produzido uma situação de hegemonia das agroindústrias do leite e a exclusão das formas tradicionais de produção. De maneira distinta, ainda argumentam que os modelos mais modernos de produzir (industriais) e a produção tradicional local coexistem (CRAVIOTTI, 2017) em cenários de ampla heterogeneidade de hábitos de consumo e produção.

A sobrevivência da produção tradicional local pode ser explicada, ainda, pela constituição de uma importante demanda por produtos locais de origem, uma vez que a qualidade dessas mercadorias pode ser medida pela profunda aproximação entre produtor e consumidor, que garante o conhecimento sobre os processos de produção, fortalecendo a confiança construída nessas trocas econômicas (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

A confiança construída nas trocas locais, a partir do conhecimento de origem dos produtos e processos, não pode ser replicada aos casos relacionados à grande produção, uma vez que as estruturas das cadeias longas de comercialização separam fisicamente produtor e consumidor. A consolidação dessas relações de troca depende, portanto, da elaboração de mecanismos externos de certificação, através dos quais o consumidor terá a garantia da qualidade nutricional e sanitária dos alimentos adquiridos. No entanto, como demonstram Cruz e Schneider (2010), e Mazon (2016), essa estratégia apresenta certa fragilidade.

Um caso emblemático ocorreu no setor leiteiro nacional, conhecido como “o escândalo do leite”. Através de uma operação da polícia federal, foram revelados esquemas de adulteração do leite por parte de grandes empresas de laticínios. A prática envolvia o adicionamento de produtos químicos, em geral de soda cáustica ao produto,

com finalidade de aumentar o volume, disfarçar as más condições de conservação e alongar seu prazo de validade.

O caso teve ampla cobertura dos veículos de mídia no país, e foi capaz de colocar em discussão a qualidade e confiança em relação aos bens produzidos industrialmente. O cenário de incertezas construído, contribuiu para um processo de deslocamento da demanda em busca de produtos tradicionais, através dos quais era possível auferir a qualidade e os processos de produção na origem (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

O escândalo do leite demonstra que, em situações de incertezas em relação à produção agroindustrial, muitos consumidores voltam-se para a proximidade, para o conhecimento da origem e do produtor, como atributos de qualidade necessários para a escolha dos alimentos. Diante de medos e incertezas, o próximo – o artesanal e o tradicional –, passar a ser a opção que oferece garantias aos consumidores (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

As fragilidades das certificações e da confiabilidade em relação aos processos de produtos agroindustriais, e a garantia dos produtos tradicionais, através da confiança construída nas relações de proximidade, permitem desenvolvimento de uma estrutura de produção de alimentos heterogênea, pois envolvem diferentes modelos de produção, diversos canais de comercialização e critérios de consumo.

As diversidades desses mercados e suas diferentes possibilidades podem se apresentar como um complexo leque de oportunidades de reprodução à agricultura camponesa, pois oferecem possibilidades de inserção em canais mais longos de comercialização, através, particularmente, de sua participação como fornecedora de matéria-prima para empresas de porte maior, e a reprodução nos mercados de proximidade, por meio das trocas locais baseadas nas relações de interconhecimento e confiança.

3.4 Organização da cadeia produtiva leiteira regional

O significativo aumento da produção leiteira da microrregião de Imperatriz vai impulsionar o desenvolvimento de uma cadeia de produção, envolvendo diferentes agentes nos setores de produção, armazenamento, transporte, transformação e comercialização dos produtos derivados do leite. Esta cadeia tem como principal agente,

dentro do setor de transformação e beneficiamento, as indústrias de laticínios e, assumindo a condição de fornecedores da matéria-prima, os pecuaristas camponeses.

No entanto, é importante destacar a existência de um conjunto de outros atores e práticas no interior dessa cadeia de produção. Como destacou Carneiro (2015a), ao analisar a organização da cadeia produtiva leiteira na região, chama atenção para existência de diferentes agentes presentes nos setores de: a) produção (agricultores familiares e pecuaristas); b) transporte (freteiros, atravessadores); c) transformação (indústria de laticínios e queijarias); e d) consumo final (venda direta, feiras, supermercados, pizzarias, etc.). Esta formação heterogênea, amplia as possibilidades e condições de inserção nesse mercado pelos agricultores familiares e camponeses.

Em um levantamento feito por Zinaldo et al. (2012) foram identificadas cerca de 2.528 propriedades especializadas na produção de leite e seus derivados estabelecidas na região. Esse número elevado de propriedades permite, ao mesmo tempo, a organização de uma cadeia produtiva diversificada em seu interior. De acordo com estes autores os laticínios são o principal destino da produção de leite da região, absorvendo praticamente metade (50%), em seguida vêm às pequenas queijeiras (15%), os atravessadores (15%) e a venda direta aos consumidores (15%).

O fator fundamental para o predomínio dessa estratégia de venda do leite está ligado às vantagens dos melhores preços praticados pelos laticínios (ZINALDO et al., 2012). No entanto, como destacado por Carneiro (2015a), Carneiro (2016) e Lima Neto (2017), outros fatores influenciam nesse processo: as relações sociais de confiança estabelecida entre produtores e laticínios; os diferentes prazos de pagamento do leite oferecidos pelos diversos compradores; e a possibilidade de utilização de um subproduto na fabricação de queijo para a alimentação de pequenos animais (suinocultura).

As indústrias de laticínios são empresas de beneficiamento e transformação da matéria-prima leite. Estas indústrias, de pequeno e médio porte, possuem estruturas industriais de transformação e fabricação de derivados do leite e buscam, nos setores produtivos regionais (pecuaristas), o fornecimento do produto in natura. Com o crescimento da produção leiteira na região, nas propriedades pertencentes à agricultura familiar e camponesa, se desenvolveu um ambiente organizacional que favoreceu a intensificação das relações comerciais entre laticínios e camponeses.

Neste cenário, os pecuaristas familiares se tornaram produtores fornecedores de leite aos laticínios. Para a efetivação dessa relação comercial, as indústrias de laticínios

precisam fazer um investimento que garanta a instalação de tanques de expansão necessários ao armazenamento do produto fresco, em áreas estratégicas dentro dos diversos povoados e assentamentos da região.

A produção coletiva leiteira deve ser coletada e transportada por caminhões isotérmicos a cada dois dias, garantindo a manutenção de suas características nutricionais e higiênicas, de acordo com as normas vigentes no Brasil. Deste modo, as empresas conseguem centralizar uma coleta coletiva do leite produzido pelas comunidades locais e atender às exigências de armazenamento e transporte da matéria-prima.

A possibilidade de contrato com os laticínios, tem se demonstrado ser uma oportunidade de inserção mercantil importante para os camponeses locais, uma vez que garante a formação de uma renda, mensal ou quinzenal, oriunda das atividades diárias de ordenha dos animais do rebanho leiteiro, pois estas empresas, em sua maioria, possuem uma estrutura de produção considerada de boa qualidade e conseguem obter a certificação estadual para produção e comercialização do produto.

Os contratos estabelecidos entre empresa e camponeses são, em geral, verbais. Os acordos não incluem qualquer obrigatoriedade ou fornecimento exclusivo da matéria-prima leite a quaisquer empresas de laticínios. De modo semelhante, as indústrias compradoras não possuem qualquer interferência direta sobre os processos de produção no interior das propriedades camponesas, no fornecimento de insumos ou equipamentos relacionados a atividades, e na disponibilidade de assistência técnica. Neste sentido, o contrato é “puramente” comercial e permite certa liberdade ao camponês, uma vez que este pode fornecer sua produção a outros compradores em outros momentos, de acordo com sua própria conveniência.

Existe na região, ainda, a possibilidade de comercializar o leite produzido com as queijarias. Estes estabelecimentos, em geral, são de menor porte e reproduzem práticas tradicionais nas formas de produzir e armazenar o produto – estas, consideradas inadequadas pelos órgãos fiscalizadores. Por conta disso, as queijarias podem ser constantemente envolvidas em operações de fiscalização, levando ao aumento da possibilidade de autuação, fechamento do estabelecimento e descarte da produção. Este cenário favorece o desenvolvimento de uma forte tensão na relação estabelecida entre queijeiro e produtor de leite.

Apesar disso, a comercialização com os queijeiros se apresenta como uma possibilidade, especialmente quando os preços praticados pelos laticínios são

considerados abusivos, uma vez que o queijeiro consegue oferecer um preço mais justo pelo litro do leite. Outro elemento importante na análise da relação com as queijarias, é a construção de uma relação de proximidade entre os atores envolvidos. Isso contribui para o fortalecimento das relações de confiança e reciprocidade, entre queijeiro e camponês, e para o entendimento das possíveis razões que permitem a manutenção desse tipo de relação comercial.

Cabe ressaltar, no entanto que, apesar do potencial em relação à produção leiteira, a microrregião de Imperatriz, do ponto de vista do registro nos órgãos de fiscalização sanitária, é marcada por um alto grau de informalidade. De acordo com a pesquisa de Antonio Silva (2011), 60% das unidades produtivas de leite e derivados não possuem registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), no Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tampouco no Serviço de Inspeção Municipal (SIM).

O Quadro 4, a seguir, apresenta uma lista dos laticínios formalizados e em funcionamento na região, com destaque para o tipo de atividade realizada (Usina de Beneficiamento e/ou Fábrica de Laticínios²⁶), o selo de inspeção sanitária (SIF ou SIE), o município de localização, e o ano de criação (jurídica). A partir desse Quadro, é possível verificar que, nos anos 1990, foram abertos cerca de 30% dos laticínios, 52,94% foram abertos na década de 2000, e 17,64% na década atual.

²⁶ De acordo com a classificação do Regulamento e Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), Decreto nº 9.013/2017, as usinas de beneficiamento têm por finalidade a produção de leite para consumo humano direto, podendo, facultativamente, fazer a manipulação, fabricação, maturação, fracionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de derivados lácteos; enquanto as fábricas de laticínio têm por finalidade a produção de derivados de leite.

Quadro 4 – Relação dos laticínios localizados na microrregião de Imperatriz

Identificação	Tipo	Município	Início	Selo
Laticínio Vovó Lenita	Laticínio	Açailândia	2002	SIF
R. S. Indústria e Comércio de Laticínios Eireli	Laticínio	Açailândia	2016	SIF
S. F. Silva & Cia. Ltda.	Laticínio	Açailândia	1999	SIF
C & D Ind. e Com. de Laticínios do MA Ltda.	Laticínio	Açailândia	1999	SIF
Indústria de Queijo Tina Ltda.	Laticínio	Açailândia	2002	SIE
COAFESVNM ²⁷ (Laticínios Mayla)	Laticínio	Cidelândia	2014	SIE
AgriLac Indústria e Com. de Laticínios Ltda.	Laticínio	Imperatriz	2005	SIF
R.G. Vieira Ind. de Laticínio	Laticínio	Imperatriz	2005	SIF
Laticínio Idylla Ltda.	Laticínio	Imperatriz	1988	SIE
Ind. e Com. de Prod. Laticínios Imperatriz	Laticínio	Imperatriz	1993	SIE
Laticínio J. L. Ltda.	Usina Beneficiamento	Porto Franco	2001	SIE
Indústria de Alimentos Tropical Ltda.	Laticínio	São Pedro Água Branca	2005	SIF
Laticínio Vale do São Francisco	Laticínio	São Francisco do Brejão	1990	SIE
Laticínio Aliança	Laticínio/Usina	São Francisco do Brejão	2010	SIF
S. A. Xavier e Cia Ltda.	Laticínio	São Francisco do Brejão	2008	SIF
Ind. e Comércio de Laticínio Larissa	Laticínio	Senador La Roque	2003	SIE
Laticínio Beatriz Ltda. – ME	Laticínio	Vila Nova dos Martírios	2003	SIE

Fonte: AGED-MA e MAPA

Dois outros aspectos podem ser destacados, a partir das informações desse Quadro. O primeiro aponta para a concentração dos laticínios nos principais polos urbanos da região (Imperatriz e Açailândia) e no município que, em virtude de sua importância para a bacia leiteira (SOUSA J., 2019), é considerado como a “capital maranhense do leite” (São Francisco do Brejão). O outro diz respeito ao fato que nove laticínios possuem o Selo de Inspeção Federal (SIF), concedido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), podendo, portanto, comercializar seus produtos em todo o território nacional, enquanto oito dispõem do Selo da Inspeção Estadual (SIE). Todavia, é importante chamar atenção para o fato que dois dos laticínios que possuem SIE iniciaram o processo de adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de

²⁷ Sigla da Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária de Vila Nova dos Martírios, que adquiriu as instalações de um laticínio antigo (Laticínio Mayla).

Origem Animal (SISBI-POA)²⁸, o que lhes permitirá, em breve, comercializar seus produtos em outros estados da federação.

Na próxima seção, tentaremos demonstrar de que forma as transformações no sistema de regulação sanitária da produção leiteira, desencadeou um processo de reestruturação da cadeia produtiva na microrregião de Imperatriz, colocando em evidência as possíveis implicações desse processo para os estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares e camponeses.

3.4.1 Legislação sanitária e pecuária familiar na microrregião de Imperatriz

Apesar da nova regulação para a atividade leiteira no país, ter sido implementada no ano de 2004 com a promulgação da instrução normativa 51 – modificada posteriormente, no ano de 2011, com a instrução normativa 62 –, foi somente a partir do ano de 2012, que os principais atores envolvidos na fiscalização e regulação sanitária começaram a se mobilizar na microrregião de Imperatriz (CARNEIRO, 2015).

Na oportunidade, instituições estaduais como o Ministério Público Estadual (MPE), os serviços de inspeção sanitária federal e estadual ligados à Agência Estadual de Defesa Agropecuária (AGED), o Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados (SINDILEITE), Universidades (UEMA e UFMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) entre outras, se mobilizaram em torno de uma campanha visando à conscientização em relação ao consumo de produtos irregulares, e repressão das práticas denominadas “clandestinas”, no interior das propriedades produtoras de derivados do leite, como nos relatou o diretor do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTRI):

O leite é um produto vendido, em alguns casos, em condições de precariedade sanitária, tendo visíveis amostras de falta de higiene. Devido à falta de qualidade, apareceram movimentos contra a venda do leite in natura, aparentemente produzido na clandestinidade. (Entrevista com Diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz, realizada em janeiro de 2012).

As operações de fiscalização eram realizadas por equipes da defesa sanitária do estado do Maranhão, a AGED, supervisionadas por membros do Ministério Público

²⁸ O SISBI-POA faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e tem o objetivo de padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal. Estados e municípios incluídos no sistema, têm os serviços de inspeção reconhecidos como equivalentes ao Serviço de Inspeção Federal. Com a adesão, os produtos podem ser comercializados em todo o Brasil, diferentemente dos que possuem apenas selos municipais ou estaduais.

Estadual e policiais militares e rodoviários. Segundo Lima Neto (2017), as ações podiam ser de dois tipos. No primeiro caso, as equipes se dirigiam às propriedades identificadas como clandestinas, com a intenção de verificar as condições estruturais e os processos de produção. Uma vez identificadas práticas e condições irregulares, os estabelecimentos autuados eram interditados e a aplicação de multas podia ser realizada. Outro tipo de operação, era realizada através da implementação de *blitzs* nas estradas utilizadas para o escoamento da produção leiteira. Identificada a infração, a matéria-prima e o queijo eram apreendidos e incinerados.

As repercussões dessas ações puderam ser sentidas rapidamente no âmbito da estruturação produtiva leiteira da região. O que provocou uma espécie de reconfiguração de mercado (WILKINSON, 2002), uma vez que as relações entre os agentes envolvidos na cadeia de produção (pecuaristas, produtores de leite, queijeiros, e indústrias de laticínios) foram consideravelmente modificadas pela ação dos órgãos de regulação, a partir da introdução das novas regras sanitárias.

Destaca-se, nesse contexto, o desenvolvimento de um mecanismo de diferenciação e depreciação da pequena produção, dos saberes tradicionais e das queijarias artesanais. Neste sentido, aqueles produtores de menor porte, que reproduziam práticas artesanais, como a fabricação de queijos caseiros, passaram a ser vistos como “clandestinos”. A depreciação das práticas e produtos oriundos dessas propriedades dificultavam, dessa forma, a produção e comercialização dos queijos artesanais na microrregião, uma vez que seus produtores passam a acumular vultosos prejuízos com a apreensões e multas. Muitos desses queijeiros eram obrigados a encerrar as atividades, devido às dificuldades em se adequar às regras sanitárias (LIMA NETO, 2017).

A desestruturação da estrutura econômica leiteira regional implica em um movimento de mudanças, de modo semelhante, nas práticas relacionadas aos fornecedores de matérias-primas, particularmente os pecuaristas familiares. Esses produtores que antes forneciam o leite in natura para as queijarias locais, tiveram que buscar outros canais de comercialização. Muitos deles encontraram, na relação comercial com os laticínios formalizados, uma alternativa, uma vez que estas indústrias ofereciam segurança e garantia de compra e pagamento.

Esse cenário de mudanças favoreceu, portanto, o processo de crescimento e consolidação das indústrias de laticínios formalizadas no setor, e um declínio significativo dos estabelecimentos informais em número e importância, sobretudo as

queijarias artesanais. Isto não quer dizer que a cadeia produtiva regional tenha passado, como defendem Jank et al. (1999) e Carvalho (2010), por um processo de concentração industrial e homogeneização setorial. A cadeia produtiva leiteira da microrregião de Imperatriz, como destacam Carneiro (2015a) e Lima Neto (2017), responde por uma elevada heterogeneidade, uma vez que comporta no seu interior, pequenos e médios estabelecimentos de beneficiamento/transformação e propriedades leiteiras de distintos tamanhos e estruturas.

Os agentes externos à produção, como o caso da fiscalização sanitária, possuem relevante importância para a análise da organização da cadeia de produção leiteira na região, a partir do início do presente século. Neste sentido, será necessário mobilizar uma ferramenta teórico-metodológica capaz de capturar a influência dos agentes internos à cadeia produção (como criadores leiteiros e estabelecimentos transformadores) e também o papel dos agentes externos (como agências de fiscalização e assistência técnica).

3.4.2 Estruturação do arranjo produtivo local do setor lácteo na microrregião de Imperatriz

A participação dos camponeses na cadeia produtiva leiteira da microrregião de Imperatriz, pressupõe a possibilidade de intensificação da relação desse segmento econômico com múltiplos agentes e instituições externas. Envolvido por amplas estruturas sociais, os trabalhadores podem sofrer influências de atores econômicos, como os laticínios e queijarias; de instituições públicas, como universidades, ministério público estadual; de assistência técnica, como o Serviço de Apoio as Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE); e dos órgãos de fiscalização sanitária, caso da AGED.

As relações travadas entre diferentes agentes envolvidos na produção de uma mercadoria e suas diferenças sociais e funcionais, podem ser descritas pelo conceito de cadeia de valor ou cadeia de mercadorias:

Cadeia de valor ou cadeia de mercadoria compreende o conjunto de atividades econômicas sucessivas e necessárias para levar um produto ou um serviço, desde a sua concepção, passando por diferentes fases de sua produção e comercialização, até o consumidor final. Também definimos cadeia de valor como a sequência de processos de trabalho e de produção de valor onde bens e serviços são concebidos, produzidos e levados ao mercado. Este conjunto de atividades–sucessivas e integradas funcionalmente – envolve uma diversidade de atividades de trabalho que adicionam valor ao produto ou serviço. (KELLER, 2006a, p. 1).

A ideia de cadeia sugere que os agentes envolvidos na produção de uma mercadoria, estejam interligados por laços sociais e por “nós”, formando, assim, uma rede de relações caracterizada por conexões de cooperação e/ou subordinação (KELLER, 2006a). Este conceito, contudo, possui a capacidade de colocar ênfase sobre as relações travadas entre os agentes mais diretos da produção, transporte e transformação.

Para compreender, de maneira mais profunda, como as relações travadas no seio da produção de leite na microrregião de Imperatriz se estruturam, é necessário ter como parâmetro de análise uma ferramenta teórica que permita visualizar todo o universo de agentes que, de forma direta e/ou indireta, influenciam no funcionamento da logística produtiva leiteira, tendo desta forma, participação determinante para sua continuidade.

Nesse contexto, a intervenção de diferentes agentes sociais e institucionais (AGED, SEBRAE, Ministério Público, Universidades, Sindicatos, etc.) no funcionamento da produção de leite na microrregião de Imperatriz, reivindica a utilização de uma ferramenta teórica mais ampla. A noção de cadeia de mercadoria, segundo Keller (2006a), se limita aos agentes diretamente envolvidos na produção (produtores familiares e indústrias especializadas na produção de leite e derivados, supermercados, consumidores, etc.).

Diante da leitura teórico-empírica de que a produção de leite na microrregião de Imperatriz funciona como uma cadeia, onde diversos agentes se movimentam distinguindo-se quanto a operações produtivas e mantendo certo grau de interdependência, utilizaremos a ferramenta teórica dos arranjos produtivos locais, entendida por Keller (2006b, p. 1) como:

Conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, que desenvolvem atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

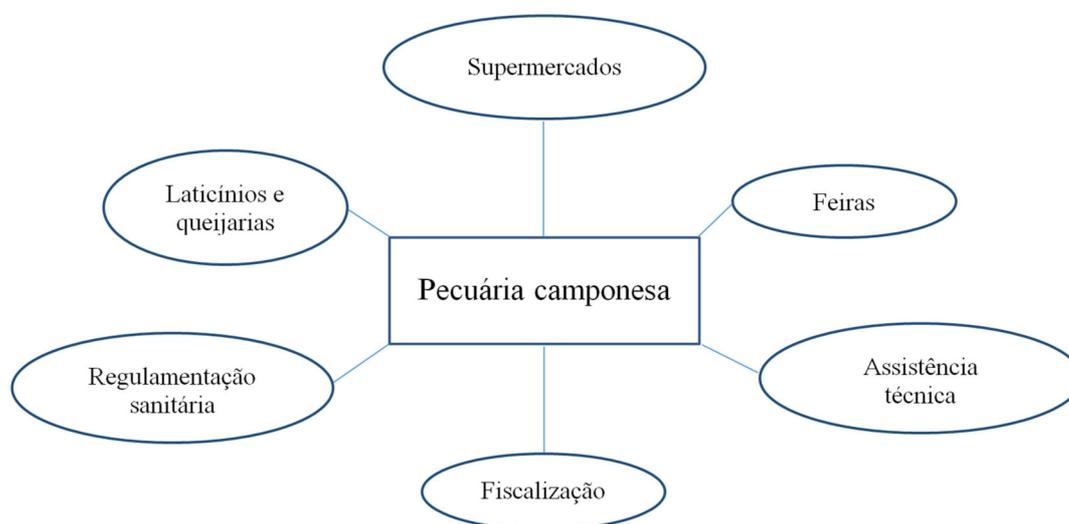
Desta maneira, quando propõe o estudo dos agentes econômicos, sociais e políticos, a definição de arranjo produtivo local permite ampliar a análise das relações mantidas na produção maranhense de leite, para além dos agentes envolvidos diretamente na produção e comercialização, visto que estes se revelam fundamentais para compreender a dinâmica da produção leiteira estudada.

O primeiro agente que precisa ser considerado, para darmos conta da complexidade da organização do arranjo produtivo do leite na microrregião de

Imperatriz, é o Estado. O Estado necessita criar as disposições necessárias, tais como sistemas de monitoramento, mecanismos regulatórios e órgãos executores (SACHS, 2000). No Brasil, assim como na maioria dos países da América Latina, o Estado apresenta-se como um agente econômico que intervém e participa no mercado, articulado com o capital externo e interno (CARDOSO; FALETTO, 2004). No caso do arranjo produtivo do leite na região de Imperatriz, podemos identificar a forte presença do Estado, no esforço de fiscalização das propriedades irregulares e no incentivo à modernização e profissionalização do produtor frente às novas demandas apresentadas, a partir das transformações que vêm ocorrendo nas últimas duas décadas.

Para tanto, surge a necessidade de avançar no entendimento das relações travadas na produção leiteira maranhense, visto que esta depende da intervenção de agentes internos – produtores de leite, industriais de laticínios, supermercados/feiras –, e externos – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), supermercados, feiras, entre outras.

Figura 2 – Principais agentes presentes no arranjo produtivo do leite da microrregião de Imperatriz



Fonte: elaborada pelo autor.

O diagrama na Figura 2 mostra como está organizado o arranjo produtivo do leite na microrregião de Imperatriz, onde diversos agentes se movimentam em torno da produção leiteira, formando um complexo mapa de interações entre agentes que se

distinguem enquanto funções e interesses. Nesse sentido, as decisões do produtor são resultantes das tensões que ele trava com agentes internos e externos da produção.

Em relação aos agentes externos, consideramos importante para nossa análise a atuação da AGED e do SEBRAE. Estas instituições desenvolveram, nos últimos anos, importantes trabalhos no que diz respeito à fiscalização e apoio técnico, principalmente para os produtores familiares, consolidando-se, dessa forma, como agentes fundamentais para a situação atual da produção de leite, no arranjo produtivo em estudo.

Nessa perspectiva, pode-se observar o esforço da AGED no que se refere às operações de fiscalização dos estabelecimentos irregulares, que não possuem o selo de inspeção sanitária, como nos relatou uma médica veterinária da agência da cidade de São Luís-MA:

Eu não poderia, assim, te dizer, porque não tem uma regra assim. Cada caso é analisado. O grau de comprometimento daquele produto, aí sim, a gente pode tomar uma medida que pode ser, desde uma multa, até a interdição do estabelecimento ou apreensão de produtos. E a gente assiste também às denúncias que a gente recebe. Aí a gente se dirige até o estabelecimento e faz o que tem que ser feito. Dependendo do caso que a gente vê, que o produto clandestino é produzido sem a menor higiene possível, aí, o destino realmente é a incineração. (Entrevista com médica veterinária da AGED, realizada em abril de 2013).

Da mesma forma, destacamos a forte presença do SEBRAE no que diz respeito à assistência técnica, com programas direcionados a diferentes tipos de produtores (familiares e não-familiares) a se adequarem às exigências sanitárias sugeridas pela indústria, como nos relatou uma analista do programa Balde Cheio, durante entrevista:

Temos tentado intervir na prática desses produtores, através de um modelo tecnológico, buscando modernizar a produção de leite no município, profissionalizando assim os produtores inseridos nela. (Entrevista realizada no mês de janeiro de 2012).

Esses agentes, embora não participem diretamente da produção leiteira regional, possuem a capacidade de influenciar significativamente na organização do setor. Os trabalhos realizados pelos órgãos de fiscalização e apoio técnico, portanto, devem ser considerados como fundamentais na análise do comportamento da agricultura camponesa, no interior do arranjo produtivo leiteiro da microrregião de Imperatriz.

Por conta disso, delimitamos um assentamento de reforma agrária localizado no município de Cidelândia, a partir do qual foi possível realizar uma pesquisa a respeito da inserção econômica camponesa no arranjo produtivo leiteiro, e perceber as implicações e efeitos dessa relação para os agricultores familiares e camponeses na

região. Os resultados da análise das experiências destes trabalhadores estão descritos nos próximos capítulos desta tese.

4 AGRICULTURA CAMPONESA E PECUÁRIA LEITEIRA: O CASO DO ASSENTAMENTO SÃO JORGE

Este capítulo tem por objetivo fazer uma análise do desenvolvimento da atividade da pecuária de leite nos estabelecimentos familiares, na microrregião de Imperatriz. A pecuária leiteira passou a ter importante participação na economia camponesa regional, a partir do início do século XXI, momento em que o Estado brasileiro passou a incentivar e facilitar o acesso a créditos voltados, exclusivamente, a agricultores familiares por intermédio do PRONAF.

A incorporação da atividade pecuária nos estabelecimentos familiares representou um conjunto de mudanças, do ponto de vista da organização dos processos produtivos internos, a necessidade de elaboração e produção de novos conhecimentos ligados ao manejo dos rebanhos e pastagens, e a inserção dos camponeses no mercado de insumos (caso da compra de produtos destinados à alimentação bovina) e no mercado de produtos (caso da comercialização do leite no interior da cadeia produtiva leiteira).

Nosso interesse em compreender os efeitos do processo de incorporação da atividade pecuária, e inserção do campesinato no mercado leiteiro, nos levou a realizar um estudo de caso num assentamento de reforma agrária, localizado no município de Cidelândia-MA. Através do investimento em observações diretas, conversas informais, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, foi possível perceber as principais modificações na microeconomia camponesa local e verificar as estratégias elaboradas pelos camponeses, no sentido de promover uma produção e inserção na cadeia produtiva leiteira regional, da forma mais adequada para seus interesses.

Este capítulo sublinha, de maneira genérica, dois aspectos centrais observados durante trabalho de campo. Um primeiro aspecto, tem relação com o processo de obtenção da terra pelos camponeses, a partir de uma mobilização que lhes colocou em conflito com o então proprietário da fazenda São Jorge. A história social desses trabalhadores, expressa as condições sócio-históricas em que o campesinato regional está estruturado e revela as disposições historicamente incorporadas por estes agentes sociais e econômicos. Os mecanismos que impulsionaram o desenvolvimento da pecuária bovina nas propriedades familiares, também serão colocados em discussão.

O segundo aspecto a ser destacado no capítulo, refere-se às características socioeconômicas desses pequenos criadores. A análise dos efeitos da incorporação da

atividade pecuária nos estabelecimentos camponeses refere-se: à necessidade de desenvolver habilidades ligadas à nova atividade; ao conhecimento tácito; à relação íntima que esses trabalhadores constroem, em consonância com a natureza e suas limitações; a capacidade de dominar processos de produção; e as sinergias estabelecidas entre agricultura e pecuária.

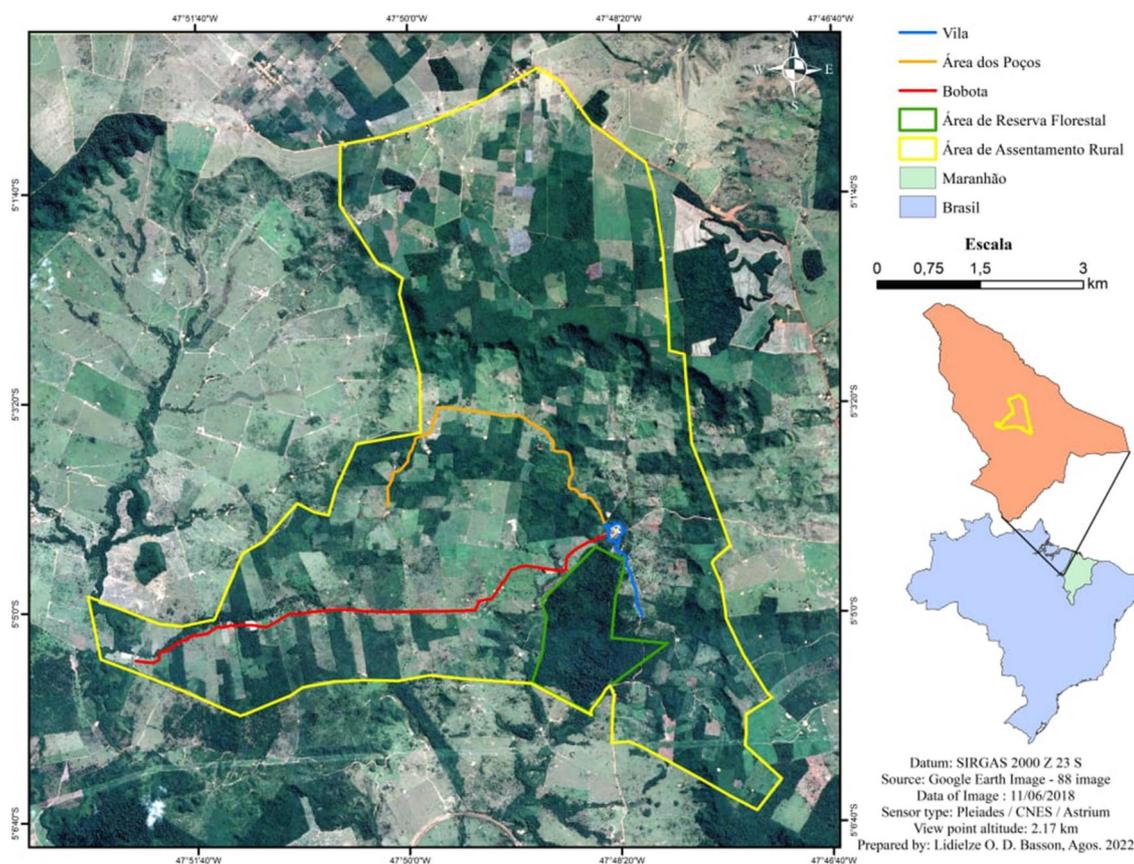
4.1 O assentamento São Jorge: processo de constituição e características dos produtores e dos estabelecimentos agropecuários

O assentamento São Jorge possui uma localização privilegiada do ponto de vista das possibilidades de trocas comerciais. Nas proximidades de importantes centros econômicos da Amazônia maranhense, o assentamento encontra-se na mesorregião oeste do estado, microrregião de Imperatriz, no município de Cidelândia, fazendo ligação com as cidades de Açailândia e Imperatriz. Sua localização se configura como elemento importante para nosso estudo, pois permite a relação desses camponeses com uma ampla e plural rede de trocas comerciais em torno da atividade agrícola e pecuária.

O assentamento situa-se nas proximidades de diferentes agrupamentos rurais (povoado São João) e assentamentos de reforma agrária (assentamento Itaiguara). Tal proximidade amplia as possibilidades de intercâmbio e favorece a construção de laços de solidariedade social entre camponeses. Do ponto de vista comercial, aparece como alternativa de comercialização de bezerros, queijos artesanais, do aluguel de pasto ou rebanho bovino, e da atividade pecuária em sociedade ou no sistema de “meia”. Além disso, permite a constituição de uma rede de solidariedade e troca de informações entre pecuaristas e lavradores camponeses sobre manejo de pasto, cuidados com o rebanho, qualidade das sementes, inseticidas, remédios e alimentação para o gado bovino.

O assentamento possui uma área total de 4.841,56 hectares (Figura 3) e uma área de reserva ambiental coletiva de aproximadamente 232 hectares, preservando, pois, as florestas nativas da região. A região possui, ainda, uma estrutura espacial, formulada e expressada pelos camponeses e sobre as quais tais trabalhadores orientam suas ações e os diferentes modos de organizar a produção agropecuária. Assim, eles distinguem, no próprio assentamento, três divisões, que são designadas pelos nomes de Vila, Bobota e Área dos Poços (Figura 3).

Figura 3 – Assentamento São Jorge, Cidelândia-MA, com divisão espacial e identificação dos lotes



Fonte: elaborado com base nas informações de campo, por Lidielze Dourado, 2022.

Enquanto a Vila e o Bobota são áreas banhadas por cursos d'água, o que favorece o desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, os lotes que ficam na parte denominada Área dos Poços, caracterizam-se, devido à topografia do assentamento, pela dificuldade no acesso aos recursos hídricos. Nessa parte do assentamento, existe a necessidade de se construir poços artesianos de grandes dimensões para se conseguir acesso à água no período do verão, pois durante a temporada do inverno são utilizados os açudes construídos nos lotes das famílias, uma vez que “secam” no período do verão.

Na área denominada Vila, existe um aglomerado de casas construídas próximas umas das outras, o que favorece uma maior interação entre os camponeses e a constituição de um espaço privilegiado de serviços e manifestações culturais e religiosas. Na Vila, também podemos observar a presença de diversos serviços e instituições sociais como: escola (ensino fundamental), associação de produtores rurais, igreja católica e protestante, dois pequenos comércios com utensílios básicos para alimentação e higiene, e um bar. Já no espaço denominado Bobota, que teve uma ocupação mais tardia, as casas foram construídas distantes uma das outras, e não

encontramos o desenvolvimento do mesmo tipo de atividades (culturais, religiosas e de serviço) observadas na Vila.

A Vila possui outra especificidade em relação ao Bobota e à Área dos Poços, pois, por conta de sua constituição histórica, possui um espaço exclusivo de morada²⁹. Os camponeses da Vila, além de casas que exercem função de moradia, possuem os lotes ou a chamada área de “roça” (que podem estar localizadas tanto na Vila, no Bobota ou Área dos Poços), que é o lote de terra no qual fazem os plantios (arroz, feijão, mandioca, milho) e cuidam do rebanho bovino.

No Bobota, ao contrário, não se observa essa divisão espacial do trabalho, pois os espaços de roçado e de morada estão estritamente ligados. Nele, o lote exerce ambas as funções, de trabalho e de morada, em outras palavras, os camponeses constroem suas casas no mesmo local onde exercem suas atividades produtivas, e as áreas de produção são uma extensão dos seus quintais.

O processo de ocupação da Fazenda São Jorge, que deu origem ao assentamento, ocorreu a partir das mobilizações e ações coletivas de luta pela terra, organizadas pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), nessa região. O CENTRU é uma organização não-governamental, que foi criada por Manoel da Conceição, após seu retorno do exílio ao Brasil, no final dos anos 1970, com o objetivo de organizar trabalhadores rurais para retomar os sindicatos sob intervenção e, no caso do Maranhão, desenvolver mobilizações pela obtenção da terra (CARNEIRO, 2022).

4.1.1 A luta pela terra

No início dos anos de 1990, momento em que o cenário político brasileiro era favorável e os movimentos sociais no campo maranhense estavam em pleno desenvolvimento, foi marcado por diversas ações das entidades representativas dos interesses dos trabalhadores rurais nas ocupações de grandes extensões de terra no Estado.

Nesse período, a microrregião de Imperatriz assistiu a um intenso trabalho de mobilização camponesa, através da articulação de diversas entidades: Centro de Educação

²⁹ Os primeiros camponeses que ocuparam a área do assentamento São Jorge se aglomeraram na região denominada Vila na tentativa de se protegerem das ameaças e ataques do fazendeiro que reivindicava a posse da terra. Como demonstrou um assentado, durante entrevista de campo: *“Tinha medo. Pessoa não andava só. Pessoa não morava no lote, que tinha medo. Ficava tudo na vila concentrado. Aquela vila ali, as casas são muito juntas pro pessoal se sentir seguro”* (Entrevista com assentado, em 30 de novembro de 2015).

e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Imperatriz (STTRI), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), e Caritas (ligada à Igreja Católica), sobretudo na ocupação de terras da região, o que, posteriormente, possibilitou a criação de diversos assentamentos de reforma agrária, a exemplo dos assentamentos Itaiguara, Vila Conceição e São Jorge (SILVA NETA, 2018).

O processo histórico de formação do assentamento e a forte relação de suas lideranças com entidades educacionais como o CENTRU, liderado pelo camponês Manoel da Conceição, contribuíram para a formação de uma consciência política e ambiental importante, de modo que os grupos camponeses, em estudo, possuem um acúmulo de capitais (cultural, social e político) que lhes permitem/conferem capacidade de agência e de autonomia quanto a políticas institucionais, e a relações externas e de mercado.

No caso do assentamento pesquisado, as ocupações foram marcadas por conflitos violentos entre camponeses e o fazendeiro proprietário da região. Ocupada no ano 1991, a área só foi reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como assentamento de reforma agrária, em 1996. No início da ocupação, por conta das ameaças do fazendeiro, os camponeses não utilizavam a terra para a produção agrícola, pois, temendo retaliações e ataques de jagunços buscaram manter-se agrupados em grande número de pessoas, vigilantes a qualquer investida contra os ocupantes, conforme relato do camponês 07:

Camponês 07: E aqui, durante esse tempo, tinha muita ameaça. As vezes que eu ficava aqui, meu Deus, ameaça [...] Eu não estava produzindo, por que aqui ninguém podia fazer roça. No começo, “négo” só podia sair de dez pessoas pra frente, ninguém saía de um, dois, só saía o grupo. Se fosse pra lá, tinha que ir dez. Se fosse lá pra longe, se você pro Bobota tinha que ir dez, onde tivesse um tinha que ter dez, e tinha que tá armado porque as ameaças eram terríveis. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Nesse primeiro momento da ocupação, ainda com poucas famílias, os camponeses foram se estabelecendo na região de maneira espontânea, sem um controle social do território e sem a demarcação individual das áreas produtivas. Como nos relatou uma assentada: “*Não tinha ainda dividido, era pra nós saber onde era nosso pedacinho de terra, mas estava tudo agrupado, tudo no grupo, tudo junto, era todo mundo junto aqui*” (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

O pequeno número de camponeses que nesse momento ocupavam a fazenda, permitia uma espécie de um rodízio produtivo e de utilização das terras pelos produtores,

que, de acordo com um de nossos informantes, podiam utilizar diferentes áreas durante os anos:

Camponês 03: [os camponeses] *Concentravam aqui, e como ainda não tinha (como eu posso dizer) a demarcação, o “cabra” chegava e marcava: nesse pedaço aqui eu vou botar uma roça este ano. No outro ano ele dizia: eu não vou mais pegar essa região. Aí ele ia pra outra região.* (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Durante o processo de ocupação, os posseiros começaram a construir barracos para moradia provisória, e iniciaram o plantio de algumas culturas agrícolas tradicionais como arroz e feijão. Por conseguinte, as ameaças do fazendeiro começaram a se intensificar, o que levou os camponeses a se organizarem, mobilizando algumas estratégias de resistência, como, por exemplo, a construção de trincheiras de proteção: *“Aqui era rodeado de trincheira pra todo lado aqui: uns homens entrincheirado porque o fazendeiro era toda hora dizendo que ia matar de um por um”* (Entrevista com camponês 07, em 30 de novembro de 2015).

Com o aumento e o prolongamento da presença dos camponeses na fazenda ocupada, o suposto proprietário tentou organizar o processo de expulsão dos posseiros. Tudo era feito com o apoio da polícia e de jagunços fortemente armados. A região se transformou, nesse momento, em um cenário de verdadeira guerra:

Camponês 07: *Eles vinham ali em cima, dava cinquenta, sessenta, cem tiros aí, de tardezinha, a bala passando aí por cima. Os pistoleiros que vinham aí eram uns “cara” vestido de farda. Não era policial não, mas vinha vestido. E aí eles trocaram muito tiro mais os posseiros, e um saiu baleado daqui, que eles diziam que era policial.* (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Ainda no ano de 1991, o suposto proprietário das terras do assentamento foi assassinado, o que tornou a tensão social ainda mais aguda. Alguns camponeses foram presos pela polícia, com a suspeita de participação na morte do fazendeiro. No entanto, posteriormente, esses posseiros foram liberados, pois não existiam evidências materiais sobre a autoria do suposto crime.

De acordo com as informações fornecidas pelo camponês 07, os camponeses viveram o momento de maior tensão após a morte do fazendeiro, pois os ataques protagonizados pela polícia e jagunços se tornaram mais violentos e intensos, implicando em confrontos armados, destruição de barracos e incineração de diversos bens:

Camponês 07: *Aí deu logo no rádio que no outro dia [após o assassinato do fazendeiro] a polícia ia entrar aqui pra atacar. Dizendo que amanhã, no outro dia, ia ter umas duzentas polícias aqui pra tirar todo mundo, e quem não saísse ia morrer na “taca”. Aí a polícia veio mesmo, foram oitenta*

policiais. Espalhou todo mundo daqui de dentro, não ficou uma pessoa no barraco. Aí pegou tudo o que tinha no barraco: rádio, comida, rede, roupa. O que existia, eles fizeram um monte no terreno do barraco e botaram fogo, queimaram tudo. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Temendo maiores danos à vida e à integridade física, muitos camponeses abandonaram a ocupação, e outros, em menor número, se esconderam mata a dentro. Isto viabilizou a desocupação temporária do território reivindicado pelo fazendeiro. No entanto, nesse momento, um grupo de posseiros conseguiu se esconder no interior da mata. Estes trabalhadores voltaram a ocupar a fazenda após cessarem os ataques, encorajando outros posseiros a retornarem ao local. Ocupava-se novamente, portanto, a fazenda São Jorge:

Camponês 07: Então nesse dia da polícia, correu todo mundo, ficou só o barraco aí, eles botaram fogo em tudo. Um “bocado” correu pra suas casas, pros povoados, pro São Pedro, pra todo canto de lugar. Mas ficaram quatorze escondidos no mato. Aqueles mais corajosos, que eram liderança. Aí eles prenderam, parece que, nove ainda. E aí eles [os quatorze] ficaram à noite no mato. No outro dia, foram chegando os outros, até que ficaram de novo. Aí quando o fazendeiro mandou olhar se tinha gente, aí eles viram a gente já, e não puderam encostar por que não sabiam o tanto de gente. E, por isso, esses 14 ficaram. Aí foram voltando os outros que tinham corrido, foram voltando, voltando, até que aglomerou de novo. Resultado: desses 14 que ficaram hoje, nós estamos em mais de cem famílias aqui nesse povoado. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Já com os agricultores estabelecidos na região, em 1992, houve outra intervenção policial, desta vez favorável aos trabalhadores, para impedir que outros fazendeiros os expulsassem da área³⁰. Durante esse período, os grupos familiares, temendo novas ameaças, acionaram algumas estratégias de resistência, tais como: a construção de guaritas, muretas, trincheiras de observação e a formação de equipes de vigilância para controlar a entrada e saída das pessoas.

Os camponeses construíram, assim, um sistema de segurança e vigilância na área do assentamento, que possibilitava o controle pelas duas vias do território:

Camponês 03: Realmente, quando a gente entrou aqui era bem vigiado. Tinha uma mureta bem ali [estrada que dá acesso via São João] e outra lá onde é aquele poço [acesso via Cidelândia]. Ali, quando eles vinham lá, lá de cima, eles viam lá em baixo. Quando eles viam lá em baixo, eles botavam aqueles “vasilhão” de lata de óleo de cozinha. Eles botavam um arame liso daqui [estrada que dá acesso via Cidelândia] na parede daquele açude de quem vem do São João. Aí quando eles viam daqui [acesso Cidelândia], eles batiam no arame e as latas sacudiam lá [acesso São João]: era sinal de que vinha alguém, e isso era vigiado 24 horas por dia. E quando eles viam, eles

³⁰ A mudança de postura do Estado (polícia) em relação aos conflitos fundiários pode ser explicada pela configuração política que envolvia o estado do Maranhão. Em 1992, a política de reforma agrária brasileira, que iniciara em meados da década de 1980, encontrava-se em pleno desenvolvimento, o que favoreceu a ocupação das áreas consideradas improdutivas e o reassentamento de famílias camponesas.

formavam uma barreira ali. Queriam saber quem era, a mando de quem, se tinha algum parente, se tinha alguma amizade aqui dentro, qual era o objetivo dele aqui dentro, era um “bocado” de coisa. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Além das muretas de proteção, vigilância e controle de acesso à fazenda ocupada, os posseiros construíram uma espécie de abrigo subterrâneo, de grande dimensão, para a proteção dos camponeses considerados mais vulneráveis como crianças, idosos e mulheres, durante os confrontos mais intensos:

Camponês 13: Antes de eu chegar aqui, o pessoal contava que tinha um buraco bem ali, uma casa feito um buraco. Ai quando vinha gente, que vinha estranho ai pelas matas, jogava as crianças dentro, as crianças “tudin” e as mulheres e os homens que ficavam num buracão que nem uma casa. Tinha uns armamentos assim [...] Tinha um monte de pau grosso rodeado, tipo uma casa né, todo mundo se escondia ali naquele buraco e um monte de pau assim, e as espingarda assim nos “buraquin” ó! Ai quem chegasse lá, não atingia não, que eles estavam protegidos. (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

Por volta de 1995, após todo processo de constituição e estabelecimento dos camponeses na região, os trabalhadores decidiram distribuir a terra entre os grupos familiares presentes na área. Essa divisão, segundo o presidente da associação de produtores locais, totalizou 94 lotes, cada um com aproximadamente 50 hectares:

Ai em 95, 94, né, começamos a discutir a divisão dos lotes. Começamos a discutir. Convocamos o sindicato. Na época da pessoa do Luizinho. Ai o seu Fernando, era o secretário, veio pra cá. Ai a gente, o Marajuba, o Manezinho também já entra nessa história, o Mané Conceição, Valdinar Barros e Querubino pra discutir a divisão das terras. Ai viemos pra cá em 95. Ai decidimos dividir os lotes. Ai veio o Antônio Maria lá da Vila Conceição, que é mestre nesse negócio de divisão de terra. Veio pra cá com o objetivo de dividir. Dividimos essa terra, quando foi no mês de maio, depois da colheita né, da roça, em outubro, começamos a cortar as terras. Quando foi no dia 07, não, no dia 05 de setembro de 95, nós fizemos sorteio dessa propriedade. (Entrevista com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento São Jorge, em 25 de novembro de 2012).

Nesse momento, começam a chegar à região novas famílias, incentivadas pela notícia de que havia terra “livre”, oriunda principalmente dos municípios de Imperatriz, Açailândia, além de camponeses de outras comunidades como as de São Pedro da Água Branca, Vila Nova, Olho D’água dos Martírios, Reserva do Ciriaco, dentre outros lugares.

O ano 1996 foi marcado pela criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento São Jorge (ASPRAJORGE), desencadeando, em 1997, no reconhecimento da área como Projeto de Assentamento, pelo INCRA. Um ano

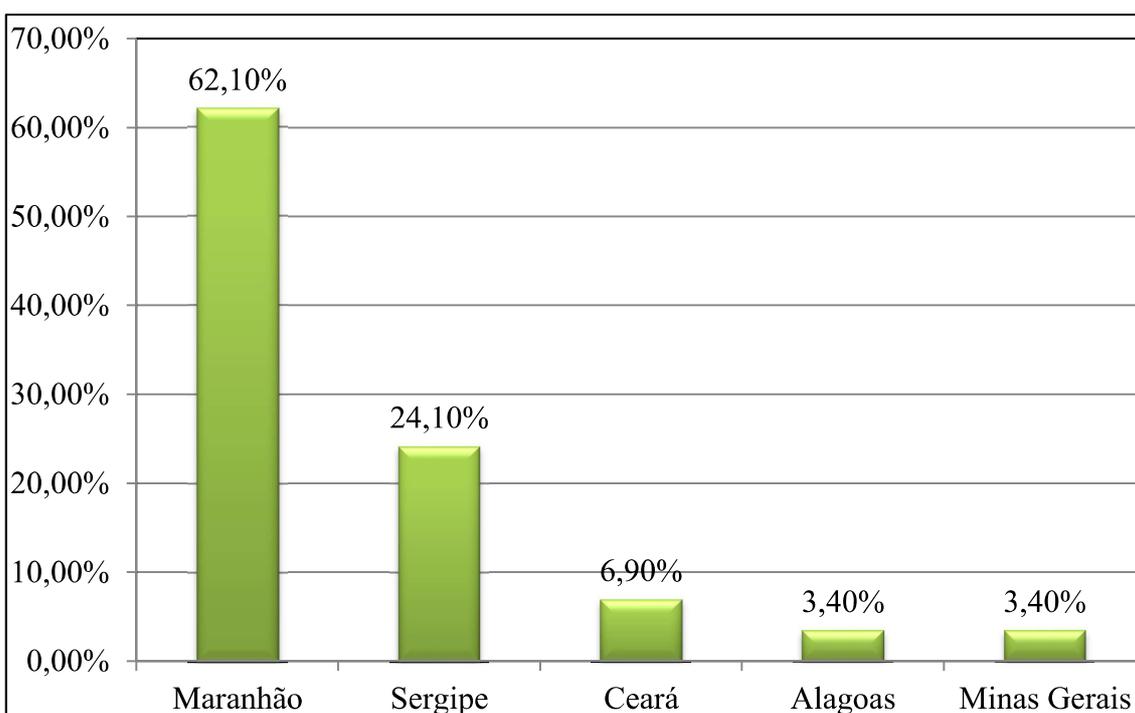
após o reconhecimento, foram disponibilizados aos camponeses créditos de fomento para alimentação e custeio agrícolas. Ainda nesse período, os assentados reivindicaram junto ao INCRA a construção de estradas e a eletrificação da área, tendo sido atendidos em 2005.

No momento de sua criação, foram assentadas 94 famílias, para uma capacidade de assentamento de 96 lotes. Apesar da ocorrência de algumas vendas informais de lotes, esse número de assentados vem se mantendo constante ao longo do tempo, graças ao trabalho organizativo que esteve presente no processo de ocupação da fazenda e ao acompanhamento técnico que foi desenvolvido pelo CENTRU.

4.1.2 Características dos produtores e dos estabelecimentos

No momento de nossa pesquisa, um pouco mais de 100 famílias de agricultores, que dispõem de lotes com uma área média de 50 hectares, aproximadamente, residiam no assentamento. Como mostra o Gráfico 9, a maioria destas famílias, cerca de 62,1%, é natural do estado do Maranhão, tendo parte significativa da população do assentamento formada por migrantes de outros estados do Nordeste - com destaque para os estados de Sergipe (24,1%), Ceará (6,9%), Alagoas (3,4%) -, e do Sudeste, Minas Gerais (3,4%).

Gráfico 9 – Camponeses do assentamento São Jorge por estado de origem (%) (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

Essas informações demonstram a importância dos processos recentes, que impulsionaram os intensos fluxos migratórios de camponeses em direção à microrregião de Imperatriz, bem como oferecem elementos que ajudam a explicar o desenvolvimento da pecuária familiar, uma vez que muitos desses trabalhadores que migraram para a região, trazem consigo a experiência com a atividade pecuária em suas regiões de origem, como foi possível observar com alguns entrevistados.

Outra questão importante para nossa pesquisa, tem relação com a composição familiar e o papel das diferenças geracionais e de gênero na divisão do trabalho, no interior dos estabelecimentos camponeses. As unidades camponesas são primordialmente gerenciadas por homens que respondem a 96,6% do total. Casos de mulheres que governam os processos de trabalho, respondem a 3,4%³¹. Diferentemente das situações observadas em outras regiões do país, onde geralmente as mulheres cuidam dos rebanhos e ordenham as vacas (DESER, 1996; PAULILO, 2003; FROELICH, 2017), no assentamento São Jorge são os homens que organizam os processos de produção do interior dos estabelecimentos familiares, e gerenciam as atividades ligadas à agricultura (plantios e colheitas) e pecuária (manejo dos rebanhos e ordenha).

Tabela 4 – Chefes de família do assentamento São Jorge por faixa etária (%) (2019)

Faixa etária	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69
Em %	6,9	24,1	24,1	20,7	24,1

Fonte: pesquisa de campo.

A respeito da faixa etária dos chefes dos estabelecimentos, as informações apresentadas na Tabela 4 demonstram que esta responde por uma diversidade geracional. O estrato mais relevante situa-se entre as faixas de 30 e 49 anos, cerca de 48,2% do total, seguido de pessoas com idade mais avançada, como é o caso de 45,7% dos entrevistados que possuem entre 50 e 69 anos de idade. É importante destacar, ainda, a identificação do número importante de pessoas beneficiárias de recursos provenientes de aposentadoria pública – estas respondem a 20,7% dos casos analisados. Essas informações, demonstram a importância dos recursos da previdência social para

³¹ Único caso de mulher chefe da propriedade refere-se à situação de uma idosa aposentada, divorciada e com filhos casados e independentes. Duas filhas residem no assentamento, são casadas e possuem os próprios lotes. Uma terceira filha reside na cidade de Imperatriz e o último filho migrou para o estado de Sergipe.

reprodução das unidades familiares de produção, em contextos de envelhecimento parcial da força de trabalho disponível.

Quanto ao nível de escolaridade, verificamos que 24,1% dos produtores que dirigem os estabelecimentos agropecuários afirmaram não saber ler e escrever, contra 75,9% que disseram ter o domínio dessas habilidades. Ainda sobre esse quesito, é possível observar através das informações coligidas na Tabela 5, que 13,8% dos camponeses entrevistados nunca frequentaram a escola e que um estrato significativo, que corresponde a quase 45% do total, não concluiu o ensino fundamental (até a 9º ano).

Tabela 5 – Nível de instrução dos camponeses do assentamento São Jorge (2019)

Grau de escolarização	Em (n)	Em %
Nunca frequentou a escola	4	13,8
Ensino fundamental incompleto	15	44,8
Ensino fundamental completo	6	24,2
Ensino médio incompleto	1	3,4
Ensino médio completo	4	13,8
Total	30	100

Fonte: pesquisa de campo.

As informações acerca do nível de escolaridade são importantes, pois como sublinharam Santos et al. (2020) em um estudo sobre a agricultura familiar maranhense, o grau de instrução dos camponeses pode limitar as possibilidades de incremento dos meios de produção familiar, no acesso a políticas públicas e na obtenção das informações necessárias para uma gestão mais adequada das propriedades agropecuárias.

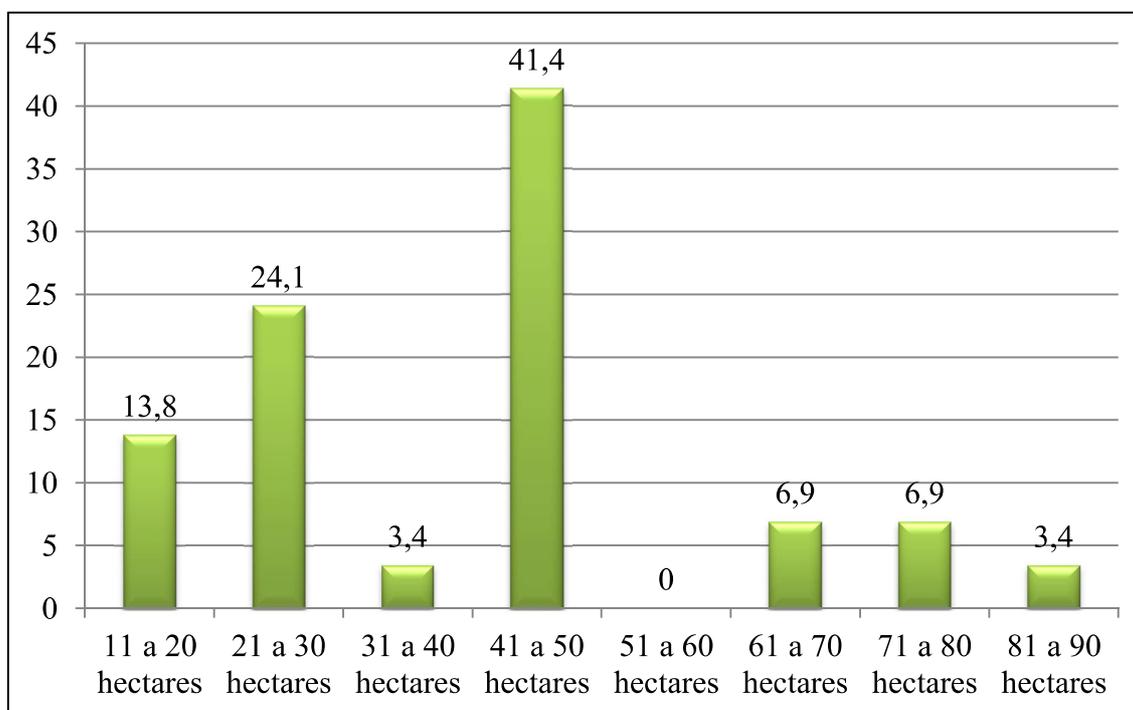
A mão de obra utilizada nas propriedades camponesa é majoritariamente familiar, e pode ser mobilizada nas atividades ligadas à criação animal (limpeza de pasto, ordenha manual, soltura de gado, “prender bezerros”) e à agricultura (roço, queima, plantio, limpeza e colheita). Nos momentos de maior intensidade de trabalho, como construção ou reforma de cercas, limpeza de pasto e áreas de roça ou colheitas, a força de trabalho externa à família pode ser mobilizada. De acordo com nosso levantamento, 55,2% dos entrevistados afirmaram fazer a contratação de mão de obra não familiar nos processos de produção, seguidos de 44,8% que afirmaram utilizar exclusivamente a mão de obra da família.

Em trabalho anterior (CARNEIRO, 2016), demonstramos que a atividade leiteira é caracterizada pela capacidade de incorporação, dentro dos processos de produção, da

força de trabalho marginal (TEPICHT, 1973), ou seja, permite a exploração de pessoas mais jovens ou idosas. Durante nossa pesquisa, quase 50% dos entrevistados afirmou utilizar da força de trabalho de crianças entre 10 e 14 anos de idade. Em quase 20% das propriedades, foi identificada a participação de idosos entre 55 e 69 anos de idade. Essa força de trabalho marginal, pode ser explorada diariamente nos momentos de ordenha, soltura dos rebanhos nas pastagens e provisão dos bezerros.

Com relação às características fundiárias do assentamento, no Gráfico 10, que apresenta o tamanho dos lotes, é possível observar que a maior parte dos entrevistados possui um lote com o tamanho original de quando o assentamento foi criado (50 hectares). Observa-se também, haver alguns produtores com lotes de tamanho maior ou menor, o que pode significar tanto uma fragmentação de algumas unidades, com o processo de reprodução das famílias; ou ainda, o caso de agricultores que adquiriram mais áreas no assentamento, o que pode denotar um processo de acumulação de recursos financeiros, uma vez que aqueles estabelecimentos com tamanhos, que vão até 50 hectares, correspondem a 82,7% daqueles encontrados na região. Por sua vez, 17,2% dos camponeses entrevistados possuem lotes com tamanhos que variam entre 61 e 90 hectares.

Gráfico 10 – Área dos estabelecimentos do assentamento São Jorge por hectare (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

As principais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos das famílias camponesas entrevistadas, envolvem o desenvolvimento de cultivos temporários e permanentes e a pecuária bovina³². Pode-se afirmar que, de modo geral, são propriedades caracterizadas pela diversidade produtiva, embora a criação animal tenha primazia sobre as demais atividades postas em prática no interior das propriedades camponesas, pois são as áreas de pastagens que ocupam a maior parte das áreas produtivas³³ e que, como discutiremos mais à frente, é a renda proveniente da comercialização de leite que responde pela maior parte das despesas monetárias realizadas quotidianamente pelas unidades familiares.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos agricultores pelo tamanho da área de pastagem no seu lote. A partir dessas informações, é possível verificar que a maior parcela destes lotes se encontra na faixa de 10 a 29 hectares de área de pastagem (34,48%), seguidos daqueles cujo tamanho das áreas de pasto possui entre 20 e 29 hectares (20,68%), e 30 a 39 hectares (17,2%). Chama atenção também, o fato de cerca de ¼ dos produtores possuírem área de pastagem de 40 hectares ou mais. Estes produtores podem estar numa trajetória de especialização, em um processo que poderia levá-los a se tornarem, fundamentalmente, produtores de leite.

Tabela 6 – Área das pastagens do assentamento São Jorge (2019)

	Menos de 10 hectares	10 a 19 hectares	20 a 29 hectares	30 a 39 hectares	40 a 49 hectares	50 a 59 hectares	60 hectares ou mais
Número	1	10	6	5	4	1	2
Em %	3,4	34,48	20,68	17,2	13,79	3,4	6,9

Fonte: pesquisa de campo.

Como sublinhado anteriormente, os rebanhos bovinos dos camponeses são voltados primordialmente para a atividade leiteira. A ordenha diária dos animais em lactação e comercialização do leite produzido, permite a constituição de uma renda quinzenal que abastece e garante a receita ordinária para aquisição dos principais bens de consumo da família. Em relação à composição dos animais, a Tabela 7, a seguir, mostra que a maior parcela dos produtores possui um rebanho que varia entre 30 e 39 reses (27,58%), mas com a presença importante de produtores com mais de 60 reses

³² As possíveis sinergias entre agricultura e pecuária de leite serão discutidas no próximo capítulo desta tese.

³³ É importante destacar a manutenção de práticas tradicionais, como os plantios de lavouras anuais e permanentes e a criação de pequenos animais como a avicultura e a suinocultura.

(24,13%) e daqueles com 40 a 49 reses (17,24%). Trata-se, portanto, de agricultores com rebanhos de dimensões variadas.

Tabela 7 – Tamanho dos rebanhos dos assentados do PA São Jorge (2019)

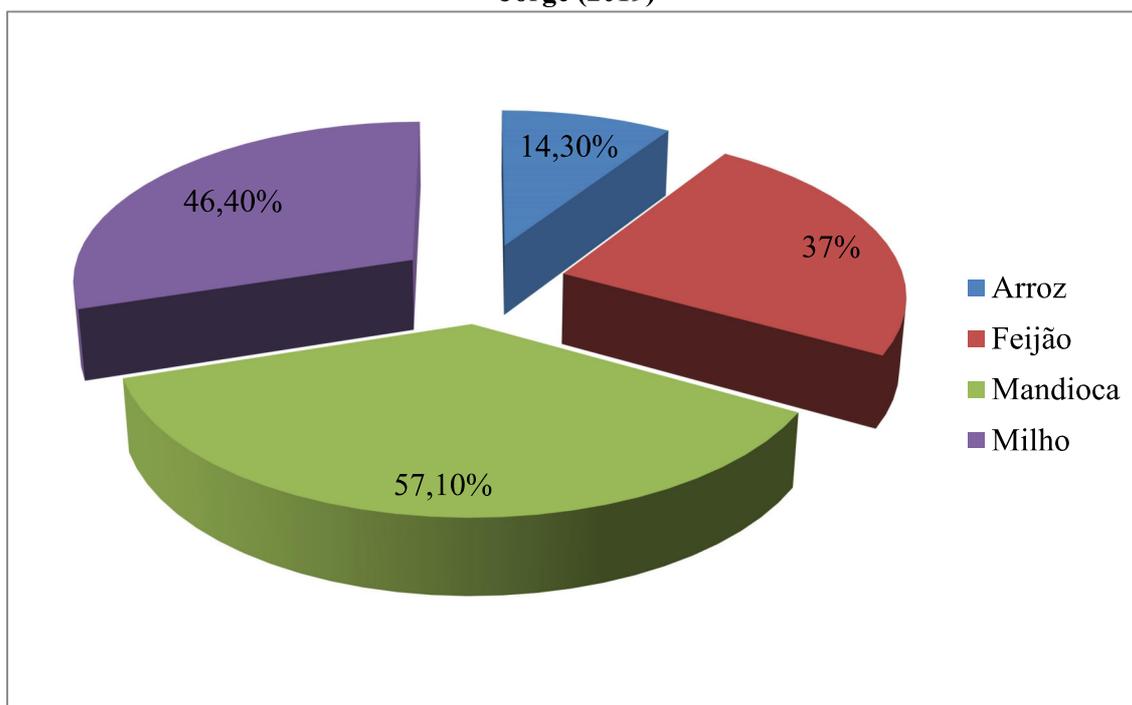
	Menos de 10 reses	10 a 19 reses	20 a 29 reses	30 a 39 reses	40 a 49 reses	50 a 59 reses	Mais de 60 reses
Número	1	4	3	8	5	1	7
Em %	3,44	13,79	10,34	27,58	17,24	3,44	24,13

Fonte: pesquisa de campo.

Pensando em termos de estratégias econômicas, podemos dizer que cerca de ¼ dos agricultores do assentamento, aqueles com mais de 60 reses, poderiam estar envolvidos numa trajetória de especialização, em um processo que pode levá-los a se tornarem, basicamente, produtores de leite. Esse seria o caso de um agricultor, que é o maior produtor de leite do assentamento: possui cerca de 300 reses e emprega dois assalariados rurais para cuidarem do gado. No entanto, foi possível identificar, no interior de sua propriedade, a reprodução de outras atividades, subordinadas ou não à pecuária, como os plantios de milho e macaxeira, e a criação suína.

A respeito da reprodução de culturas agrícolas no interior das propriedades camponesas, 71,4% dos entrevistados responderam ter feito esse tipo de investimento no ano 2018, seguidos de 28,6% do total que não o fizeram. As principais culturas identificadas na pesquisa, de acordo com o Gráfico 11, referem-se à produção de alimentos de primeira necessidade como o feijão, cultivado por 37% dos camponeses, e o arroz, presente em 14,3% das propriedades. Os cultivos voltados à fabricação de complemento alimentar das vacas em lactação ganham destaque neste cenário. Casos do milho, cultivados em 46% das propriedades e a macaxeira, estão presentes em 57,1% dos estabelecimentos familiares.

Gráfico 11 – Produção agrícola em percentual por tipo de cultivo do assentamento São Jorge (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

Essas informações serão importantes para delimitar dois modelos agropecuários de produção identificados no assentamento. No tópico “economia camponesa e pecuária leiteira: entre a diversidade e a especialização”, será apresentada uma discussão sobre as possibilidades de estabelecer interconexões entre agricultura e criação animal. Esta sinergia, em última análise, possibilitará a produção da alimentação animal no interior das propriedades camponesas e promoverá uma inserção mais eficiente na cadeia de produção leiteira e um aumento nos níveis de autonomia da unidade familiar.

Outras estratégias, no sentido de buscar os insumos necessários à alimentação animal nos mercados foram identificadas, e representam um aumento da dependência camponesa e uma diminuição da intensidade dos processos de trabalho no interior dos estabelecimentos familiares.

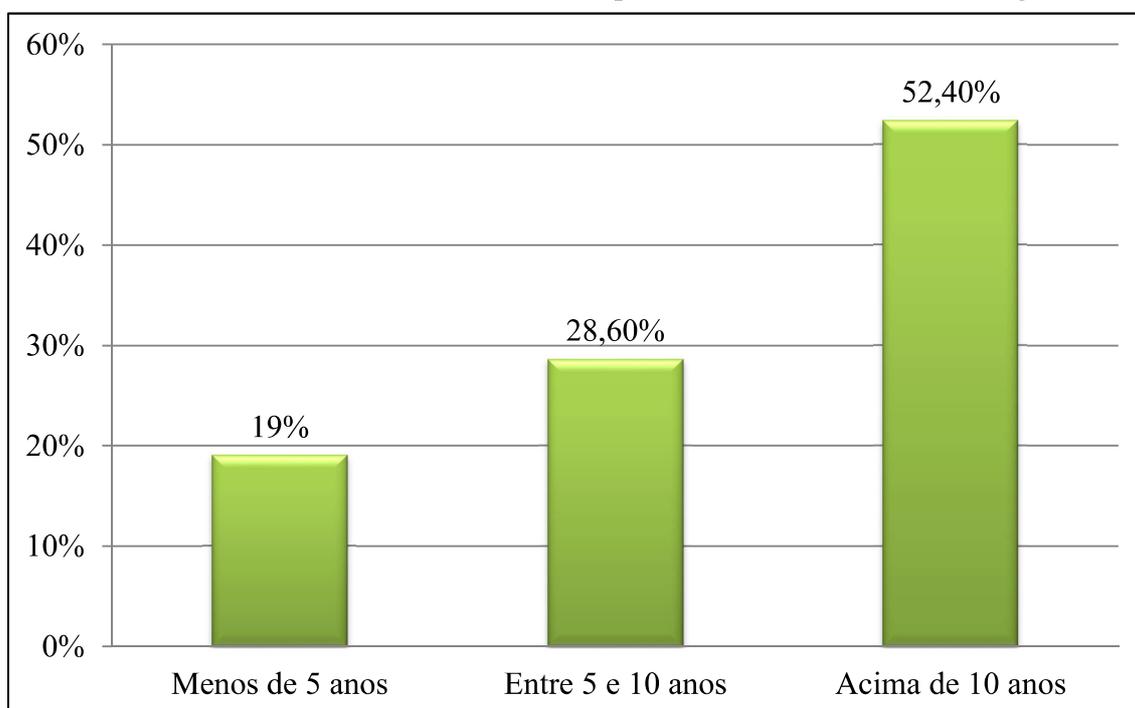
Analisando em termos estatísticos, poderíamos concluir que grande parte das experiências observadas no assentamento se aproxima de uma conduta (ou modelo) que vai em direção a uma busca incessante por autonomia, através de um afastamento dos mercados de insumos agrícolas e, ao mesmo tempo, do incremento e fortalecimento da base de recursos da família camponesa.

No entanto, é importante sublinhar os obstáculos relacionados à disponibilidade de força de trabalho, às limitações de caráter ecológico e às condições de mercado que

dificultam a ampliação dos recursos e insumos, produzidos de maneira endógena, e impulsionam a intensificação de uma inserção camponesa nos mercados produtores de insumos necessários à reprodução econômica dessas famílias.

As estratégias de manejo das áreas agricultáveis, envolvem a exploração e pousio de áreas por longos períodos. No momento da pesquisa, 72,4% dos camponeses entrevistados informaram possuírem alguma capoeira em descanso, seguidos daqueles sem a presença de terras em pousio, que representavam 27,6% dos proprietários pesquisados. O período de descanso dessas áreas pode variar entre menos de cinco e mais de dez anos, como demonstrado no Gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 – Período de descanso das áreas de pousio do assentamento São Jorge (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

Esse tipo de estratégia permite a reprodução de culturas agrícolas anuais, de maneira consorciada e intermitente sem, no entanto, promover o desgaste das áreas exploradas, uma vez que longos períodos de pousio tornam possíveis a degeneração e reposição dos nutrientes da terra.

Apesar da ocorrência de algumas vendas informais de lotes na região, os camponeses, em sua maioria, não pretendem se desvincular da atividade rural. Quando perguntados sobre a possibilidade de colocar suas terras à venda, 93,1% dos assentados

afirmaram não terem essa pretensão, e somente 6,9% manifestaram o desejo de fazê-la.

4.1.3 A articulação entre a agricultura camponesa e a pecuária leiteira no assentamento São Jorge

Nesta seção, tentaremos demonstrar de que modo a pecuária leiteira se estabeleceu como principal atividade econômica dos pequenos criadores em estudo. Deste modo, faremos uma descrição das principais mudanças derivadas da inserção dos grupos familiares no arranjo produtivo leiteiro da microrregião de Imperatriz, através de sua relação comercial com laticínios e queijarias da região.

O incremento da atividade pecuária nas propriedades familiares, é um fenômeno recente e foi impulsionado, particularmente, por dois processos correlacionados. O primeiro, tem relação com um importante declínio das principais atividades econômicas desses trabalhadores (cultivos de arroz e fabricação de farinha). O segundo, refere-se aos investimentos nas propriedades familiares ligadas à criação bovina (especialmente formação de pastagens e aquisição de animais), através do acesso a recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esses camponeses eram, em sua maioria, produtores de arroz (principal produto de comercialização naquele momento) que, combinado com as produções de milho, feijão e mandioca (produtos destinados à subsistência dos grupos familiares) e a criação de pequenos animais, complementava a renda dos produtores dessa região. Situação que pode ser observada no relato, a seguir:

Pesquisador: E quando o senhor chegou aqui, em 96, o senhor começou a produzir o que, na terra?

Camponês 06: *A primeira coisa que eu plantei foi feijão e milho. Ai depois eu plantei mandioca, fazia farinha, fazia tapioca, todo mundo fazia.*

Pesquisador: Essa produção era pra vender, era pra consumir?

Camponês 06: *O que eu produzi pra vender mesmo, foi só arroz. O milho e a mandioca é sempre mais pro consumo, pra dá pro porco muitas vezes.* (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Durante muitos anos, a venda do arroz foi a principal alternativa de comercialização e renda monetária desses camponeses, no entanto, por volta do ano 2010, seu plantio se tornou inviável devido a uma doença que apareceu no grão³⁴. A

³⁴ Segundo Couto (2015), a doença do arroz se deu nessa região a partir de uma infestação da cigarrinha das pastagens (*Hemiptera: Cercopidae*) e de um possível fungo no solo, fazendo com que se reduzissem sensivelmente as áreas plantadas.

diminuição dos níveis de produtividade do arroz tem relação com um processo de enfraquecimento da terra, pois o uso intensivo da mesma área de roça levou à perda da fertilidade dos solos:

Camponês 07: Plantava arroz, feijão, mandioca, abobora, melancia, tudo e os “cambau”. Aqui tinha uma fartura de grão que tu não imagina. Só que foi tanto que foi indo, foi indo, até a terra negar. Há cinco anos aqui não dava mais arroz, dava um “pouquin” de milho; e mandioca foi a que nunca falhou. Eu passei quatro anos sem botar roça porque a última roça que eu botei nesses quatro anos, eu botei duas linhas de roça e eu tirei dois volumes de arroz no cacho. Eu fiz três roças consecutivas de três, quatro, cinco, seis linhas, e eu não tirei 10 sacas de arroz nessas três roças. Ai não compensava. Muito trabalho. É que a terra enfraqueceu. Ai eu larguei. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Não menos importante para complementação da renda dos camponeses, a produção de farinha também sofreu significativa queda. Distinto do caso observado na produção de arroz, o que induziu seu progressivo declínio foram fatores relacionados à considerável queda no preço praticado nos mercados de produtos, o que tornou sua comercialização inviável, no ponto de vista dos grupos familiares:

Camponês 13: Paramos de plantar, aí pronto. Aqui quase ficou sem farinha e farinha também. Teve um motivo. É que a farinha ficou lá em baixo o preço. Dava muito trabalho. Ai também foi desvanecendo. O povo também desistindo. Trabalhar pra mexer com a farinha não estava recompensando. (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

No interior do lote de um assentado, por exemplo, podemos observar a situação de uma farinha que não estava sendo utilizada. A família responsável por esta farinha nos relatou que, em algumas ocasiões, a alugaram para outros produtores, mas que, atualmente, estavam sem utilizá-la por conta dos baixos níveis de rentabilidade. É importante, porém, destacar a situação de um camponês – conhecido no assentamento como um dos únicos produtores de farinha –, que não responde a essas generalizações, pois delegou a atividade pecuária aos filhos e dedica grande parte do tempo à atividade de fabricação da farinha.

Com a queda no preço da farinha nos mercados de produtos, os investimentos neste tipo de cultura sofreram significativo declínio. Mas foi possível observar, durante pesquisa de campo, a continuidade desse tipo de cultura, mesmo que em menor escala, no interior das propriedades familiares, pois esta é uma produção que pode ser destinada ao consumo das famílias e/ou utilizada como insumo para alimentação animal.

A produção destinada à alimentação animal deve ser utilizada, juntamente com outros ingredientes, produzidos ou não pela unidade familiar, nos períodos mais secos do ano (entre os meses de agosto e novembro), pois serve como suplemento alimentar às vacas em lactação, e promove aumentos significativos na produção leiteira. Mesmo com o desaparecimento ou abandono das casas de fabricação de farinha, esta é uma atividade importante na região, pois viabiliza o abastecimento deste tradicional ingrediente na dieta camponesa. A fabricação ainda pode ser feita através de contratos de aluguel estabelecidos com aquele produtor que deu continuidade à atividade na região.

Como podemos observar, nos casos descritos pelos camponeses entrevistados, alguns obstáculos de natureza ambiental e de mercado foram induzindo o relativo declínio de plantios, considerados tradicionais da agricultura camponesa da microrregião de Imperatriz. Tais obstáculos externos (naturais e econômicos) e a capacidade de ajustamento dos grupos familiares, no entanto, possibilitaram o desenvolvimento de algumas alternativas econômicas.

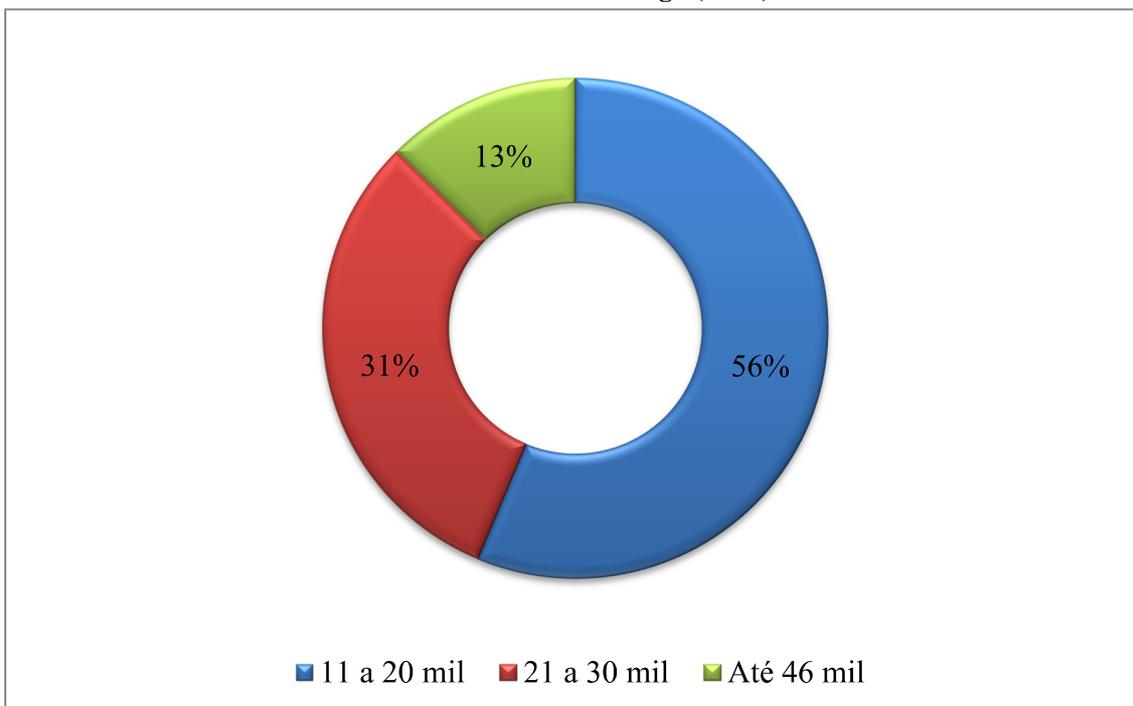
Em primeiro lugar, os camponeses entenderam que a terra precisava “descansar”, para isso suspenderam a produção de arroz e macaxeira em algumas áreas, com o objetivo de promover o (re)estabelecimento da capacidade produtiva da terra. Nesse contexto, foi possível constituir um pequeno rebanho bovino por meio dos recursos de políticas públicas, como os créditos fundiários do PRONAF.

Durante pesquisa de campo, 58,6% dos camponeses entrevistados afirmaram terem feito algum tipo de financiamento com a finalidade de realizar ou ampliar investimento no âmbito da atividade pecuária. Do volume de recursos aplicados na atividade, 88,2% foi acessado por intermédio do PRONAF. De acordo com o presidente da Associação de Produtores e Produtoras Rurais do Assentamento São Jorge (ASPROAJORGE), estes recursos foram liberados em três etapas. A primeira etapa, no ano 2003, contemplou cerca de 43 assentados. Em 2004, outros 22 produtores tiveram acesso aos recursos, e em 2006 um último estrato de 5 assentados foi atendido.

Estes recursos de valores, como demonstra o Gráfico 13, variavam entre R\$ 11.000,00 (onze mil reais) e até R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) foram investidos, principalmente na compra de cabeças de gado ou melhoramento da composição dos rebanhos, na formação ou ampliação das áreas de pastagens, e na construção ou reforma de cercas. Daqueles produtores que fizeram os financiamentos,

64% afirmaram terem quitado suas prestações. Deste universo, 47,6% afirmaram terem o desejo de fazer um novo financiamento com o objetivo de reinvestir na atividade pecuária.

Gráfico 13 – Volume de recursos do Pronaf (em R\$) investidos na pecuária leiteira do assentamento São Jorge (2019)



Fonte: trabalho de campo.

Nesse cenário, os investimentos relacionados à pecuária, sobretudo produção leiteira³⁵, se ampliaram na região, o que motivou a expansão do mercado deste setor, através da possibilidade de venda do produto in natura em diferentes circuitos de comercialização, sejam eles curtos (venda direta e para queijeiras) ou longos³⁶ (venda para indústrias de laticínios).

³⁵ Atividade que, de acordo com Capellesso e Cazella (2015), ampliou sua importância comercial a partir dos anos 1990.

³⁶ Considerando a existência de uma cadeia regional e um sistema de distribuição, que envolve supermercados, pizzarias, lanchonetes, venda em feiras e a distância, para cidades do Maranhão e Pará, por meio de uma complexa cadeia de intermediários.

4.2 Pecuarização camponesa: necessidade de incorporação de novas disposições sociais

A vida diária dos pequenos criadores depende de um conjunto de fatores de caráter ambiental, econômico e familiar que, quando correlacionados, determinarão a quantidade de trabalho, consumo e produção no interior dos lotes agropecuários. As atividades relacionadas à pecuária de leite começam muito cedo. Como principal atividade econômica local, exige dos trabalhadores uma dedicação diária. Isso significa que é necessário se deslocar até o lote da família para tirar leite todos os dias da semana – trabalho que pode começar no início da manhã, dependendo do tamanho do rebanho, da quantidade de mão de obra disponível e das vacas em lactação de cada rebanho bovino.

Essa rotina de trabalho pode ter duas representações antagônicas, do ponto de vista do camponês. Se por um lado, o pequeno pecuarista entende que é um “escravo³⁷” do trabalho, no sentido de que precisa estar todos os dias no lote cuidando do rebanho e “tirando leite”, como nas palavras dos próprios camponeses, pois na atividade leiteira não tem fim de semana, feriados ou dia santo, todo dia é dia de trabalho. Por outro lado, tal atividade pode representar certa liberdade, pois são necessárias poucas horas para fazer a ordenha de todas as vacas, o que possibilita ao produtor um tempo disponível para trabalhar nos plantios, cuidar do rebanho suíno, ir a Cidelândia, Açailândia ou Imperatriz resolver alguma pendência, comprar algum medicamento, vacina ou remédio para o gado, ou até mesmo descansar e realizar alguma atividade recreativa durante a tarde, como jogar dominó, por exemplo. Nesse sentido, o investimento na pecuária de leite não exige exclusividade desses trabalhadores, pelo contrário, possibilita uma maior liberdade de investir tempo e força de trabalho em outras atividades produtivas ou recreativas.

4.2.1 Desenvolvimento biológico bovino e produção leiteira

Não somente a posse da terra, mas também a constituição de um pequeno rebanho bovino se tornou condição fundamental na garantia da reprodução familiar

³⁷ *No leite só tem dois dia de folga. É o dia da vacina. Por que vacina hoje e amanhã não tira (leite). Mas, depois de amanhã pode dar relâmpago, trovão brabo, tempestade, morrer quem quiser, mas ele tem que tá todo dia lá.* (Relato de um camponês, coletado em entrevista realizada no assentamento, em 2015).

camponesa. A inserção da pecuária leiteira nos estabelecimentos familiares locais representou, desse modo, a necessidade de incorporar novas habilidades ligadas ao manejo dos rebanhos, ao desenvolvimento biológico dos animais, aos cuidados veterinários, e à composição racial do rebanho leiteiro.

O ciclo de vida de uma vaca leiteira poder variar entre 10 e 12 anos, e determina os períodos e níveis de produtividade dos animais. Entre seu nascimento até os seis primeiros meses, as vacas recém-nascidas são chamadas de bezerras: não produzem leite, são mais dependentes da mãe, se alimentam majoritariamente do leite materno e, neste momento, ainda não receberam por parte do camponês um nome próprio, sendo estas chamadas pelo mesmo nome dado à mãe.

No período que varia entre os primeiros 6 e 12 meses de idade, as bezerras já adquiriram maior estatura e desenvolveram uma independência em relação às mães, pois neste momento os animais já devem estar se alimentando exclusivamente das pastagens e sal mineral, juntamente com os demais animais do rebanho adulto, ou seja, aqueles que “apartaram” da mãe. Por isso, são chamadas não mais de bezerras, mas de novilhas.

Portanto, é novilha em seu pleno desenvolvimento, mas é a partir do segundo ano de vida que ela está em condições biológicas de gestar um pequeno bezerro. O período que corresponde ao primeiro acasalamento das novilhas é variável, mas deve ocorrer entre o segundo e terceiro ano de vida do animal. Após a primeira cria, as novilhas tornam-se vacas leiteiras, serão ordenhadas diariamente, e receberão um complemento alimentar nos períodos do verão³⁸. A partir de então, as novas vacas do rebanho serão chamadas por um nome próprio, dado pelo seu dono. O novo nome será plenamente aceito pelos animais que não mais atenderão pelos nomes anteriores (nome da mãe), pois segundo os pequenos criadores, as vacas incorporarão, nesse momento, uma nova identidade.

Uma vaca de primeira cria mantém baixos níveis de produtividade leiteira em relação às vacas mais experientes. A partir da segunda cria, os animais vão começar a apresentar maiores níveis de produtividade, e somente a partir da terceira cria sua capacidade de produzir leite irá atingir a plenitude. A capacidade de produtividade alcançada na terceira cria, momento em que o animal terá por volta de 4 ou 5 anos de vida, irá se manter e se estender nos próximos ciclos produtivos.

³⁸ O complemento alimentar pode ser produzido no interior do estabelecimento familiar, e é destinado exclusivamente às vacas em período de lactação.

Uma vaca saudável e bem alimentada poderá viver por até 12 anos. No entanto, aproximadamente a partir do décimo ano de vida, pode apresentar dificuldades em relação à amamentação, por isso os níveis de produtividade vão, conseqüentemente, sofrer um significativo declínio. Este seria o momento mais propício para realizar o descarte do animal e sua eventual substituição³⁹ por uma vaca jovem e saudável, e com maior capacidade de amamentação e produção leiteira.

4.2.2 Composição racial dos rebanhos: mestiçagem e diversificação

Acumular conhecimento com respeito à composição racial dos animais é importante para garantir uma seleção apropriada dos rebanhos bovinos, levando em conta as condições ecológicas locais e uma produção leiteira mais eficiente no interior das propriedades familiares. Uma raça mais resistente e bem adaptada às variações climáticas locais, terá a possibilidade de se desenvolver plenamente, garantindo a reprodução de animais saudáveis e uma produção leiteira de maior qualidade.

Na tentativa de promover uma criação animal satisfatória e uma produção leiteira eficiente, os camponeses elaboraram uma estratégia de diversificação das raças bovinas. As duas primeiras raças são puras e correspondem ao gado Holandês e o gado Gir. A terceira raça encontrada na região, refere-se a um gado mestiço, proveniente do cruzamento entre o gado Holandês e Gir – o gado Girolando.

Segundo os criadores, a raça Holandesa é mais apropriada à produção de leite, porém este é um animal de grande porte, pesado, lento, que precisa de muito tempo para alcançar seu pleno desenvolvimento. Além disso, o gado Holandês é uma raça que apresenta dificuldades em suportar as variações climáticas anuais, especialmente nos períodos mais secos, momento em que a produção leiteira pode sofrer um declínio significativo.

Os animais da raça Gir, por sua vez, possuem dupla aptidão: para o corte e para o leite. No entanto, segundo os camponeses, é um gado mais voltado para o corte, pois não possui a capacidade de produzir leite de uma vaca Holandesa. Os animais desta raça possuem uma menor estatura, são mais leves e têm um desenvolvimento biológico mais

³⁹ A decisão em fazer o descarte, substituição ou incorporação de um novo animal no rebanho leiteiro, leva em conta dois fatores principais: as condições biológicas das vacas em lactação, e o tamanho e capacidade das pastagens em suportar o crescimento no número de animais do rebanho bovino.

acelerado. Esta raça tem a característica, ainda, de suportar melhor as variações climáticas e os períodos mais secos, por ser um animal mais rústico.

Na intenção de combinar a aptidão leiteira da raça Holandesa com a agilidade e resistência do gado Gir, os camponeses promovem um cruzamento entre esses dois tipos de animais, pois segundo os pequenos criadores, as crias advindas dessa mestiçagem (o chamado gado Girolando) terão a possibilidade de “herdar” o potencial leiteiro Holandês e a rusticidade do gado Gir.

Devido sua capacidade leiteira e resistência, os gados mestiços, ou Girolando, são encontrados em maior número nos rebanhos dos camponeses. Isso não quer dizer que as raças “puras” não compõem os rebanhos bovinos camponeses. Embora em menor quantidade, é importante, do ponto de vista dos camponeses, manter um rebanho diversificado, pois uma vaca holandesa pode produzir uma quantidade de leite satisfatória nos períodos mais úmidos, e um gado Gir pode garantir uma boa renda no momento de sua comercialização para engorda.

4.2.3 Cuidados veterinários: combate e prevenção de doenças e parasitas

Para se constituir um rebanho leiteiro de qualidade, o camponês deve manter um conjunto de cuidados relacionados à prevenção de possíveis doenças ou infecção parasitária. Dentre as possíveis doenças que podem afetar um rebanho, estão a febre aftosa, a raiva e a brucelose. Os animais também ficam expostos à infestação de alguns parasitas – os principais identificados na pesquisa de campo foram os carrapatos, as moscas e verminoses.

As medidas de prevenção e combate de doenças e parasitárias envolvem, principalmente, o estabelecimento de rotinas de vacinação anual dos rebanhos bovinos. Em nosso levantamento, foi possível identificar que parte significativa dos camponeses em estudo tem a preocupação de reproduzir estes cuidados relacionados à saúde dos animais: 93% dos pecuaristas familiares fazem o controle de doenças, e 96% dos trabalhadores entrevistados fazem o controle de parasitários.

Estas estratégias são importantes, uma vez que permitem o desenvolvimento saudável dos animais e promovem bons níveis de produtividade leiteira, por cabeças de gado. O Quadro 5, a seguir, descreve as principais vacinas aplicadas nos animais, anualmente, com a finalidade de combater e prevenir o desenvolvimento de doenças.

Quadro 5 – Calendário vacinal anual dos rebanhos leiteiros do assentamento São Jorge (2019)

	DOENÇAS	QUANTIDADE DE DOSES	QUEM APLICA	QUANDO APLICA
VACINAS	Brucelose	Uma dose	Veterinário da AGED	Até o 4º mês de vida de um bezerro
	Febre aftosa	Duas doses ao ano	Camponês	Maio/Novembro
	Onze mal	Duas doses ao ano	Camponês	Maio/Novembro
	Raiva	Uma dose ao ano	Camponês	Maio
	PARASITÁRIOS	QUANTIDADE DE DOSES	QUEM APLICA	QUANDO APLICA
	Carrapatos	Duas doses	Camponês	Maio/Novembro
	Vermínoses	Duas doses	Camponês	Maio/Novembro

Fonte: pesquisa de campo.

A brucelose é uma doença contagiosa que pode provocar uma série de consequências aos rebanhos, como a diminuição da capacidade produtiva leiteira dos animais em lactação, desregulamentação dos processos de cio, problemas relacionados à gestação e nascimento dos bezerros. Para fazer o controle desta doença, é necessário realizar a vacinação dos bezerros nascidos até o 4º mês de vida. A aplicação desta vacina somente poderá ser feita por um veterinário da AGED. Os custos relacionados a ela, no entanto, são de responsabilidade exclusiva dos criadores.

As vacinas da febre aftosa e onze mal⁴⁰, deverão ser aplicadas em duas doses anuais, em todo rebanho bovino. A primeira dose deve ser aplicada no mês de maio, e a segunda no mês de novembro. As vacinas podem ser compradas nas lojas agroveterinárias das regiões centrais das cidades mais próximas, geralmente na cidade de Imperatriz, e são aplicadas pelos próprios criadores com o auxílio de uma pistola aplicadora.

O calendário da vacinação contra a raiva é diferenciado, pois somente uma aplicação anual, no mês de maio, será suficiente para imunização e combate da doença. De modo semelhante ao observado nos casos das outras doenças, a vacina contra a raiva pode ser comprada nas lojas agroveterinárias, e sua aplicação deve ser feita pelo proprietário e criador.

Os cuidados relacionados à prevenção e combate dos parasitas e insetos também são necessários para a manutenção de um rebanho saudável e produtivo. Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar três tipos possíveis de infestação animal. O primeiro deles é a infestação pelos carrapatos e vermes, seguidos pelos insetos – neste caso, as moscas.

⁴⁰ A onze mal é uma vacina de reforço, pois tem a capacidade de prevenir diferentes tipos de doenças.

Os animais podem estar sujeitos a este tipo de infestação durante todo percurso do ano, no entanto, são nos períodos de transição climática que as possibilidades aumentam, sensivelmente. Portanto, os períodos que correspondem à passagem do verão/inverno (entre os meses de janeiro e fevereiro) e à passagem do inverno/verão (entre os meses de julho e agosto) são mais sensíveis e demandam maior atenção dos pequenos pecuaristas no sentido de controlar, identificar ou combater algum tipo de infestação parasitária.

As infestações parasitárias pelos carrapatos e verminoses podem ser combatidas de duas maneiras. A primeira estratégia é preventiva, e envolve a aplicação em duas doses anuais da ivermectina em todo rebanho bovino. A aplicação deve ser feita pelo camponês, com o auxílio de uma pistola aplicadora, nos meses de maio e novembro, ou seja, nos mesmos dias em que são aplicadas as demais vacinas para controle dessas doenças.

Esses cuidados diminuem as chances de infestação parasitária nos animais dos rebanhos. Contudo, nos períodos de transição climática as possibilidades de aparecimento desses parasitas, aumentam significativamente. No caso de uma infestação parasitária, será necessária a pulverização de venenos comprados nos mercados externos e utilizados no combate a estes parasitas.

Outra questão importante, identificada no Quadro 5, tem relação com a concentração dos períodos de vacinação nos meses de maio, e em menor grau, no mês de novembro de cada ano. A grande quantidade de inoculação desse tipo de substância no organismo dos animais, pode provocar efeitos colaterais sensíveis. Por conta disso, os camponeses suspendem a ordenha um dia após a aplicação, pois os animais necessitam desse tempo para permanecerem em repouso.

No caso de infestação de moscas, é possível reproduzir práticas preventivas ou curativas. A prevenção pode ser feita através da utilização dos brincos mosquicidas, comprados nos mercados externos e aplicados nas orelhas dos animais de médio e grande porte, no caso das novilhas e vacas; e não podem ser aplicados nos bezerros de até dois anos de idade. Os brincos têm a função de liberar substâncias tóxicas às moscas e promovem uma excelente prevenção e combate desses insetos. Este tipo de produto tem validade de seis meses, ou seja, deve ser comprado duas vezes ao ano.

Os rebanhos estão sujeitos a outros tipos de doenças mais comuns nos períodos de clima quente, como a babese e a diarreia. A babese é uma doença mais rara e afeta, principalmente, bezerros até o nono mês de vida. Essa doença tem efeitos sobre o

desenvolvimento dos animais, dificulta a amamentação e provoca emagrecimento. Os animais infectados por este tipo de doença apresentam quadros de natureza emocional, pois provocam profunda tristeza e indisposição, e biológicos, pois seus pelos ficam arrepiados. A doença pode ser contornada através da aplicação de remédios, facilmente encontrados em lojas de agroveterinária, injetados no pescoço dos animais em duas doses, pelos próprios camponeses.

A diarreia é uma infecção intestinal que pode se originar a partir de duas causas principais. A primeira, tem relação com as altas temperaturas da água ingerida pelos animais nos períodos mais quentes do ano. Na estação seca, os açudes, ou qualquer outro recipiente de retenção da água, podem atingir temperaturas elevadas. Quando ingeridas nestas condições, a água pode causar infecções no sistema digestivo dos animais, acarretando as diarreias. A segunda causa da doença, refere-se aos possíveis excessos de ingestão de leite materno. Grandes quantidades de mamadas para um bezerro recém-nascido, podem sobrecarregar o ainda sensível sistema digestivo dos pequenos animais.

Diante disso, alguns cuidados devem ser tomados para evitar a infecção dos animais do rebanho por esse tipo de doença. A primeira estratégia preventiva, tem relação com o melhor manejo das águas utilizadas para hidratação dos animais. A concentração de grande quantidade de água, por muito tempo, permite o aumento significativo da temperatura da mesma. Especialmente nos períodos mais quentes, os camponeses devem permanecer atentos à estratégia de fazer a troca das águas disponibilizadas no interior das pastagens aos animais, uma vez que essa dinâmica contribui para a manutenção da temperatura ideal das águas utilizadas para hidratação. Outra estratégia importante tem relação com o cuidado de não deixar o gado próximo aos açudes nos períodos do verão, uma vez que as chances de elevação da temperatura da água aumentam significativamente nesse período.

4.2.4 Ciclo produtivo do rebanho bovino camponês

A rotina de vida da família camponesa vai sofrer alterações importantes após a inserção da pecuária leiteira na organização econômica local. Do ponto de vista das disposições sociais desses trabalhadores, vai exigir a incorporação de novas e amplas habilidades correlacionadas às novas atividades como os cuidados com o rebanho, o manejo do pasto, a venda de bezerros e a combinação da pecuária/agricultura. A partir

das experiências observadas no trabalho de campo, percebemos que os ciclos naturais e produtivos do rebanho bovino são fundamentais para compreendermos a organização econômica e as estratégias acionadas pelos camponeses locais.

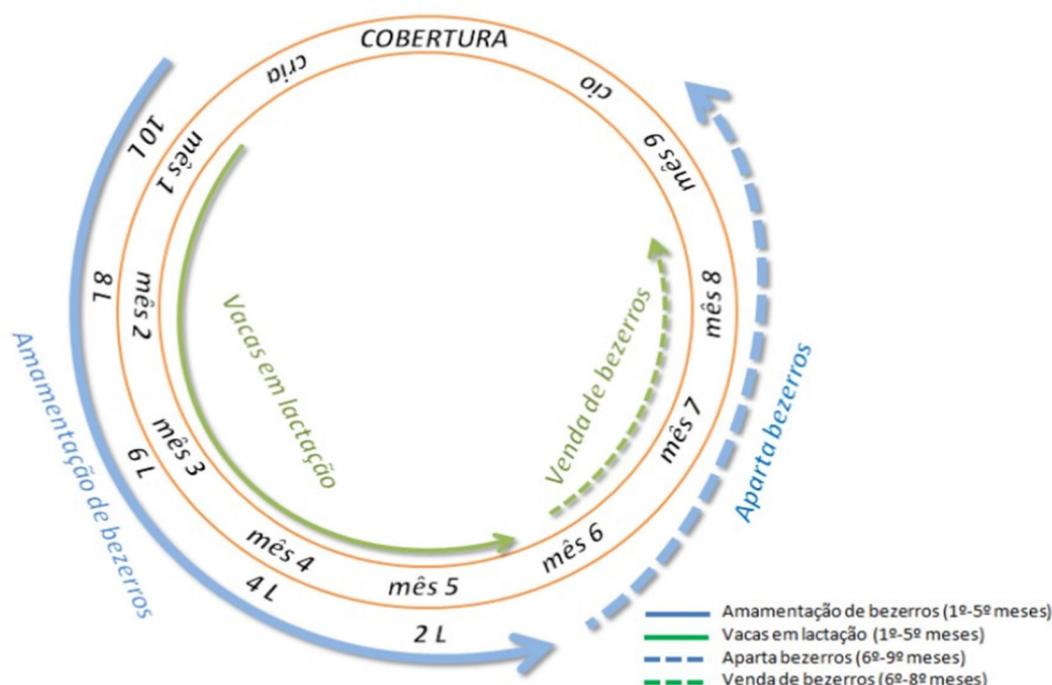
É importante destacar que o ciclo produtivo do rebanho bovino é uma categoria analítica, mobilizada pelo autor para descrever as práticas relacionadas às restrições e capacidades produtivas dos pequenos pecuaristas. Nesse sentido, nos esforçamos para interpretar e traduzir os saberes locais e as representações sobre a atividade pecuária. Nossa abordagem epistemológica aproxima-se do modelo proposto pelo antropólogo de Geertz (1978). Dessa forma, o processo de coleta e tratamento das informações de campo, através da técnica da etnografia, é uma interpretação de segunda e/ou terceira mão, tendo em vista que o que fazemos é uma reinterpretação das representações daquilo que os camponeses fazem, ou pensam que fazem.

A capacidade de produzir leite e criar pequenos bezerros está ligada às condições biológicas de reprodução das vacas do rebanho bovino camponês, o que vai determinar a capacidade produtiva leiteira durante o ciclo, a necessidade de suspender a produção de leite, o período de amamentação dos pequenos bezerros, e as possibilidades de vendê-los quando os níveis de pasto disponível na propriedade não possuem capacidade suficiente para manter um rebanho de maior porte.

A dinâmica do ciclo do rebanho bovino delimita o período de início e fim da produção leiteira de uma vaca adulta (ligado ao momento de amamentação do bezerro), e o período em que essa produção é suspensa (fase em que o bezerro não é mais amamentado e passa a se alimentar exclusivamente de pasto e sal mineral⁴¹). O entendimento desses ciclos produtivos, que determinam períodos produtivos e “improdutivos” do rebanho camponês, configura-se como etapa fundamental de nosso estudo, pois vai ter influência significativa nos níveis de escala da produção leiteira de um rebanho, na alimentação das vacas em lactação, no desgaste e manejo das pastagens e na possibilidade de se constituir uma espécie de poupança no agrupamento familiar, através da comercialização de bezerros.

⁴¹ O sal mineral é um ingrediente adquirido nos mercados externos, fundamental para a alimentação bovina, pois tem a capacidade de repor nutrientes não supridos pelos pastos, e deve ser utilizado durante todo ano.

Figura 4 – Ciclo produtivo do rebanho camponês do assentamento São Jorge



Fonte: pesquisa de campo.

O ciclo produtivo do rebanho bovino camponês (Figura 4) corresponde aos períodos de produção e suspensão da atividade leiteira. Para que o ciclo seja possível, é necessário que a vaca entre em processo de cio, momento em que o sistema biológico do animal está em plenas condições de acasalamento e fertilidade. Segundo os camponeses uma vaca pode entrar no período de cio⁴² entre o décimo e trigésimo dia após o parto anterior.

Nessa oportunidade, a cobertura é realizada (acasalamento entre touro e vaca). Efetivada a cobertura, uma vaca pode apresentar-se gestante dentro de 10 a 15 dias, ocasião que marca o início de um ciclo produtivo. O período de gestação do animal corresponde a nove meses, quando nasce um novo bezerro ou bezerra (cria).

Chegado o período de nove meses de gestação, o camponês dedica atenção especial à vaca gestada e permanece vigilante a possíveis sinais que sinalizam (evidenciem) a proximidade do trabalho de parto. Quando uma vaca, com aproximadamente nove meses de gestação, se afasta dos demais animais do rebanho, busca faixas sombreadas no pasto para manter-se deitada, quer dizer que o parto pode estar se aproximando.

⁴² As vacas são criadas soltas juntamente com um reprodutor. No momento em que entram no cio liberam um cheiro característico. O cheiro vindo da vagina dos animais é o principal elemento que atrai o reprodutor e favorece o acasalamento imediato.

As possíveis dificuldades relacionadas aos processos de parto de um bezerro são variáveis, e dependem de um conjunto de fatores de ordem natural e biológica. Segundo os camponeses, as fases da lua e a saúde dos animais, por exemplo, podem ter efeitos sobre o trabalho de parto favorecendo ou dificultando o nascimento de um novo bezerro.

Os períodos de lua cheia e crescente favorecem um parto satisfatório, pois o astro, nestas condições, “empresta” força à vaca. Os partos realizados nos períodos de lua nova e minguante, por sua vez, poderão ser mais difíceis, pois nesta circunstância, a lua poderá suprimir energia dos animais demandando maiores esforços à vaca e ao pequeno bezerro. A condição biológica dos animais, de modo semelhante, também influencia na dinâmica de parto. Uma vaca gestante, especialmente nos últimos meses de gestação, deve estar saudável e bem alimentada. Vacas com problemas de saúde, mal alimentadas e de idade mais avançada terão maiores dificuldades de realizar um parto.

A combinação, portanto, das fases da lua e saúde das vacas gestantes, podem favorecer ou restringir um trabalho de parto. Por conta disso, o bom criador deve manter-se vigilante ao momento do parto dos animais e aos processos que o antecedem. Quando uma vaca começa a apresentar sinais de que em breve entrará em trabalho de parto, o camponês deve cancelar qualquer compromisso, e dedicar atenção especial à gestante. Um parto mais difícil pode demandar a intervenção do criador, auxiliando na evacuação do pequeno bezerro, pois um parto mal sucedido poderá representar, em última instância, a morte e perda de um novo animal a ser comercializado ou acrescido ao rebanho leiteiro.

Após o parto, e durante o processo de amamentação, dá-se início à ordenha e produção leiteira (que tem duração de aproximadamente seis meses), feita ao pé da vaca. Após seis meses de amamentação e produção leiteira, o pequeno bezerro precisa ser apartado (separado) da vaca, pois, segundo os camponeses locais, a amamentação após esse período pode ter efeitos sobre a formação do bezerro gestado (por conta dos movimentos do bezerro em amamentação), podendo provocar em última instância, a sua morte.

Um bezerro recém-nascido precisa de muito leite⁴³; entre o segundo e terceiro mês de seu nascimento começa-se a combinar, na alimentação, leite com capim. A

⁴³ O leite ordenhado na primeira semana após o parto, não pode ser consumido ou comercializado, pois é o colostro, um leite “sujo”, “vem com sague” e é impróprio para alimentação humana. O colostro, por sua

quantidade de leite produzida pela vaca diminui conforme a necessidade do bezerro. Nos trinta primeiros dias após o parto, os pequenos bezerros deverão se alimentar exclusivamente do leite materno, o que vai determinar uma ordenha de maior quantidade. Com o tempo, o pequeno animal vai combinando amamentação e capim, e, simultaneamente, a quantidade de leite produzida vai diminuindo. Nesse sentido, até o sexto mês do ciclo produtivo, a vaca fica em condições de lactação e amamentação.

Assim, é importante destacar que as atividades de ordenha e a amamentação do bezerro são concomitantes, pois uma vaca só possui capacidade de produzir leite quando suas crias estão em processo de amamentação. Finalizada a etapa de amamentação, o trabalho de ordenha é suspenso, pois as vacas devem ser “apartadas” de suas crias (categoria nativa utilizada para designar o momento de separação permanente entre a vaca e o bezerro[a]). Separado da vaca, a novilha⁴⁴, ou boiote⁴⁵, se alimentará de pasto e sal mineral, junto às demais reses do rebanho bovino, até ser comercializado (a)⁴⁶, ou adicionada ao rebanho leiteiro, quando estiver entre o sexto e oitavo mês de nascimento.

Do ponto de vista da economia camponesa local, esse ciclo produtivo de amamentação/venda de leite, aparta/venda de bezerro, tem diferentes significados. O primeiro momento pode ser considerado satisfatório, pois contribui com os ganhos ordinários dos grupos familiares locais, na comercialização diária de leite aos estabelecimentos especializados na produção de produtos lácteos, como os laticínios regularizados e as queijarias informais.

E o segundo momento, apesar de promover um declínio na quantidade de leite produzida e exigir maiores gastos com alimentação do rebanho, vai possibilitar, dentro de poucos meses, a venda de animais para o corte que, entre o sétimo e oitavo mês (momento de sua venda) vai apresentar, em média, 6 ou 7 arrobas, podendo chegar a 8 arrobas (1 arroba corresponde a 15 kg). Desse modo, a comercialização de bezerros para engorda representa importante complemento na economia familiar, tendo em vista seu

vez, é fundamental para o desenvolvimento pleno dos pequenos bezerros, e pode ser utilizado como insumo para alimentação de pequenos animais, como suínos e aves.

⁴⁴ Categoria que designa os animais do sexo feminino após aparta.

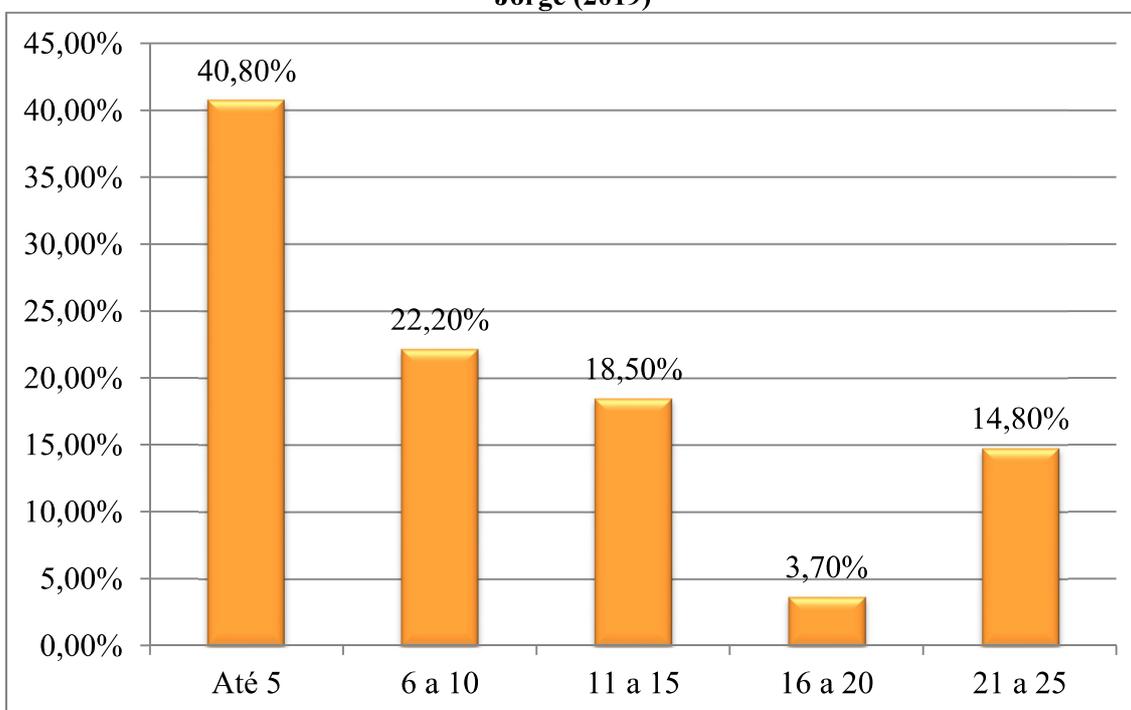
⁴⁵ Categoria que designa os animais do sexo masculino após aparta.

⁴⁶ Todos os bezerros de sexo masculino (boiote) são comercializados após o processo de “aparta”. As novilhas podem ser acrescidas ao rebanho leiteiro ou comercializadas, no entanto, possuem um preço menor no mercado bovino de corte.

valor de mercado que variava, no momento da última pesquisa de campo, em 2021⁴⁷, entre R\$ 250,00 e R\$ 300,00 a arroba⁴⁸.

Durante a coleta de informações para esta tese, 93,1% dos camponeses entrevistados afirmaram terem feito venda de bezerros, e apenas 6,9% dos pequenos pecuaristas não a fizeram. O Gráfico 14, a seguir, apresenta a quantidade de bezerros comercializados em 2018. Aqueles camponeses que venderam até 5 cabeças de gado, representavam 48,8% total, seguidos dos que conseguiram comercializar entre 6 e 10 animais. Chama atenção o estrato dos produtores que comercializaram entre 11 e 25 bezerros, pois representa 37% do total.

Gráfico 14 – Quantidade de reses comercializadas pelos camponeses do assentamento São Jorge (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

O período da amamentação/venda de leite garante uma boa produção leiteira e dá possibilidade de ganhos monetários quinzenais importantes, pois estes recursos serão utilizados para os gastos ordinários como alimentação do grupo familiar, pagamentos de energia elétrica, água potável, gás de cozinha e internet. Esses recursos também são

⁴⁷ Em trabalho de campo anterior, no ano de 2019, os valores da arroba variam ente R\$ 100,00 e R\$ 150,00.

⁴⁸ Estes valores correspondem ao preço do bezerro macho. O valor da fêmea variava entre R\$ 200,00 e R\$ 250,00 a arroba.

utilizados na compra dos ingredientes necessários à produção de complemento alimentar nos períodos mais secos (milho, farelo de milho, soja e casquinha de soja ⁴⁹).

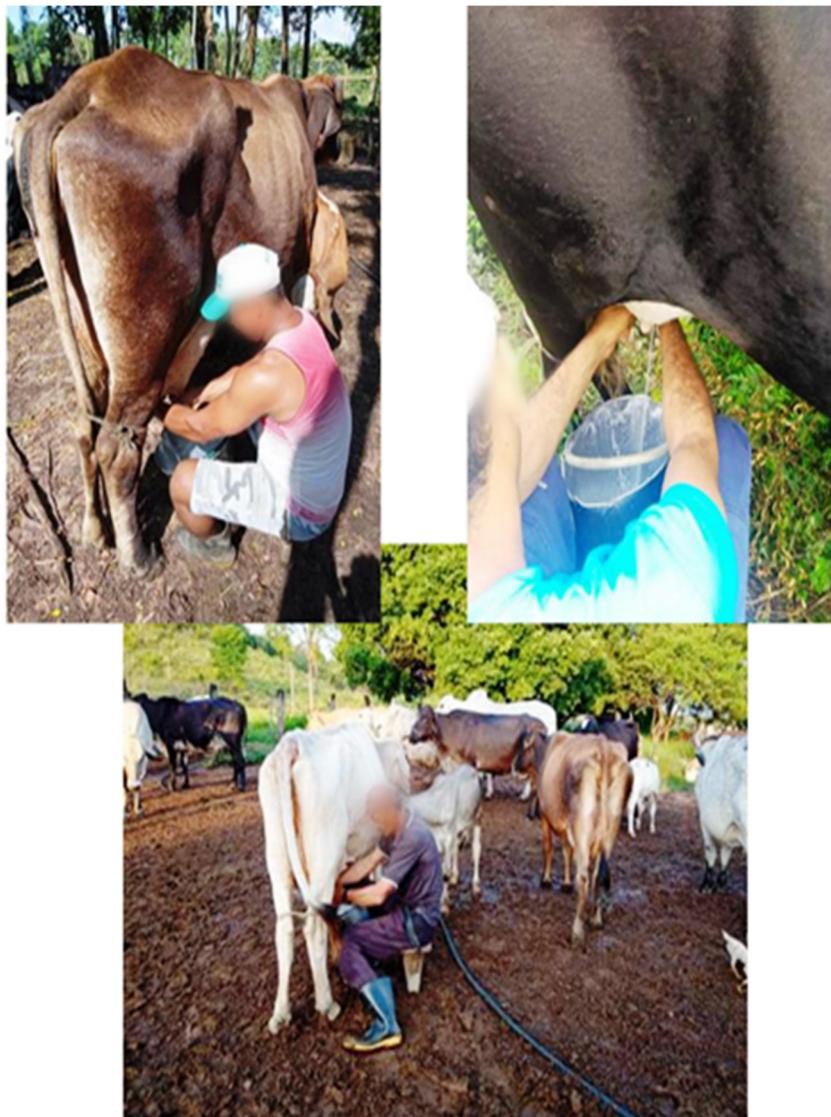
Já os períodos de aparta/venda de bezerros viabilizam a formação de poupanças, que podem ser utilizadas para resolução de alguma emergência como compra de medicamentos, reforma de cercas, contratação de mão de obra para limpeza de pasto, quitação de dívidas ou pagamentos anuais de financiamento junto a bancos estatais. Durante a pesquisa de campo, fomos percebendo a importância da venda de bezerros quando ouvíamos de vários camponeses a expressão: *quando aperreia vendo bezerro*.

4.2.5 Produção leiteira e divisão familiar do trabalho

A atividade de ordenha é sempre manual, não existem no assentamento casos de ordenha mecânica, feita ao pé da vaca. No início da manhã, os camponeses se dirigem ao pasto para “tirar leite”. As primeiras atividades diárias nos lotes, são realizadas pelo chefe da família, em geral de gênero masculino, acompanhados dos filhos quando a composição familiar permite (Figura 5). Cabe ao homem, que, em geral, é o chefe da família, cuidar do rebanho, ordenhar as vacas e decidir para quem vai vender o leite produzido na propriedade. Quem governa as atividades econômicas da família camponesa é, portanto, uma pessoa do gênero masculino (WOORTMANN, 1997).

⁴⁹ Ingredientes utilizados na composição do complemento alimentar das vacas em lactação, nos períodos mais secos. Podem ser comprados nos mercados externos ou substituídos pelo milho, macaxeira, cana de açúcar e capiaçú, produzidos internamente por um número considerável de camponeses. A decisão entre a produção interna ou compra externa envolve as condições ecológicas locais, a disponibilidade de mão de obra familiar, e os preços dos insumos agrícolas necessários à fabricação do suplemento alimentar nos mercados externos.

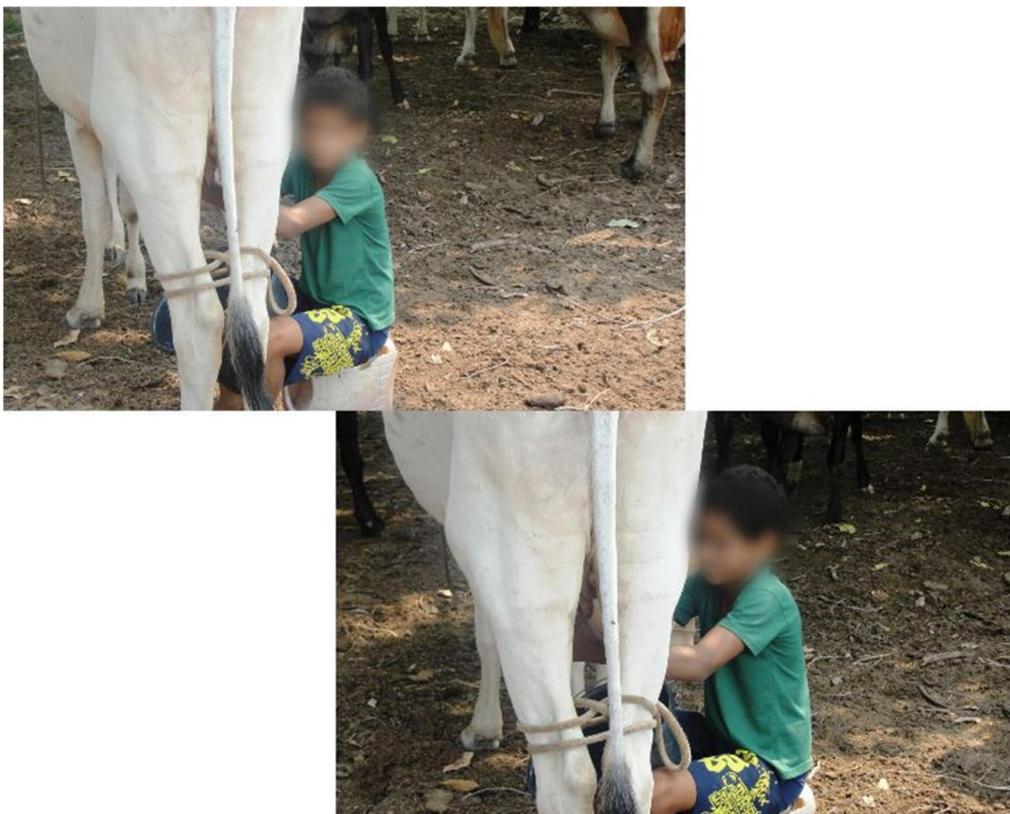
Figura 5 – Camponeses do assentamento São Jorge ordenhando vacas



Fonte: trabalho de campo.

Para realizar a ordenha dos animais, não é necessário muito esforço físico. Mais do que força, é necessário tocar as tetas da vaca com “jeito”. Portanto, essa é uma atividade que pode envolver os filhos, especialmente os de sexo masculino. Uma criança de aproximadamente 12 anos de idade, deve auxiliar os pais nos cuidados com o rebanho e, geralmente, já possui a responsabilidade de ordenhar certo número de animais diariamente (Figura 6).

Figura 6 – Participação das crianças na atividade leiteira do assentamento São Jorge



Fonte: trabalho de campo.

As esposas ficam em casa, em companhia das filhas, preparando o almoço e cuidando das benfeitorias nos quintais anexos à residência, normalmente plantio de hortaliças e criação de galinhas. Em ocasiões especiais, toda a família (marido, esposa e filhos) se desloca bem cedo para o lote, onde também é possível encontrar uma pequena casa, porém de menor tamanho e estrutura. No entanto, mesmo nessas condições, as estruturas de relações baseadas nas questões de gênero (WOORTMANN, 1997) ainda persistem, pois as mulheres continuam circulando nos espaços internos (dentro da pequena casa, preparando o almoço), enquanto os homens exploram os espaços externos, cuidando dos rebanhos, ordenhando vacas, alimentando porcos ou fazendo alguma atividade nos lotes como reforma de cerca, plantio de culturas anuais, etc...

Concluído o processo de ordenha⁵⁰, o camponês deixa todo o rebanho no pasto, incluindo animais de maior porte, como vacas e um touro reprodutor, e os de menor

⁵⁰ Chama atenção a estratégia dos camponeses em delimitar a quantidade de mão de obra necessária na atividade leiteira em referência ao tamanho e quantidade de vacas em lactação. Dependendo do tamanho rebanho bovino, das vacas em lactação e disponibilidade de mão de obra familiar, o tempo dedicado à ordenha sofre amplas variações. Observamos casos de produtores com rebanhos de menor porte que com apenas um “tirador de leite”, precisavam de poucas horas para concluir a produção diária; e famílias com rebanhos de maior porte que, mobilizando dois ou mais trabalhadores, precisavam estender o trabalho de ordenha até a segunda parte da manhã. O que nos pareceu recorrente em ambos os casos, foi a estratégia

porte, caso dos pequenos bezerros; e pode, eventualmente, se dedicar a outras atividades no lote familiar, como plantio de culturas anuais, reforma de cercas, e criação suína ou, até mesmo, retornar para casa e aguardar o momento do almoço.

No período entre a finalização da atividade de ordenha, que varia de acordo com o tamanho do rebanho, a quantidade de vacas em lactação e a disponibilidade de mão de obra disponível até o fim da hora de descanso do almoço, as vacas que estão presas às dimensões do pasto podem se alimentar de capim, sal mineral e ração – estes dois últimos, preparados e disponíveis nas chamadas “mamilas”, que podem estar localizadas no meio do pasto ou em suas extremidades, encostadas nas cercas que separam as “mangas”.

Após o período de descanso do almoço (por volta de 13:00h), os camponeses se deslocam novamente ao pasto para “prender bezerros”. Essa prática de realizar a separação entre os bezerros em amamentação e as vacas em lactação, é importante, pois segundo os camponeses, deixar um bezerro sendo amamentado por muito tempo, pode “secar” a vaca, que produzirá no dia seguinte pouco ou, até mesmo, nenhum litro de leite, ao mesmo tempo em que pode provocar crises de infecção intestinal nos pequenos bezerros, pelo excesso de mamadas.

O trabalho de separar os bezerros das vacas implica, na prática diária, deixar as vacas soltas no pasto e os bezerros presos ao curral (cercado de menor porte, e em geral, sem pastagem). Esse trabalho pode ser feito com o auxílio da esposa, pois esta já concluiu suas atividades domésticas, e também dos filhos. No entanto, é importante destacar que a mão de obra feminina é sempre percebida pelos camponeses como “ajuda”, não propriamente como trabalho (categoria utilizada para designar as atividades exercidas nos lotes pelos chefes de família).

A importância dos rebanhos para a reprodução da economia camponesa local se expressa nas modificações em relação aos sistemas sociais de herança e transmissão patrimonial. Tradicionalmente estruturado sobre a transmissão de terras, os sistemas de herança têm sido fortemente influenciados pelas possibilidades de transmitir às gerações futuras um rebanho bovino. Devido sua liquidez, os rebanhos podem representar uma

de organizar as horas de trabalho de forma que sempre fosse possível se dedicar a outras atividades, ainda pela manhã. Desta maneira, observamos casos de camponeses que, tendo rebanhos de menor porte e somente um trabalhador, começavam a ordenha por volta das 8:00 horas da manhã, e outros familiares, dispondo de maior quantidade de trabalhadores e de vacas em lactação, iniciavam o trabalho de ordenha a partir das 5:00 horas da manhã. Portanto, em ambos os casos, é possível ter a disponibilidade e “tempo livre” para se dedicar a outras atividades.

poupança flexível e garantir, por exemplo, o custeio dos estudos, e até mesmo a compra de terras aos filhos futuramente.

Deste modo, os camponeses, após o momento do nascimento dos filhos, fazem a separação de uma nova bezerra. A bezerra, e todas as crias geradas a partir dela, pertencerão ao filho do camponês. Quando este estiver em idade avançada, e for necessário se estabelecer como proprietário e chefe de família, já terá um relativo número de animais, a partir dos quais poderá utilizar como capital a ser investido em uma propriedade, ou até mesmo, na possibilidade de se desvincular total ou parcialmente das atividades rurais.

4.2.6 Manejo das pastagens: equilíbrio entre a composição do rebanho bovino e disponibilidade de capim

Fatores como o processo histórico de transformação de áreas de mata em pastagem, a partir da segunda metade do século XX, o acesso a recursos para o desenvolvimento da atividade pecuária, e as condições ambientais da microrregião de Imperatriz, são fundamentais para entender dos tipos de pasto às práticas de manejo consolidadas pelos camponeses pecuaristas. No entanto, chamo atenção para a importância do que se diz aqui como equilíbrio entre o tamanho do rebanho bovino e as áreas de pastagem disponíveis nas propriedades das famílias camponesas.

As relações de proximidade e vizinhança exercem papel importante na elaboração de estratégias, que garantem a inserção mais eficiente dos grupos camponeses na atividade pecuária. As possibilidades de estabelecer relações de parceira, baseadas nos sistemas de meia e sociedade, são frequentes na região e foram/são fundamentais para a composição e reprodução dos rebanhos e das pastagens locais.

A quantidade de animais e, portanto, a produção leiteira de um rebanho bovino depende, diretamente, dos níveis de pastagens disponíveis. Sobrecarregar uma pastagem poderia comprometer o desenvolvimento biológico dos animais e representar um declínio da produtividade leiteira. Quando o camponês tem o interesse de incrementar o número de animais sem, no entanto, precisar investir no aumento das áreas de pastagem (visto que isto representaria maiores níveis de investimento monetários e de trabalho), mobiliza as redes de relações locais, promovendo parcerias no sentido de alugar áreas de pastos de vizinhos.

Através dessas estratégias, os camponeses que possuem pastagens em seus lotes podem estabelecer contratos de aluguel, que envolvem os animais do rebanho e as áreas de pasto. Assim, os bezerros nascidos após o fim do aluguel devem ser divididos, igualmente, entre as partes envolvidas num sistema denominado “meia”.

Foi possível observar, também, casos de famílias que estabeleceram relações de parceira na promoção de plantio de pastagem e formação de rebanhos, com o objetivo de se estabelecer como pecuaristas. Nesse tipo de estratégia, dois ou mais camponeses se juntavam, cercavam seus lotes, transformando-o em um só lote de maiores dimensões, e nesta área realizavam o plantio de pastagens. Esse pasto podia ser alugado, e todo rebanho provindo deste aluguel dividido entre os camponeses envolvidos:

Camponês: Nós criamos gado, nós criamos gado, logo no começo. Acho que era a primeira pessoa que ia trazer gado de sociedade. Nós tínhamos dois lotes. O nosso e o do vizinho. Aí nós se dava muito bem. Nós cercamos os dois lotes. Aí nós pegamos cinquenta gado de sociedade. Passei dois anos. Com dois anos eu fiquei com dez gados bons e ele também. Então foi um salto qualitativo, né? (Depoimento de camponês, coletado durante entrevista no ano de 2015).

Para formar pastagens para criação bovina, são necessárias além das sementes para o plantio de capim, estacas de boa qualidade para construir cercas que delimitarão o espaço destinado aos animais do rebanho. As sementes são facilmente encontradas nos mercados de cidades próximas ao assentamento São Jorge, como Cidelândia, Açailândia ou Imperatriz. No caso da madeira, os camponeses podem extraí-la das árvores de maior porte encontradas em áreas de mata nunca exploradas ou das capoeiras que estão em período de pousio ou, até mesmo, comprar remessas de fazendeiros madeireiros.

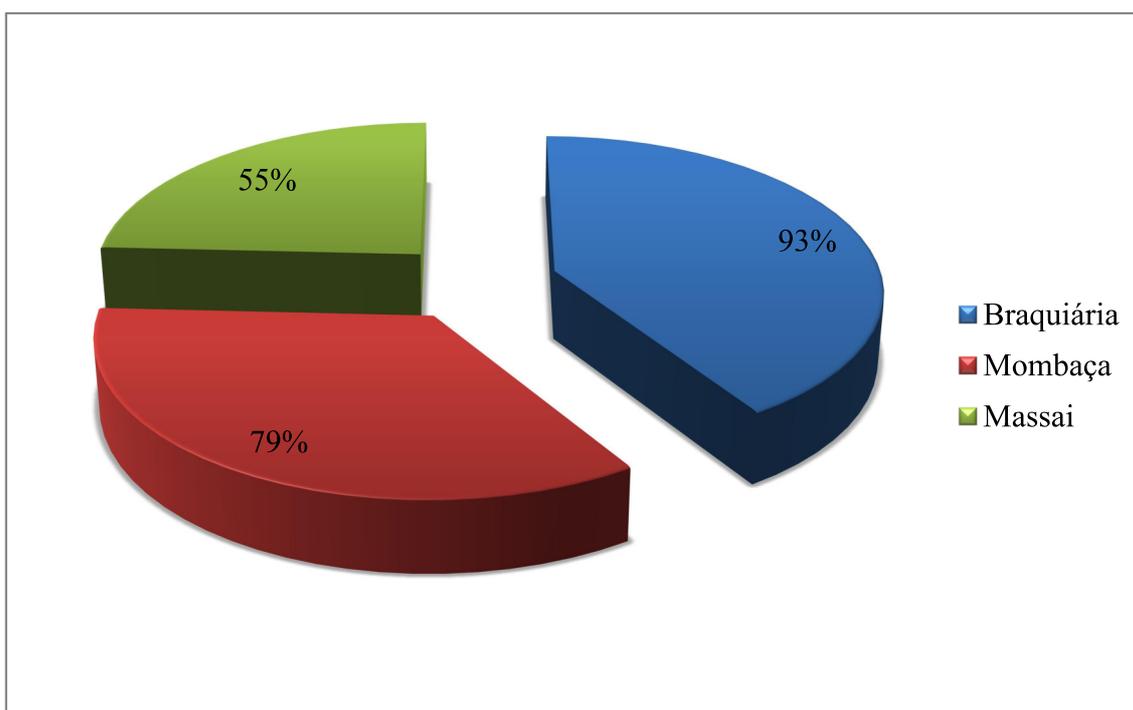
Para garantir uma boa quantidade de leite vendida, é necessário investir numa boa alimentação das vacas em lactação, pois quanto melhor o pasto, mais a vaca produzirá leite. Um bom pasto, do ponto de vista do camponês, é um pasto com uma coloração “bem verdinha”, de porte médio e com certa variedade de capim. Atualmente, pode-se perceber a existência de três tipos de capim no assentamento.

O primeiro, de uso mais antigo e com maior cultivo na região, chama-se *braquiária*. Este tipo de capim possui grande aceitação por parte dos camponeses locais, tem baixo custo no mercado, grande resistência às variações climáticas (suporta períodos mais secos) e ao pisoteio animal, no entanto, apresenta um crescimento mais

lento. O capim de tipo *braquiária* é tradicional no assentamento⁵¹, pois foi um dos primeiros capins plantados na região. Porém, nos últimos anos, estes gêneros de capim começaram a sofrer ataques de pragas, principalmente da cigarrinha-das-pastagens, o que motivou o cultivo de outros gêneros como, o *massai* e o *mombaça*.

O gênero *mombaça* é um capim de maior porte, apresenta um crescimento mais acelerado, tem um custo de mercado muito próximo aos preços do capim *braquiária*, mas é considerado pouco resistente ao pisoteio animal. O capim do tipo *massai*, por sua vez, apresenta maior custo de mercado – tanto em relação à semente quanto à manutenção –, grande resistência ao pisoteio animal, e um crescimento mais acelerado. Pelo alto custo de manejo, e a necessidade de um maior investimento de mão de obra para manutenção, este último gênero de capim apresenta pouca aceitação entre os camponeses, sendo seu plantio realizado por um menor número de produtores e, quando cultivado, em menor escala em relação aos demais gêneros.

Gráfico 15 – Gêneros de capim utilizados nas pastagens do assentamento São Jorge (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

⁵¹ A grande ocorrência de gêneros *braquiária* no assentamento pode ser explicada pelo esforço empreendido pela Embrapa em disponibilizar sementes para seu plantio nas regiões da Amazônia. De acordo com Wood (2015), esse tipo de capim já ocupava grande parte das pastagens da Amazônia, no ano de 1995.

O Gráfico 15, que descreve os gêneros de capim identificados nas áreas de pastagem, demonstra ampla recorrência do gênero braquiária na região, uma vez que pode ser encontrado em 93% das propriedades familiares. É possível encontrar os outros dois tipos de gramíneas: o gênero mombaça, em 79% das propriedades; e o massai, presente em 55% dos lotes. As informações coligidas no gráfico demonstram ainda a alto nível de diversidade das pastagens locais, pois os camponeses costumam combinar diferentes gêneros de capim no interior de seus lotes.

Desse modo, do ponto de vista do manejo de pastagens, a estratégia principal dos camponeses assentados, atualmente, consiste em diversificar os gêneros de capim cultivados no pasto (Quadro 6). Estratégia semelhante, pode ser identificada no interior de propriedades familiares localizadas na região Sul do país (WERNCKE et al., 2016). Essa diversificação, representa uma melhor alimentação do rebanho bovino e uma maior garantia de manutenção do pasto, diante das variações sazonais da natureza ou quando algum tipo de capim for infestado por pragas.

Quadro 6 – Diversificação dos gêneros de capim nas pastagens camponesas

	BRAQUIÁRIA	MOMBAÇA	MASSAI
Custos de mercado e manutenção	- - -	+ - -	+ + +
Resistência ao pisoteio e as variações climáticas	+ + +	- - -	+ + +
Capacidade de crescimento	- - -	+ + +	+ + +

Fonte: pesquisa de campo.

Diante de um pasto com uma formação diversificada, os camponeses vão elaborar estratégias de utilização que possibilitem um melhor manejo, manutenção e alimentação do rebanho bovino. Uma carga muito pesada de animais, e um longo período de utilização, podem desgastar um pasto e limitar sua capacidade de suportar e alimentar, de maneira satisfatória, o rebanho bovino camponês.

Desse modo, a composição do rebanho bovino de uma família camponesa está intimamente relacionada às dimensões de pastagens disponíveis, e do tempo de sua utilização e pisoteio animal. Estabelecer limites no tamanho do rebanho, e elaborar estratégias que permitam o descanso necessário para que uma pastagem possa manter sua qualidade e capacidade de suportar e alimentar os animais, apresenta-se como condição importante no modo de manejar as pastagens campesinas. A principal estratégia adotada pelas famílias do assentamento São Jorge consiste num sistema de manejo rotativo. Através deste sistema, é possível estabelecer períodos curtos de utilização e descanso, permitindo a

necessária restauração das pastagens, o que por sua vez, vai garantir uma boa alimentação das vacas para produção leiteira e dos pequenos bezerros na venda para engorda.

O espaço que delimita a pastagem de um camponês é dividido por cercas nas chamadas *mangueiras*, ou simplesmente, *mangas*. A quantidade de *mangas* de uma propriedade depende do tamanho total de pasto disponível bem como da composição do rebanho bovino. Observamos, por exemplo, a existência de lotes com apenas quatro *mangas*, e outros com seis, sete, oito e até dez *mangas* (daqueles produtores que possuem pastagens maiores e rebanhos de maior quantidade). Organizando o espaço das pastagens com divisões de diferentes *mangas*, a família camponesa pode colocar em prática um manejo rotativo das pastagens.

A divisão do espaço total da pastagem em *mangas*, vai influenciar no modo de organizar o plantio de capim nesses espaços delimitados. Foi possível observar casos de *mangas* com uma formação mais homogênea, e outras com formação mais heterogênea (Quadro 7). No primeiro caso, para cada *manga* que compõe o espaço total da pastagem, podem ser cultivados diferentes tipos de capim, a exemplo de um camponês que possuía um pasto subdividido em quatro *mangas*.

Na primeira e segunda *manga* cultivava capim do gênero *braquiária*; na terceira, *Mombaça*; e na quarta, *massai*. Nesse tipo de manejo, cada *manga* possui somente um tipo de capim, não sendo possível a mistura de gêneros numa única *manga*. As pastagens subdivididas em *mangas* com formação mais heterogênea, consistem num tipo de manejo em que o camponês faz um plantio consorciado de diferentes tipos de capim em uma só *manga* (estratégia que corresponde à maioria dos casos observados). Neste caso, uma só *manga* pode apresentar diferentes tipos de capim (*braquiária*, *mombaça* e *massai*).

Quadro 7 – Estratégias camponesas no manejo rotativo das pastagens

Pastagem subdividida em *mangas* com formação mais homogênea

Capim braquiária	Capim braquiária
Capim mombaça	Capim massai

Pastagem subdividida em *mangas* com formação mais heterogênea

Capim braquiária, mombaça e massai	Capim braquiária, mombaça e massai
Capim braquiária, mombaça e massai	Capim braquiária, mombaça e massai

Fonte: pesquisa de campo.

De forma semelhante, observamos casos de produtores que delimitavam um espaço de *mangas*, de menores dimensões, para exploração apenas dos pequenos bezerros apartados, de modo que, lhes era possível elaborar um tipo de pasto e alimentação específica para este tipo de animal que em breve será comercializado para engorda, diferenciando-o das vacas de maior porte, utilizadas na produção leiteira.

Como foi dito, as dimensões de uma pastagem vai ser fator limitante para a composição do rebanho bovino. Nesse sentido, as possibilidades de aumentar o número de animais dependem, fundamentalmente, da quantidade de pasto disponível no lote da família, pois sobrecarregar uma pastagem com muitos animais pode significar uma alimentação de baixa qualidade do rebanho, o que vai ter influência direta na quantidade de leite produzida e no preço obtido por um bezerro.

Dessa maneira, muitos bezerros do sexo masculino vão precisar ser descartados após os oitos meses do nascimento (transformando-se em uma alternativa de renda para as famílias camponesas). As pequenas bezerras, por sua vez, podem ser utilizadas para repor uma vaca com idade avançada, que não produz leite em quantidades satisfatórias ou, até mesmo, quando estas vierem a morrer. Quando todas as vacas do rebanho estão em condições plenas de produção leiteira, e a inserção de novos animais pode representar um uso excessivo das áreas de pastagem, as bezerras recém-nascidas devem ser também comercializadas, mas por preços menores em relação aos machos.

5 INSERÇÃO CAMPONESA NOS MERCADOS DE INSUMOS E PRODUTOS: MODELOS ESPECIALIZADOS E DIVERSIFICADOS DE AGRICULTURA

Este capítulo discute os efeitos da inserção camponesa nos mercados de insumos (como compradores dos ingredientes necessários a suplementar o alimento dos rebanhos) e de produtos (na condição de fornecedores do leite in natura aos estabelecimentos processadores de derivados do leite, como laticínios e queijarias). As diferentes possibilidades de inserção mercantil, permitirá a elaboração de formas distintas de modelos de agricultura no interior dos estabelecimentos familiares. Deste modo, foi possível observar a reprodução de formas mais diversificadas e autonômas de agricultura, e formas mais especializadas e dependentes dos mercados.

A capacidade produtiva dos rebanhos e as condições de inserção nos mercados externos, sofrem influência importante das condições ecológicas locais, uma vez que os períodos mais chuvosos do ano proporcionarão a formação de pastagens de maior qualidade, uma alimentação mais nutritiva das vacas em lactação, e uma produção leiteira mais intensa. As variações climáticas portanto, devem ser compreendidas como mecanismos que exercem influência direta sobre os níveis de intensidade de trabalho, as condições de inserção nos mercados de produtos e a aproximação em relação aos mercados de insumos, uma vez que será necessário buscar nos mercados externos, os ingredientes necessários à suplementação alimentar das vacas em lactação, nos períodos mais secos do ano.

Será colocada em evidência, a importância das variações climáticas anuais (verão e inverno) para dinamização da atividade pecuária e a conseqüente inserção nos mercados externos (de insumos e produtos). A análise da relação dos camponeses com os mercados externos se dará, ainda, a partir de dois eixos centrais. O primeiro aspecto a ser sublinhado, tem relação com a inserção desses trabalhadores nos mercados de insumos, e as possibilidades de promover um afastamento estratégico destes mesmos mercados através do incremento da base interna de recursos da família, uma vez que é possível produzir os insumos agrícolas no interior das propriedades familiares, ou buscá-los nos mercados.

Em relação às condições de inserção nesses mercados, será dado destaque para duas estratégias. A primeira refere-se à possibilidade de estabelecer um conjunto de sinergias entre a manutenção das atividades agrícolas e a produção leiteira. Este tipo de conduta permitirá a produção interna dos ingredientes necessários para a suplementação

alimentar das vacas em lactação, a diminuição da dependência, e o aumento da autonomia dos grupos familiares em relação aos mercados externos.

O segundo tipo de estratégia observada durante a pesquisa, poderá levar parte dos camponeses a um processo de especialização produtiva, uma vez que implica no relativo declínio das atividades agrícolas anuais, no aumento dos investimentos na pecuária leiteira, e na incorporação de fatores de produção exógenos. Neste tipo de conduta, os insumos necessários à alimentação bovina, especialmente nos períodos mais secos, serão adquiridos nos mercados externos: o que significará o aumento da dependência e subordinação camponesa em relação a estes mesmos mercados.

Outro aspecto sobre a relação dos camponeses com os mercados externos, em análise, refere-se à inserção das unidades familiares nos mercados de produtos, através de sua participação, na cadeia de produção leiteira regional, como fornecedores de leite in natura (mercado de produtos). Esta inserção mercantil, que, como vimos anteriormente, ganhou força no presente século, apresenta uma dimensão central para a reprodução econômica das unidades familiares, pois fornece os recursos monetários necessários para sua manutenção, como a aquisição de bens e serviços não produzidos pela família camponesa.

Diferentes podem ser as alternativas de comercialização disponíveis no mercado leiteiro regional. No caso em análise, serão evidenciados três tipos: a inserção junto aos laticínios, as queijarias, e os atravessadores. Os critérios de seleção entre as alternativas de comercialização pelos camponeses leiteiros, levam em conta a possibilidade de estabelecer trocas com empresas confiáveis, formalizadas e distantes física e socialmente – foi o caso da comercialização com uma empresa de laticínio, com sede no município de Açailândia, que instalou um tanque de resfriamento na região, o laticínio Bethe. Outra possibilidade de comercialização do leite é a do estabelecimento de trocas comerciais com empresas informais, as chamadas “queijeiras”, sujeitas a apreensões e fiscalização do sistema de inspeção sanitária estadual (AGED), mas que são próximas física e socialmente dos camponeses, uma vez que sua sede fica localizada no próprio assentamento, e seu proprietário mantém relações de amizade e interconhecimento com os produtores locais.

A seleção dos compradores de leite (laticínios ou queijarias), por parte dos camponeses, poderá implicar, ainda, em processos de intensificação da dependência mercantil ou aumento da autonomia dos grupos familiares. A inserção mercantil nas empresas de laticínios poderá resultar em um processo de especialização, uma vez que

dificulta a reprodução dos mecanismos locais de suplementação alimentar da criação de suínos. A desativação das práticas camponesas de manejar os rebanhos, poderá implicar, ainda, na necessidade de buscar insumos de maneira exógena, ampliando, com isto, os níveis de subordinação econômica dos grupos familiares.

A comercialização leiteira com as queijarias, por conta das condições locais de troca, armazenamento e transporte do leite, encoraja e amplia as possibilidades de manutenção da atividade de criação de suínos, no interior das propriedades familiares, no momento em que, possibilita a disponibilização de um importante ingrediente, utilizado localmente para fabricação de suplementação alimentar dos animais – o soro do leite. A reprodução e manutenção das formas de manejo dos rebanhos suínos contribuirão para diminuição da dependência e aumento dos níveis de autonomia camponesa, dado que a propriedades familiares serão capazes de produzir internamente os ingredientes necessários à alimentação desses animais.

O estudo a respeito da pecuária familiar camponesa, e sua relação com a cadeia de produção leiteira regional, é orientado, portanto, por uma perspectiva teórico-metodológica que busca enfatizar as particularidades da economia camponesa, a constante luta por autonomia deste grupo social, e a capacidade de agência desses trabalhadores frente a ambientes pretensamente homogeneizantes e de marginalização. É esta capacidade para agir e “fazer diferente”, que confere certa singularidade aos camponeses e evidencia sua forma muito peculiar de se integrar (completa ou parcialmente) aos mercados agroalimentares.

No entanto, as próprias possibilidades de ação camponesa podem ser limitadas ou ampliadas pelas estruturas de mercado que as envolve. Deste modo, as estruturas externas à família camponesa devem ser levadas em conta, pois serão elas que darão o contexto no qual a ação camponesa será posta em prática. É importante perceber, portanto, as inter-relações, ou equilíbrios (PLOEG, 2016) entre as condições internas da propriedade leiteira, sua base de recursos autocontrolada (PLOEG, 2006), a disponibilidade da força trabalho familiar, e as estruturas de mercado disponíveis – caso dos mercados de insumos e de produtos, e das alternativas de comercialização (laticínios, queijarias e atravessadores).

5.1 Condições climáticas, alimentação animal e mercado leiteiro

Os processos de trabalho colocados em prática pelos pecuaristas leiteiros dependerão de um conjunto de fatores de influência que, combinados, poderão determinar a intensidade do trabalho, a intensificação da dependência externa ou a ampliação da autonomia familiar. Neste cenário, os fatores de caráter biológico e sanitário dos animais, bem como as condições ecológicas locais e os mecanismos de mercado, serão fundamentais para a conduta camponesa, uma vez que são estes elementos que oferecerão o contexto, as possibilidades e limitações para a ação econômica desses trabalhadores.

A atividade leiteira camponesa caracteriza-se por uma profunda dependência em relação às condições climáticas locais. Isto quer dizer que a capacidade produtiva dos rebanhos, a intensidade do trabalho e os preços praticados no mercado sofrerão importantes mudanças, de acordo com as próprias variações ecológicas locais durante o ano agrícola.

5.1.1 Natureza, sazonalidade e pecuária leiteira

A pecuária leiteira é uma atividade que sofre influência significativa das condições climáticas e das qualidades do ecossistema no qual se desenvolve, que podem favorecer (ou não) o desenvolvimento de pastagens de boa qualidade. Nesta seção, faremos um esforço para descrever de que modo a distribuição temporal dos períodos de chuva e de estiagem, exercem influência sobre os processos de trabalho no interior das propriedades camponesas. As variações climáticas na região, com períodos de forte pluviosidade ou de estiagem, terão efeito sobre a quantidade de leite produzida diariamente, os níveis e intensidade de trabalho, e nas diferentes estratégias campesinas de alimentar o rebanho bovino local, especialmente dos animais em período de lactação.

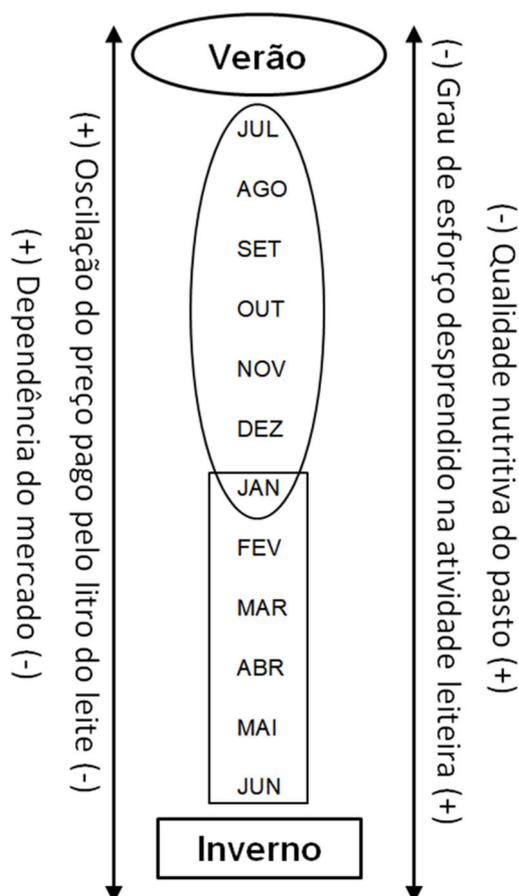
O capim é o alimento bovino por excelência. Logo, manejar bem uma pastagem, de modo a não desgastá-la, na tentativa de manter sua qualidade nutritiva, é fundamental para garantir uma boa alimentação animal e uma produção de leite de maior quantidade. No entanto, a qualidade de um pasto vai depender, sobretudo, das condições ambientais sobre as quais os lotes estão submetidos.

Na organização de suas atividades, os camponeses levam em consideração a existência de dois períodos bem distintos no que concerne à disponibilidade de chuvas,

o inverno (período úmido) e o verão (período seco⁵²). No primeiro período (úmido), as condições climáticas favorecem a formação de um pasto de melhor qualidade, uma alimentação mais abundante do rebanho bovino e, por conseguinte, o aumento na quantidade de leite produzida. Nesse período, a combinação de capim e sal mineral é suficiente na composição da alimentação bovina, sem a necessidade de suplementar a alimentação dos animais.

Os aumentos na escala de produção, nos períodos mais úmidos, terão reflexo direto sobre: a) os níveis de esforço despendido nos estabelecimentos, pois serão necessárias mais horas de trabalho para finalizar a ordenha do rebanho; e b) no preço do leite no mercado local, que sofre uma queda significativa, podendo chegar, nos momentos de chuvas mais abundantes, a R\$ 0,80 o litro⁵³, como demonstrado na Figura 7, a seguir.

Figura 7 – Variações climáticas, pecuária leiteira e mercado



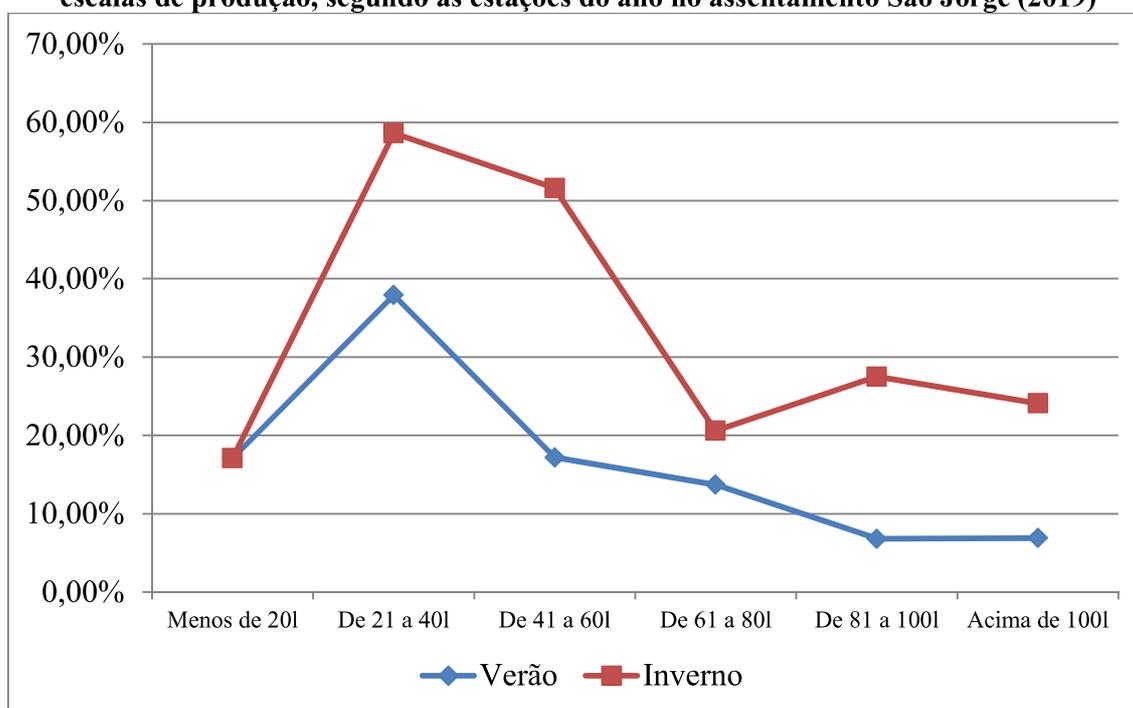
Fonte: trabalho de campo.

⁵² O período do *verão* começa entre os meses de *julho* e *agosto* ao passo que o *inverno* tem início entre os meses de *janeiro* e *fevereiro*.

⁵³ Informação coletada em junho de 2019.

O movimento inverso pode ocorrer nos períodos mais secos (verão). Nesse momento, os pastos vão perder qualidade nutritiva e a capacidade produtiva dos rebanhos leiteiros poderá apresentar uma queda significativa. Nessas condições, o capim disponível na pastagem e o sal mineral não serão suficientes para garantir uma alimentação nutritiva aos animais, o que pode prejudicar o ciclo produtivo, tendo influência direta sobre a capacidade produtiva do rebanho leiteiro e peso dos bezerros comercializados. Nessa estação do ano, portanto, será necessário dedicar menor quantidade de tempo à ordenha dos animais. Consequentemente, o preço pelo litro do leite no mercado regional sofrerá algumas oscilações, podendo chegar a R\$1,20⁵⁴.

Gráfico 16 – Variação da quantidade de leite produzida de acordo com as diferentes escalas de produção, segundo as estações do ano no assentamento São Jorge (2019)



Fonte: trabalho de campo.

O Gráfico 16 descreve as variações relacionadas à capacidade produtiva dos animais, nos diferentes momentos do ano. Nele é possível observar o significativo aumento da produção diária leiteira, nos períodos mais chuvoso. Como demonstrado na Tabela 8, no período do verão cerca 4 camponeses produzem menos de 20 litros de leite por dia, e somente 3 produtores conseguem manter uma produção diária acima de 100

⁵⁴ Informação coletada em junho de 2019.

litros. Nos períodos de inverno, no entanto, todas as propriedades identificadas produzem a partir de 20 litros ao dia, e cerca de 6 camponeses alcançam uma produção diária acima de 100 litros.

Tabela 8 – Quantidade diária de leite produzida pelos rebanhos bovinos do assentamento São Jorge de acordo com as variações climáticas anuais (2019)

PRODUÇÃO LEITEIRA DIÁRIA	VERÃO	INVERNO
	Em n°	Em n°
Menos de 20 l.	4	-
De 21 a 40 l.	10	5
De 41 a 60 l.	6	10
De 61 a 80 l.	3	3
De 81 a 100 l.	3	6
Acima de 100 l.	3	6
Total	29 ⁵⁵	30

Fonte: pesquisa de campo.

As limitações impostas pelas intempéries da natureza em relação ao manejo das pastagens e produção leiteira, e as condições oferecidas pelos mercados, que incidem na oscilação do preço do leite in natura, irão estimular a necessidade de se desenvolver, no interior da unidade familiar de produção, um conjunto de estratégias elaboradas no sentido de minimizar as possíveis perdas, e favorecer um melhoramento nos níveis de produtividade e inserção nos mercados de insumos e de produtos.

A influência das condições ecológicas demonstra, ainda, a importância da coprodução e de uma base de recursos, autocontrolada pela família camponesa (PLOEG, 2006, 2008), para a dinamização econômica e possibilidades de elaboração das estratégias colocadas em prática, com a finalidade de favorecer uma inserção mercantil mais eficiente, diminuindo os níveis de subordinação e ampliando a autonomia familiar.

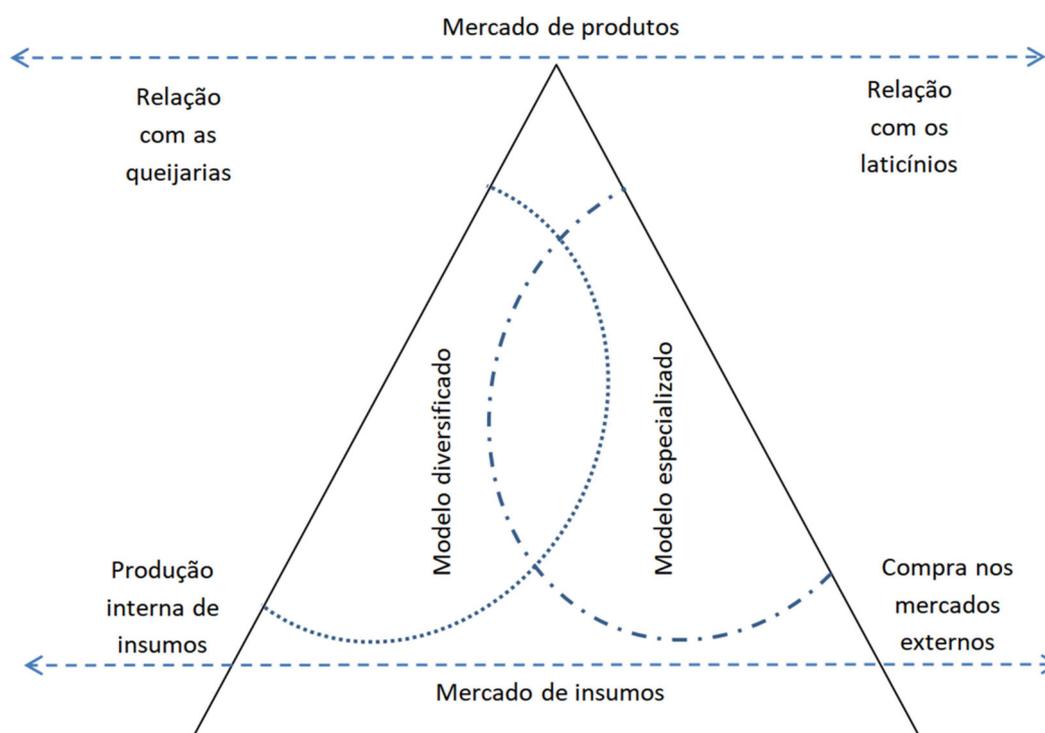
⁵⁵ Um dos entrevistados estava iniciando na atividade, no momento da pesquisa (outubro/inverno de 2021), e nos informou que, por conta disso, não tinha as informações sobre a produção leiteira do verão anterior.

Nas seções posteriores, serão apresentadas as implicações da inserção da pecuária familiar: a) nos mercados de insumos, através da necessidade de produzir, de maneira endógena ou exógena, suplemento alimentar aos animais em lactação, nos períodos mais secos do ano; e b) nos mercados de produtos, por meio da participação dessas unidades camponesas na cadeia produtiva leiteira regional, na condição de fornecedores do produto in natura para diferentes compradores (ou atravessadores) das queijarias e laticínios.

5.2 Economia camponesa e pecuária leiteira: entre a diversidade e a especialização

Nesta seção, será apresentada uma análise das diferentes estratégias de organização dos processos de produção familiar e de sua inserção nos mercados de insumos e de produtos. A análise se dará a partir da distinção entre um modelo de produção diversificada e um modelo mais especializado.

Figura 8 – Modelos de economia camponesa identificados no assentamento São Jorge (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

No universo da integração aos mercados de insumos, as unidades diversificadas se baseiam no investimento de cultivos agrícolas e nas possíveis inter-relações desta com pecuária leiteira. Aquelas unidades de produção que estão numa trajetória de especialização, e que acionam os mercados externos com a finalidade de promover um melhoramento da produção leiteira nos períodos secos, por sua vez, abrem mão de ampliar os investimentos nas áreas de cultivo agrícola, pois os complementos alimentares dos animais em lactação serão supridos, total ou parcialmente, pela possibilidade de compra dos insumos externamente.

No âmbito da inserção nos mercados de produtos, identificou-se a reprodução de um modelo de comercialização leiteira que favorece a diversidade de criações no interior das propriedades camponesas, uma vez que amplia as possibilidades de investimento na atividade de criação suína. Outro modelo de inserção identificado, desencoraja e impõe limites à criação suína, no momento em que desativa os arranjos locais, através dos quais é possível estabelecer sinergias entre pecuária leiteira e suinocultura, e produzir internamente a alimentação dos rebanhos suínos.

Os dois modelos de economia camponesa, e suas formas de se relacionar com os mercados agrícolas de insumos e/ou de produtos, devem ser entendidos como uma representação metodológica, a fim de capturar as especificidades e diferenciações nas formas de organização interna da produção e inserção mercadológica (Figura 8). No entanto, é importante sublinhar as possibilidades de intercessões entre os modelos, de modo que seja possível verificar, na realidade, o trânsito das unidades camponesas de produção entre os diferentes modos de produção agropecuária, nos diferentes contextos e conjunturas.

5.2.1 Mercados de insumos

O primeiro modelo colocado em curso pelas famílias camponesas, é fortemente baseado na diminuição dos níveis de inserção nos mercados de insumos e num consequente afastamento estratégico destes mesmos mercados. Neles, os camponeses deverão produzir, no interior do próprio estabelecimento, os insumos (capiacú, cana-de-açúcar, milho e macaxeira) necessários à fabricação do complemento alimentar destinado aos animais em lactação, nos períodos mais secos do ano agrícola.

Este tipo de conduta é amplamente baseado no fortalecimento dos recursos e fatores de produção internos à unidade familiar, ou seja, o crescimento se dá de maneira

endógena, através fundamentalmente, do aumento da intensidade baseada no trabalho. Neste tipo de estratégia, os níveis de subordinação e dependência em relação aos mercados, podem ser continuamente diminuídos, o que favorece o fortalecimento de uma base interna de recursos da família camponesa e o desenvolvimento de uma agricultura mais autônoma.

Outra questão importante na compreensão das estratégias de reprodução dos processos de trabalho, no âmbito da atividade pecuária, refere-se aos investimentos na produção e manutenção dos cultivos agrícolas anuais e permanentes, e às possíveis sinergias estabelecidas pelos camponeses entre agricultura e pecuária leiteira. Dessa forma, será possível perceber que os criadores com de aptidão mista (que além da pecuária, promovem a ampliação das áreas destinadas aos plantios agrícolas), terão a capacidade de promover um afastamento dos mercados de insumos, uma vez que estes mesmos insumos poderão ser substituídos pela produção interna familiar.

O segundo modelo estratégico se fundamenta na possibilidade de aumento nos níveis de aproximação com os mercados (especialmente os mercados de insumos). Neste tipo de estratégia, os camponeses compram, nos mercados externos, os produtos (milho, soja, ou casquinha de soja) que deverão ser utilizados na fabricação de uma ração (ou concentrado) destinada à complementação alimentar das vacas em lactação, nos períodos mais secos.

A suplementação alimentar dos animais baseada em insumos externos, nos momentos em que as pastagens não oferecem nutrientes de maneira satisfatória, permitem o melhoramento alimentar dos rebanhos e um conseqüente aumento nos níveis de produtividade leiteira das vacas em lactação. Este tipo de conduta favorece, ainda, a construção de uma agricultura baseada no incremento exógeno dos fatores de produção, e resultará no desenvolvimento de um modelo camponês mais dependente dos mercados externos, e menos intensivo em trabalho.

Como será demonstrado, a estratégia de diversificação produtiva implica na intensificação dos processos de produção através do trabalho familiar. Esta intensificação terá como conseqüência, o fortalecimento da base de recursos internos à família camponesa, e a diminuição da necessidade de dispensar recursos monetários na aquisição de insumos agrícolas. O modelo mais especializado, por sua vez, implica numa relação mais efetiva dos estabelecimentos leiteiros com os mercados de insumos, diminuição dos níveis de intensificação do trabalho durante o ano agrícola, e aumento

da dependência em relação aos mercados e às oscilações dos preços dos insumos agrícolas.

5.2.2 Mercados de produtos

Foi possível identificar durante pesquisa de campo, ainda, a reprodução de distintas estratégias, no sentido de promover uma inserção mais eficiente nos mercados de produtos. Esse tipo de relação mercantil pressupõe a inserção das unidades familiares no interior da cadeia de produção leiteira, na condição de fornecedores de leite in natura a estabelecimentos processadores dos derivados do produto, em especial os produtores de queijos.

Na análise dos efeitos desse tipo de relação comercial, foram colocados em discussão os diferentes mecanismos de inserção mercantil no mercado leiteiro regional através, particularmente, do fornecimento do produto in natura a indústrias de laticínios, queijarias ou atravessadores. Os diferentes modos de se relacionar com esses mercados, podem favorecer a reprodução de modelos de produção familiar mais autônomos e/ou dependentes, uma vez que estes serão fundamentais para a promover ou desencorajar a atividade de criação de suínos, no interior das propriedades camponesas.

As diferentes alternativas de inserção pressupõem a reprodução de distintos modelos de conduta camponesa, por conta das sinergias estabelecidas pelos pecuaristas familiares entre a produção leiteira e a criação suína. Os arranjos locais de transporte, armazenamento do leite e beneficiamento de queijos, colocados em prática pelos diferentes estabelecimentos compradores (laticínios e queijarias), podem favorecer ou dificultar a reprodução de suínos, uma vez que incidirão nas estratégias de alimentação desses animais, pois estes procedimentos terão efeito sobre a possibilidade da utilização de um subproduto (soro do leite) como ingrediente destinado à alimentação suína nas propriedades camponesas.

Como será demonstrado adiante, a alternativa de comercialização leiteira junto a queijaria vai permitir a reprodução de um modelo econômico mais diversificado. Isto promoverá um aumento da renda e dos níveis de autonomia familiar através do fortalecimento da base interna de recursos da família camponesa. A venda de leite à indústria de laticínios, por sua vez, dificultará a reprodução da suinocultura, promovendo um aumento nos níveis de dependência camponesa, uma vez que será

necessário buscar os ingredientes utilizados na alimentação desses animais nos mercados externos ou, em última análise, interromper a atividade.

A compreensão das distinções entre os modelos de aptidão mista e especializada (no contexto de inserção nos mercados de insumos e de produtos) pressupõe, ainda, um instrumento metodológico de percepção da realidade, e nos serve como modelo norteador para pensar os diferentes mecanismos de condução dos processos de produção da economia camponesa. Para tanto, serão apresentadas duas estratégias separadamente. Isso não quer dizer que estas, na prática, representem uma oposição, pois elas podem se complementar e se misturar como possibilidades, acionadas em diferentes momentos, capazes de promover uma produção e inserção mais eficiente no mercado leiteiro⁵⁶.

5.3 A relação dos camponeses com os mercados de insumos e seus efeitos

Esta seção apresenta as estratégias que os camponeses acionam no sentido de combinar agricultura e criação animal, de modo a promover uma produção leiteira mais eficiente, e garantir a reprodução e fortalecimento de uma base interna dos recursos econômicos da família camponesa (PLOEG, 2006, 2008). Tais estratégias contribuem, ainda, para uma inserção mais eficiente nos mercados agroalimentares e um aumento nos níveis de autonomia da unidade familiar.

5.3.1 Modelo diversificado de agricultura: trajetória de autonomia camponesa

Esta seção apresenta as estratégias que os camponeses acionam, no sentido de combinar agricultura e criação animal, de modo a promover uma produção leiteira mais eficiente e garantir a reprodução e fortalecimento de uma base interna dos recursos econômicos da família camponesa (PLOEG, 2006, 2008). Tais estratégias contribuem, ainda, para uma inserção mais eficiente nos mercados agroalimentares e um aumento nos níveis de autonomia da unidade familiar.

⁵⁶ Os camponeses locais também se ajustam entre a necessidade de se comprar insumos nos mercados externos e as possibilidades de produzi-los, dentro dos próprios estabelecimentos rurais durante, e unicamente, o percurso do período mais seco. Em momentos em que a compra de insumos no mercado externo não compensava, o camponês buscava se ajustar à situação demandando maior investimento na produção dos insumos internos. Esta situação permitia uma diminuição da dependência dos mercados externos e um aumento da exploração do trabalho familiar. Nas situações inversas, momentos em que os preços nos mercados ou as condições de produção dentro dos estabelecimentos agropecuários são considerados favoráveis, os investimentos nas compras externas podem se tornar mais recorrentes, diminuindo assim, a exploração do trabalho familiar e acentuando a dependência do mercado.

A tentativa de compreender a organização das atividades agrícolas anuais e sua ordenação durante o curso do ano, nos permitiu perceber as sinergias entre a produção agrícola e a criação animal, especialmente a atividade leiteira. A possibilidade de produzir suplemento alimentar para os animais em lactação, especialmente nos períodos mais secos, permite à família camponesa produzir dentro do próprio estabelecimento familiar⁵⁷ os insumos necessários à produção, o que promove um consequente aumento nos níveis de produção leiteira durante a estação seca.

Para entender as diferentes estratégias postas em prática por esses trabalhadores, será necessário, portanto, fazer uma descrição do calendário agrícola anual, buscando sublinhar as possibilidades de conjugação dos processos de trabalho, relacionados aos cultivos anuais e permanentes, com as estratégias de manejo dos rebanhos, suplementação alimentar e produção leiteira.

A fabricação de complemento alimentar destinado ao rebanho bovino camponês, refere-se à utilização de diferentes ingredientes: o capiaçu, a cana de açúcar, a macaxeira e o milho. Todos podem ser cultivados no interior dos estabelecimentos familiares, e suas colheitas coincidem com o fim das chuvas e a chegada dos períodos mais secos na região. Para a produção desse complemento, são utilizadas forrageiras de pequeno porte de propriedade das famílias camponesas⁵⁸. Através deste equipamento, é possível fazer o processo de trituração e mistura dos ingredientes que são disponibilizados no “cocho” aos animais em lactação.

As informações contidas no calendário agrícola foram construídas a partir das observações e entrevistas com os camponeses do assentamento São Jorge, e referem-se a um conjunto de atividades ligadas aos plantios agrícolas temporários e permanentes necessários, sobretudo a fabricação de suplemento alimentar dos rebanhos bovinos em lactação nos períodos mais secos.

Pode-se observar que tais atividades ocupam o período de um ano inteiro, entretanto, é importante sublinhar que nem todos os criadores cumprem os processos contidos na estrutura do calendário anual de maneira plena, uma vez que algumas das

⁵⁷ A possibilidade de produzir os insumos destinados à fabricação de suplemento alimentar bovina em propriedades familiares localizadas no Sul do país (WERNECK, et al., 2016). De acordo com os autores, este tipo de estratégia promove uma importante redução nos custos de transação da pecuária leiteira familiar.

⁵⁸ As forrageiras têm se tornado equipamento indispensável nas propriedades camponesas locais. Foi possível observar casos de propriedades sem a presença dessa ferramenta, no momento da pesquisa de campo, entre os meses de setembro e outubro de 2021. No entanto, era quase unânime a intenção de adquiri-la no futuro próximo.

atividades descritas exigem maior intensidade de trabalho incidindo na necessidade de maior disponibilização de trabalho familiar.

Nesse sentido, os processos de trabalho aqui descritos não devem ser tomados como um modelo, mas apenas como um indicativo da ordenação dos principais procedimentos e atividades postas em curso anualmente, pois foram observadas variações entre as distintas situações e estabelecimentos analisados durante nossa pesquisa de campo.

A reprodução de formas mistas de produção, que envolve agricultura e pecuária bovina, representa, para os camponeses: a) a manutenção de suas formas tradicionais de produção mista; b) aumento nos níveis de autonomia da economia familiar através do afastamento do mercado de insumos; c) fortalecimento da base de recursos autocontrolada pela família camponesa; d) a diminuição da dependência em relação aos mercados externos; e e) uma inserção mais eficiente na cadeia produtiva leiteira regional.

É importante destacar que as atividades agrícolas, embora tenham um papel importante na organização econômica familiar, estão, no caso em análise, submetidas⁵⁹ e orientadas pelas demandas e necessidades ligadas à pecuária leiteira. A decisão a respeito da possibilidade de investir esforços na produção agrícola, bem como o total da área destinada a estes cultivos, está intimamente relacionada às condições do rebanho e ao número de animais em condições de lactação.

Portanto, a produção leiteira é considerada de maior importância em relação à agrícola entre os camponeses, pois representa a garantia de uma renda quinzenal através da inserção na cadeia produtiva leiteira local, e possibilita a construção de uma espécie de poupança familiar anual, representada pela venda dos pequenos bezerros advindos dos ciclos produtivos dos rebanhos. Essa mesma produção pode ser melhorada e ampliada através das sinergias que esses trabalhadores estabelecem entre os plantios anuais e permanentes e a produção de leite.

Para compreender, portanto, de que modo as atividades agrícolas anuais e a produção leiteira se inter-relacionam, é necessário fazer uma descrição dos processos e etapas relacionadas aos plantios anuais, e pontuar de que modo os camponeses em

⁵⁹ Embora seja importante destacar a característica da alternatividade (GARCIA JUNIOR, 1989) dos cultivos agrícolas anuais, estes podem ser utilizados como insumo dentro do estabelecimento, e ao mesmo tempo podem ser destinados ao consumo familiar e/ou levados aos mercados externos. É caso do milho, produto que pode ser utilizado para alimentação humana, e da farinha (macaxeira) que pode ser comercializada e consumida pela família camponesa.

estudo ajustam criação e agricultura de modo a diminuir a dependência dos mercados de insumos, e promover maior autonomia do grupo familiar.

Quadro 8 – Descrição das principais atividades do ano agrícola e a fabricação de complemento alimentar bovino

Períodos do ano	Atividades realizadas
Outubro/novembro	Preparação corte/queima da área Roçar ou brocar a terra
Novembro/dezembro	Construção dos aceiros e queima da área
Janeiro/fevereiro	Preparação mecanizada da área Plantio capiaçu, cana, milho, macaxeira e feijão Colheita macaxeira destinada à fabricação de farinha
Março/abril	Limpeza das áreas cultivadas Colheita feijão Colheita de milho destinado à alimentação humana e animal
Maiο/junho	Colheita de milho destinado à alimentação humana e animal Colheita de milho destinado à fabricação de complemento alimentar
Junho/julho	Limpeza das áreas cultivadas
Agosto/setembro/outubro/novembro	Colheita capiaçu, cana e macaxeira destinadas à fabricação do complemento alimentar Fabricação do complemento alimentação destinado às vacas em lactação

Fonte: pesquisa de campo

Como demonstrado no Quadro 8, antes de iniciar os plantios o camponês precisa selecionar e fazer a preparação da área. É neste momento, que ele delimita o tamanho total da área a ser utilizada para produção agrícola no ano e as variedades a serem cultivadas. O cálculo que determina os tipos de cultivo e seus respectivos tamanhos, leva em conta fatores de diferentes ordens: seja de caráter ambiental, ligados às condições de fertilidade da terra; de caráter biológico, relacionados à composição do rebanho bovino e das vacas em lactação; e de caráter mercadológico, considerando os preços dos insumos que podem ser adquiridos de maneira exógena⁶⁰.

O preparo da terra para os plantios anuais pode ser feito de forma tradicional, através da técnica de corte e queima, ou de maneira mecanizada, demandando o uso de maquinário de grande porte. Os resultados de nossa pesquisa de campo demonstram que o preparo mecanizado tem sido muito frequente na região, pois responde a 54,2% das situações identificadas. Isso não quer dizer que as técnicas mais tradicionais,

⁶⁰ Insumos produzidos internamente, como o caso do milho, podem ser adquiridos nos mercados nos momentos em que os preços são considerados satisfatórios. Nesses cenários, os mercados externos aparecem como alternativa viável e podem ser acionados como estratégia de diminuir a penosidade do trabalho familiar, sem que isto represente um aumento significativo dos níveis de subordinação.

relacionadas ao uso do fogo, não tenham importância para a reprodução camponesa local, pois é fortemente utilizada na região e representa 45,8% do total analisado.

Não foi identificado, contudo, nenhum camponês proprietário de tratores adequados ao preparo dos solos para os plantios. Este tipo de serviço pode ser demandado de duas maneiras. Uma alternativa foi a parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura de Cidelândia, sem custos adicionais, ficando sob responsabilidade dos assentados somente o abastecimento do óleo diesel necessário à sua utilização. A segunda alternativa refere-se ao aluguel do maquinário de terceiros, num custo de aproximadamente R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a hora.

De acordo com informações de sua liderança, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cidelândia recebeu a doação de patrulha agrícola mecanizada, feita no ano 2021, pelo Deputado Federal José Carlos do Partido dos Trabalhadores (PT). O maquinário estava estacionado no interior da sede do sindicato no momento de nossa pesquisa, em outubro de 2021, e em breve estaria disponível aos camponeses associadas da região.

A mecanização dos processos de preparo da terra dispensa práticas mais tradicionais ligadas ao *broque*, *derruba*, *queima* e *coivara* que, como descrito por Moura (2008), demanda a disponibilidade de força de trabalho por um período de sessenta dias em média, havendo, em alguns casos, necessidade de mobilizar força de trabalho externa à unidade familiar. Portanto, a mecanização de parte do processo da produção agrícola significa a diminuição da necessidade de dispêndio de energia do agrupamento familiar, no interior dos estabelecimentos familiares, especialmente nos momentos de *brocar* ou *roçar* a terra.

Não há necessidade, portanto, de realizar qualquer limpeza na área a ser cultivada antes do processo de *gradear*⁶¹ a terra. Até mesmo nas situações em que a área utilizada para cultivo tenha passado por longos períodos de pousio, e a capoeira esteja muito fechada e com presença de galhos mais grossos. O preparo mecanizado ocorre a partir de duas etapas. A primeira, objetiva cortar os galhos e folhagens. A segunda, é realizada com a finalidade de limpar a área e misturar os galhos e folhagens penetrando-as na terra. Isso permite uma espécie de adubagem natural, repondo nutrientes

⁶¹ Categoria utilizada para descrever o processo mecanizado de preparo da terra. *Gradear* a terra significa, portanto, *passar a grade*, *passar o trator*.

fundamentais para a fertilidade da terra, garantindo crescimento saudável aos cultivos, e boas colheitas⁶².

Após o preparo mecanizado que ocorre entre os meses de janeiro e fevereiro, processo que os camponeses chamam de *gradear* a terra, a área já estará em plenas condições de produtividade, e os plantios podem ser iniciados de maneira imediata. As formas tradicionais de preparo da terra, por sua vez, exigiriam que todas as etapas do processo se iniciassem dois ou três meses antes do plantio. No caso do calendário aqui descrito, os camponeses teriam que iniciar o processo de *brocar* a terra, que consiste na limpeza da área através da retirada do mato e das árvores de maior estatura, entre os meses de outubro e novembro.

Após *brocar* ou *roçar* a terra, os camponeses devem fazer, entre os meses de novembro e dezembro, a *queima* da área que será explorada. Todo processo de trabalho que envolve uso do fogo, deve ser feito com muito cuidado. Isso demanda a utilização de técnicas com a finalidade de promover o controle e delimitação da área a ser queimada, de modo que o fogo não se expanda para outras áreas. É por conta disso, que os aceiros são construídos.

Um aceiro corresponde à técnica de promover uma separação satisfatória (espaçosa, larga) entre as áreas *limpas*, ou seja, que já passaram pelo processo de *roço* ou *broque*, e os espaços de mata. Para isso, são desmatadas áreas que ficam em volta do terreno onde será colocado fogo para o preparo da área de plantio. Tais procedimentos permitem delimitar os espaços a serem explorados, e diminuem a possibilidade do fogo invadir regiões de mata⁶³.

Os procedimentos relacionados à “construção do aceiro” e “colocação do fogo”, sempre envolvem a mobilização de redes de relações locais, e servem como fortalecimento dos laços sociais reproduzidos entre os camponeses. Deste modo, são colocados em prática os chamados mutirões, que implicam numa rede de ajuda mútua onde amigos, parentes e vizinhos participam ativamente na construção de aceiros e queima das áreas.

Os mutirões são sempre responsabilidade do proprietário do lote, que deve providenciar uma boa bebida a ser servida no final do trabalho a todos os camponeses.

⁶² Uma terceira etapa de corte (passar a grade) pode ser necessária. Ela permite misturar melhor as folhagens com a terra e garante uma adubagem mais efetiva da área a ser cultivada.

⁶³ Como estratégia de controle mais efetivo do fogo, os camponeses têm o cuidado de “colocar fogo” nos momentos de “pouco vento”, diminuindo as possibilidades de alargamento das queimadas para além das áreas de plantio.

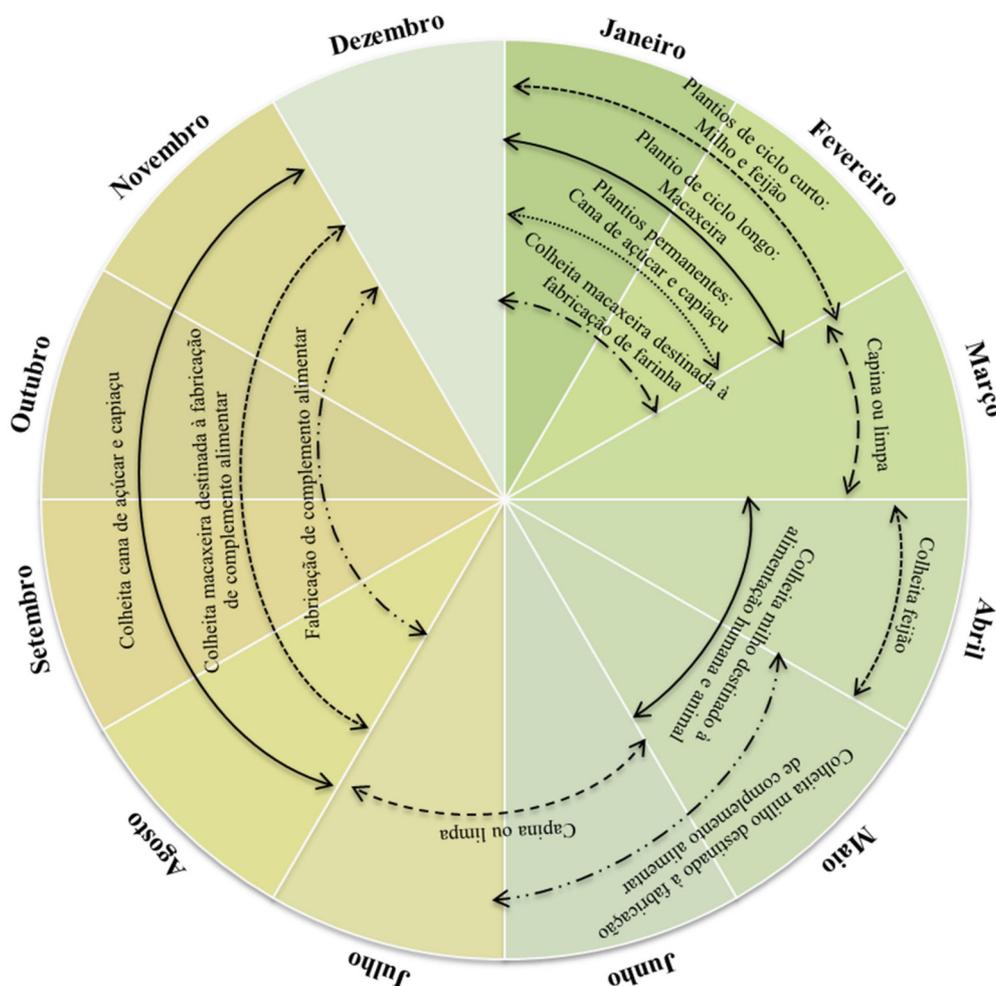
Esse tipo de confraternização produz uma espécie de solidariedade entre os trabalhadores baseada na reciprocidade, de maneira a que este tipo de estratégia de produção seja continuamente repetido nas propriedades de todas as famílias envolvidas.

Encerrado o procedimento de queima da área, os camponeses devem iniciar os plantios, que podem começar entre os meses de janeiro e fevereiro. O período que delimita o início dos plantios está diretamente relacionado às condições climáticas locais, e é orientado pela chegada das chuvas. Portanto, os processos de trabalho agrícola são governados pelos períodos de início e fim das águas, momentos que marcam as variações climáticas expressas pelos períodos do verão e inverno.

A percepção local de início e fim desses períodos é variável conforme as próprias condições ecológicas anuais, e são resultado das representações dos camponeses a respeito delas. Durante nossa pesquisa de campo, entre os meses de outubro e novembro, foi possível observar casos de camponeses iniciando os plantios, pois o inverno havia chegado cedo. Outros camponeses, no entanto, demonstraram-se mais cautelosos, manifestando o desejo de iniciar a produção agrícola meses depois.

Considerando as possíveis variações, uma vez que a produção agrícola é influenciada pela coprodução, os plantios das principais culturas agrícolas iniciam-se, de maneira geral, entre os meses de janeiro e fevereiro, momento em que o inverno se estabeleceu de maneira plena e os solos estão em condições de fertilidade. Existem, por sua vez, variações em relação aos momentos da colheita dos diferentes plantios. Porém, o que foi observado, durante nossa pesquisa de campo, foi que os camponeses organizam os processos produtivos de modo que seja possível a fabricação do complemento alimentar entre os meses de agosto e novembro, período mais intenso do verão e, por consequência, de desenvolvimento insatisfatório das pastagens.

Figura 9 – Calendário anual dos cultivos agrícolas e fabricação do suplemento alimentar das vacas em lactação (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

Como demonstrado na Figura 9, os plantios cultivados na região e utilizados na fabricação de complemento alimentar das vacas em lactação, nos períodos secos, são divididos em três tipos: a) plantios de ciclo curto, caso do milho e feijão (este último utilizado exclusivamente para consumo familiar); b) plantios de ciclo longo, caso da macaxeira que, além da ração animal, pode ser utilizada na fabricação de farinha e variedades de bolos; e c) plantios permanentes, como a cana de açúcar e o capiaçu.

Este último tipo de plantio, o capiaçu, é resultado de esforços da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (PEREIRA, 2021) que promoveu, em 1991, o cruzamento entre capim-elefante - BAGCE, Guaco IZ2 (BAGCE 60) e Roxo (BAGCE 57). No assentamento São Jorge, este capim começa a ser cultivado pelos camponeses, em 2019, e tem proporcionado excelentes resultados na suplementação alimentar dos animais em lactação nos períodos secos.

Os plantios permanentes, que correspondem à cana de açúcar e o capiaçu, são cultivados de maneira consorciada. Estes são plantios que possuem estruturas semelhantes. Ambos são da família das gramíneas, consideradas excelentes recursos forrageiros para suplementação na estação seca, e possuem um caule longo, com grande quantidade de nutrientes. A diferença mais marcante entre as culturas está ligada ao grande porte do capiaçu⁶⁴, que pode chegar a 4,20 metros de altura.

Essas gramíneas são consideradas, do ponto de vista dos camponeses, fundamentais para a fabricação da ração animal nos períodos mais secos, que variam entre os meses de agosto e outubro. Portanto são os ingredientes indispensáveis e utilizados em maior quantidade no momento da fabricação do complemento alimentar.

Entre janeiro e fevereiro as gramíneas são cultivadas. Não há necessidade de realizar o plantio todo ano, uma vez que, no momento de sua colheita, não se retira as raízes. Ambas são colhidas a partir do caule, deixando o *talo* da cana e do capim à mostra e as raízes no interior do solo. Isto permite a regeneração natural das gramíneas e o crescimento de um novo caule, que poderá ser colhido nos próximos ciclos. Portanto, após fazer o plantio, o camponês terá que manter somente os cuidados em relação à limpeza da área, atividade que pode se intensificar nos períodos mais úmidos.

Estas culturas são utilizadas exclusivamente para a fabricação de complemento alimentar e são colhidas entre os meses de agosto e outubro, e de maneira gradual, ou seja, todos os dias conforme a necessidade do rebanho. A quantidade a ser colhida no dia depende das condições climáticas (um dia mais seco exige maiores investimentos na alimentação suplementar) e do número de animais em lactação com necessidade de complementar a alimentação.

Ao fazer a colheita da cana de açúcar e do capiaçu, com o auxílio de um facão, o camponês tem o cuidado de retirar as camadas mais secas das folhagens que envolvem as gramíneas, descartando-as imediatamente e lançando-as ao solo. Esta etapa do processo permite, a) selecionar melhor os ingredientes (aquelas folhagens mais verdes, com maior volume de nutrientes) utilizados na fabricação da forrageira e b) viabiliza uma reposição natural dos nutrientes do solo, o que garante um bom desenvolvimento destas culturas nos próximos anos sem a necessidade de buscar fertilização nos mercados externos.

⁶⁴ Em tupi-guarani a palavra capiaçu significa “capim grande”.

A macaxeira, cultivo de ciclo longo e o feijão, cultivo de ciclo mais curto, são plantios tradicionais dos camponeses da microrregião de Imperatriz, e são cultivados desde os anos 1970, momento da ocupação e formação dos primeiros grupos camponeses da região (CUNHA, 1977). Esses plantios são cultivados dentro dos limites de uma mesma área, ou seja, de maneira consorciada, e podem ser explorados de maneiras distintas pelas famílias camponesas locais.

A macaxeira pode ser utilizada para diversas finalidades, como a fabricação de farinha ou bolos, mas nos últimos anos tem sido destinada, em sua grande parte, à fabricação de complemento alimentar animal. Já o feijão, é um plantio destinado exclusivamente à alimentação dos grupos familiares, por isso é cultivado em menor quantidade em relação aos outros plantios que são utilizados como insumo para fabricação de suplemento alimentar.

O plantio do feijão é realizado no início do ano, entre os meses de janeiro e fevereiro. Trata-se de uma planta de ciclo vegetativo curto e pode ser colhido entre os meses de abril e maio. O processo de colheita se dá a partir de três momentos. A primeira colheita se dá aos 60 dias após o plantio, a segunda colheita 8 dias depois, e a terceira colheita após mais 8 dias.

A macaxeira, diferente do processo de cultivo da cana e capiaçu, é um fruto que necessita de maior quantidade de tempo para promoção de seu desenvolvimento pleno, e pode ser colhido em dois momentos distintos. A primeira colheita, ainda com o fruto em processo de maturação, deve ser feita um ano após o plantio, entre os meses de janeiro e fevereiro. A macaxeira colhida nesta etapa, deve ser utilizada para fabricação de farinha, destinado principalmente ao consumo familiar.

A segunda colheita da macaxeira deve ser feita um ano e seis meses após o plantio, início do mês de agosto⁶⁵, momento em que o fruto já está em plenas condições de maturação, com boa quantidade de nutrientes, e pode ser destinada à fabricação de complemento alimentar. A maior quantidade de macaxeira cultivada é utilizada como insumo alimentar animal, e sua colheita coincide com os períodos mais secos na região, momento em que é necessário suplemento alimentar aos animais em lactação.

A colheita da macaxeira destinada ao forrageiro animal, é feita de maneira paulatina, de acordo com as necessidades dos animais em lactação e das condições

⁶⁵ A colheita da macaxeira pode se estender durante quatro meses, e chegar até o mês de novembro. Os camponeses explicam que a colheita não pode ser realizada dois anos após o plantio. Neste caso, a macaxeira já teria ultrapassado o período de maturação, o que poderia promover seu processo de decomposição.

climáticas da região. Como o complemento alimentar é disponibilizado aos animais, diariamente, após o processo de ordenha nos períodos mais secos, as colheitas serão do mesmo modo realizadas todos os dias, no momento da mistura dos ingredientes necessários à fabricação do suplemento alimentar.

Outro importante cultivo agrícola de ciclo curto, é a produção de milho. Trata-se de um fruto importante para as famílias camponesas, pois além de ser utilizado como insumo para alimentação bovina, pode ser consumido (assado ou cozido) pela família camponesa, e utilizado na alimentação de animais de médio e pequeno porte, como suínos e aves.

Como os demais ingredientes, seu plantio deve ter início nos meses de janeiro e fevereiro e sua colheita, processo que os camponeses denominam *quebrar* milho, pode ser realizada em dois momentos distintos. A primeira colheita do milho deve ser feita dois meses após o plantio, ou seja, entre abril e maio. Nesse momento o fruto ainda está verde, propício, portanto, a ser utilizado para consumo familiar e destinado à alimentação de suínos e aves. Este deve ser colhido paulatinamente, em pequenas quantidades, de acordo com as necessidades de consumo animal e humano.

Uma segunda colheita do fruto deve ser feita ao longo de três meses após o plantio, ou seja, entre maio e junho. Neste período do ano, o fruto já passou pelo desenvolvimento e maturação e está em processo de *secagem*. Esta última etapa da colheita deve ser feita de maneira mais rápida, retirando integralmente todo milho disponível. Após a colheita, todo milho cultivado é, então, armazenado e utilizado entre os meses de agosto e novembro, como ingrediente na fabricação do suplemento alimentar do rebanho em lactação.

Durante nossa pesquisa de campo, vários camponeses expressaram o desejo de investir no processo de silagem do milho, e também do capiaçu. Esta estratégia diminuiria os níveis de intensificação do trabalho nos períodos mais secos, promovido pela necessidade de realizar uma colheita diária e em longo prazo, e possibilitaria a manutenção dos nutrientes do milho e do capiaçu no momento de sua trituração.

Em seus discursos, na tentativa de explicar os processos de trabalho no interior dos seus estabelecimentos, os camponeses sempre descrevem (além das etapas e processos colocados em prática) os planos, metas e desejos para o futuro. A possibilidade de adquirir uma máquina forrageira para fabricação de ração animal, por exemplo, foi sempre expressa pelos trabalhadores que ainda não a possuíam, no momento da pesquisa de campo. Outras inovações ligadas à intenção de promover a

silagem dos ingredientes utilizados na ração são, de maneira recorrente, externadas por estes trabalhadores.

A constante possibilidade de promover mudanças de maneira exógena ou endógena nos processos de produção, seja através de inovações baseadas no trabalho ou no incremento de maquinário, enfraquece a tese que sublinha a aversão do campesinato a inovações (SIMÕES et al., 2015), demonstra a dinâmica dos estabelecimentos familiares, sua capacidade em promover mudanças nos processos de produção e a centralidade da busca pelo fortalecimento de uma base de recursos autocontrolada pela família camponesa.

O desenvolvimento das inovações e novidades nos estabelecimentos camponeses, deve ser compreendido como um processo que envolve os conhecimentos tácitos construídos e elaborados nos contextos econômicos e ecológicos locais (OLIVEIRA, 2011). Esses conhecimentos são produto da prática cotidiana camponesa: o saber fazer incorporado historicamente e a capacidade de agência desses trabalhadores num contexto de adaptações e experimentações (PLOEG, et al., 2004).

A inserção do maquinário forrageiro, adquirido diretamente no mercado, nos estabelecimentos camponeses do assentamento São Jorge, ao contrário de representarem um aumento na subordinação das unidades familiares em relação aos agentes externos, permite que se amplie a eficiência técnica no uso da força de trabalho e na produção interna de insumos, o que contribui para o aumento dos níveis de autonomia camponesa e da base interna de recursos, familiar.

5.3.2 Modelo agrícola especializado: trajetória de dependência camponesa

Esta seção apresenta as estratégias adotadas pelos camponeses, no sentido de promover um melhoramento nos processos de produção leiteira, especialmente nos períodos mais secos, através da aproximação e aprofundamento de suas relações com os mercados de insumos agrícolas. Tais estratégias permitem um aumento nos níveis de dependência da unidade camponesa de produção, em relação aos mercados. Neste modelo, os processos de produção (ligados particularmente à fabricação de ração animal), serão orientados, principalmente, por mecanismos de mercado.

A necessidade de se compreender os processos que permitem a busca daqueles ingredientes necessários à suplementação alimentar dos rebanhos bovinos em lactação nos períodos mais secos do ano nos mercados externos de insumos permitiu mensurar

os níveis de influência dos mercados na organização econômica das famílias camponesas e de perceber que modo esta inserção mercadológica é capaz de promover um aumento da dependência e especialização produtiva.

Neste modelo de agricultura, as possibilidades de aumento da intensidade baseada no trabalho são substituídas pela estratégia de compra dos insumos necessários à suplementação alimentar dos animais nos períodos do verão. Esse incremento de caráter exógeno implica num aumento nos níveis de produtividade leiteira, nos momentos em que as pastagens não possuem capacidade nutritiva satisfatória e, conseqüentemente, numa ampliação dos ganhos relativos à venda do leite in natura, no interior da cadeia produtiva leiteira.

A produção do complemento alimentar animal pressupõe a utilização de alguns ingredientes centrais: o milho, o farelo do milho, a soja e a casquinha de soja. Tais ingredientes são adquiridos nos mercados externos, nos períodos mais secos (com exceção do milho que, em algumas circunstâncias, pode ser produzido na propriedade familiar), e podem servir como alternativa às famílias camponesas com pouca disponibilidade de força de trabalho, como no caso de jovens casais sem filhos ou com filhos pequenos, e até mesmos nos casos de doença ou envelhecimento, quando não dispõem de um volume de recursos necessários à contratação de trabalho externo a família.

O farelo do milho, a soja e a casquinha de soja são ingredientes que podem ser encontrados facilmente nos mercados agropecuários do centro da cidade de Cidelândia (fica a uma distância aproximada de 14 km, em relação ao assentamento), ou em Imperatriz, principal centro comercial regional; são comprados no período de verão mais intenso, e utilizados na composição da ração destinada aos animais em lactação.

Os produtos são misturados e disponibilizados aos animais, diariamente, após o horário do almoço, juntamente com sal e o mineral, nos recipientes (mamilas) instalados no meio das pastagens após a finalização do processo denominado “prender bezerro”. Neste momento, a ordenha já foi finalizada, pois geralmente é feita no início da manhã, e os pequenos bezerros, as novilhas e garrotes já foram amamentados o suficiente. Por isso, é possível deixar as vacas em lactação separadas dos demais animais do rebanho, em uma área de pastagem exclusiva, onde poderão se alimentar de capim, sal mineral e ração, durante o restante da tarde e até o dia posterior, quando estará em plenas condições de produção leiteira.

O cumprimento dessas etapas irá garantir uma boa alimentação dos pequenos animais, pois estes poderão ser, eventualmente, comercializados ou incorporados ao rebanho leiteiro, e promover a diminuição das possíveis perdas relacionadas aos baixos níveis de produtividade leiteira nos períodos mais secos do ano.

A tendência mais geral é que esses ingredientes sejam comprados, anualmente, em quantidade suficiente para suprir as necessidades dos rebanhos em lactação durante o período, que pode variar entre os meses de agosto e novembro (momento mais seco do ano). Isso quer dizer que esses camponeses optam pela compra, em média e larga escala, ao invés de adquirir os insumos quinzenalmente, ou até mesmo, mensalmente.

A possibilidade de promover maiores níveis de produtividade, por meio da intensificação das relações mercantis, implica na maior dependência e no enfraquecimento da base interna de recursos da família camponesa, mas, ao mesmo tempo, viabiliza a diminuição dos níveis de intensidade do trabalho familiar colocado em prática durante o ano agrícola. Investir na produção interna dos insumos, implicaria na necessidade de mobilização de força de trabalho durante as diversas etapas de produção, desde o preparo, plantio, limpeza e até as colheitas.

Durante pesquisa de campo foram identificadas algumas estratégias coletivas, acionadas no sentido de diminuir os custos e os níveis de dependência dessas unidades de produção, em relação ao mercado de insumos agrícolas. Tais estratégias referiam-se à possibilidade de adquirir alguns ingredientes, em grande quantidade, por intermédio de uma associação estabelecida temporariamente por um grupo de trabalhadores. Neste tipo de conduta, as redes de relações pessoais e de parentesco eram mobilizadas pelos trabalhadores, no sentido de promover uma inserção mais eficiente nesses mercados, uma vez que possibilitava o acesso a esses fatores de produção, por um preço mais acessível.

Portanto, foi possível identificar durante a pesquisa de campo, que aquelas famílias camponesas compostas de jovens casais, até mesmo de idosos que vivem sozinhos, pois os filhos já constituíram família, possuíam suas próprias propriedades ou se desligaram total ou parcialmente das atividades rurais tendem a optar por este tipo de produção. Já as unidades familiares com maior disponibilidade de força de trabalho, optam pelo melhoramento dos processos de produção através da intensificação baseada no trabalho familiar.

É importante destacar que o critério central para identificar as unidades camponesas de produção, dentro de uma trajetória de especialização, tem relação com a

possibilidade de buscar, nos mercados externos, os insumos agrícolas que, em outras circunstâncias, poderiam ser produzidos no interior das propriedades familiares. Ou seja, os níveis de aproximação e distanciamento dos mercados aqui é um elemento central.

Isto não quer dizer que esses trabalhadores devam ser considerados como especializados, no sentido de fazer um investimento exclusivo na pecuária leiteira, uma vez que é possível identificar a manutenção de cultivos tradicionais, como as roças voltadas ao consumo familiar (milho, arroz, macaxeira, feijão), e também a criação de pequenos animais como aves e suínos.

Quando perguntado sobre os cultivos anuais realizados no ano 2018, 71,4% dos camponeses entrevistados responderam que fizeram os plantios de macaxeira e milho, em maior escala, e de arroz e feijão, em menor quantidade. Outros 28,6% informaram não ter feito esse tipo de investimento nas propriedades, o que nos leva à conclusão de que poderiam estar num processo de especialização. O que nos parece importante destacar, é que esse número, que à primeira vista representaria o estrato das unidades em trajetória de especialização, pode nos levar a conclusões de caráter diacrônico, uma vez que diferentes camponeses demonstravam a intenção de realizar estes plantios no ano seguinte.

Essas informações nos permite concluir que existe uma importante dinâmica e movimento estratégico de aproximação e afastamento dos mercados de insumos, através da possibilidade de produzi-los internamente, ou comprá-los nos ambientes externos à unidade familiar. Diferentes podem ser os motivos que levam os camponeses a estabelecerem esse movimento de afastamento e aproximação. No entanto, é possível aqui destacar alguns pontos centrais:

- a) Disponibilidade de força de trabalho: a composição familiar pode ser elemento fundamental, no momento de decidir sobre as possibilidades de produzir os insumos, internamente, ou comprá-los nos mercados. Uma família com uma quantidade satisfatória de “braços” terá maiores chances de investir nos plantios anuais, uma vez que isto demandaria maiores níveis de esforço durante o ano agrícola.
- b) Condições de mercado: as oscilações nos preços dos insumos agrícolas terão papel fundamental nas possibilidades de aprofundamento da inserção camponesa nos mercados externos. Altas de preço podem surgir como inibidores da busca por esses insumos. Condições mais favoráveis de

mercado, por sua vez, podem representar boas oportunidades de diminuir os níveis de penosidade do trabalho.

- c) Condições ecológicas e coprodução: trabalho e mercado influenciam fortemente as possibilidades de se produzir os insumos internamente, mas, sobretudo, serão as condições ecológicas que terão papel determinante nesse processo, uma vez que a atividade agrícola depende da coprodução. A fertilidade da terra ou o aparecimento de uma praga, são elementos de ordem natural que podem favorecer ou prejudicar os plantios e colheitas. A suspensão dos plantios, por exemplo, por um período de um ano ou mais em determinada área, pode ser necessária para que a terra possa “descansar” e reestabelecer seus nutrientes de maneira satisfatória.

5.4 A relação dos camponeses com os mercados de produtos e seus efeitos

Nesta seção, será apresentada uma análise das diferentes alternativas de inserção camponesa, no interior do mercado leiteiro local, na condição de fornecedor de leite in natura para atravessadores, queijarias ou laticínios. Na oportunidade, será sublinhado o papel do Estado na regulação do setor, através dos esforços no sentido de certificar os estabelecimentos formais e informais. Além disso, serão colocados em discussão os diferentes mecanismos que fundamentam as relações comerciais desses camponeses com os principais compradores de leite identificados na região.

A inserção da atividade pecuária representou a necessidade de promover um conjunto de modificações, no interior das propriedades familiares, de incorporação de novas disposições e habilidades relacionadas a esta nova atividade, e nas estratégias econômicas desses trabalhadores. Os primeiros rebanhos começaram a aparecer na região no início do século XVI, quando alguns camponeses conseguiram comprar cabeças de gado com aptidão para produção de leite.

Nesse primeiro momento, por conta da pequena quantidade produzida, o leite era um produto destinado ao consumo dos grupos familiares e podia ser eventualmente utilizado na suplementação alimentar de suínos⁶⁶. O progressivo aumento dos rebanhos, contudo, promoveu maiores níveis de produção leiteira, inviabilizando, deste modo, o consumo familiar de toda capacidade produtiva dos animais em lactação. Houve, neste

⁶⁶ As sinergias estabelecidas pelos camponeses entre pecuária leiteira e criação suína serão descritas com mais profundidade, nas seções posteriores.

contexto, a necessidade de levar o excedente da produção leiteira familiar para ser comercializada nos mercados externos.

Nesse cenário, os camponeses do assentamento São Jorge, com a finalidade de comercializar o excedente da produção leiteira familiar, buscaram viabilizar o fornecimento do produto in natura a uma queijaria localizada no povoado vizinho, chamado São João do Andirobal, distante cerca de 6 km do assentamento São Jorge. O produtor 09, camponês de 50 anos, foi um dos pioneiros nessa atividade; foi ele o primeiro produtor local a vender leite para um queijeiro do São João do Andirobal:

Camponês 09: rapaz, nós compramos parece que oito gados. Era gado de leite, gado grande. Quando a minha vaca começou a parir, aqui ninguém vendia leite, ninguém tinha dinheiro pra nada. Aí a minha [vaca] começou a parir, aí eu já tinha meu leite, “leitim” pouco, mas era uma festa já. Aí começou a sobrar, como o leite sobra ligeiro, aí [eu disse]: rapaz, esse leite vai perder. Mas comprador só tinha lá no São João, lá era que tinha queijeira que fazia. Aí eu tive a ideia de ir lá, conversar mais um rapaz que fazia queijo. Aí eu perguntei se ele comprava o leite. Ele disse: dá um litro? Eu disse: dá. Dá até mais. Pois então pronto! Pode trazer que eu compro. Aí eu tinha uma bicicleta, aí eu botei na bicicleta o leite, primeiro leite que eu vendi foi 11 litros de leite. Ficou marcado no computador aqui [apontando para cabeça]. Chegou lá, ele mediu 11 litros. (Entrevista com produtor 09, em 30 de novembro de 2015).

Com o passar do tempo, e por conta da evolução dos ciclos produtivos dos rebanhos leiteiros, a quantidade de leite produzida foi gradativamente aumentando, o que levou à intensificação da rotina de trabalho, por conta, principalmente, da distância entre o assentamento e o povoado vizinho, como relatado pelo entrevistado:

Camponês 09: Aí passei um “bocado” de tempo nesse negócio. Aí cansei, abusei aquele rojão, já estava ruim já. Aí falei pro homem do queijo lá: eu não vou mais trazer leite pra você não! Por que eu estou cansado de sair lá da roça pra deixar esse leite aqui, não estou aguentando mais não. (Entrevista com produtor 09, em 30 de novembro de 2015).

Como estratégia de continuidade das relações comerciais entre camponeses e queijeiros, era necessário desenvolver um arranjo local que fosse capaz de garantir um sistema de coleta coletiva dos produtores de leite do assentamento. Deste modo, era possível construir as condições favoráveis para a instalação de um centro de recebimento e armazenamento da produção local, justificando o deslocamento recorrente do queijeiro até o assentamento a fim de fazer a coleta e transporte da produção:

Camponês 09: Aí ele [queijeiro do São João] disse: se você conseguir 50 litros de leite eu compro esse leite de vocês, lá dentro. Eu mesmo tenho uma moto aí. Aí você recebe esse leite lá na tua casa? Eu disse: recebo. Aí combinamos assim. Aí ele trouxe uma caixa de 500 litros. Eu tinha uma casinha no fundo do quintal ali na vila. Aí botamos essa caixa lá. Aí

começou. O primeiro leite que eu juntei lá deu 60 litros. Saí divulgando. Traz 5... 2..., o que tiver. Ficou aquele movimento do leite, né? Quando foi com 15 dias, nós estávamos com mais de 100 litros de leite. (Entrevista com produtor 09, em 30 de novembro de 2015).

Dessa maneira, os camponeses do assentamento começaram a comercializar a produção leiteira de seus grupos familiares. Entretanto, um evento importante ocorreu nesse momento, pois a queijeira que comprava o leite dos assentados precisou ser fechada: o que motivou a necessidade do estabelecimento de outros canais de comercialização, com aparecimento de alguns atravessadores vindos do município de Cidelândia.

A relação dos camponeses com esses atravessadores, que passavam de casa em casa recolhendo a produção de leite, por sua vez, nunca foi harmoniosa. Segundo nossos informantes, tais compradores não ofereciam segurança e regularidade nos pagamentos e sempre existia a possibilidade de que a carga fosse apreendida pelos órgãos de fiscalização sanitária, inviabilizando o pagamento dos fornecedores.

Na busca por alternativas que pudessem modificar esse cenário de incertezas, os assentados estabeleceram contato com uma indústria de laticínios certificada pelo Estado, que possuía sede no município de Açailândia e já fazia coleta de leite no povoado vizinho. Com o apoio da Associação de Produtores e Produtoras Rurais do Assentamento São Jorge (ASPRAJORGE), foi articulada uma reunião com o representante do referido laticínio. Durante a reunião, foram discutidas as condições e possibilidades de se estabelecer uma parceria comercial com a empresa, através da instalação de um tanque de resfriamento no assentamento.

Em 2007, a indústria de laticínios Bethe fez a instalação de um tanque isotérmico de recepção de leite, no interior de um terreno central do assentamento (localizado na *vila*), e contratou uma família camponesa responsável por cuidar da estrutura montada. Esta família teria ainda a função de receber e contabilizar a produção daqueles camponeses, que faziam a entrega do leite na plataforma⁶⁷, e fazer a coleta nos lotes dos assentados que optavam pela contratação dos serviços de frete do leite⁶⁸.

A partir de então, vários outros compradores, entre eles atravessadores, laticínios e queijarias, procuraram também estabelecer relações com produtores de leite do

⁶⁷ Categoria que descreve a ação de entregar o leite in natura, diretamente no tanque de resfriamento, sem a necessidade do auxílio de um freteiro.

⁶⁸ Os serviços de coleta e transporte do leite podem ser realizados pelo freteiro. Em tópico posterior, falaremos com mais profundidade a respeito de suas funções e importância para a dinâmica econômica local.

assentamento. No entanto, nenhum conseguiu se prolongar por um longo período, como no caso observado do laticínio Bethe⁶⁹, o que pode ser explicado pelas condições de pagamento estabelecidas por esse comprador, que, diferentemente da maioria dos outros compradores, possuía uma política de pagamento baseado em quinzena, e na relação de confiança estabelecida entre a empresa e os assentados, não tenho havido casos de calote ou atrasos nos pagamentos.

Dessa maneira, por conta da fidelidade com os pagamentos e prazos, e pela sensação de segurança garantida pelo fato de esta ser uma empresa com registro nos órgãos de fiscalização e apreensão de estabelecimentos leiteiros, os camponeses construíram uma relação de confiança com o laticínio Bethe, que mantém um tanque de resfriamento no local há cerca de 15 anos.

A empresa com mais potencial para substituir e retirar os fornecedores do laticínio Bethe foi a empresa Palate, que ficava sediada em Imperatriz, e buscou se inserir no assentamento, no ano 2013. Contudo, essa inserção não foi exitosa, pois ocorreram dificuldades tanto do ponto de vista dos prazos mensais de pagamento, como em relação à sua política de qualidade do produto in natura.

Apesar de oferecer cinco centavos a mais em relação ao laticínio Bethe pelo litro do leite, a Palate possuía uma política de pagamento do leite baseada na qualidade do produto. Segundo nos relatou um camponês, durante pesquisa de campo, a empresa possuía uma espécie de medidor de qualidade do leite que, no momento da entrega no tanque de resfriamento, identificava a presença de bactérias e, em algumas circunstâncias, de água no produto. O preço pago ao produtor dependia dessas variáveis e podia, assim, sofrer alterações. Dependendo dos resultados da verificação de qualidade, a empresa podia pagar um valor menor pelo litro, e até mesmo se recusar em receber a produção.

A intensificação das relações comerciais entre os camponeses e a indústria de laticínios, não implica dizer, no entanto, que essa é a única alternativa de comercialização local. Foi possível identificar, durante pesquisa de campo, como salientado anteriormente, o desenvolvimento de outros canais de comercialização com diferentes agentes, como as queijarias e atravessadores. O que chama atenção, neste

⁶⁹ Isso não implica dizer que o laticínio Bethe monopoliza o mercado de leite local. É importante destacar que, em todas as etapas da pesquisa, pudemos observar a presença de diferentes compradores: dos laticínios Palate, de atravessadores e de queijeiros. Podemos afirmar, por isso, que sempre houve um ambiente de concorrência acentuada pelos fornecedores de leite da região, possibilitada pela variação dos usos da pecuária leiteira, no interior dos estabelecimentos familiares.

caso, é o prolongamento e estabilidade da presença e a relação comercial da indústria de laticínios com os camponeses. O mesmo não ocorre com as queijarias e atravessadores, por exemplo.

5.4.1 Dinâmica da cadeia produtiva leiteira e fiscalização sanitária.

A estruturação de uma cadeia leiteira diversificada em seu interior, com a participação de propriedades produtoras de derivados do leite de médio e pequeno porte, permite a reprodução de uma estrutura dinâmica na economia local, de modo que as estratégias e preferências do camponês respondem a certa flexibilidade, de acordo com suas próprias necessidades, condições de comercialização colocadas em curso, e as possibilidades de interferência das operações de fiscalização sanitária na região.

Uma das questões centrais que diferenciam os compradores locais, e confere certa singularidade ao laticínio tem relação com a certificação avalizada por instituições de Estado, uma vez que os estabelecimentos formalizados devem possuir o selo de certificação sanitária⁷⁰. Este mecanismo de regulação atesta, segundo o Estado, que o estabelecimento atende aos requisitos mínimos de sanidade e qualidade necessários à produção dos derivados do leite, especialmente do contexto em análise – o queijo.

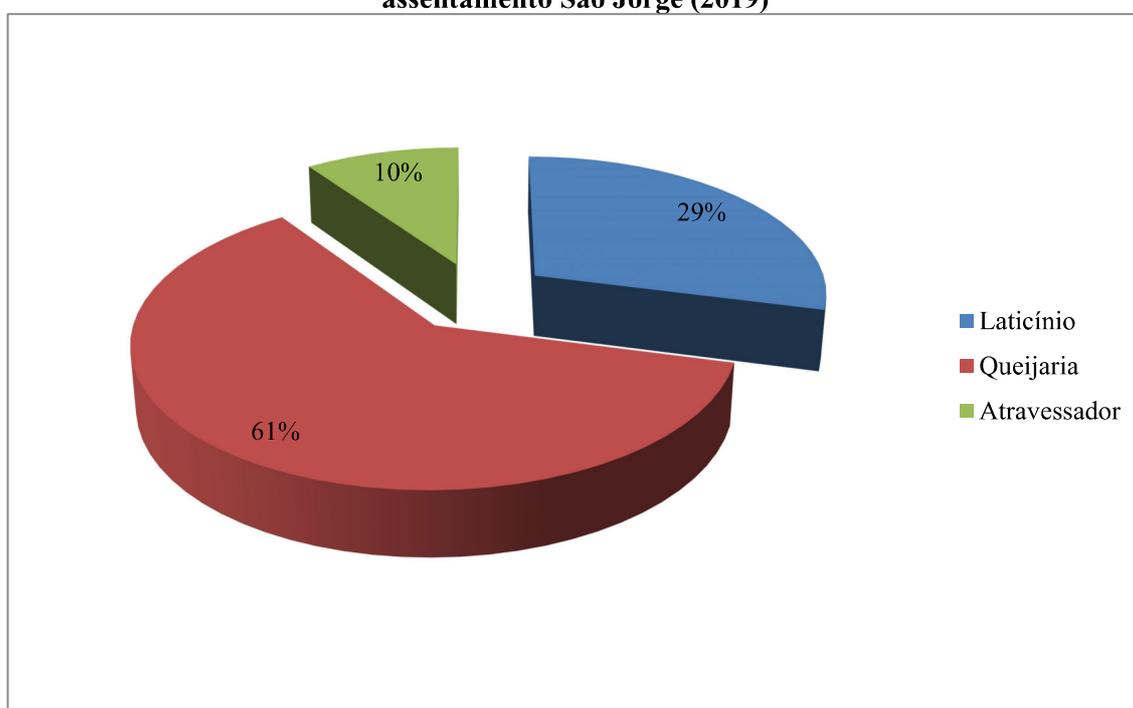
A posse por parte do laticínio deste selo de inspeção, no contexto local, serve como mecanismo capaz de produzir, do ponto de vista do camponês, certa segurança no momento da transação comercial. A certificação estatal funciona, portanto, como um importante mecanismo externo de diferenciação e, em última análise, marginalização dos estabelecimentos processadores de derivados do leite como as queijarias artesanais, uma vez que estas não possuem a certificação sanitária.

Nesse cenário, o fornecimento da produção leiteira ao laticínio local, pareceu, em determinados momentos da pesquisa, ser a opção mais viável e segura do ponto de vista da família camponesa. No entanto, quando se analisa a dinâmica das relações comerciais no longo prazo, percebe-se que o próprio comportamento do produtor leiteiro e as relações comerciais travadas por ele dentro das alternativas disponíveis, podem estar correlacionadas ao aparecimento e intensidade das operações de fiscalização sanitária local, e na microrregião como um todo.

⁷⁰ Os selos de inspeção sanitária podem ser de três tipos. O selo de inspeção municipal (SIM) é destinado aos estabelecimentos que comercializam dentro dos limites de um determinado município. O selo de inspeção estadual (SIE) permite a comercialização dentro das fronteiras de um estado da federação e o selo de inspeção federal (SIF) envolve as indústrias que cobrem toda extensão do país.

No momento de nossa última pesquisa de campo, em 2021, por exemplo, cerca de 61% dos camponeses entrevistados afirmaram fazer a venda da produção leiteira à queijaria instalada na região, seguido daqueles que comercializavam junto ao laticínio Bethe, cerca de 29%, e somente 10% deslocavam a produção diária a algum atravessador (Gráfico 17). Estas informações demonstraram a preferência dos camponeses pela inserção junto à queijaria, no momento da entrevista. No entanto, é importante destacar o caráter dinâmico do mercado leiteiro local, uma vez que foi possível observar em outras experiências de campo, uma variação importante nas preferências dos camponeses leiteiros com relação às possibilidades de comercialização.

Gráfico 17 – Alternativas de inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira do assentamento São Jorge (2019)



Fonte: pesquisa de campo.

Observou-se que os períodos de maior intensidade das operações de fiscalização dos estabelecimentos transformadores do leite na microrregião (2012-2015), corresponderam aos momentos de melhor desempenho do laticínio no número de fornecedores no assentamento (Tabela 9). Isso se deve ao fato do referido laticínio possuir a certificação sanitária e, por isso, está imune às implicações destas fiscalizações. No ano de 2013, momento da articulação de diversas entidades públicas e

privadas⁷¹ no esforço de combater a produção informal ou clandestina⁷² (CARNEIRO, 2015; LIMA NETO, 2017), o laticínio Bethe possuía 27 fornecedores ativos – este número sofreu uma pequena queda dois anos depois⁷³.

Tabela 9 – Número de fornecedores de leite aos laticínios e queijarias em diferentes momentos da pesquisa de campo

Ano	2013	2015	2019	2021
Fornecedores Laticínio	27	21	07	09
Fornecedores Queijaria	-	-	25	19

Fonte: pesquisa de campo.

Nos anos de 2019 e 2021, porém, o número de produtores que comercializaram o leite junto ao laticínio sofreu uma queda significativa, com a participação, respectivamente, de somente 7 e 9 produtores. Essa diminuição do número de fornecedores pode ser explicada pelo arrefecimento das operações de fiscalização na região, uma vez que a campanha contra o leite clandestino e o queijo fraudado (LIMA NETO, 2017) havia se desarticulado, e as operações de fiscalização da AGED-MA no município passaram a ocorrer somente a partir de denúncias⁷⁴. Portanto, de maneira concomitante a este processo, ocorre um importante deslocamento desses fornecedores à queijaria local, que chega ao número de 25 em 2019, e de 19 em 2021.

É importante destacar, assim, o caráter diversificado e dinâmico das estruturas do mercado leiteiro regional, com a presença de diferentes alternativas de comercialização, mais ou menos simétricas, através da venda aos laticínios, queijarias ou atravessadores, e a importante influência das ações de fiscalização sanitária na região. A relativa simetria e diversidade interna dessa cadeia de produção, uma vez que envolve a participação de

⁷¹ Ações envolvendo a AGED, Ministério Público Estadual, Polícia Federal e Rodoviária, universidades e sindicatos.

⁷² Tais ações tinham um caráter combativo, no sentido das fiscalizações, apreensões, autuações, multas e fechamento de estabelecimentos transformadores de leite, e pedagógico, no esforço de conscientizar a sociedade civil para os riscos do consumo da produção não certificada pelo Estado (LIMA NETO, 2017; CARNEIRO, 2015).

⁷³ Infelizmente não obtivemos dados sobre aqueles produtores que forneciam leite às queijarias nos primeiros anos da pesquisa (2013 e 2015), pois essas informações nos foram “ocultadas” pelos camponeses, que sequer admitiam a existência desses estabelecimentos neste período. Certamente, o ambiente de tensão em relação às operações de fiscalização exerceu papel importante para esta postura coletiva de “resistência cotidiana”. Somente a partir do ano de 2019, momento em que havíamos feito várias visitas ao assentamento, e que as operações de fiscalização se arrefeceram na região, foi possível ter contato com este tipo de alternativa de comercialização e perceber sua importância para a dinâmica leiteira local.

⁷⁴ O alto número de estabelecimentos clandestinos, de acordo com informações da diretora da AGED de Imperatriz, em entrevista fornecida no ano de 2021, levanta a possibilidade dentro da instituição de realizar uma nova campanha, semelhante às ocorridas no ano de 2012, articulando diversas instituições.

diferentes empresas de médio e pequeno porte, permite a constituição de um cenário de intensa concorrência entre os compradores (laticínios, queijarias, atravessadores) pelo fornecimento da matéria-prima, e diminui a possibilidade de monopólio desse mercado por uma empresa de grande porte. Essa estruturação de mercado amplia as possibilidades de inserção econômica do campesinato, pois expande sua margem e possibilidades de escolha.

Nas próximas seções, serão apresentados os principais mecanismos que dão sustentação às distintas relações comerciais estabelecidas pelos camponeses leiteiros, colocando em destaque, sob os critérios que orientam a escolha das alternativas de comercialização, as condições da inserção mercantil e suas implicações para o funcionamento da economia familiar.

5.5 Alternativas de comercialização e inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira local

A dinâmica de funcionamento da cadeia de produção leiteira na microrregião de Imperatriz possibilitará o desenvolvimento de um cenário heterogêneo e de constantes transformações. Isto quer dizer que o camponês tem, à sua disposição, um conjunto de alternativas de venda inseridas numa estrutura que sofre constantes transformações, tornando necessário o estabelecimento de uma conduta flexível e mutável em relação às trocas mercantis.

Por conta disso, será necessário apresentar uma descrição sumária dos principais critérios que podem desencorajar ou favorecer a seleção das alternativas de comercialização local. Neste sentido, serão colocadas em evidência as principais características e mecanismos que orientam as relações comerciais estabelecidas entre camponês, atravessador, laticínio e queijaria (Quadro 9).

Quadro 9 – Mecanismos orientadores das relações comerciais na cadeia de leite no assentamento São Jorge (2019)

ATRAVESSADOR	LATICÍNIO	QUEIJARIA
Relação informal	Estabelecimento certificado	Estabelecimento informal
Risco de calote	Segurança e garantia de pagamento	Risco de calote
Pagamento quinzenal em espécie	Pagamento quinzenal em cheque	Pagamento quinzenal em espécie
Relação de confiança	Relação puramente comercial	Relação de proximidade e reciprocidade
Disponibilização do soro	Retenção do soro	Disponibilização do soro
Sem custos adicionais de frete	Custos adicionais de frete	Sem custos adicionais de frete

Fonte: trabalho de campo.

É importante destacar que, embora apresentadas separadamente, tais alternativas não podem ser compreendidas como estanques ou imutáveis, uma vez que os camponeses podem alternar entre as diferentes possibilidades de comercialização, de acordo com condições internas e externas. A apresentação em separado, refere-se a uma escolha metodológica de descrição, no sentido de termos a compreensão da heterogeneidade e dinâmica do mercado leiteiro local.

5.5.1 Comercialização junto a atravessadores

Os atravessadores são agentes que fazem a compra de grandes quantidades de leite in natura para revendê-lo a estabelecimentos produtores de alimentos derivados do produto como pizzarias, padarias, queijarias, etc., geralmente localizados nos centros urbanos mais próximos como Cidelândia, Açailândia ou Imperatriz.

A comercialização com atravessadores aparece como alternativa para os produtores de leite, por algumas razões específicas, que dizem respeito ao preço pago pelo leite – considerado mais vantajoso para alguns camponeses –, à facilitação da produção de complemento alimentar suíno e também ao adiantamento do pagamento feito pelo atravessador.

O atravessador identificado, no assentamento São Jorge, no momento da pesquisa, recolhia a produção leiteira de 3 camponeses, e transportava essa produção ao centro do município de Cidelândia, local onde o leite in natura passava pelo processo de transformação e beneficiamento para fins de fabricação de queijos. Tal atravessador se deslocava ao assentamento, diariamente, para fazer a coleta nas propriedades de seus

respectivos fornecedores. Por conta disso, era possível disponibilizar ao camponês a quantidade de soro correspondente ao leite coletado no dia anterior.

Os camponeses consideram viável esse tipo de negociação porque viabiliza uma maior flexibilidade na negociação de preços e prazos de pagamento, por se tratar de uma relação direta entre comprador e fornecedor. Neste tipo de relação, pode-se observar o enraizamento das relações sociais (GRANOVETTER, 2009), onde a confiança construída entre camponeses e atravessadores se assenta em laços interpessoais viabilizados pela presença contínua dos compradores (atravessadores) nos estabelecimentos agropecuários.

Este tipo de relação comercial, contudo, apresenta algumas inconveniências, tornando esta alternativa de inserção insegura. Durante pesquisa de campo, identificamos que tais compradores não ofereciam segurança e regularidade nos pagamentos, uma vez que sempre havia a possibilidade de que a carga fosse apreendida pelos órgãos de fiscalização sanitária, inviabilizando o pagamento dos fornecedores.

Os trabalhos de fiscalização e apreensão da produção considerada irregular, foram fundamentais para a dinamização e organização da produção e comercialização de leite no assentamento. Tais iniciativas promoveram a construção daquilo que se pode chamar de “clima social de insegurança”, alterando, de maneira significativa, a relação dos camponeses com alguns atravessadores e queijarias.

No entanto, é importante destacar o caráter parcial dessa intervenção, pois tais operações, em geral, tinham como foco principal os estabelecimentos especializados na produção de derivados do leite (laticínios, queijarias), não tendo, portanto, um efeito direto sobre a dinâmica dos processos internos de produção da família camponesa. Seus efeitos eram sentidos, de maneira mais sensível, nas situações em que os estabelecimentos compradores sofriam alguma averiguação sanitária. Este tipo de intervenção poderia impossibilitar um pagamento acumulado durante uma quinzena ou mês.

5.5.2 Comercialização junto aos laticínios

A segunda alternativa de inserção mercantil dos camponeses locais, compreende a venda do leite in natura para as indústrias de laticínios certificadas pelo Estado, pois significa uma renda regular e segura por conta do registro no selo de inspeção sanitária que estas empresas possuem. Por conta do cenário de insegurança produzido pelas

operações de fiscalização dos estabelecimentos informais na região, esse tipo de inserção mercantil viabiliza a construção de uma relação comercial duradoura e segura, uma vez que a possibilidade de intervenção estatal é mínima.

Todavia, esse tipo de comercialização apresenta um inconveniente, pois quando os camponeses vendem para tais indústrias ficam impossibilitados de utilizar o soro do leite, o que inviabiliza sua utilização para composição alimentar na atividade de criação animal (suinocultura) (CARNEIRO M., 2015a; CARNEIRO J., 2016). De acordo com os produtores estudados, o “soro” representa cerca de 80% da alimentação animal, sendo que na sua ausência a atividade da suinocultura se torna inviável.

Geralmente as indústrias de laticínios são mais rígidas nas políticas de preços e pagamentos. Este tipo de comprador realiza os pagamentos quinzenalmente, no entanto, na forma de cheques que podem ser descontados nos bancos localizados no centro da cidade. A necessidade de fazer esse deslocamento de aproximadamente 15 km até o centro de Cidelândia, por exemplo, é visto como uma desvantagem do ponto de vista do camponês.

O fornecimento do leite aos laticínios pode, ainda, implicar na necessidade de investimento em mecanismos de transporte da produção leiteira diária, através do contrato dos serviços de atores locais, os freteiros⁷⁵, responsáveis pelo deslocamento do produto in natura das propriedades familiares até a área em que o tanque de resfriamento encontra-se instalado. Essa modalidade de transporte do leite é facultativa, e depende da conveniência do produtor leiteiro, pois seu uso implica no desprendimento de recursos (a serem descontados nos pagamentos quinzenais) e diminuição dos níveis de penosidade do trabalho familiar.

5.5.3 Comercialização com as queijarias

As queijarias são estabelecimentos especializados na fabricação de queijos, geralmente de propriedade de uma família camponesa, que se utiliza da produção interna familiar e pode, eventualmente, realizar a compra de leite in natura de outras propriedades. A queijaria identificada na pesquisa, não possuía o certificado de inspeção sanitária e operava com a estrutura interna da propriedade agrícola, de forma que os

⁷⁵ Falaremos mais sobre este ator e seu papel na dinamização da cadeia leiteira local posteriormente.

espaços utilizados para fabricação dos queijos podiam ser compreendidos, como destaca Lima Neto (2017), como uma extensão de suas cozinhas.

As transações econômicas com este tipo de comprador, respondem por uma dinâmica de instabilidade, provocada, particularmente, pelos efeitos das eventuais operações de averiguação dos agentes certificadores. Nos momentos em que o queijeiro local sofre algum tipo de averiguação dos órgãos de fiscalização sanitária, ou a notícia de fechamento ou retenção de queijos, nas proximidades, se dissemina na região, os camponeses fornecedores do produto in natura para este tipo de estabelecimento, suspendem a venda e deslocam a produção leiteira diária para outros canais. Todavia, é importante destacar, de forma geral, o caráter temporário deste deslocamento, uma vez que reestabelecido o clima social de segurança, as relações comerciais com os primeiros compradores podem ser retomadas.

É importante notar que o produtor de queijos identificado é também um assentado, e possui lote na região – local em que desenvolve as atividades de fabricação de queijos. Chegou ao assentamento no ano 2000, após ter acumulado experiência como vaqueiro nas cidades de Imperatriz e Cidelândia, oportunidade em que desenvolveu a habilidade de produzir queijos do gênero muçarela. Sua propriedade é equipada com um tanque de resfriamento, utilizado no processo de conservação do leite comprado, e uma caixa d'água onde o soro⁷⁶ deve ser dispensado após o processo da coalhada.

O queijeiro tem uma capacidade de produção em média de 200 kg de queijos por dia. Esta produção pode ser escoada para os centros urbanos mais próximos, especialmente Cidelândia, abastecendo distintos estabelecimentos especializados no comércio de varejo, como pequenos comerciantes, padarias, supermercados, pizzarias e lanchonetes. Ademais, é possível realizar a venda em pequenas quantidades para assentados, vizinhos e amigos de Cidelândia.

Os valores dos queijos podem sofrer variações de acordo com as condições climáticas locais, de modo que, no inverno, os preços pagos pelo kg do queijo podem chegar a R\$15,00 e, no verão, esses valores devem sofrer um aumento chegando até o valor de R\$20,00. O proprietário da queijaria possui ainda uma área de aproximadamente 20 hectares, onde mantém a criação de um pequeno rebanho leiteiro, produção que destina à fabricação de queijos, e cultiva gêneros agrícolas utilizados

⁷⁶ O soro do leite poderá ser utilizado pelos fornecedores (camponeses) como ingrediente voltado à suplementação alimentar suína, como será demonstrado nas próximas seções.

como ingredientes para alimentação das vacas em lactação, como mandioca e cana de açúcar.

A relação que esse comprador estabelece com os camponeses que lhe fornecem leite, ultrapassa os códigos que orientam uma transação impessoal e puramente comercial. A existência de um arranjo social de interconhecimento que perpassa as relações entre camponeses no assentamento, permite a construção de uma relação de confiança e proximidade baseada no conhecimento mútuo e nos vínculos de amizade reproduzidos localmente. O queijeiro não é somente um comprador, mas é, antes de tudo, um amigo, um vizinho, um conhecido.

O queijeiro, neste cenário, consegue colocar em prática uma política de preços e pagamentos mais flexível, uma vez que consegue manter os preços do litro do leite um pouco acima dos valores oferecidos pelos laticínios, e os pagamentos feitos quinzenalmente, sempre em espécie. As relações de proximidade que fundamentam as transações entre queijeiro e produtor de leite, colocam em evidência as possibilidades de antecipação, adiantamento ou prorrogação dos pagamentos, em casos de urgência ou necessidade. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de prestação de favores entre os envolvidos, de modo que o queijeiro, devido sua constante circulação pelos centros urbanos das cidades, pode ser recorrentemente mobilizado pelos seus fornecedores a realizar compras de gêneros agropecuários como insumos agrícolas, sementes, inseticidas ou remédios.

Esses laços de proximidade não são identificados quando analisamos a relação desses trabalhadores com as indústrias de laticínios. A relação comercial com este tipo de comprador é fortemente baseada nos mecanismos impessoais de transação. Não há necessidade de se desenvolver relações de proximidade entre fornecedor e comprador de leite, uma vez que a confiança estabelecida entre os envolvidos está amplamente fundamentada em mecanismos externos baseados na confiabilidade de uma empresa certificada (possui o selo de inspeção sanitária), e na garantia de recebimento quinzenal do leite fornecido, uma vez que os riscos de operações de fiscalização são minimizados.

5.5.4 Dinâmica produtiva leiteira e fabricação de queijos

Como apresentado anteriormente, a organização e dinâmica da cadeia produtiva favorece uma inserção camponesa em distintos canais de comercialização, dando ao produtor leiteiro uma importante margem de escolha e barganha nos momentos de

estabelecer trocas mercantis. No entanto, é importante destacar as possibilidades de fabricação de queijos caseiros, no interior das propriedades familiares, voltados ao consumo ou comercialização.

A alternativa de fabricação de queijos se coloca como viável do ponto de vista do produtor, quando as condições internas e externas as propriedades familiares são consideradas insatisfatórias. A fabricação de queijo caseiro pode representar, então, uma estratégia que é acionada pelos camponeses quando a combinação de diferentes circunstâncias, tais como a capacidade produtiva do rebanho bovino, o calendário agrícola e o preço pago pelos laticínios e atravessadores, são consideradas insatisfatórias. Nesse sentido, como demonstrado por Lima Neto (2017), a estratégia de fabricação de queijos aparece como um refúgio diante das dificuldades encontradas nas condições de comercialização com as empresas de laticínios, queijarias ou atravessadores.

A comercialização ou decisão de fabricar queijos caseiros, por exemplo, pode ser considerada viável quando o preço pago pelas indústrias de laticínios e atravessadores sofre uma queda significativa. De acordo com um pequeno pecuarista, o modo de gerir a produção leiteira está intimamente ligado às oscilações do preço do litro do leite e à capacidade produtiva do rebanho bovino no percurso do ano:

Camponês: Ai quando diminui...Quando ela [produção de leite] tá dando de 10, 15 litros, até 20, ou 25, nós bota no laticínio. Ai quando é de 15 pra baixo, aí faz o queijo. Nós usa [o queijo] pro nosso gasto e a gente vende dia de sábado na feira. (Entrevista realizada em 29 de novembro de 2015).

O queijo fabricado por esses camponeses pode ser consumido, ou comercializado nas feiras de final de semana realizadas todos os sábados pela manhã no centro do município de Cidelândia. As “feiras de sábado” se tornaram uma tradição local: se apresentam como excelente oportunidade de comercializar várias benfeitorias produzidas pelas mulheres assentadas. Nestas feiras, além dos queijos caseiros, podem ser comercializados bolos de macaxeira, variedades de frutas, legumes e hortaliças produzidas pelas mulheres nos quintais das residências familiares.

Nesse espaço de troca mercantil, imperam relações de proximidade entre produtor e consumidor: através das interações face a face e da possibilidade de degustação do produto, antes da efetivação de sua compra, o consumidor pode opinar a respeito do processo produtivo (LIMA NETO, 2017). Esta proximidade entre produtor e consumidor pode ser vista, ainda, a partir da perspectiva dos mercados aninhados –

conceito elaborado por Van Der Ploeg (2016b) –, como elemento que resolve o problema das lacunas estruturais encontradas nos grandes mercados de alimentos. Tais relações, construídas a partir de agradáveis intercâmbios, se constituem não apenas como elemento que aproxima consumidor e produtor, mas também possibilita um baixo custo de transação nas trocas mercantis e simbólicas, no âmbito da produção agrícola e dos mercados aninhados.

É possível dizer, portanto, que a organização econômica dos camponeses, em estudo, passa pelos diversos modos de gerir o rebanho leiteiro no interior dos estabelecimentos agropecuários, sejam no autoconsumo doméstico, na venda aos laticínios, queijarias e atravessadores, ou quando, em determinados momentos o camponês alterna entre a venda, o consumo e ou fabricação de queijo. Dessa maneira, produção leiteira local responde ao que Tepicht (1973) chama de consumo direto (autoconsumo doméstico) e consumo produtivo da família (quando o camponês desloca o produto in natura para a fabricação de queijos, por exemplo).

5.6 Comercialização leiteira e criação suína

Nesta seção, buscaremos demonstrar a importância das possíveis inter-relações entre a comercialização leiteira e a criação suína para a reprodução da economia camponesa local. Através desta sinergia, é possível favorecer um importante fortalecimento da base de recursos internos da família camponesa, e garantir a fabricação de suplemento alimentar dos animais suínos de maneira endógena.

Como salientado anteriormente, a heterogeneidade da cadeia de produção local pode representar a disponibilização de diferentes alternativas de comercialização camponesa, a partir do fornecimento do produto in natura. No entanto, é importante destacar as possibilidades e limitações impostas pelos diferentes modelos de inserção mercantil em relação à reprodução da atividade suína no interior das propriedades familiares.

Tentaremos demonstrar de que modo a escolha entre as diferentes alternativas de comercialização leiteira pelos camponeses, é capaz de diminuir a dependência dos mercados externos ou, em sentido inverso, promover um aumento da autonomia familiar. A dinâmica que permite essas variações, contudo, tem relação direta com desenvolvimento de distintos sistemas de coleta, armazenamento, transporte e

beneficiamento da produção leiteira colocados em prática, especialmente pelo laticínio e queijaria identificados na pesquisa de campo.

Para compreender os efeitos da inserção camponesa nos mercados de produtos leiteiros regional, será necessário demonstrar, em primeiro lugar, a importância da atividade suína, enquanto produção voltada para o consumo e para os mercados, para reprodução do campesinato leiteiro local. Em seguida, será apresentada uma descrição dos diferentes modelos de transporte e transformação colocados em prática pelos diferentes estabelecimentos beneficiadores de leite, e suas implicações para a possibilidade de reprodução de uma criação mais dependente ou mais autônoma.

5.6.1 Criação suína camponesa

A criação suína é uma atividade tradicional na região (CUNHA, 1977; KELLER, 1975; FRANKILIN, 2008), e sua importância pode ser explicada pelo seu caráter de alternatividade (GARCIA JUNIOR, 1989), ou seja, pela capacidade que os camponeses possuem de destinar a produção suína à alimentação familiar e/ou aos mercados de produtos leiteiros.

Por conta disso, essa criação pode ser encontrada em parte considerável das propriedades familiares locais. Durante pesquisa de campo, foi possível identificar a reprodução da atividade suína em 58% dos estabelecimentos. Deste total, 68,8% afirmaram destinar os animais para os mercados, e 31,3% para o consumo das famílias. Um rebanho suíno, portanto, pode representar a garantia de uma boa renda anual para as famílias camponesas locais.

Os suínos são animais de desenvolvimento biológico acelerado. Uma fêmea bem alimentada tem a capacidade de reproduzir até três ciclos, variando entre 8 e 10 animais por cria, durante o percurso de um ano. Os animais de pequeno porte se alimentam exclusivamente de leite materno, e somente a partir do primeiro mês de vida sua alimentação poderá ser suplementada.

O suplemento alimentar dos animais pressupõe a utilização de diferentes ingredientes, que podem ser produzidos no interior das propriedades familiares como o milho e o soro do leite, ou podem ser comprados nos mercados de insumos como o milho e um composto mineral e vitamínico chamado núcleo. Um suíno com alimentação apropriada pode se desenvolver em até quatro meses, momento em que

estará em plenas condições de consumo ou comercialização, pois seu peso poderá variar entre 30 e 50 quilos⁷⁷.

Os animais, além de destinados à alimentação familiar, podem ser comercializados com vizinhos do próprio assentamento, com compradores de outros povoados (São João do Andirobal) e assentamentos (Itaiguara) circunvizinhos, e nas regiões centrais das cidades mais próximos (Cidelândia, Açailândia e Imperatriz).

A reprodução da atividade suína no interior das propriedades camponesas pode representar a possibilidade de constituição de uma renda monetária significativa durante o ano agrícola. No entanto, são diferentes as estratégias colocadas em prática, no sentido de produzir a alimentação desses animais. Uma primeira estratégia, pressupõe a intensificação da inserção camponesa nos mercados de insumos através da compra dos ingredientes necessários à alimentação suína, como o milho e o núcleo. O segundo modelo de produção do suplemento alimentar, refere-se à possibilidade de se produzir, no interior da propriedade familiar, os ingredientes necessários à alimentação dos animais, como o milho e o soro do leite.

O milho, como foi descrito anteriormente, pode ser produzido nos lotes dos assentados dentro do calendário agrícola anual, já o soro do leite, é um subproduto que pode ser obtido e descartado no processo de fabricação dos queijos. Combinar o milho com o soro do leite, segundo os camponeses, amplia as possibilidades de ganho nas transações desse setor, uma vez que promove um desenvolvimento pleno dos animais e um processo de engorda satisfatório.

O que é importante para nossa pesquisa, é a correlação engendrada pelos camponeses entre a atividade suína e a pecuária leiteira, de modo que o tipo de inserção mercantil (com laticínios ou queijarias) terá efeito direto sobre as possibilidades de fabricação autônoma da alimentação suína, dentro das propriedades familiares.

Observou-se que o modelo de inserção mercantil, através da comercialização com o laticínio, queijaria ou atravessador, poderá encorajar ou desestimular a reprodução da criação suína no interior dos estabelecimentos camponeses. Dentro do universo daqueles camponeses que reproduziam a criação suína no interior de suas propriedades, no momento da pesquisa (cerca de 58%) pelo menos 65% afirmaram realizar a venda do leite à queijaria da região, e somente 35% destinavam a produção leiteira diária ao laticínio.

⁷⁷ Os preços dos animais levados ao mercado de produtos variam de acordo com o peso. Durante pesquisa de campo, no ano 2021, os suínos podiam ser comercializados por até R\$ 20,00 (vinte reais) o kg.

Essas informações ajudam, não somente a compreender a importância da atividade suína para a economia camponesa local, mas sinaliza para uma dinâmica interna que inter-relaciona produção leiteira e criação suína. Por conta disso, nas próximas seções, será demonstrado de que modo os sistemas de armazenamento, transporte e transformação do leite, colocados em curso pelos diferentes compradores, influenciam nas possibilidades de manutenção da criação suína camponesa, através da disponibilização ou retenção de um subproduto utilizado como suplemento alimentar.

A dinâmica observada na pesquisa, permite afirmar que a inserção do laticínio, na maioria dos casos, é capaz de promover um processo de desativação da atividade suína, no interior das propriedades camponesas, já que neste tipo de relação comercial, o soro do leite é retido pelo próprio sistema de beneficiamento leiteiro adotado. Em sentido inverso, os mecanismos que regulam as relações comerciais entre os camponeses e o queijeiro permitem a disponibilização desse subproduto utilizado para alimentação dos animais suínos, ampliando as possibilidades de manutenção deste tipo de criação familiar.

A retenção do soro do leite por parte do laticínio representa, portanto, a possibilidade de aumento dos níveis de dependência dos mercados, a necessidade de buscar os insumos destinados à suplementação alimentar nos mercados externos, ou a ampliação da autoexploração da força de trabalho familiar, uma vez que é possível destinar ingredientes produzidos internamente à dieta alimentar dos suínos, como é o caso do milho.

Para compreendermos, de maneira mais profunda, os mecanismos que fundamentam as sinergias entre criação suína e pecuária leiteira, será necessário entender o desenvolvimento e funcionamento dos arranjos locais que envolvem os processos de coleta, transporte e armazenamento da produção leiteira local. Esses arranjos serão fundamentais para favorecer ou limitar a possibilidade de utilizar do soro do leite como ingrediente na alimentação suína.

5.7 Transporte e armazenamento do leite

Os mecanismos que estruturam o transporte e armazenamento do leite in natura são fundamentais para determinar a organização da produção leiteira local, e podem funcionar como elementos influenciadores na conduta das unidades familiares em relação às alternativas de inserção mercantil.

As diferentes alternativas de comercialização leiteira implicam na imersão de distintos modelos e possibilidades de entrega da produção leiteira diária. Estes distintos modelos podem ter implicações sobre os processos internos de trabalho nas propriedades familiares, uma vez que podem favorecer ou inibir o incremento da atividade suína camponesa. Apresentaremos, então, os modelos de entrega do leite colocados em prática na relação com o laticínio e queijaria, identificados na região.

5.7.1 Sistema de transporte dos laticínios e criação suína

Como mencionado anteriormente, a indústria de laticínio presente na região instalou, em concordância com os camponeses, um tanque de resfriamento de leite numa área central do assentamento. Esse esforço permitiu colocar em prática, uma coleta coletiva diária do leite produzido pelos camponeses de modo a satisfazer, pelo menos parcialmente, as principais exigências de controle da qualidade sanitária do leite.

No entanto, para que a coleta, transporte e armazenamento do produto pudessem ser feitos atendendo plenamente às exigências de qualidade, de maneira plena, era necessário construir um arranjo coletivo que garantisse o deslocamento do leite in natura, no período de até duas horas até o tanque de resfriamento, onde o produto teria condições de manter os níveis necessários de temperatura.

É nesse contexto, que aparece a figura de um novo agente social, responsável pelo transporte da produção leiteira local – o freiteiro – um assentado que, com o contrato da empresa de laticínios e o auxílio de sua família, cuida do tanque de resfriamento e faz o controle, recebimento, armazenamento e registro do leite produzido e destinado ao laticínio. Ele se ocupa também do transporte do leite daqueles produtores que, por conta da quantidade produzida e da distância, optam pelo uso dos serviços de frete do leite.

Para realizar as tarefas diárias de coleta de leite e manutenção do tanque de resfriamento, o freiteiro é pago pelo laticínio de duas formas: através de uma remuneração fixa de um salário-mínimo, e uma remuneração variável de cinco centavos por cada litro de leite transportado. Esse valor é descontado do pagamento, por litro de leite, feito pelo laticínio aos produtores do assentamento.

É importante destacar que o serviço de transporte do leite só é feito quando o produtor, considerando o aumento do ritmo de trabalho em determinadas épocas, o solicita ao freiteiro. Foi possível observar, por exemplo, o caso de um camponês que

fazia uso da alternativa de entrega no curral⁷⁸, na primeira visita ao campo em 2012. Em outra oportunidade, no ano 2015, identificamos que o mesmo camponês, por conta da quantidade de leite produzida, considerada insatisfatória, preferiu não fazer uso do serviço, realizando a entrega na plataforma⁷⁹, isto é, diretamente no tanque de resfriamento.

O uso dos serviços do freiteiro é importante para os camponeses, pois possibilita uma maior autonomia na gestão de tempo dos processos de trabalho no interior das propriedades familiares, permitindo ao produtor o investimento em outras atividades como cultivos agrícolas, ou a manutenção de um cercado ou pasto:

Camponês 06: Por que, na verdade, a gente paga 5 centavos [por litro] pra ele [freiteiro] ir pegar lá [a produção leiteira diária]. Mas no final das contas eu ganho mais. Por que eu tiro o meu leite e estou liberado pra cuidar de outra coisa, né? De outro serviço. Aí, sempre pra deixar o leite aqui na vila [local onde fica o tanque de resfriamento], você perde muito tempo. E aí esse tempo, que venho deixar o leite aqui, eu estou trabalhando na minha roça. Fazendo uma coisa e outra lá na minha roça. Então eu achei melhor assim. (Entrevista realizada em 30 de novembro de 2015).

Dessa maneira, assim como no caso dos produtores de leite, a dinâmica e ritmo de trabalho do freiteiro estão condicionadas às características climáticas dos diferentes períodos (seco e chuvoso) do ano. Há períodos do ano (inverno) em que é necessário contratar trabalho assalariado para auxílio no transporte do leite, pois, nesse período observa-se uma forte elevação da quantidade de leite produzida pelos assentados.

Depois de coletado e armazenado no tanque de resfriamento, o leite é transportado através de um veículo especialmente adaptado para essa atividade: um caminhão isotérmico. A coleta da produção no tanque de resfriamento é feita, pelo veículo do laticínio Bethe a cada dois dias, e levado até o povoado denominado Quilômetro 30, município de Açailândia, onde fica a sede da empresa. Neste momento, um funcionário do laticínio, com o auxílio do freiteiro, faz o registro da quantidade de leite coletada, que deve ser transportado imediatamente. Somente na sede da empresa as etapas necessárias à transformação e beneficiamento do produto podem ser feitas.

Nota-se que o leite é coletado e transportado integralmente, ou seja, sem o processo de coalhagem e de separação do soro da *massa*. Ou seja, no caso em análise,

⁷⁸ Nomenclatura local para designar o uso do serviço do freiteiro, quando o camponês deixa os garrafões de leite com a produção diária disponíveis em local visível e de fácil acesso, geralmente o cercado do próprio lote, para que o freiteiro, ao passar pelo local, possa fazer o transporte e entrega no tanque de resfriamento.

⁷⁹ Compreende casos de produtores que fazem o transporte e a entrega do leite direto no tanque de resfriamento, sem o auxílio do freiteiro.

os processos de coleta, armazenamento e beneficiamento são separados fisicamente pelos próprios ambientes em que deverão ser colocados em prática, uma vez que este processo somente se dará na sede da empresa (município de Açailândia). O distanciamento físico das etapas de produção, por isso, limita as possibilidades de disponibilização do soro do leite aos camponeses, uma vez que este subproduto só pode ser obtido nos processos de coalhagem do produto em sua condição integral.

A impossibilidade de disponibilizar o subproduto, que seria destinado à alimentação suína, implica no aparecimento um conjunto de dificuldades para reprodução desta atividade no interior das propriedades camponesas, pois impede que parte importante da alimentação dos animais, cerca de 80% segundo os produtores, possa ser produzida internamente.

O fornecimento do leite *in natura* às indústrias de laticínios pode estimular, portanto, a necessidade de aprofundamento da dependência dos mercados de insumos agrícolas, uma vez que será necessário recorrer às compras dos ingredientes (milho e núcleo) destinados à alimentação dos animais. A intensificação das relações comerciais através da compra dos insumos pode favorecer a intensificação da dependência camponesa e diminuir as possibilidades de fortalecimento da base de recursos desenvolvida de maneira endógena.

5.7.2 Sistema de transporte das queijarias e criação suína

De modo semelhante ao observado, no caso do modelo de transporte leiteiro do laticínio, na queijaria foi possível identificar o desenvolvimento de arranjo coletivo que permite colocar em prática uma coleta diária da produção camponesa, de modo a garantir a manutenção das características sanitárias do produto, de acordo com as exigências vigentes no Brasil.

O queijeiro, assim, desenvolveu um arranjo para fazer a coleta daqueles camponeses que não se dispõem a levar o produto *in natura* até o espaço utilizado para fabricação dos queijos, por conta da distância ou da necessidade de investir tempo e trabalho em outras atividades, tais como cultivos agrícolas anuais e manutenção das áreas de pastagem ou cercados.

Para viabilizar a coleta e transporte do leite, o queijeiro conta com a utilização de uma caminhonete equipada com galões de grande extensão e dois trabalhadores assalariados: um motorista e um carregador de leite. A caminhonete faz o trajeto diário

percorrendo os lotes, coletando a produção daqueles camponeses sem condições de realizar a entrega diretamente, e transportando o produto in natura até a casa de fabricação de queijos.

Como dito anteriormente, o queijeiro é um assentado, possui um lote na região e é conhecido por todos. Essa aproximação do comprador com os demais criadores, funciona como um elemento diferenciador nas transações mercantis colocadas em curso na região, uma vez que as relações de proximidade permitem um conjunto de benefícios.

Do ponto de vista do queijeiro, a proximidade física e social com os fornecedores de leite aparece como elemento garantidor de um fornecimento seguro e duradouro, uma vez que esses laços e reciprocidades locais limitam a possibilidade do fornecimento de um leite de má qualidade, com adicionamento de água ou com colostro, por exemplo. Sua condição privilegiada lhe garante, ainda, a apropriação e acesso de informações fidedignas a respeito dos rebanhos e animais de seus fornecedores.

Em relação aos fornecedores de leite, as relações de proximidade contribuem para a facilitação de aspectos ligados à forma de pagamento, possibilidades de adiantamento de uma quinzena, e a contratação de empréstimos com o queijeiro que podem ser quitados, de maneira parcial ou integral, através do fornecimento do leite in natura.

No entanto, um último e mais importante aspecto a ser sublinhado na relação entre queijeiro e fornecedor de leite tem relação com a possibilidade de ter acesso ao subproduto destinado à alimentação dos suínos. No caso do queijeiro, os ambientes de armazenamento e beneficiamento do leite são indivisíveis, ou seja, o local onde o produto é coalhado é o mesmo onde é armazenado. Por conta disto, é possível disponibilizar aos camponeses o soro do leite, sem qualquer contrapartida, pois existe a prática, o costume, no ordenamento social incorporado pelos atores locais, da devolução do soro do leite na mesma quantidade do produto in natura fornecido é uma obrigação.

Após a coalhada, a massa utilizada para fabricação de queijo é separada do soro do leite. O soro deve ser dissolvido no interior de uma caixa d'água de mil litros onde pode ser recolhido livremente pelos trabalhadores locais sem qualquer restrição ou controle. Em determinada ocasião de nosso trabalho de campo na região, no horário após o almoço, o autor desta tese estava auxiliando um camponês no conserto de uma pequena falha na rede elétrica do lote. Antes da finalização do trabalho, o proprietário

do estabelecimento foi até o lote do queijeiro para recolher uma quantidade de soro a ser destinada aos suínos.

Sem a necessidade de qualquer formalidade, a quantidade de soro necessária à alimentação do seu rebanho naquele dia foi utilizada. Perguntei ao camponês se havia algum controle da quantidade retirada do soro disponível, ele respondeu que retira o que precisa no dia: amanhã, se precisar de uma maior quantidade, é essa que vou retirar! Respondeu o camponês.

A possibilidade de participar da cadeia como fornecedor de leite à queijaria, permite ao camponês promover um importante distanciamento dos mercados de insumos agrícolas, uma vez que com a disponibilidade do soro é possível fornecer, de maneira integral, uma alimentação suína satisfatória. O afastamento dos mercados de insumos favorece, ao mesmo tempo, uma inserção mais eficiente nos mercados de produtos, e ganhos mais rentáveis na comercialização dos suínos.

As diferentes possibilidades de inserção nos mercados de produtos, portanto, podem promover o desenvolvimento de distintos modelos econômicos na região. O fornecimento do leite às indústrias de laticínios dificultam a reprodução de uma economia camponesa mais autônoma, e favorecem a intensificação da dependência dos insumos externos. A venda do leite às queijarias locais, por sua vez, ampliam as possibilidades de fortalecimento da base de recursos interna da família, e favorece a autonomia dessas unidades de produção.

CONCLUSÕES

O ponto de partida para a elaboração desta tese, constituiu-se a partir do interesse na compreensão das possíveis implicações de um processo recente de incremento da atividade pecuária no interior das propriedades camponesas, na maior bacia leiteira do estado do Maranhão. O processo de crescimento da pecuária familiar na microrregião de Imperatriz é recente, ligado às transformações de caráter regional ocorridas no início do presente século.

Destaca-se neste cenário, um importante movimento migratório de diferentes grupos sociais em direção à Amazônia maranhense, e a organização social e política de movimentos camponeses no sentido de promover a ocupação de terras e consolidação destes grupos, enquanto importantes agentes econômicos. De maneira concomitante, ocorreram importantes iniciativas na elaboração de políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa no Brasil. Diversas iniciativas foram desenvolvidas com a finalidade de promover uma inserção econômica mais eficiente desses produtores, através da facilitação e financiamento de crédito produtivo, e do desenvolvimento de diferentes canais de comercialização voltados à agricultura de base familiar.

No caso da microrregião de Imperatriz, particularmente, os recursos destinados à agricultura camponesa, eram investidos em sua grande maioria, em atividades ligadas à pecuária, através da formação de pastagens e compra de cabeças de gado. O importante incremento da criação animal, no início do século, promoveu um relevante movimento de pecuarização da agricultura camponesa, aumento das áreas de pastagens e dos rebanhos no interior das propriedades familiares, diminuição dos investimentos nos plantios de lavouras tradicionais, como o arroz e a mandioca, e a necessária reorganização da economia interna familiar, a partir do aumento em número e importância da pecuária leiteira na região.

De maneira concomitante ao crescimento da pecuária familiar regional, ocorreu a estruturação de uma importante cadeia de produção leiteira, com a abertura de diversos estabelecimentos produtores de derivados do leite como os laticínios e as queijarias. O aparecimento e expansão destas empresas especializadas na transformação da matéria-prima leite, em produtos voltados ao consumo de uma população urbana em crescimento (como queijos, iogurtes, manteiga e etc...), permitiu a inserção dos camponeses leiteiros dentro da cadeia de produção, na condição de fornecedores do produto in natura aos estabelecimentos transformadores.

Percebeu-se, ao longo da pesquisa, que o crescimento da atividade pecuária, a participação dos estabelecimentos camponeses no setor, e a estruturação de uma cadeia de laticínios e queijarias na região, poderiam resultar em importantes transformações, especialmente na vida econômica das famílias leiteiras. Tais transformações, além de impor a necessidade de se incorporar novas habilidades e conhecimentos intimamente ligados à pecuária leiteira, como o manejo das pastagens, o entendimento dos ciclos produtivos, e os cuidados relacionados à saúde dos animais e à sanidade dos processos de produção, colocam o desafio de inserção mercantil dentro de uma cadeia altamente exigente do ponto de vista sanitário.

Deste modo, a análise dos efeitos de uma inserção camponesa no mercado leiteiro brasileiro, no presente século, abrange um conjunto de questões que envolvem debates de caráter sanitário e econômico. Do ponto de vista sanitário, é necessário levar em conta os efeitos da construção de uma legislação (Instruções Normativas, n. 51 e 62), elaborada com a finalidade de regular a produção leiteira em todo território nacional. As exigências quanto aos processos de produção, transporte, refrigeração e transformação dos produtos derivados do leite, podem produzir efeitos de diversas ordens em toda a cadeia produtiva, tendo impactos relevantes sobre as práticas dos camponeses leiteiros.

No entanto, foi possível observar, durante a elaboração desta tese, que não há consenso na literatura especializada a respeito deste tema. Uma primeira perspectiva construída a respeito das implicações desta regulação estatal aponta para as possibilidades de um processo significativo de centralização industrial e homogeneização do setor, através da exclusão dos atores menos capitalizados e seleção daqueles com maior capacidade de investimento e adequação em relação às novas exigências. Neste cenário, somente sobreviveriam os estabelecimentos mais eficientes e com “vocação” para modernizar seus processos de produção.

Outra abordagem sobre o tema coloca evidência sobre o caráter parcial de intervenção da legislação sanitária voltada ao mercado leiteiro nacional. Esta perspectiva chama atenção para a incorporação heterogênea das exigências, tanto no nível da produção como no nível do consumo. Esses trabalhos, em geral, colocam destaque sobre a capacidade dos atores, individuais e coletivos, em elaborar estratégias, na maioria dos casos no plano micro social, capazes de garantir a reprodução de formas diversas de produzir, diminuindo os efeitos de uma pretensa homogeneização dos processos de produção alimentar.

Isso quer dizer, portanto, que as implicações desses processos para a pecuária camponesa respondem a certa heterogeneidade. Ou seja, os mecanismos de nível regional e local devem ser tomados como fundamentais na análise das possíveis repercussões da legislação sanitária e da participação dos camponeses leiteiros na cadeia produtiva. Nesse cenário, as estruturas regionais de mercado, as condições internas de produção, os saberes e disposições incorporadas historicamente pelos camponeses, e a própria capacidade de agência dos atores contribuirá decisivamente para o entendimento das organizações produtivas locais, e para os mecanismos de sustentação de possíveis trocas comerciais nesse setor.

No caso empírico em análise, percebeu-se que o desenvolvimento de uma cadeia produtiva diversificada e dinâmica, com a participação de diferentes estabelecimentos transformadores de leite, mais ou menos simétricos, produziu um cenário de constante disputa na região pelo fornecimento do produto in natura. Esta estruturação regional diversificada e relativamente simétrica, contribuiu para a consolidação de uma inserção camponesa positiva dentro da cadeia de produção, uma vez que os produtores leiteiros possuíam importante margem de manobra nas negociações comerciais com as diferentes alternativas de venda.

A própria inserção desses trabalhadores colocava em debate um conjunto de questões que tinham relação com as possibilidades de subordinação e autonomia camponesa. Deste modo, era necessário verificar se o crescimento da criação bovina havia produzido um processo interno de homogeneização dos espaços produtivos e especialização camponesa, uma vez que a pecuária reivindica a exploração de grandes áreas de pastagens, e a inserção mercantil pode produzir a subordinação das unidades familiares em relação aos estabelecimentos produtores de derivados do leite, dada a intensificação das relações comerciais com as empresas de laticínios na região.

Percebeu-se, durante a realização da pesquisa, que os estudos que se dedicam à compreensão a respeito da relação entre agricultura camponesa e os mercados alimentares podem ser sumarizados em dois grandes eixos centrais. A primeira perspectiva de análise, aponta para o desenvolvimento de importantes influências externas às unidades camponesas e sugerem um processo de transformações internas nas formas familiares de produção, convergindo, assim, agricultura e mercado. Esta convergência teria como efeito, de modo geral, a intensificação da relação travada entre os camponeses e os mercados, ampliando as interdependências entre eles.

A abordagem voltada aos atores, contudo, sugere compreender o processo de intensificação das relações entre o campesinato e os mercados, a partir do modo como as unidades familiares se comportam, de maneira ativa e estratégica, em relação às transformações mais gerais ligadas à modernização do campo e, especialmente, à organização dos mercados alimentares. Este tipo de compreensão contribui para a operacionalização de uma abordagem teórico-metodológica capaz de fugir das armadilhas de uma teoria que favorece os mecanismos das transformações mais gerais para o entendimento dos comportamentos no nível local e permite ao pesquisador ter a percepção da reprodução de formas heterogêneas, mesmo em ambientes globais pretensamente homogeneizantes.

No entanto, é fundamental sublinhar que a operacionalização de um instrumental teórico orientado as capacidades de agência dos atores sociais não implica perder de vista a importante influência das estruturas de mercado na conformação das condutas mais imediatas destes mesmos atores. A grande contribuição desta perspectiva se constitui no momento em que ela questiona a pretensa capacidade destas estruturas na determinação das ações individuais, como se os próprios atores fossem simples receptores e reprodutores de estruturas externas. No centro deste tipo de referencial teórico está o reconhecimento da influência exercida pelas estruturas externas, no momento em que as condições estruturais oferecem o contexto da ação, podendo limitar ou favorecer a conduta dos atores.

Embora a perspectiva adotada nos tenha possibilitado capturar as estratégias ativamente elaboradas pelos camponeses com a finalidade de produzir maiores níveis de autonomia familiar, sua instrumentalização na análise das experiências coletivas e individuais observadas empiricamente apresentou algumas limitações nos momentos em que era necessário verificar o papel das estruturas internalizadas na conformação da própria ação camponesa. O que queremos dizer é que o referencial orientado aos atores sociais pouco oferece para compreensão do papel exercido pelo conhecimento historicamente incorporado na dinamização da ação econômica camponesa, uma vez que os próprios atores, neste tipo de abordagem, nos pareciam demasiadamente “esvaziados” de propriedades sociais.

Por conta disto, sentimos a necessidade de utilizar as contribuições de uma sociologia da ação condicionada pela possibilidade de incorporação das estruturas objetivas. Deste modo, foi possível fugir das armadilhas de se considerar as estratégias ativamente construídas pelos camponeses como produto de uma capacidade puramente

individual e espontânea. Neste sentido, a própria capacidade de agência deve ser compreendida a partir do condicionamento e influência dos conhecimentos incorporados historicamente e das estruturas objetivas mais imediatas.

Deste modo, verificou-se, ao longo da pesquisa, que os efeitos da inserção camponesa na cadeia produtiva leiteira regional, a necessidade de reordenação dos espaços produtivos, a intensificação de suas relações comerciais no mercado leiteiro de insumos e produtos, e as fortes pressões exercidas por uma legislação sanitária nacional, devem ser compreendidos tendo em vista seu caráter heterogêneo, uma vez que a própria capacidade dos atores (camponeses) em produzir resistências, elaborar estratégias no sentido de garantir maiores níveis de autonomia e uma inserção mais eficiente nos mercados, podem resultar na reprodução de modelos de conduta diversificados internamente e contextualmente.

A pesquisa de campo realizada através da observação das experiências de um conjunto de camponeses leiteiros, no assentamento São Jorge/Cidelândia, nos possibilitou, a partir da compreensão das estratégias de reprodução interna e das relações comerciais, ter a percepção dos diferentes modelos de conduta construídos pelas famílias produtoras, no sentido de promover o fortalecimento de uma base de recursos autocontrolada, através da qual é possível intensificar ou arrefecer as trocas comerciais, com a finalidade de produzir maiores níveis de autonomia.

É possível afirmar que as repercussões da relação travada entre os camponeses e os demais atores participantes da cadeia, podem resultar no desenvolvimento de diferentes condutas, ou estilos de agricultura. Os diferentes estilos de agricultura identificados na pesquisa, se constituem a partir da reprodução de uma conduta mais ou menos intensiva em trabalho, e de outra baseada na intensificação das relações mercantis e dependência econômica. O modelo de produção leiteira intensiva em trabalho é fortemente baseado no fortalecimento de uma base de recursos autocontrolada e interna à unidade de produção, de modo a produzir, de maneira relativamente autossuficiente, os fatores necessários à produção de bens a serem, eventualmente, levados aos mercados de produtos. Este tipo de conduta amplia as possibilidades de autonomia e diminui a dependência econômica dos estabelecimentos leiteiros.

Um segundo modelo de conduta da relação entre agricultura camponesa e os mercados alimentares, identificado durante a pesquisa, é fortemente baseada na intensificação das relações mercantis, através do incremento exógeno dos fatores de

produção e intensificação da dependência externa. Neste tipo de agricultura, todos os processos de produção são direcionados e orientados pelas condições impostas pelos mercados (sejam eles de produtos ou insumos). Isto quer dizer que os camponeses ficam mais expostos às condições e oscilações de mercado e sofrem com uma perda significativa de sua capacidade de margem de escolha e dos níveis de autonomia dos grupos familiares.

Percebeu-se que o processo de mudança econômica vivenciada pelos camponeses estudados a partir, especialmente, do declínio das áreas voltadas à produção vegetal e incorporação, no interior dos estabelecimentos, das pastagens e criação animal, permitiu um importante movimento de reorganização da econômica camponesa local com o redimensionamento das áreas dedicadas aos plantios e aquelas orientadas às pastagens. Estas transformações, no entanto, tiveram como efeito, ao mesmo tempo, um conjunto de mudanças nos processos de trabalho familiar, nos mecanismos de sustentação da relação destes trabalhadores com os mercados externos.

Sobre este último aspecto, é importante destacar que, do ponto de vista do camponês, tais modificações trouxeram a possibilidade de se constituir, no interior das propriedades, uma renda quinzenal constante e segura proveniente da ordenha e venda diária do leite in natura aos diferentes canais de comercialização acessados por estes trabalhadores. Estes recursos podem ser, em sua maioria, destinados aos gastos ordinários das famílias como: alimentação, vestuário, abastecimento de água e energia elétrica, entre outros.

Por outro lado, o investimento nesta nova atividade, permite e assegura um segundo tipo de ganho monetário fundamental para reprodução e melhoramento da vida do trabalhador rural, através da possibilidade de comercialização de pequenos e médios bezerros destinados aos mercados de corte. Uma vez que os ciclos produtivos de uma vaca leiteira são constantes e as pastagens possuem limitações, será necessário destinar parte majoritária dos bezerros apartados (aproximadamente entre o sexto e oitavo mês após seu nascimento) aos mercados locais voltados ao corte. Os ganhos relacionados à venda destes animais são considerados satisfatórios e permitem a constituição de uma espécie de poupança familiar que pode ser utilizada como alternativa para a realização de algum investimento nas propriedades, pagamento de financiamentos e resolução de alguma urgência que eventualmente possa surgir.

A organização da cadeia produtiva leiteira regional é, ainda, amplamente influenciada pela participação do Estado, por meio das operações de fiscalizações

protagonizadas pelas agências sanitárias do Estado do Maranhão. Observou-se que as relações comerciais reproduzidas e a importante dinâmica no acesso aos diferentes canais de comercialização, sejam eles na venda aos laticínios ou queijarias, possui forte correlação com o aparecimento, dinâmica e intensidade das operações de fiscalização na região. Isto quer dizer que nos momentos de maior intensidade nos trabalhos de fiscalização dos estabelecimentos considerados informais o mercado se reorienta, deslocamento parte majoritária da produção leiteira aos canais formais de comercialização (os laticínios). Esta conduta expressa ainda à capacidade da ação estatal em promover um tipo de estigma em relação aos estabelecimentos e práticas camponesas denominadas de clandestinas, mais particularmente na fabricação de queijos caseiros.

Deste modo, é importante sublinhar a necessidade dos agentes de Estado, em seu âmbito legislativo e executivo, de promoverem uma profunda discussão com a sociedade civil, na tentativa de aproximar as políticas e exigências na formalização dos estabelecimentos produtores de queijos da região. Nos parece necessário um esforço no sentido de se adequar as normas sanitárias vigentes à realidade da pecuária leiteira regional no sentido de tornar possível a regularização das pequenas e médias propriedades produtoras de lácteos, uma vez que os custos e exigências são consideradas pesadas demais para este tipo de produção.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ALVES, Francisco José de Moraes. **O comportamento do produtor rural da região de Imperatriz-MA diante da legislação ambiental**. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Curso Internacional do Mestrado em, em convênio com a Faculdade de Imperatriz. Belém, 2005.
- ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem do nordeste**. São Paulo: Brasilense, 1963.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética. 2009.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BELATO, Dinarte. **Os camponeses integrados**. 1985. 443 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Principes d'une anthropologie économique. *In*: BOURDIEU, P. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Ed. du Seuil, 2000.
- BRANDÃO, J. B.; BREITENBACH, R.; DIAS, V. S.; SILVA, B. F. Leite clandestino: a informalidade orientada pela demanda – um diagnóstico da produção e comercialização em Itaqui/Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão Rural**, Santa Maria-RS, v. 22, n. 2, o. 113-131, 2015.
- BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico**. São Paulo: Alameda, 2014.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. São Luís-MA: SIOGE, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CAPELLESSO, José Adinor; CAZELLA, Ademir Antônio. Entre a especialização produtiva e a agroecologia: estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região extremo oeste catarinense. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 33-50. Brasília, 2015.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Latifúndio e ocupações camponesas ao longo da estrada de ferro Carajás: reabrindo a fronteira quinze anos depois?** 1994. 131f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994a.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da Estrada de Ferro Carajás. *In*: CASTRO, E. M. R et al. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço.** Belém: Ed. da UFPA, 1994b, p. 112-138.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e luta sociais no Maranhão contemporâneo.** São Paulo: Annablume, 2013a.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Relatório final do projeto de pesquisa: crítica socioambiental e ação empresarial – estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira.** São Luís, 2013b.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz-MA. **Revista Sinais Sociais**, v. 10, n. 29, p. 129-149. Rio de Janeiro, 2015a.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Conflitos e lutas sociais no campo maranhense: análise de suas principais tendências e perspectivas futuras. *In*: ANTÔNIO, E. A. et al. (org.) **Histórias do Maranhão em tempos de república.** São Luís-MA: Edufma; Jundiá: Paco Editorial, 2015b.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O movimento de ocupações camponesas na pré-Amazônia maranhense: oportunidade política, mobilização de recursos e a gramática de uma luta pela terra. Artigo aceito para publicação. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus-AM, p. 87-131, 2022.

CARNEIRO, Jonatha Faria. **A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de Imperatriz-MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?** 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2016.

CARNEIRO, Jonatha Farias; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; LIMA NETO, Evaristo José. O desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz: principais características e desafios socioeconômicos. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento.** Belém-PA, v. 14, n. 1, p. 75-100, jun. 2020.

CARNEIRO, J. F.; LIMA NETO, E. J. O desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção na cadeia produtiva do leite na microrregião de Imperatriz. *In*: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (orgs.) **Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva.** São Paulo: Annablume, pag. 439-462, 2021.

CARVALHO, G. R, **A indústria de laticínios no Brasil: passado, presente e futuro.** Circular técnica 102 – EMBRAPA Gado Leite. Juiz de Fora-MG. 2010. Disponível em www.cnpqgl.embrapa.br. Acesso em: 25.02.2022

DESER CEMTR-DETR-CUT/PR – Departamento Sindical de Estudos Rurais - Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite.** Curitiba, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In: SILVA, José G. (org.) A Questão Agrária.* São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHAYANOV, Alexander V. **A teoria das cooperativas camponesas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CRAVIOTTI, Clara. La problemática de la coexistência entre la agricultura familiar y la agroindustria: una aproximación desde la producción de quesos. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 163-185. 2017.

CRUZ, Fabiana Thomé; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização dos produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, pag. 22-38, 2010.

CRUZ, Fabiana Tomé; MENASCHE, Renata. O debate em torno de queijos feitos de leite cru: entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional. **Revista Visão em Debate: sociedade, ciência e tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, pag. 34-42, 2014.

CONCEIÇÃO, Manuel. **Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no estado do Maranhão.** Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.

CONTERATO, Marcelo Antônio; NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (orgs.) Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 67-89.

COUTO, Xoán Carlos Sánchez. **A adoção de práticas agroecológicas por camponeses: estudo de caso no oeste maranhense.** 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CUNHA, Terezinha Helena de Alencar. **Terra da promessa: luta pela subsistência de um povoado na frente de expansão do sudoeste do Maranhão.** 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

DOURADO, Lidelze Oliveira. **Dinâmica espaço temporal do desmatamento na Amazônia maranhense: o caso do projeto de assentamento São Jorge em Cidelândia-**

MA. Monografia curso de graduação em Geografia. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

DOURADO, Lidielze Oliveira; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; DENACHE, Ulisses. O desmatamento e as estratégias de agricultores familiares do projeto de assentamento São Jorge frente às exigências da nova legislação ambiental. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL de GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8, e SIMPÓSIO NACIONAL de GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 2017. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Singa, 2017.

DÜRR, João Walter. **Como produzir leite de qualidade**. Brasília: SENAR, 2012.

FERREIRA, Juliana de Souza. **Capital do leite: as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão-MA**. Monografia (Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA, 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

FROELICH, Patrícia Rejane. **"Vivemos desta renda": a agricultura familiar de Santo Cristo-RS e as complexidades da intensificação produtiva do leite**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

FUNDO CONSTITUCIONAIL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE. **Relatório de resultados e impactos: exercício de 2013**. Banco do Nordeste, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Sul: o caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero, Brasília, CNPq, 1989.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Revista Sociologias**, ano 5, n. 10, p. 154-189, Porto Alegre, 2003.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul; HEREDIA, Beatriz Alasia. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.) Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 213-244.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *In*: MARTES, A. C. B. (org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: Edufscar, 2009.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista Economia Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl.1, p. 125-146, 2014.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao "family farming" americano? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl.1, p. 85-104, 2014.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. **Opinião**, ed. 159, junho, 1975.
- GUIMARÃES, Alberto P. O completo agroindustrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 2, n. 3, julho/setembro, p. 147-151, 1982.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Plano de Consolidação dos projetos de assentamento São Jorge e Itaiguara: relatório final**, v. 1. Brasília, DF, 2006.
- IÓRIO, M. C. A integração agroindustrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. *In*: MARTINS, H. RAMALHO, J. R. **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC/CEDI/Nets, p. 137-152, 1994.
- JANK, M. S.; FARINA, E. M. Q.; GALAN, V. B. **O agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Pensa/Milkbizz, 1999.
- KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: DELGADO, G. C. (org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- KELLER, Francisca Isabel. Vieira. O homem na frente de expansão: permanência, mudança e conflito. **Revista de História**, São Paulo, n. 102, p. 665-709, 1975.
- KELLER, Paulo Fernandes. Cadeia de Valor. *In*: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006a.

KELLER, Paulo Fernandes. Verbete Arranjo Produtivo Local. *In*: CATTANI, A. D. & HOLZMANN, Lorena (orgs). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006b.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A agricultura familiar: I – Uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA NETO, Evaristo. **A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na microrregião de Imperatriz-MA**. 2017. 547 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2017.

LIMA NETO, E.; CARNEIRO, J. F.; CARNEIRO, M. S.; Transformações recentes na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz e o processo de adoção de inovações por produtores de leite e queijo. **Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, São Luís, v. 18, n. 2, pag. 289-310, 2021.

LYNCH, Edouard. Détruire pour exister: les greves du lait em France (1964, 1972, 2009). **Politix**, Paris, n. 103, p. 99-124, 2013.

LONG, Norman. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, 2007.

LONG, Norman; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.) **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 21-48.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MATTOS JUNIOR, J. S. Resistências e Rupturas: as experiências do Assentamento Entroncamento – Itapecuru-MA. *In*: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS, 3, 2007. Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre: UFRGS, III Grupo de Pesquisa, v. 1, 2007.

MAZON, Marcia da Silva. O mercado do leite e agricultores: a qualidade em questão. **Política e Sociedade**, v. 15, n. 33, Florianópolis, 2016.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1. ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp/Editora da UFRGS, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MESQUITA, Benjamin Alvino; SÁ SILVA, José de Ribamar; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. Fatores propulsores da expansão recente da agricultura capitalista no Maranhão. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 6, 2009. São Luís. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2009.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - **Instrução Normativa 51 de 18 de Setembro de 2002**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=8932>. Acesso em: 14.01.2014.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-MAPA. **Instrução Normativa 62 de 18 de Dezembro de 2011**. Disponível em: [http://www.sindilat.com.br/gomanager/arquivos/IN62_2011\(2\).pdf](http://www.sindilat.com.br/gomanager/arquivos/IN62_2011(2).pdf). Acesso em: 14 jan. 2014.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústria e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociedade e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MOURA, Flávia Almeida. **Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais de Codó-MA**. São Luís: EDUFMA, 2008.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, p. 9-24, 2014.

NORDER, Luiz A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. *In: SCHNEIDER, Sergio (org.). A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 59-84.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/EDUC, 1989.

OLIVEIRA, Daniela; GAZOLLA, Marcio; CARVALHO, Cynthia; SCHNEIDER, Sergio. A produção de novidades: como os agricultores fazem para fazer diferente? *In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.) Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pag. 91-115, 2011.

PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULILO, M.I.S. A construção social da dívida na suinocultura integrada. **Anuário Antropológico 89**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1992.

PAULILO, M. I. S.; GRANDI, A. B.; SILVA M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. *In*: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PEREIRA, Antonio Vander *et al.* **BRS capiaçu e BRS kurumi: cultivo e uso**. Brasília. Embrapa, 2021.

PLOEG, Jan Douwe van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. *In*: PLOEG, J. D. van der; LONG, A. **Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.

PLOEG, Jan Douwe van der et al. On regimes, novelties, niches and co-production. *In*: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Van Gorcum, 2004, p. 1-29.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pag. 13-54, 2006.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e os impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSON, P. (org.) **Agricultura camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-31.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp/Editora da UFRGS, 2016a.

PLOEG, Jan Douwe van der. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, F. C *et al.* (orgs.) **Construção de mercados e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pag. 21-52, 2016b.

PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, Sergio. **Autonomy as a politico-economic concept: Peasant practices and nested markets**. *Journal of Agrarian Change*, v. 22, issue 3, pag. 529-546, 2021.

PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamin Alvino; SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**. Brasília: Editora UNB, 2004.

RADOMSKY, Guilherme F. Waterloo. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. *In*: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 107-138.

RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. *In*: RAMOS, Pedro (org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: NEAD, 2007, p. 18-52.

SABOURIN, Eric. **Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. *In*: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Itann Pastor; CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MATTOS, José Sampaio; FURTADO, Carlos Augusto Oliveira. Agricultura familiar no Maranhão: uma breve análise do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, supl. especial, p. 55-70, agosto, 2020.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira – desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 82-109.

SCOTT, James C.; MENEZES, Maria Aparecida; GUERRA, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande-PB, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SGARBI SANTOS, Jaqueline; CARDOSO, J. H.; CRUZ, F. T.; ANJOS, F. S. Dilemas e desafios para circulação de queijos artesanais no Brasil. **Visa em Debate: sociedade, ciência e tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 13-22, 2016.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA, Antônio Jorge Sousa. **Agroindústria do leite na microrregião de Imperatriz -MA: análise dos direcionadores de competitividade**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2011.

SILVA NETA, Maria Querubina. **“Sou uma mulher praticamente livre”**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2018.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

SIMÕES, A. R.; MORAIS DE OLIVEIRA, M. V.; LIMA FILHO, D. O. Tecnologias sociais para o desenvolvimento da pecuária leiteira no Assentamento Rural Rio Feio em Guia Lopes da Laguna, MS, Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande-MS, v. 16, n. 1, p. 163-173, 2015.

SOUZA, Raquel Pereira. **A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonais**. Paris: Librairie Armand Colin, 1973.

VEIGA, Jonas Bastos *et al.* **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 2004.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, p. 25-44, 2014.

WERNCKE, Daise *et al.* Qualidade do leite e perfil das propriedades leiteiras no sul de Santa Catarina: abordagem multivariada. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária Zootecnia**, v. 68, n. 2, p. 506-516. Belo Horizonte, 2016.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**, n. 1, v. 1, p. 34-41, jan/jun, 1999.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaios FEE**. Fundação de Economia e Estatísticas, Porto Alegre, 2002.

WILKINSON, John. **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**. Estudos Sociedade e Agricultura, p. 62-87. Rio de Janeiro, 2003.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WOOD, Charles H.; TOURRAND, Jean François; TONI, Fabiano. **Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia**: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru. Brasília: UNB, 2015.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZINALDO Silva, F. *et al.* Características do sistema de produção de leite na microrregião de Imperatriz, no Estado do Maranhão. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 55, n. 2, p. 92-97, abr/jun. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/rca.2012.047>. Acesso em: 25.02.2022.

APÊNDICE

Proposta de Questionário – Pesquisa UFMA/Leite

CÓDIGO Número do QG

ENTREVISTADOR: _____

DATA DA APLICAÇÃO: / /

A– Identificação do Estabelecimento Agropecuário.

1 – Nome do(a) Produtor(a):

2 – Área Total do Estabelecimento:

3 – Possui terra fora do Assentamento? () sim () não

3.1 – Se sim qual a localização?

3.2 - Qual o tamanho? _____

3.3 – Qual a atividade desenvolvida?

4 – Já fez o Cadastro Ambiental Rural? Sim () Não ()

B- Identificação do (a) chefe de família.

5 – Sexo: () Masculino () Feminino ()

6 – Idade: _____

6.1 – É aposentado(a)? () Sim () Não

7 – Local de Nascimento – Município: _____

8 - Local de Nascimento – Estado: _____

9 – Cor ou Raça: () Branca () Amarelo () Preto () Parda () Indígena () Outro, qual?

10 – Situação Conjugal? () Solteiro () Casado () Divorciado () Outra

10.1 – Se outra, qual? _____

11 – Sabe ler e escrever? Sim () Não ()

12 – Qual o curso de nível mais elevado que concluiu?

1. () Nunca frequentou a escola 5. () Até a 2ª série

2. () Até a 4ª série 6. () Até a 8ª série

3. 2º grau incompleto 7. 2º grau completo
 4. 3º grau incompleto 8. 3º grau completo

13 – É associado ou faz parte de alguma entidade? Sim Não

13.1 – Se sim, qual? _____

14 – Participa da diretoria dessa entidade? Sim Não

14.1 – Se sim, qual cargo? _____

C – Distribuição da área plantada no estabelecimento (forma de utilização)

15 – Plantou roça em 2018? sim não

15.1 - Se sim qual o tamanho da roça? _____

15.2 – Quais culturas (temporárias) plantou?

Cultura	Área Plantada	Cultura	Área Plantada
Mandioca			
Arroz			
Milho			
Feijão			

16 – Plantou lavoura permanente em 2018?

16.1 - Se sim, de qual cultura? _____

16.2 – Qual o tamanho da área plantada? _____

17 – Possui área plantada com pastagem? sim não

17.1 - Se sim qual o tamanho? _____

18 - Quais os tipos de capim? _____

19 – Você arrenda pastos de outra pessoa? sim não

19.1 – Se sim qual o tamanho? _____

20 – Realiza algum tipo de atividade extrativista? sim não

20.1 - Se sim, de qual produto?

Babaçu Juçara Buriti Outro _____

20.2 – Qual o tamanho dessa área onde realiza extrativismo?

21 – Possui alguma em descanso no seu lote (pousio/capoeira)? Sim Não

21.1 – Se sim, quantos anos tem essa área em descanso?

Menos de 5 anos 5 a 10 anos Acima de 10 anos

D – Condição da Produção

22 – Possui energia elétrica no seu lote?

Sim () Não ()

23 – Utiliza em alguma atividade produtiva?

Sim () Não ()

23.1 – Qual atividade? _____

24 – Quanto paga pela energia consumida no lote? _____

25 – Recebe algum tipo de assistência técnica regular? Sim () Não ()

25.1 – Se sim, quem presta essa assistência técnica? _____

26 – Você obtém informações técnicas de outras fontes? Sim () Não ()

26.1 – Se sim, de qual fonte? _____

27 – Como prepara a área para o plantio da roça? () Corte/Queima () Mecanizado ()

28 – Como prepara a área para o plantio da pastagem? () Corte/Queima () Mecanizado

29 - No caso do corte/queima, faz o controle do fogo? Sim () Não ()

29.1 – Se sim, como? _____

30 – Faz algum tipo de adubação na área do roçado? Sim () Não ()

30.1 – De que tipo? _____

31 - Faz algum tipo de adubação na área da pastagem? Sim () Não ()

31.1 – De que tipo? _____

32 – Faz correção/calagem de solo (aplica calcário)? Sim () Não ()

33 – Utiliza produto químico para controle de praga ou de doença? Sim () Não ()

33.1 – Se sim, qual? _____

33.2 – Para combater qual praga e/ou doença? _____

33.3 – Usa algum tipo de proteção quando aplica esse produto? Sim () Não ()

33.4 – Quais? _____

34 – Utiliza algum produto ecológico para controle de praga ou doença? Sim () Não ()

34.1 – Qual? _____

34.2 – Para combater qual praga/doença? _____

35 – Utiliza irrigação no estabelecimento? Sim () Não ()

35.1 – De que tipo? () Gotejamento () Aspersão () Outro, qual? _____

35.2 – Para qual tipo de cultivo? _____

35.3 – Qual a origem da água utilizada? Poço artesiano () Açude () Rio/Igarapé ()

E- Pessoas ocupadas em atividades no estabelecimento

36 - Quantas pessoas com laço familiar (parentesco) auxiliam nas atividades no estabelecimento?

Laço de parentesco	Sexo	Idade	Atividade(s) realizada(s)

37- Utiliza mão de obra não familiar nas atividades do estabelecimento? Sim () Não ()

37.1 – Se sim, quantos? _____

37.2 – Em quais atividades? _____

37.3 – Forma de remuneração? _____

F – Criação animal no estabelecimento

38 – Que tipo de criação animal você possui no estabelecimento?

Bovinos () Suínos () Abelhas () Peixes () Outra ()

38.1 – Se outra, qual? _____

39 – Qual o total do seu rebanho bovino? (na data da entrevista): _____

40 – Qual a raça dele? _____

41 – Qual a composição do rebanho?

41.1 - Quantas vacas? _____

41.2 – Quantas vacas em lactação? _____

41.3 – Quantos bezerros? _____

41.4 – Quantos bois? _____

41.5 – Vendeu alguma(s) rês(es) em 2018? Sim () Não ()

- 41.6 – Se sim, quantas? _____
- 41.7 – Por qual valor? _____
- 42 – Possui touro para reprodução? Sim () Não ()
- 42.1 – Se não, como faz a cobertura das vacas?
Touro emprestado () Inseminação artificial ()
- 43 – Se faz Inseminação artificial, quanto paga? _____
- 44 – Faz o controle das doenças no gado (aftosa, brucelose)? Sim () Não ()
- 44.1 - Se sim, qual o método de controle? _____
- 44.2 – Quanto gastou com se controle em 2018? _____
- 45 - Faz controle de carrapato e verme? Sim () Não ()
- 45.1 - Se sim, qual o método de controle? _____
- 45.2 - Quanto gastou com esse controle em 2018? _____
- 46 – O que utiliza para a alimentação do gado? Ração () Sal mineral () Outro ()
- 46.1 – Se outro, qual? _____
- 46.2 - Quanto gastou com alimentação do gado em 2018? _____
- 47 – Qual a finalidade principal dessa criação? Leite () Carne () Outra ()
- 47.1 – Se outra, qual? _____
- 48 – No caso da produção para leite, como é feita a ordenha?
Manual () Mecanizada ()
- 49 – Qual a produção diária de leite do rebanho? (litros/dia)
- 49.1 - No inverno: _____
- 49.2 - No verão: _____
- 50 – Qual o destino principal dessa produção de leite?
() Consumo familiar () Venda () Fabricação de queijo () Outro
- 50.1 – Se outro, qual? _____
- 51 – No caso de venda, perguntar:

Para quem vende?	Quantidade vendida/Dia	Preço de venda do litro?	
		Verão	Inverno

52 – Como entrega o leite vendido? _____

53 – Utiliza algum freteiro para a venda do leite? Sim () Não ()

53.1 – Se sim, quanto paga para o freteiro por litro de leite? _____

54 – Contrata tirador de leite? Sim () Não ()

54.1 - Se sim, como faz esse pagamento? _____

55 – Fabrica queijo? Sim () Não ()

55.1 – Se sim, qual tipo de queijo? _____

56. Qual o principal destino do queijo? Consumo () Venda ()

56.1 – Se venda, para quem ou onde vende esse queijo?

57 – Possui criação de suínos? Sim () Não ()

57.1 – Se sim, qual o total de **suínos** que cria no estabelecimento? _____

57.2 – Qual a principal raça do seu rebanho? _____

57.3 – Qual a finalidade principal dessa criação de suínos? Venda () Consumo ()

58 – Vendeu quantos suínos em 2018? _____

58.1 – Por qual valor? _____

58.2 – Para quem fez essa venda?

G – Atividade da produção vegetal (Safrade 2017/2018)

59 – Colheu **mandioca** em 2018? Sim () Não ()

59.1 – Se sim, qual a quantidade? _____

59.2 – Qual variedade de mandioca utilizou para o plantio? _____

60 – Vendeu essa mandioca *in natura* ou fabricou farinha? _____

60.1 – Se fabricou farinha, qual a quantidade produzida? _____

60.2 – Qual a quantidade vendida? _____

60.3 – Para quem vendeu? _____

60.4 – Qual o preço médio de venda? _____

61 – Se vendeu *in natura*, qual a quantidade de mandioca vendida? _____

61.1 – Para quem vendeu? _____

61.2 - Qual o preço médio de venda? _____

62 – Colheu **arroz** em 2018? Sim () Não ()

62.1 – Se sim, qual a quantidade de arroz colhida? _____

62.2 – Qual a quantidade vendida? _____

62.3 – Para quem vendeu? _____

62.4 - Preço médio do produto vendido: _____

63 – Colheu **milho** em 2018? Sim () Não ()

63.1 – Se sim, qual a quantidade de milho colhida? _____

63.2 – Qual a quantidade vendida? _____

63.3 – Para quem vendeu? _____

63.4 - Preço médio do produto vendido: _____

64 – Colheu **Feijão** em 2018? Sim () Não ()

64.1 - Se sim, qual a quantidade de **feijão** colhida? _____

64.2 – Qual a quantidade vendida? _____

64.3 – Para quem vendeu? _____

64.4 - Preço médio do produto vendido: _____

H - Receitas do estabelecimento e financiamentos

65 – Alguém da família recebe aposentadoria? Sim () Não ()

65.1 – Se sim, quantos? _____

65.2 – Qual o valor recebido? _____

66 – Recebem Bolsa Família? Sim () Não ()

66.1 – Qual o valor recebido? _____

67 – Alguém da família recebe pensão? Sim () Não ()

67.1 – Se sim, de que tipo? () Morte () Invalidez

67.2 – Qual o valor recebido? _____

68. Alguém da família obtém renda de trabalho **não agrícola**? Sim () Não ()

68.1 – Se sim, Descrever:

Laço de parentesco	Idade	Atividade(s) realizada(s)	Valor recebido

69 – A família recebe recursos de algum membro que **reside fora**? Sim () Não ()

69.1 – Se sim, descrever:

Laço de parentesco	Onde mora?		Atividade(s) realizada(s)	Valor enviado
	Cidade	Estado		

70 – Fez algum financiamento para a atividade pecuária? Sim () Não ()

70.1 – Se sim, de que tipo (Pronaf, Procefa) ?

70.2 – Qual modalidade? Individual () Coletivo ()

70.3 – Qual o valor recebido?

70.4 – Para que utilizou esse financiamento?

70.5 – Já pagou esse financiamento? Sim () Não ()

70.6 – Se não, quanto falta pagar? _____

71 – Pretende fazer um novo financiamento? Sim () Não ()

71.1 – Se sim, para que tipo de atividade?

72 – Pretende fazer algum tipo investimento na propriedade? Sim () Não ()

72.1 - Se sim, de que tipo?

73 – Pretende vender sua terra? Sim () Não ()

73.1 – Se sim, por qual(is) motivo(s) _____